

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**POLÍTICA EXTERNA DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA
RELAÇÃO PORTUGAL - ITÁLIA**

Susana Colaço Rocha da Silva

Mestrado em Políticas Europeias

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**POLÍTICA EXTERNA DE PROMOÇÃO DA LÍNGUA
RELAÇÃO PORTUGAL - ITÁLIA**

Susana Colaço Rocha da Silva

Dissertação orientada pelo
Professor Doutor Eduardo Brito Henriques

Mestrado em Políticas Europeias

2011

AGRADECIMENTOS

O meu especial agradecimento ao

Professor Doutor Eduardo Brito Henriques, pela sua orientação neste trabalho.

Agradeço igualmente a todos quantos, com o seu saber e disponibilidade, possibilitaram a sua realização,

Dr. Sérgio de Almeida
Instituto Camões,

Dra. Silvana Urzini
Instituto Italiano de Cultura,

Dr. Francisco de Almeida Dias
Instituto Português de Santo António em Roma
e *Università degli Studi di Roma Tre*,

Professora Sonia Netto Salomão
Università degli Studi di Roma La Sapienza,

Professor Giorgio de Marchis
Università degli Studi di Roma Tre e Università degli Studi di Salerno,

Professor Henrique de Almeida Chaves
Università degli Studi di Roma Tre,

Professora Manuela Borges
Directora da extinta *Escola Portuguesa em Roma*,

Professora Debora Ricci
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

Professora Masina Depperu
Leitora do Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

Professora Rita Marnoto
Instituto de Estudos Italianos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

Professores Alberto Sismondini, Angela Latorraca e Clelia Bettini
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Professor Giuseppe Mea
Câmara de Comércio Italiana em Portugal,

Dra. Paula Ribeiro
Câmara de Comércio Italiana em Portugal,

e aos estudantes de língua portuguesa em Itália e de língua italiana em Portugal que participaram no inquérito realizado.

RESUMO

Seguindo a tendência internacional de valorização e defesa da diversidade linguística, e dando plena concretização a um dos seus princípios mais fundamentais, a União Europeia tem hoje uma estratégia de promoção do multilinguismo quer no espaço europeu, quer dos seus cidadãos, que se traduz no objectivo da “língua materna mais duas línguas estrangeiras”. Mas os resultados obtidos pelos programas europeus que concorrem para este fim denunciam a falta de uma verdadeira reflexão sobre as diferentes funções e condições de utilização das línguas faladas no espaço europeu, e a falta de uma clara definição dos objectivos, por vezes contraditórios, subjacentes à política europeia de promoção do multilinguismo. Numa área que se mantém sobretudo da competência dos Estados, e em que a acção da União Europeia se limita a apoiar e complementar a sua acção e coordenar a cooperação entres estes, as políticas nacionais são determinantes. Na convicção de que o sucesso das políticas públicas de promoção das línguas depende em grande medida deste tipo de análise e reflexão, o presente trabalho estuda as políticas de ensino das línguas italiana e portuguesa como línguas estrangeiras em Portugal e Itália, respectivamente, procurando conhecer os seus públicos, as suas funções, os estatutos que aí têm, e a posição que ocupam no quadro da competição entre as línguas nestes contextos específicos.

Palavras-chave: União Europeia, Portugal, Itália, Multilinguismo, Política Externa, Política Cultural, Política da Língua.

ABSTRACT

Sulla base del recente trend internazionale verso la valorizzazione e la difesa della diversità linguistica, e in attuazione di uno dei suoi principi fondamentali, l'Unione europea promuove oggi una strategia di promozione del multilinguismo sia nello spazio europeo, sia dei suoi cittadini, finalizzata all'obiettivo di “una lingua materna più due lingue straniere”. Tuttavia, i risultati ottenuti dai programmi europei in questo ambito evidenziano l'assenza di un'autentica riflessione sulle differenti funzioni e condizioni di utilizzazione delle lingue parlate nello spazio europeo, ed un'opaca definizione degli obiettivi da perseguire, a volte contraddittori. In larga parte, si tratta dunque di un'area che continua a fondarsi sulla competenza dei singoli Stati membri, mentre l'Unione europea si limita per lo più ad incoraggiare la cooperazione tra gli Stati e, se necessario, ad appoggiare ed integrare la loro azione. Nella convinzione che il successo di ogni politica statale di promozione della lingua dipenda da questo tipo di riflessione ed analisi, la presente ricerca è finalizzata allo studio delle politiche di insegnamento della lingua italiana e di quella portoghese come lingue straniere, rispettivamente, in Portogallo e Italia, con l'obiettivo di conoscerne il pubblico a cui si rivolgono, le funzioni e gli statuti in entrambi i Paesi, e di valutare la posizione che esse occupano nel quadro di competizione tra le lingue negli specifici contesti di riferimento.

Parole-chiave: Unione Europea, Portogallo, Italia, Multilinguismo, Politica Estera, Politica della Cultura, Politica della Lingua.

ABSTRACT

Following the international trend of linguistic diversity promotion, and giving full effect to one of its most fundamental principles, the European Union has developed a strategy for promoting multilingualism in Europe, encouraging its citizens towards an individual multilingualism with the „mother tongue plus two foreign languages’ goal. However, the results achieved by the European programs denounce the lack of true reflection on the different roles and the different conditions of use of the languages spoken in Europe, as well as the lack of a clear definition of the (sometimes conflicting) purposes that underline the European policy for multilingualism. In an area that is still mainly a responsibility of member States, national policies are crucial. In contrast, the EU action is limited to support and complement member States’ actions and coordinate cooperation among them. The purpose of this research is to study the Italian and Portuguese policies of language teaching respectively in Italy and Portugal as foreign languages. With the conviction that the success of public policies of languages promotion depends largely on this type of analysis and reflection, we focus on the audiences, functions, and statutes of these languages in both countries, as well as their position in the context of competition between languages.

Keywords: European Union, Portugal, Italy, Multilingualism, Foreign Policy, Cultural Policy, Politics of Language.

“(...) cultural diversity may be as much about increasing the variety of cultural options for individual citizens across Europe as it is about securing the cultural identity of nations and regions.”

Witte (2008:224)

“(...) the needs and issues are very different from one language to another. More reflection is needed about the diversification of approaches needed in respect of the languages and the target group concerned. In fact, the objectives and needs that drive language policies are very diverse.”

Delloite & Touche (2003:134)

Índice

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. POLÍTICA DA LÍNGUA DA UNIÃO EUROPEIA | 5 |
| 1.1. Fundamentos da acção da UE no âmbito da língua..... | 5 |
| 1.1.1. Cultura: defesa da diversidade cultural vs construção de uma identidade europeia..... | 5 |
| 1.1.2. Educação: construção de um espaço europeu competitivo baseado na economia do conhecimento..... | 8 |
| 1.1.3. Fundamentos normativos e limitações à acção da UE na Cultura e Educação..... | 10 |
| 1.2. Evolução da política linguística da UE..... | 12 |
| 1.3. Impacto e avaliação dos objectivos da política linguística da UE..... | 18 |
| 2. DIFUSÃO, PROMOÇÃO E ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO | 23 |
| 2.1. A difusão da língua portuguesa no mundo..... | 23 |
| 2.1.1. Da génese da língua portuguesa à sua afirmação além-fronteiras..... | 23 |
| 2.1.2. A atractividade da língua portuguesa como Língua Estrangeira..... | 30 |
| 2.1.2.1. Língua de comunicação global..... | 30 |
| 2.1.2.2. Língua geoestratégica e de economias emergentes..... | 33 |
| 2.2. A promoção da língua portuguesa no mundo: o plano institucional..... | 36 |
| 2.2.1. A promoção da língua enquanto vector da política externa portuguesa..... | 36 |
| 2.2.2. Ensino da língua portuguesa no mundo: orientações e competências do Instituto Camões..... | 40 |
| 2.2.3. A rede de ensino da língua portuguesa no mundo..... | 44 |
| 2.3. As motivações do estudo da língua portuguesa no mundo..... | 46 |
| 2.3.1. Os dados do estudo do Instituto Camões/ISCTE..... | 46 |
| 3. DIFUSÃO, PROMOÇÃO E ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA NO MUNDO | 49 |
| 3.1. A difusão da língua italiana no mundo..... | 49 |
| 3.1.1. Da génese da língua italiana à sua afirmação além-fronteiras..... | 49 |

| | |
|--|------------|
| 3.1.2. A atractividade da língua italiana como Língua Estrangeira..... | 52 |
| 3.1.2.1. A força de uma <i>língua de cultura</i> | 52 |
| 3.1.2.2. A força do <i>made in Italy</i> | 55 |
| 3.2. A promoção da língua italiana no mundo: o plano institucional..... | 57 |
| 3.2.1. O <i>Sistema Itália</i> : uma abordagem integral da promoção de Itália no mundo..... | 57 |
| 3.2.2. Ensino da língua italiana no mundo: orientações e competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano..... | 60 |
| 3.2.3. A rede de ensino da língua italiana no mundo..... | 62 |
| 3.3. O estudo da língua italiana no mundo..... | 69 |
| 3.3.1. Os dados da década de 70..... | 69 |
| 3.3.2. Resultados da investigação <i>Italiano 2000</i> | 71 |
| | |
| 4. RELAÇÃO BILATERAL PORTUGAL-ITÁLIA NO DOMÍNIO DO ENSINO DAS LÍNGUAS..... | 77 |
| 4.1. O Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Portugal e Itália..... | 77 |
| 4.2. O ensino da língua italiana em Portugal..... | 81 |
| 4.2.1. Perspectiva histórica..... | 81 |
| 4.2.2. A actual rede de ensino da língua italiana em Portugal..... | 91 |
| 4.3. O ensino da língua portuguesa em Itália..... | 97 |
| 4.3.1. Perspectiva histórica..... | 98 |
| 4.3.2. A actual rede de ensino da língua portuguesa em Itália..... | 112 |
| | |
| 5. PÚBLICOS E MOTIVAÇÕES DO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA E DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL: INQUÉRITO MOTIVACIONAL..... | 126 |
| 5.1. Metodologia..... | 126 |
| 5.1.1. Delimitação do universo de estudo..... | 126 |
| 5.1.2. Período em análise e recolha e análise dos dados..... | 129 |
| 5.1.3. Método de recolha de dados - o questionário motivacional: elaboração e estrutura..... | 129 |
| 5.2. Estudo da Língua Italiana em Portugal: síntese dos resultados do questionário.... | 131 |
| 5.2.1. Perfil sociocultural dos inquiridos..... | 131 |
| 5.2.2. Motivações do estudo da língua italiana..... | 135 |

| | |
|--|------------|
| 5.2.3. Contacto prévio e futuro com a língua italiana e com Itália..... | 140 |
| 5.2.4. Estudo de outras línguas estrangeiras..... | 141 |
| 5.3. Uma interpretação da evolução das motivações do estudo da língua italiana em Portugal entre 1979 e 2011..... | 142 |
| 5.4. Pontos de contacto e diferenças entre o estatuto da língua italiana em Portugal e o estatuto da língua italiana no mundo..... | 144 |
| 5.5. Estudo da Língua Portuguesa em Itália: síntese dos resultados do questionário..... | 145 |
| 5.5.1. Perfil sociocultural dos inquiridos..... | 145 |
| 5.5.2. Motivações do estudo da língua portuguesa..... | 148 |
| 5.5.3. Contacto prévio e futuro com a língua portuguesa e com os países de língua portuguesa..... | 154 |
| 5.5.4. Estudo de outras línguas estrangeiras..... | 155 |
| 5.6. Pontos de contacto e diferenças entre o estatuto da língua portuguesa em Itália e o estatuto da língua portuguesa no mundo..... | 155 |
| 5.7. Quadro comparativo..... | 156 |
| CONCLUSÃO..... | 159 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 163 |
| ANEXOS..... | 171 |

INTRODUÇÃO

A Política da Língua é uma área de cruzamento de diferentes disciplinas como a Linguística, a Sociologia, ou a História. Enquanto área de actuação, está invariavelmente ligada ao Estado, que intervém no seu *corpus* e no seu *status*. O Estado, na sua Política Externa e Diplomacia Cultural, promove internacionalmente a sua língua oficial, procurando intervir no *status* internacional que esta tem, determinado pelo prestígio e funções que, a cada momento, lhe são atribuídos. Esta acção tem geralmente um duplo propósito: garantir a afirmação da língua num contexto internacional de competição linguística, para garantir indirectamente também a afirmação do Estado num contexto internacional de competição política, económica e cultural. No âmbito internacional, e em particular na União Europeia, as razões na base das posições adoptadas são de natureza diversa. As orientações internacionais, nomeadamente da UNESCO, enfatizam a necessidade de salvaguarda da diversidade linguística mundial ameaçada pela globalização linguística; a União Europeia adopta no seu funcionamento o princípio da igualdade entre as línguas, e advoga o multilinguismo dos cidadãos europeus.

Enquadrada no tema da Política Externa da Língua, a presente dissertação de mestrado tem como objecto de estudo as políticas de ensino das línguas italiana e portuguesa como línguas estrangeiras em Portugal e Itália, respectivamente. O nosso objectivo é analisar as suas actuais políticas e modelos institucionais de promoção da língua, as contribuições que a União Europeia trouxe a esta área de actuação tradicionalmente exclusiva dos Estados, e, na perspectiva da sua relação bilateral, caracterizar as redes de ensino da língua portuguesa em Itália e da língua italiana em Portugal, e investigar o estatuto que em cada um dos casos, as duas línguas têm.

A pertinência do tema advém da recente centralidade das questões linguísticas, integradas na tendência mundial de valorização da diversidade face aos efeitos de uma globalização “padronizante”. As orientações da União Europeia e a competição entre as línguas no espaço europeu têm igualmente suscitado debates em torno da questão das línguas. Em Portugal, as questões da promoção da língua no estrangeiro assumem redobrada relevância num momento em que a língua portuguesa, por força dos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, ganha crescente visibilidade internacional. E em Portugal, como em Itália, as principais entidades competentes na

promoção da língua e cultura no estrangeiro, o Instituto Camões, de Portugal, e a Direcção Geral para a Promoção do Sistema País, de Itália, passaram recentemente por uma fase de reestruturação, em que se reequaciona o papel da língua no complexo sistema da política cultural externa. Em Portugal e Itália, aos estudos académicos e projectos de investigação que nos últimos anos se têm centrado nestas questões (Baptista, 2007), juntam-se na última década outros, promovidos pelas entidades públicas competentes, cujo objectivo é o de investigar as condições, os públicos e as motivações do estudo destas línguas no mundo (De Mauro, 2001; Esperança, 2009).

O foco na relação bilateral entre Portugal e Itália nasceu da intenção de, na linha dos estudos acima citados, e consideradas as naturais diferenças de meios, realizar uma análise abrangente, numa lógica bilateral, com três níveis de investigação: as orientações da política externa de promoção da língua, a arquitectura institucional que a põe em acção, e a investigação ao estatuto das línguas no terreno. A escolha específica de Portugal e Itália é justificada pelos fortes laços históricos, culturais e linguísticos que unem estes países. Vastos são os pontos de contacto entre os dois países e as duas culturas: da matriz latina que Roma trouxe até à Península Ibérica, passando pelas profundas alterações da ordem política, social, económica, e cultural europeia dos séculos XV e XVI causadas pelos Descobrimentos portugueses e pelo Humanismo e Renascimento italianos, segundo Celani (2008:89 e ss.) visões do mundo que são simultaneamente causa e consequência uma da outra, até à História do século XX, que viu Portugal e Itália aproximarem-se sob a afinidade de dois regimes políticos com traços afins, o de Salazar, e o de Mussolini. Da amizade que perdurou mesmo após o fim de Mussolini, é exemplo muito conhecido a escolha de Cascais como destino do exílio, em 1946, do último rei de Itália, Umberto II de Savoia, quando em referendo a Itália do pós-guerra decide o fim da monarquia.

Escrevia Pina Martins (1971:15) que as raízes da cultura portuguesa são, não obstante a “maneira específica de Portugal existir”, mais europeias, e em especial, italianas, do que geralmente se admite. Enfim, hoje é talvez a língua, a forma mais evidente desta mútua pertença a um espaço identitário comum.

Naturalmente, não são alheios a esta escolha motivos mais subjectivos. Uma afinidade pessoal e afectiva com Itália e a língua italiana que tem vindo a definir percursos de estudo e trabalho, motivam também esta procura em contribuir para o

aprofundamento do estudo de uma relação bilateral, centrada no estudo de um campo tão pessoal como é o da língua materna, a portuguesa, e o de uma língua adoptada, a italiana.

Pretende-se assim responder às seguintes questões: *i)* Quais os fundamentos das orientações da União Europeia para a promoção do multilinguismo no espaço europeu e do multilinguismo dos cidadãos europeus? *ii)* Que eixos norteiam a política externa de promoção da língua de Portugal e de Itália, e quais as forças que a língua portuguesa e italiana têm no mundo? *iii)* Como se caracteriza a relação bilateral entre Portugal e Itália no domínio da promoção recíproca das línguas e na configuração da rede de ensino da língua italiana em Portugal, e da rede de ensino da língua portuguesa em Itália? e *iv)* Que estatuto e funções têm a língua italiana em Portugal e a língua portuguesa em Itália?

A metodologia adoptada inclui a pesquisa bibliográfica; a análise de fontes documentais (artigos do *Jornal de Letras*, informação institucional e composição das redes de docência no estrangeiro do Instituto Camões e Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano, acedidos na Internet, na página oficial destas entidades); fontes jurídicas (legislação relativa ao Acordo Cultural entre Portugal e Itália e ao respectivo programa executivo, e relativa às instituições estudadas); pesquisa no terreno, através da realização de entrevistas (presenciais ou respondidas por escrito através da Internet) a informantes institucionais (do Instituto Camões, do Instituto Italiano de Cultura) e a Professores, quer de língua italiana em Portugal, quer de língua portuguesa em Itália; e por fim, a aplicação de um instrumento de pesquisa para recolha de dados quantitativos, que consistiu num inquérito por questionário aos estudantes de língua portuguesa em Itália e de língua italiana em Portugal, realizado em quatro sedes em cada país.

No primeiro capítulo exploraremos os fundamentos na base das orientações da União Europeia no que respeita à política da língua, e que iniciativas concretas promovem o multilinguismo dos cidadãos europeus e influenciam (ou não) as políticas nacionais.

No segundo e terceiro capítulos faremos duas análises, seguindo os mesmos critérios e estrutura, da difusão, promoção, e estudo da língua portuguesa no mundo (segundo capítulo) e da língua italiana no mundo (terceiro capítulo). Ambos os capítulos se estruturam em três pontos: uma caracterização da difusão da língua no mundo, onde

se apresentam os processos históricos específicos que conduziram ao seu estatuto actual; uma análise das orientações da política externa de promoção da língua das entidades com competência nesta área, e uma caracterização da rede de ensino que implementaram no mundo; e uma apresentação dos estudos que incidiram sobre as motivações da aprendizagem da língua enquanto língua estrangeira, promovidos pelas entidades competentes nesta matéria.

No quarto capítulo analisaremos as formas de cooperação bilateral no domínio do ensino das respectivas línguas estabelecidas entre Portugal e Itália, e as redes de ensino que garantem a presença recíproca da língua portuguesa em Itália e da língua italiana em Portugal, numa perspectiva histórica, conducente à sua configuração actual.

No quinto capítulo apresentaremos os resultados do inquérito motivacional realizado a estudantes de língua portuguesa em Itália e a estudantes de língua italiana em Portugal, que teve como objectivo conhecer os públicos das duas línguas e as motivações do seu estudo, para assim aferir o estatuto, as funções, o prestígio, e o lugar que as duas línguas ocupam no mercado das línguas estrangeiras em que competem.

Cumprido este plano de trabalho estar-se-á em condições de relacionar as directrizes europeias para o multilinguismo no espaço europeu e as políticas nacionais de promoção externa da língua, percebendo de que forma estas moldam o interesse pelas duas línguas, no terreno. Estaremos também em condições de pensar comparativamente estes dois modelos de promoção da língua no estrangeiro, e avaliar os resultados concretos que estes modelos têm tido, a partir dos resultados que obteremos da nossa investigação ao estatuto que têm, de facto, hoje, a língua portuguesa em Itália e da língua italiana em Portugal.

1. POLÍTICA DA LÍNGUA DA UNIÃO EUROPEIA

A política da língua da União Europeia (UE) ou, conforme defendem muitos autores, a sua “acção” no campo das línguas (já que é discutível a existência de uma verdadeira “política”) está enquadrada, na Comissão Europeia, na Direcção-Geral para a Educação e Cultura. É, de facto, através dos imperativos ligados a estas duas áreas que podemos compreender os fundamentos da política linguística da UE. Na primeira parte deste capítulo veremos de que forma a área da cultura e da educação modelam a política linguística da UE¹, e veremos, do ponto de vista normativo, que competências e limitações tem a UE nestas áreas. Na segunda parte demonstraremos como se concretizam “na prática” estas orientações, i.e., que acções e programas concretos têm sido desenvolvidos pela UE no âmbito da sua política linguística, analisando os resultados concretos que estes têm obtido, e assim, avaliando os impactos que tem tido a política linguística da UE.

1.1. Os fundamentos da acção da UE no âmbito da língua

1.1.1. Cultura: defesa da diversidade cultural vs construção de uma identidade europeia

As matrizes culturais europeias e o conceito, tão controverso quanto incontornável, de identidade europeia, estiveram na base da construção europeia, o que no entanto, não significou que a sua dimensão cultural tenha sido alvo da mesma atenção ao longo de todo o processo de integração.

A unidade das sociedades europeias foi invocada enquanto *rationale* para a construção europeia desde o início do séc. XX. As duas Grandes Guerras originaram, por reacção, movimentos de aprofundamento dos elementos culturais europeus comuns, considerados elementos de uma identidade europeia, e movimentos de renovação da consciência europeia (self-awareness), ambos vistos como o único modo de garantir a paz no futuro. Esta ideia foi central para a criação e definição dos objectivos dos movimentos pro-federalistas do pós-Segunda Guerra, que apesar de verem os seus objectivos perderem força para uma concepção de união mais intergovernamental,

¹ Excluímos da nossa análise a questão da adopção do multilinguismo no funcionamento interno da União

tiveram sucesso tornando a questão da unidade europeia num factor decisivo no sucesso dos movimentos europeus. A cultura estava, assim, *ao serviço da Europa* (Littoz-Monnet, 2007: 39).

O Tratado de Roma que em 1957 instituiu a Comunidade Económica Europeia referia a importância da cultura enquanto elemento unificador dos povos e promotor do desenvolvimento socioeconómico, embora nada dissesse acerca da cultura enquanto área de intervenção da Comunidade. A ênfase na necessidade de criar as bases de uma "união cada vez mais estreita entre os povos europeus" (TCE, Preâmbulo) levou a que o desenvolvimento de políticas culturais europeias fosse sempre concebido como um meio para promover um sentido de consciência europeia entre os cidadãos europeus, pensada como um pré-requisito para qualquer futura integração política, e não como uma área de intervenção *per se*. Segundo Littoz-Monnet (2007: 2), esta "omissão" deveu-se ao facto de a cultura ser, *a priori*, uma área especialmente crítica de integração. Em primeiro lugar, pelo facto de a cultura ser tradicionalmente considerada um domínio de soberania nacional, razão pela qual os Estados resistem a transferir as suas competências nesta área. Em segundo lugar, porque as diferentes concepções de política cultural dos Estados-Membros a tornam um universo indefinido: para além das diferenças culturais em sentido antropológico, existem diferenças nas formas institucionais da gestão da área cultural, ancoradas nos métodos e tradições nacionais.

Todavia, a omissão, no Tratado, de competências específicas no âmbito da cultura não significava que à Comunidade estivesse vedada a intervenção neste domínio. Na prática, o sector cultural, como o da educação, das telecomunicações ou do ambiente, foi sendo progressivamente comunitarizado, mesmo na ausência de uma base no Tratado: a Comunidade, através das suas instituições, intervém *de facto* na área da cultura desde a década de 70, dando assim início a um período em que a *Europa passa a servir a cultura* (Ibid. 40), que culminou com a inclusão no Tratado de Maastricht de 1992 de competências comunitárias nesta área.

Maastricht marca o início de uma nova fase de maior integração política e maior peso da ideia de "União de Povos", para a qual a área da cultura é central. Com Maastricht, é pela primeira vez integrado no texto dos Tratados o Princípio do respeito pela diversidade cultural dos povos europeus. Segundo Fausto Quadros (2004: 85-89), o Tratado quis, simultaneamente, assegurar aos Estados o respeito pela sua especificidade histórica e cultural, e reconhecer aos povos, enquanto Estados, grupos, ou minorias, o

direito a preservarem a sua diversidade. Mais tarde (com a revisão de Amesterdão), seria integrado o Princípio do respeito pela identidade nacional dos Estados-Membros. Por identidade nacional, entende-se a identidade política, jurídica e cultural, sendo que, nesta última, se incluem o respeito pela língua, história, tradições e cultura de cada Estado-Membro. Em todo o caso, nota Fausto Quadros (Ibid.), a obrigação da União respeitar a identidade nacional dos Estados não os dispensa – pelo contrário, reforça-os, no quadro da integração – do encargo de preservarem e defenderem a sua própria identidade nacional, não podendo aí contar com a União para suprir insuficiências ou omissões próprias.

Estes dois princípios, que parcialmente se sobrepõem, estavam já presentes na integração europeia desde o seu início, formulados enquanto *valor* central no processo de integração (Witte, 2008: 219-247). Embora não tenha sido manifesto no quadro legal fundamental das Comunidades Europeias, o amplo consenso de que os objectivos fundamentais que os Estados-Membros pretendiam alcançar através da cooperação não se deveriam impor em detrimento das características distintivas nacionais foi expresso, desde os anos 50, em diversos "*soft*" *policy documents* (Ibid. 220-222); este traço basilar distinguiu a integração europeia dos processos de *nation-building* na Europa que implicaram uma homogeneização em larga escala da diversidade interna. O valor da diversidade cultural reconhecido em Maastricht como um valor central da União e da sua política cultural, tem vindo a ser gradualmente reconhecido nos Tratados posteriores e nos inúmeros documentos políticos das instituições europeias, acompanhando, aliás, a tendência do direito internacional. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, adoptada pelas instituições europeias em 2000 e revestida de valor jurídico pelo Tratado de Lisboa, e a Convenção sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, ratificada pela Comunidade Europeia em 2006, são bons exemplos desta tendência internacional.

Mas como conciliar o processo de construção do sentimento de uma identidade europeia comum, necessária à “União de Povos”, com a defesa da diversidade cultural, ou por outras palavras, como conciliar a procura de valores europeus comuns, e identificar, entre estes, o valor da diversidade cultural? Aparentemente contraditórias, estas duas linhas coexistem, segundo Witte (Ibid. 223), numa frutuosa tensão, que implica que qualquer procura de uma comunhão de valores deixe espaço à diferenciação nacional ou regional. Segundo o autor, a afirmação da diversidade contém um inegável

potencial centrífugo; o reconhecimento desta força desagregadora leva, aliás, a que uma significativa corrente da política europeia procure precisamente promover a comunhão cultural como forma de fortalecer o sentimento de identidade europeia. A chave para a compreensão da importância deste efeito centrífugo é a dupla interpretação de diversidade. Este conceito pode ser entendido dando maior ênfase a uma *diversity-as-distinctiveness* (centrada na preservação do carácter distinto das culturas nacionais e regionais) ou a uma *diversity-as-pluralism* (centrada na promoção da interacção entre estas diversas culturas). Apesar de os Tratados não privilegiarem uma leitura sobre a outra, é legítimo argumentar que a União se orienta sobretudo para a última interpretação: o processo de integração europeia tendeu sempre a favorecer a interacção social entre os povos da Europa, contribuindo para a difusão e cruzamento entre as diferentes culturas. Assim, conclui Witte, “(...) cultural diversity may be as much about increasing the variety of cultural options for individual citizens across Europe as it is about securing the cultural identity of nations and regions” (Ibid. 224).

Ora, esta noção de diversidade está profundamente presente na raiz da política linguística da UE. Mas não foi, na verdade, a defesa ou promoção da “diversidade” que impulsionou as primeiras acções da então Comunidade Europeia em matéria de política linguística.

1.1.2. Educação: construção de um espaço europeu competitivo baseado na economia do conhecimento

O Tratado de Roma, tal como no caso da cultura, não atribuía à Comunidade quaisquer competências na área da educação (Cfr. Jostes, 2007). Todavia, como naquele caso, a intervenção da Comunidade teve início mesmo quando o Tratado, a este propósito, era omissivo. Os primeiros passos deram-se no âmbito da formação profissional, passando, progressivamente, a abranger todos os âmbitos da educação, e em particular, o ensino superior. Mas só com o Tratado de Maastricht de 1992 seria reconhecido à Comunidade Europeia o objectivo de desenvolver uma dimensão europeia da educação, objectivo, naturalmente, integrado no projecto político mais amplo de uma “União de Povos”, tal como no caso da cultura. A partir de então as instituições europeias passaram a ter atribuições também em matéria educativa, e, nomeadamente, em matéria de aprendizagem e divulgação das línguas dos Estados-Membros.

A justificação das progressivas intervenções europeias na área da educação foi, conforme refere Jostes (Ibid.), a necessidade de encorajar as relações económicas e a mobilidade no espaço económico único europeu. Esta necessidade foi ulteriormente reforçada pela Estratégia de Lisboa de 2000, que define como objectivo para a União Europeia “tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”². Para este objectivo tornava-se então vital a criação de um “espaço científico europeu”, de um “espaço europeu de ensino superior” e de “um espaço europeu de formação permanente”. Segundo a autora, a relação entre estes objectivos e a “diversidade” apresentava-se conflituosa: “(...) les frontières linguistiques semblent entraver la construction de ces espaces, bien plus que celle de l’espace économique; la diversité linguistique européenne apparaît comme un obstacle à leur construction.” (Ibid. 157)

A superação deste obstáculo podia, a nosso ver, ter ocorrido através de uma de duas formas: promovendo uma *língua franca* europeia, com todas as tensões que daí resultariam, ou simplesmente “transpondo” o já adoptado modelo multilingue que vigorava nas instituições europeias, para os cidadãos europeus. Não obstante os custos e dificuldades logísticas implícitas no reconhecimento de todas as línguas da Comunidade, e posteriormente, da União, como línguas oficiais e de trabalho, este modelo salvaguardava as identidades nacionais, não limitando o uso de um dos seus mais importantes símbolos, e mostrara-se já um garante da igualdade entre línguas, povos, e Estados. Assim, o objectivo das iniciativas a favor da aprendizagem de línguas estrangeiras iniciadas na década de 70 foi o de promover o multilinguismo individual³, condição prévia para a construção destes espaços europeus. E o sector da educação foi o principal vector de actuação das iniciativas europeias concretas, que enunciaremos adiante.

1.1.3. Fundamentos normativos e limitações à acção da UE na Cultura e Educação

² Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Lisboa, 23 e 24 de Março de 2000, acedido em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/00100-r1.p0.htm, a 23/11/2011.

³ Na acepção que lhe dá a União Europeia, multilinguismo corresponde quer à coexistência de várias línguas num grupo social (uma sociedade multilingue é composta por indivíduos de diferentes línguas), quer ao conhecimento individual cumulativo de várias línguas, i.e. à competência individual para comunicar em várias línguas.

Como referido acima, é a partir do Tratado de Maastricht que se pode falar de atribuições europeias na cultura e na educação⁴. A acção da União Europeia desenvolve-se, desde então, apoiando e complementando a acção dos Estados-Membros, e incentivando a cooperação entre estes, excluindo-se, em ambas as áreas, acções de harmonização das disposições legislativas dos Estados-Membros.

O novo Tratado da União Europeia (denominado Tratado de Lisboa) realça e reforça o contexto cultural europeu, quer através da referência, no Preâmbulo, ao “património cultural, religioso e humanista da Europa”, quer através da inclusão no Título I, art. 3º (Definição e Objectivos da União) de um objectivo cultural, que, conforme argumenta Witte (2008: 221), é na verdade também um valor: “A União respeita a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e zela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu.”

A Carta Europeia dos Direitos do Homem de 2000 incorpora relevantes liberdades e princípios de dimensão cultural, tal como o respeito pela liberdade cultural, religiosa e linguística (art.22º). Embora não se tenha tornado parte integrante dos Tratados (ao contrário do defendido pelo Projecto de Tratado Constitucional), a atribuição à Carta do mesmo valor jurídico dos Tratados ocorrida com a revisão de Lisboa (art.6º TUE), marcou, no quadro europeu, mais um passo integrado na tendência europeia – como internacional – de crescente importância do valor da diversidade cultural. As instituições europeias, e os Estados-Membros na implementação das políticas europeias, estão, também por via da Carta, vinculados ao respeito por este valor.

O Tratado de Lisboa não trouxe alterações significativas às competências da UE em matéria de educação, formação profissional e cultura (tal como haviam resultado do Tratado de Maastricht), denominadas agora “competências paralelas da União Europeia”⁵. Os Artigos 165º e 166º (TFUE, Título XII – A Educação, A Formação

⁴ Estas atribuições eram definidas nos Artigos 149º e 150º (TCE, Título XI, Capítulo 3 – Educação, Formação Profissional e Juventude) e do Artigo 151º (TCE, Título XII – Cultura).

⁵ O Tratado de Lisboa precisa, pela primeira vez e de forma clara, os três tipos de competência da União: as de carácter exclusivo, as de carácter concorrente, e as pertencentes à nova categoria de competências “paralelas/partilhadas”. Nestas últimas, em que se inclui a cultura e a educação, a União têm “competência para desenvolver acções destinadas a apoiar, coordenar ou completar a acção dos Estados-Membros” (art.6º TFUE), mas está-lhe vedada a harmonização das disposições dos Estados-Membros, sendo esta a diferença substancial em relação às competências concorrentes.

Profissional, Juventude e Desporto) e 167º (TFUE, Título XIII – A Cultura) estabelecem os objectivos e áreas em que o Parlamento e Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário⁶, e deliberando o Conselho por maioria qualificada⁷, podem adoptar “acções de incentivo” e “recomendações”. Em toda a acção nestas matérias é salvaguardado o respeito integral pela “responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo do ensino e pela organização do sistema educativo, bem como [pela] sua diversidade cultural e linguística” (TFUE, Artigo 165º), o respeito pleno pela “responsabilidade dos Estados-Membros pelo conteúdo e pela organização da formação profissional” (TFUE, Artigo 166º) e o respeito pela “diversidade nacional e regional” dos Estados-Membros (TFUE, Artigo 167º).

A acção da UE nestas matérias é, assim, regida pelo Princípio da Subsidiariedade, princípio basilar da construção europeia.

Surgido no texto do Tratado de Maastricht, o Princípio da Subsidiariedade e da Proporcionalidade⁸ regula o exercício das atribuições concorrentes e paralelas da União (que não são da sua competência exclusiva), e determina que esta intervém apenas na medida em que os objectivos da acção considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, ou possam, devido às dimensões ou aos efeitos da acção considerada, ser melhor alcançados ao nível da União.

Este princípio reflecte uma filosofia descentralizadora nas relações entre a União e os Estados, ao mesmo tempo que relativiza o âmbito da soberania que cada Estado-Membro vai conservando no processo de integração europeia (Quadros, 2004: 102-104). O princípio foi introduzido por Maastricht com função de "contrapeso" à mais ampla atribuição de competências que então ocorria, e reflecte por isso o desejo de salvaguardar a diversidade cultural dos Estados-Membros impedindo uma acção "uniformizadora" da União. Ao permitir que as decisões sejam tomadas ao nível mais baixo possível (regional ou nacional), aproxima o poder dos cidadãos e incentiva os processos de participação democrática. Na prática, porém, este princípio é de difícil

⁶ Anteriormente denominado processo de co-decisão.

⁷ Até então, no âmbito das decisões tomadas no âmbito da cultura, as decisões do Conselho eram tomadas por unanimidade. A passagem à deliberação por maioria qualificada significou assim, também nesta área, a agilização do processo de decisão e reforço do papel do Parlamento Europeu, e desta forma o carácter democrático das decisões.

⁸ O Princípio encontra-se hoje no art. 5º par. 3 TUE conforme modificado pelo Tratado de Lisboa, e no Protocolo nº 2 Relativo à Aplicação dos Princípios da Subsidiariedade e da Proporcionalidade anexo ao TUE e TFUE.

verificação, em função do seu carácter eminentemente político e do amplo espaço de apreciação discricional concedido às instituições, assim como pelas dúvidas em relação à idoneidade do Tribunal de Justiça em verificar o respeito pelo princípio, dada a sua tendência geral de favorecimento da integração (Gaja e Adinolfi, 2010: 148-154).

Mas, mais importante, é o facto de o princípio da subsidiariedade poder ser usado para travar a intervenção comunitária. Sobretudo no caso da cultura, a invocação deste princípio pode estar a perpetuar a indefinição do conteúdo e utilidade de uma política cultural comunitária, fazendo a gestão da cultura recair noutras áreas políticas, e assim obstruir, em vez de proteger, a diversidade cultural (Kock, 2010: 61-62). Não existem consensos acerca das possibilidades/limitações que o princípio representa. Segundo Vera Dantas (2004: 124-125), uma interpretação restritiva do princípio da subsidiariedade pode de facto actuar como travão à acção europeia, perpetuando o vazio existente entre os programas geridos ao nível da UE e as políticas culturais nacionais. Uma interpretação positiva da subsidiariedade não a considera um impedimento para uma acção concreta da UE, e pelo contrário, evoca-a como argumento para a necessidade da intervenção europeia: alguns dos objectivos partilhados pelos Estados-Membros não podem ser realizados adequadamente pelas acções isoladas dos Estados-Membros, e podem ser mais eficazmente alcançados ao nível europeu.

1.2. Evolução da política linguística da UE

Foi então sobretudo através da área da educação que a União Europeia interveio no domínio do conhecimento das línguas. O alargamento do processo de integração ao sector da educação teve início em 1974, quando os Ministros da Educação dos Estados-Membros, reunidos em Conselho das Comunidades Europeias, traçaram uma primeira posição comum relativa à cooperação neste sector⁹. O ano de 1976 é uma data decisiva em matéria de aprendizagem de línguas estrangeiras: pela primeira vez é expresso o objectivo de dar a todos os alunos a possibilidade de estudar pelo menos uma outra língua da Comunidade. Já então se previa que o ensino das línguas abrangesse também os cidadãos europeus fora do sistema de ensino tradicional, em particular, através da

⁹ Resolução do Conselho de Ministros da Educação reunidos no seio do Conselho de 6 de Junho de 1974 sobre cooperação em matéria de Educação, Jornal Oficial nº C 098 de 20 de Agosto de 1974.

formação profissional de adultos¹⁰. Oito anos mais tarde, em 1984, os Ministros da Educação da Comunidade dão um novo passo decisivo ao alargar esta meta a duas línguas estrangeiras. Era então afirmado:

“Les États membres s’entendent pour soutenir toutes les mesures permettant au plus grand nombre possible d’élèves d’acquérir avant la fin de la période de scolarisation obligatoire des compétences pratiques dans deux langues étrangères et pouvant contribuer à l’entretien des compétences linguistiques dans le cadre de la formation professionnelle, de l’enseignement supérieur et de la formation pour adultes.” Conclusões do Conselho de Ministros da Educação reunidos no Conselho de 4 de Junho de 1984.

Esta decisão teve, segundo Jostes, uma evidente dimensão política na medida em que “(...) seul l’objectif élargi d’une seconde langue étrangère ouvre un espace à d’autres langues étrangères que l’anglais” (Jostes, 2007: 165). Era já então evidente que a posição hiper-central da língua inglesa tornaria a política europeia de multilinguismo numa política “a favor da língua inglesa” se não fossem traçados novos objectivos de diversificação das línguas aprendidas. No ano seguinte, a questão da aprendizagem das línguas era, pelo Comité “Europa dos Cidadãos”, valorizada pela sua vertente cultural:

“Les langues parlées dans la Communauté forment un élément essentiel de son patrimoine culturel et contribuent à sa richesse et à sa diversité. Pour que les populations puissent s’entendre par-delà des frontières, il faut d’abord qu’ils se comprennent. La connaissance pratique des langues, des cultures et des conditions de vie des autres États membres revêt dès lors une importance particulière et devrait être encouragée dès le jeune âge.” Relatório do Comité “Europa dos Cidadãos” adoptado pelo Conselho Europeu de Milão, 28-29 de Junho de 1985.

Desde meados dos anos 80 estes objectivos de promoção da aprendizagem de línguas foram postos em prática por programas na área da educação: o programa *Erasmus*, criado em 1987, foi o primeiro programa de acção comunitário com vista a promover a mobilidade dos estudantes, que integrava também um objectivo linguístico. Dois anos mais tarde (1989) foi criado o programa *Lingua* (para o período 1990-1994),

¹⁰ Resolução do Conselho e dos Ministros da Educação, reunidos no seio do Conselho de 9 de Fevereiro de 1976 que inclui um programa de acção em matéria de educação, Jornal Oficial nº C 038 de 19 de Fevereiro de 1976.

destinado, especificamente, a promover o conhecimento de línguas estrangeiras, através do apoio à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, nomeadamente, possibilitando aos professores de línguas um período de formação no estrangeiro, e apoiando o desenvolvimento de instrumentos e materiais de apoio à aprendizagem de línguas estrangeiras.

Todavia é interessante notar que o fundamento para a criação do programa apresentado era, já não apenas de ordem “cultural”, mas ligado às necessidades do mercado único:

“La réalisation du marché intérieur devrait être facilitée par l’amélioration quantitative qualitative de l’enseignement et de l’apprentissage des langues étrangères à l’intérieur de la Communauté, afin de permettre aux citoyens de celle-ci de communiquer entre eux et de surmonter les difficultés linguistiques qui entravent la libre circulation des personnes, des biens, des services et des capitaux (...).” Decisão do Conselho de 28 de Julho de 1989 para a criação do programa *Língua*, Jornal Oficial nº L239 de 16 de Outubro de 1989.

O programa *Língua* foi mais tarde integrado nos dois grandes programas educativos comunitários: o primeiro – *Leonardo*, criado em 1994, concretizava a política de formação profissional da Comunidade, e o segundo – *Sócrates*, criado em 1995, concretizava a política para a educação; ambos foram reconduzidos numa segunda fase para o período 2000-2006 (*Leonardo II* e *Sócrates II*).

O actual período de programação (2007-2013) reúne, ao abrigo do *Programa Aprendizagem ao Longo da Vida*, os programas precedentes, reestruturados e direccionados para quatro domínios: *Comenius* (educação escolar), *Erasmus* (ensino superior), *Leonardo Da Vinci* (formação profissional), *Grundtvig* (educação de adultos). Estes quatro programas sectoriais são complementados por um *Programa Transversal* com quatro áreas-chave: *Política de Cooperação e Inovação*; *Línguas*; *TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação*; e *Divulgação e Disseminação de Resultados*. Por fim, o *Programa Jean Monnet* tem como objectivo a promoção da reflexão sobre a integração europeia em instituições de ensino superior. Podem participar nos vários programas *Aprendizagem ao Longo da Vida* os Estados-Membros da União Europeia, Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suíça, os países candidatos e os países dos Balcãs Ocidentais. O orçamento para o programa *Aprendizagem ao Longo da*

Vida 2007-2013 é de cerca de 7 mil milhões de euros. É importante referir que a maioria destes programas não tem uma finalidade especificamente linguística; o aumento do conhecimento de línguas estrangeiras faz parte dos propósitos destes programas, mas os seus objectivos linguísticos não são definidos nem quantificados.

É principalmente, mas não apenas, através da política e programas de educação e formação que a União Europeia promove a aprendizagem das línguas. O quadro na página seguinte oferece um panorama geral dos muitos programas geridos directamente pela Direcção-Geral para a Educação e Cultura da Comissão, ou pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, que não esgotam todos os meios através dos quais a UE promove o multilinguismo, mas são centrais neste campo¹¹.

O objectivo de promoção da aprendizagem de duas línguas estrangeiras além da língua materna foi plenamente reconhecido no Conselho Europeu de Barcelona de 2002, que determinava também a criação de um indicador europeu de competência linguística. Este reconhecimento deu-se imediatamente após o Ano Europeu das Línguas 2001, iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da União Europeia, que, com um orçamento de 10,8 milhões de euros, apoiou projectos e campanhas de promoção a favor da aprendizagem das línguas estrangeiras na UE.

Uma das áreas em que a cooperação entre Estados-Membros da UE, e entre a UE e o Conselho da Europa, teve visíveis resultados, foi na adopção do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (CECR). É fundamental referir neste caso o contributo do Conselho da Europa, que desde cedo interveio na questão das línguas. Desde a década de 70, o Conselho da Europa promoveu os *Niveaux Seuils*, instrumentos de referência para a concepção de métodos e programas de ensino das línguas, mais tarde completados, resultando daí uma escala de seis níveis de referência de competência linguística (do A1, mais elementar, ao C2, o mais avançado). Estes níveis foram posteriormente integrados no QECR, um instrumento que define uma base comum de objectivos, métodos, programas, manuais e procedimentos de avaliação no conhecimento de línguas, descrevendo exaustivamente os conhecimentos e capacidades que os estudantes devem atingir em cada nível, e assim permitindo também a sua auto-avaliação, numa perspectiva “comunicacional” e “activa” do uso das línguas vivas.

¹¹ A transversalidade da componente linguística nas acções da UE é patente na incorporação de objectivos relacionados com o multilinguismo noutras áreas, como o emprego, ou o mercado único.

Enquanto instrumento transversal a todas as línguas nacionais e regionais da UE, o QECR garante a transparência de cursos, programas e qualificações, e pode ser adaptado a qualquer língua. O sucesso com que o CECR se impôs em todos os países da UE e em todos os sectores da formação traduziu-se num passo significativo em direcção a uma harmonização transnacional em matéria de competências linguísticas.

Tabela 1: Programas e iniciativas com participação da Direcção-Geral para a Educação e Cultura da Comissão Europeia, e/ou da Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, 2007-2013.

| Âmbito | Programas | Objectivos gerais |
|-----------------------|---|--|
| Educação e Formação | Aprendizagem ao Longo da Vida (Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci, Grundtvig, P. Transversal) Erasmus Mundus Tempus | Promover a educação e formação dos cidadãos europeus, contribuindo para o crescimento económico e melhor emprego, promovendo a consciência da diversidade cultural europeia, a inovação, a criatividade, e o multilinguismo. |
| Cultura | Cultura 2007-2013 (programa-quadro) | Promover a mobilidade transnacional dos trabalhadores do sector cultural; Apoiar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais; Incentivar o diálogo intercultural |
| Juventude | Juventude em Acção (Youth in Europe, Serviço Voluntário Europeu) | Promover a cidadania activa, a solidariedade e tolerância entre os jovens, a mobilidade, a criatividade e a participação, a educação informal, o diálogo intercultural, a diversidade linguística e cultural, e a inclusão social dos jovens europeus. |
| Investigação | 7º Programa-quadro (FP7) > Programa People > Acções Marie Curie | Promover a investigação científica e tecnológica através do apoio à formação dos investigadores e a projectos, com componente de mobilidade transnacional, em todos os domínios de investigação, incluindo as ciências humanas e sociais. |
| Audiovisual | Media 2007-2013 (Formação, Projectos e Festivais, Distribuição e Promoção) | Promover a competitividade da indústria audiovisual europeia, procurando promover o diálogo intercultural, aumentar o conhecimento entre as culturas europeias e desenvolver o potencial cultural. |
| Comunicação Cidadania | Europa para os Cidadãos | Promover a construção de uma Europa mais unida; promover a cidadania europeia activa, a identidade europeia comum, a diversidade cultural e linguística, e o diálogo intercultural. |

Elaboração nossa, com base no site oficial da Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/culture/eu-funding/doc2886_en.htm

As orientações da UE para a promoção do multilinguismo no espaço europeu e do multilinguismo dos seus cidadãos foram sendo definidas pela Comissão e Conselho: em 2003 a Comissão adoptou o Plano de Acção 2004-2006 “Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística”¹²; em 2005, a Comissão apresentou a Comunicação “Um novo quadro estratégico para o multilinguismo”¹³, um primeiro passo para a promoção de multilinguismo mais alargado, que definia um conjunto de acções específicas para a Comissão e para os Estados Membros. E em 2008, após a Comunicação da Comissão “Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum”, o Conselho aprova a “estratégia europeia a favor do multilinguismo”¹⁴.

Este último documento expõe as mais recentes orientações estratégicas europeias em matéria de promoção do multilinguismo, alargando o seu alcance a novas áreas, como o mercado interno, as empresas e o emprego.

Com base em todas as implicações do multilinguismo nas diversas áreas da vida dos cidadãos e da sua importância para o espaço europeu, o Conselho convida neste documento os Estados-Membros e a Comissão Europeia, na medida das suas esferas de competência, e de acordo com o princípio da subsidiariedade, a *i)* promover o multilinguismo para reforçar a coesão social, o diálogo intercultural e a construção europeia, *ii)* reforçar a aprendizagem das línguas ao longo da vida, *iii)* promover o multilinguismo como factor de competitividade da economia europeia e de mobilidade e empregabilidade, *iv)* promover a diversidade linguística e o diálogo intercultural, reforçando o apoio à tradução a fim de favorecer a circulação das obras e a difusão de ideias e conhecimento na Europa e no mundo e *v)* promover as línguas da União Europeia no mundo.

¹² Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52003DC0449:PT:HTML>.

¹³ Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52005DC0596:PT:HTML>.

¹⁴ Resolução do Conselho de 21 de Novembro de 2008, sobre uma estratégia europeia a favor do multilinguismo, Jornal Oficial n° C 320 de 16 de Dezembro de 2008.

1.3. Impacto e avaliação dos objectivos da política linguística da UE

Segundo Jostes (2007) a cronologia dos objectivos e das iniciativas europeias a favor do multilinguismo pode opor-se uma cronologia de decepções estatísticas. Um estudo do Eurobarómetro de 2001¹⁵ mostrava que 53% das pessoas inquiridas indicavam falar uma língua estrangeira além da sua língua materna, e 23% duas línguas estrangeiras. O sucessivo estudo do Eurobarómetro apresentado em 2006 revelava uma ligeira melhoria nestes indicadores: 56% das pessoas inquiridas indicavam falar uma língua estrangeira além da sua língua materna e 28% duas línguas estrangeiras. Em 2006 seis Estados-Membros tinham maioria de falantes monolíngues: Irlanda (66% de pessoas que não sabem nenhuma outra língua além da sua língua materna), Reino Unido (62%), Itália (59%), Hungria (58%), Portugal (58%) e Espanha (56%).

Independentemente destes dados, muito distantes do objectivo da “língua materna mais duas”, são interessantes as respostas às questões de opinião: a grande maioria das pessoas inquiridas (83%) considerava que a aprendizagem de outras línguas lhe era ou poderia ser útil pessoalmente¹⁶. Todavia, quando inquiridas sobre quais as duas línguas mais úteis, 68% das pessoas inquiridas escolhia o inglês. O quadro abaixo ilustra as respostas dos inquiridos na UE a 25, em Portugal e em Itália; nos três casos, a preponderância da língua inglesa é evidente.

Tabela 2: Estudo Eurobarómetro 2006; Respostas da UE25, Itália e Portugal à questão: “Which two languages, apart from your mother tongue do you think are the most useful to know for your personal development and career?”

| | Inglês | Francês | Alemão | Espanhol | Russo | Italiano | Sueco |
|-------|--------|---------|--------|----------|-------|----------|-------|
| EU 25 | 68% | 25% | 22% | 16% | 3% | 3% | 1% |
| PT | 59% | 35% | 6% | 6% | 0% | 0% | - |
| IT | 80% | 24% | 13% | 15% | 1% | 1% | - |

Conforme nota Truchot (2008), a avaliação dos objectivos linguísticos dos programas educativos europeus não mobilizou os investigadores.

Entre os poucos estudos existentes, o autor refere o de Hermans (1997) relativo ao programa *Língua* no período 1990-1994, que revelou que dos professores que

¹⁵ Disponível em http://ec.europa.eu/education/languages/pdf/doc625_en.pdf.

¹⁶ De acordo com o Eurobarómetro de 2006, Portugal era o país europeu onde menos se considerava útil a aprendizagem de outras línguas (73%), e entre 2001 e 2006 esta percepção não se alterou. Itália estava, em 2006, próxima da média europeia; 86% dos inquiridos consideravam útil a aprendizagem de outras línguas, e relativamente a 2001, esta taxa correspondia a um aumento de 16%.

beneficiaram de um período de formação no estrangeiro, 50% escolheu para a sua formação países anglófonos, 25% escolheu países francófonos, 10% elegeu a Espanha e 8% a Alemanha. Este programa deu origem a importantes realizações no âmbito da compreensão multilingue: um bom exemplo foi o método *Eurom 4* para a aprendizagem e compreensão de 4 línguas românicas (espanhol, francês, italiano e português). Mas, refere Truchot (2008), os impactos do programa não se prolongaram às instituições de cada país nem tiveram consequências duradouras nas políticas nacionais; além disso, o programa, integrado em 1995 nos programas educativos *Sócrates* e *Leonardo*, perdeu a visibilidade que lhe era assegurada até então (Ibid. 92).

Este balanço final era todavia mais positivo que os dados revelados pela Eurydice¹⁷ relativos aos sistemas de ensino nacionais em 1994-1995: no ensino secundário dos países da UE, o inglês era ensinado a 89% dos estudantes, o francês a 32%, o alemão a 18% e o espanhol a 8% (Ibid. 91). Dez anos mais tarde, a publicação de novos dados pela Eurydice (2005) mostrava que o ensino obrigatório em toda a Europa ocorria cada vez mais cedo, mas que ao longo do primeiro ciclo do ensino secundário menos de metade dos alunos aprendia duas línguas ou mais, que a aprendizagem do inglês continuava a aumentar acima de todas as outras línguas, e que o alemão e o francês eram as segundas línguas estrangeiras mais frequentes (Cfr. Jostes, 2007).

O programa Erasmus, um dos programas europeus com maior visibilidade e adesão (entre 1987 e 2003 beneficiaram de períodos de estudo Erasmus um milhão de pessoas), revela dados semelhantes no que concerne os seus objectivos de promoção do multilinguismo: em 2003-2004, 18% teve como destino a Espanha, 16% a França e a Bélgica francófona, 15% o Reino Unido e Irlanda e 15% a Alemanha e a Áustria. A repartição dos estudantes fornece uma primeira indicação das línguas que utilizaram: dois terços dos estudantes escolheram países de línguas de grande difusão (Truchot, 2008: 93).

Conforme refere Jostes (2007), são especialmente interessantes os resultados da avaliação externa de 2003 aos objectivos linguísticos dos programas educativos *Sócrates* e *Leonardo*, encomendada pela Comissão Europeia à consultora Deloitte &

¹⁷ A rede Eurydice é uma plataforma coordenada pela Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura, composta por 37 unidades nacionais dos países participantes no programa *Aprendizagem ao Longo da Vida*, com a missão de recolher e divulgar informação e análises sobre os sistemas e políticas de educação nos países europeus.

Touche¹⁸. Se por um lado estes programas se revelaram muito bem sucedidos na sua contribuição para o desenvolvimento da compreensão intercultural e sensibilização da diversidade linguística, todas as outras questões tiveram resultados negativos: a aprendizagem de novas línguas foi quase nula, boa parte dos participantes melhoraram a sua competência em línguas que já conheciam; na maioria dos projectos a língua de trabalho eleita foi o inglês, e mesmo para os estudantes em mobilidade, a língua utilizada foi, em geral, o inglês (Ibid. 169). Igualmente pouco expressivo, afirma a autora, foi o impacto destes programas nos sistemas educativos nacionais, com a única excepção da aprendizagem de línguas estrangeiras, que progressivamente se dá em idades mais jovens. Em geral, conclui a autora, as avaliações realizadas, quer do Ano Europeu das Línguas 2001, quer dos programas de formação europeus, deixam dúvidas sobre a eficácia dessas iniciativas e, assim, sobre o realismo dos seus objectivos, fixados a um nível muito alto (Ibid. 168).

Em face destes resultados pouco satisfatórios, o referido estudo procurou as suas razões nas motivações da política linguística:

“There is an important concern, however. All languages are treated in the same way – yet the needs and issues are very different from one language to another. More reflection is needed about the diversification of approaches needed in respect of the languages and the target group concerned. In fact, the objectives and needs that drive language policies are very diverse.”¹⁹

O estudo concluía que os objectivos e necessidades que determinam as políticas linguísticas são muito diversificados, identificando cinco “lógicas” subjacentes à política de promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras: *i*) de um ponto de vista cultural, as línguas devem ser aprendidas pelo valor que têm, *ii*) de um ponto de vista “económico” (e para a comunicação nas redes de investigação), uma *língua franca* como o inglês é claramente necessária, *iii*) do ponto de vista da “integração” (na Europa e no mundo), é necessário desenvolver competências na língua inglesa, mas também em outras línguas europeias de grande difusão (como o alemão, o francês e o espanhol), *iv*)

¹⁸ Deloitte & Touche, 2003, *Evaluation ex post/midterm of the extent to which the Sokrates (Sokractes 1995-1999 and first phase of Sokrates II 2000-2006) and Leonardo da Vinci (Leonardo da Vinci 1995-1999 and first phase of Leonardo da Vinci II 2000-2006) have achieved the programmes's linguistic objectives*, Relatório final, 18 de Dezembro de 2003, disponível em http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/evalreports/languages/2004/ling_obj/lingxpintrep_en.pdf.

¹⁹ Ibid.134.

do ponto de vista da “riqueza e da diversidade culturais”, as línguas MODIME²⁰ devem ser apoiadas, e v) do ponto de vista da “mundialização”, será necessário considerar as línguas não europeias (como a língua chinesa).

As conclusões do estudo defendiam a necessidade de se estabelecerem, de forma clara, prioridades entre estes diferentes objectivos, em certa medida, contraditórios. É fundamental, acrescentava, distinguir os meios a serem mobilizados para cada um dos diferentes objectivos, tendo em conta, na diferenciação entre estes, as situações de cada país, e as suas características específicas (ligadas à sua história de aprendizagem de línguas, da situação económica do país, etc.) (Deloitte & Touche, 2003: 134, *apud* Jostes, 2007: 170-171).

Conforme defende Jostes (2007), o alargamento dos objectivos em matéria de política linguística (língua materna mais duas) inscreveu-se no contexto da preponderância crescente do inglês na Europa e da necessidade de defender, a par do inglês, língua que se tornou indispensável para todos, um espaço para outras línguas estrangeiras. É na definição deste espaço que reside a questão central, e em que a UE é omissa:

“(…) il n’y a pas eu de réflexion sur les différences de fonctions linguistiques et de conditions de communication. La seule opération effectuée jusqu’à présent a été l’addition (...)” (Jostes, 2007 :171)

Em conclusão, parece-nos pertinente ler a omissa reflexão europeia sobre as diferentes funções das línguas e condições de comunicação à luz da reflexão de Truchot (2008: 90-91) sobre a terminologia dos conceitos de referência na UE, nomeadamente, os de diversificação do ensino das línguas, diversidade linguística e multiculturalismo. Nota o autor que o termo “diversificação” esteve presente durante algum tempo nas posições políticas das instituições europeias; é disso exemplo a Resolução do Conselho de 31 de Março de 1995, relativo ao melhoramento da qualidade e à diversificação do ensino e da aprendizagem das línguas nos sistemas educativos na União Europeia. Por diversificação do ensino das línguas vivas, entende-se “la démarche politique que vise à éviter la domination d’une seule langue dans les systèmes éducatifs et à assurer un équilibre entre les langues enseignées” (Ibid. 90).

²⁰ O termo MODIME, em francês, designa as línguas oficiais da União Europeia “moins diffusées et les moins enseignées”. Em inglês é adoptado o termo LWULT designando “less widely used and less taught”.

Nos documentos posteriores a UE passou adoptar “diversidade linguística”, tal como o conceito é veiculado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (art. 22º). Esta mudança de formulação, que não foi explicada, permite, segundo o autor, pensar que a adopção da expressão “diversidade linguística”, uma noção mais consensual que a de “diversificação”, evita uma tomada de posição muito explícita sobre a escolha das línguas. O termo “diversidade” refere-se em geral a todas as línguas da Europa, qualquer que seja o seu estatuto. Mais recentemente, o termo multilinguismo tem sido o mais consensual, quando relativo à política seguida pela UE.

É portanto necessário que a União Europeia e os Estados-Membros promovam uma reflexão sobre as diferentes funções linguísticas e condições de comunicação das línguas faladas no espaço europeu, numa verdadeira lógica de promoção da diversidade, mas também da diferenciação, única forma de superar a indiscutível e natural prevalência do inglês como *língua franca* ou *basic skill*, e de abrir verdadeiramente espaço ao estudo das línguas menos faladas na União Europeia, entre as quais se encontram a língua italiana e a língua portuguesa.

2. DIFUSÃO, PROMOÇÃO E ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO

2.1. A difusão da língua portuguesa no mundo

2.1.1. Da génese da língua portuguesa à sua afirmação além-fronteiras

De acordo com a *Ethnologue*²¹ o português é a 6ª língua mais falada no mundo como língua materna, com 178 milhões de falantes²². Número substancialmente superior é o revelado pelo Observatório da Língua Portuguesa, com base em dados disponibilizados pelos Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e adoptado por instituições de referência como o Instituto Camões e o Centro Jacques Delors; a estimativa de 240 milhões de falantes divulgada por esta instituição eleva a língua portuguesa ao 4º lugar²³.

Tabela 3: As 10 línguas mais faladas como língua materna (em milhões de falantes), 2009/2010.

| Dados <i>Ethnologue</i> | | | Dados Observatório da Língua Portuguesa | | |
|-------------------------|---------------------|----------|---|---------------------|----------|
| | Língua | Falantes | | Língua | Falantes |
| 1 | Chinês - Mandarim | 845 | 1 | Chinês - Mandarim | 845 |
| 2 | Espanhol | 329 | 2 | Espanhol | 329 |
| 3 | Inglês | 328 | 3 | Inglês | 328 |
| 4 | Hindi | 182 | 4 | Português | 240 |
| 5 | Bengali | 181 | 5 | Hindi | 182 |
| 6 | Português | 178 | 6 | Bengali | 181 |
| 7 | Russo | 144 | 7 | Russo | 144 |
| 8 | Japonês | 122 | 8 | Japonês | 122 |
| 9 | Alemão | 90 | 9 | Alemão | 90 |
| 10 | Javanês (Indonésia) | 85 | 10 | Javanês (Indonésia) | 85 |

Fonte: <http://www.ethnologue.com/>

Fonte: <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/>

²¹ *Ethnologue: Languages of the World* é um projecto de investigação de referência na área da linguística, com uma das maiores bases de dados de idiomas vivos do mundo, actualizada sensivelmente de quatro em quatro anos. A última actualização foi publicada em 2009 (Lewis, M. Paul, ed., 2009. *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition. Dallas, Tex.: SIL International); a sua versão online está disponível em <http://www.ethnologue.com/>, acedida em 14/8/2011.

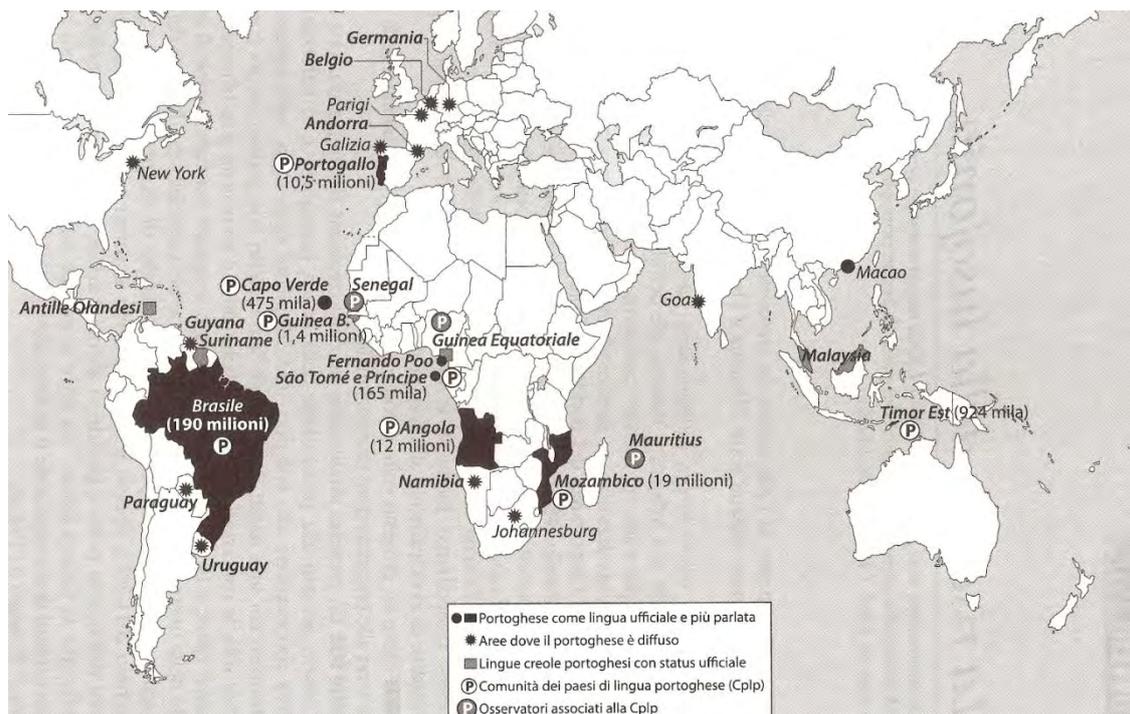
²² Caso se considere a família das línguas árabes como uma língua única (e não as diversas línguas de matriz árabe isoladamente), a posição da língua portuguesa cairia do 6º para o 7º lugar (a língua árabe entraria em 4º lugar com 221 milhões de falantes). Se, seguindo o mesmo critério, se considerar a família das línguas chinesas como uma língua única (e não as diversas línguas de matriz chinesa isoladamente), a posição relativa do português não sofre alteração, mas o primeiro lugar passa a ser ocupado pelo chinês (em que se inclui o mandarim e outras 11 línguas de matriz chinesa) com 1.213 milhões de falantes.

²³ Adoptaremos neste trabalho a estimativa do Observatório da Língua Portuguesa, acedida em <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/> a 6/9/2011.

Em qualquer das estimativas, a língua portuguesa corresponde à 3ª língua europeia mais falada no mundo.

Também de acordo com a *Ethnologue*, a língua portuguesa é falada em 37 países, distribuídos por quatro continentes, predominantemente no hemisfério sul (os países, e o número de falantes). A imagem abaixo ilustra a difusão do português no mundo, na multiplicidade de situações que a caracteriza hoje.

Imagem 1: A língua portuguesa no mundo²⁴.



Fonte: *Limes: revista italiana di geopolitica*, 5/2010.

O português é língua oficial de 8 países: Brasil, Moçambique, Angola, Portugal, Guiné-Bissau, Timor Leste, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe, os 8 Membros da CPLP, e é ainda língua oficial na Região Administrativa Especial (RAE) de Macau. A posição que a língua portuguesa ocupa em cada um destes países, e o peso de cada um deles no total dos falantes lusófonos está patente no quadro que se segue.

²⁴ Fazemos presente que os números relativos aos falantes de língua portuguesa patentes nesta imagem (que somam cerca de 234 milhões) diferem dos que a seguir se apresentarão. Esta discrepância dever-se-á aos diferentes critérios e data de recolha dos dados entre a fonte a que faz fê a *Limes*, não identificada, e o Observatório da Língua Portuguesa.

Tabela 4: Falantes de Português nos países da CPLP e RAE de Macau, 2010.

| | População residente (milhares) | Percentagem considerada ²⁵ | Emigrantes (milhares) | Falantes de Português (milhares) |
|---------------------|--------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| Angola | 18.993 | 60% | 500 | 11.896 |
| Brasil | 195.423 | 100% | 3.000 | 198.423 |
| Cabo Verde | 513 | 95% | 555 | 1.042 |
| Guiné-Bissau | 1.647 | 60% | 300 | 1.288 |
| Moçambique | 23.406 | 50% | 500 | 12.203 |
| Portugal | 10.732 | 100% | 4.800 | 15.532 |
| RAE de Macau | 545 | 4% | 0 | 22 |
| São Tomé e Príncipe | 165 | 95% | 10 | 167 |
| Timor Leste | 1.171 | 20% | 20 | 254 |
| TOTAL | 252.595 | | 9.715 | 240.827 |

Fonte: <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/>

Dos dados acima conclui-se que a população do Brasil e os emigrantes brasileiros representam mais de 80% do total dos falantes de língua portuguesa no mundo. Fica também clara a considerável emigração portuguesa, que deu origem às importantes comunidades de língua portuguesa existentes nos Estados Unidos da América, Venezuela, África do Sul, e na Europa, em França, Suíça, Alemanha, Luxemburgo, e Andorra, entre outras, com as implicações que daí advêm para o mapa da língua portuguesa no mundo (*vide* mapa acima). Sob a área de influência do Brasil, a língua portuguesa é a primeira língua estrangeira de aprendizagem obrigatória desde o ensino primário em dois países da Mercosul, a Argentina e o Uruguai, e está também integrada nos sistemas escolares da Venezuela e Senegal.

De notar é ainda o facto de apenas em Portugal e no Brasil a língua portuguesa ser efectivamente a língua da totalidade da população (grosso modo, já que nem no Brasil nem em Portugal vigoram situações de monolinguismo absoluto), desempenhando um papel de língua verdadeiramente nacional, além de oficial. Nos restantes países a língua portuguesa concorre com outras línguas em realidades plurilingues, sendo, nalguns casos, língua minoritária. A língua portuguesa é língua de trabalho de importantes organizações políticas de carácter regional, continental e intercontinental, entre as quais a União Europeia, União Africana, a Comunidade

²⁵ Conforme referido pelo Observatório da Língua Portuguesa, “as percentagens de falantes foram consideradas com base em elementos obtidos junto das diferentes delegações nacionais participantes na IV Conferência Estatística da CPLP realizada em Lisboa a 1 e 2 de Julho de 2010. Fontes idênticas serviram de base para a estimativa do número de emigrantes.” (<http://www.observatorio-lp.sapo.pt/>, acedido a 6/9/2011).

Económica dos Estados Oeste Africano, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, a Cimeira Ibero-Americana, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização dos Estados Americanos, a Mercosul, e a CPLP.

Por fim, na União Europeia, é língua materna de 3% da população, embora seja, como vimos acima, a 3ª língua da União Europeia mais falada no mundo, depois do espanhol e do inglês.

Este sucinto retrato geral da difusão da língua portuguesa no mundo, “bilhete de identidade” espacial e quantitativo, torna evidente uma das suas mais significativas especificidades; nas palavras de Ivo Castro (2005):

“ (...) o português não é apenas uma língua europeia, no sentido exclusivo em que isso se dirá do dinamarquês ou mesmo do alemão e do italiano, mas também uma língua não-europeia. Talvez seja *principalmente* uma língua não-europeia, tendo em conta a distribuição desproporcionada da sua área geográfica e das massas populacionais que a falam na Europa e fora dela.” (Castro, 2005: 8)

A descontinuidade territorial do mapa linguístico do português, língua autenticamente transcontinental, e aspecto determinante para a actual projecção do português no mundo, tem origens históricas. Vejam-se, sucintamente, as duas fases fundamentais da história da língua portuguesa; dois ciclos evolutivos, ou dois grandes movimentos que, de acordo com Ivo Castro (2005: 84-88), modelaram a sua norma e a sua geografia, “reflectindo a história da ocupação do território, a formação do estado, e os grandes movimentos da nação” (Ibid. 84):

i) Num primeiro ciclo de Formação da Língua, entre os sécs. IX e XV, o português, nascido como um “capítulo da história do latim” na zona da Galécia Magna (a actual Galiza, parte do norte de Portugal e o ocidente das Astúrias), e por isso geralmente denominado galaico-português, derrama-se em direcção ao sul, na esteira da Reconquista do território dos árabes. Nesta transplantação, sobrepôs-se ao árabe que as populações reconquistadas falavam, sofrendo simultaneamente uma transformação resultante do seu contacto com as línguas locais. No final deste ciclo, o português estava já definitivamente separado do galego. Um novo equilíbrio político e geográfico tornou o sul-centro cada vez mais influente, e Lisboa, a capital do país. A partir do séc. XV, esta língua ganha ascendência sobre os dialectos do norte, tornando-se base da norma

culta, vista como língua nacional. No fim deste ciclo, através de um episódio de *elaboração da língua*, “acto de recusa das origens”, a língua portuguesa atinge o fim do seu período de formação e crescimento, processo coincidente e decerto relacionado com as grandes alterações sociais e políticas então ocorridas.

ii) Entre o séc. XV e inícios do séc. XVI ocorre um processo de Expansão da Língua, em que esta sofre uma radical transfiguração. Enquanto se consolida em Portugal, a língua portuguesa é levada, pelos Descobrimentos, num segundo movimento para sul, para fora da Europa: para ilhas atlânticas, para os litorais africano e asiático que ofereciam suporte às rotas marítimas, e para o litoral brasileiro. A língua “nunca perdeu o mar de vista”, excepto no Brasil, onde os portugueses entraram terra dentro nos sécs. XVI e XVII, como só fariam no séc. XIX em Angola e Moçambique. A partir de então, é necessário distinguir entre português europeu e português extra-europeu.

Do ponto de vista da evolução da língua, o português europeu, tornado padrão nacional em Portugal, foi descrito pelos gramáticos já a partir do séc. XVI, e do ponto de vista fonético, depois do séc. XVIII não ocorreram alterações significativas.

O português extra-europeu teve dois tipos específicos de desenvolvimento, logo a partir do séc. XVI:

a) No Brasil, África e Ásia, o português que aí se implementou e desenvolveu chegou aos nossos dias com plena vitalidade nos primeiros dois espaços e em estado de relíquia no último. No Brasil a língua portuguesa tornou-se veículo único de comunicação nacional e regional; em Angola e Moçambique, onde concorre com outras línguas nacionais, não é a língua da maior parte da população, embora se assuma no presente, e se perspetive no futuro, língua de administração, de cultura, de ensino e das relações internacionais, e sejam já visíveis sinais do crescimento do número dos seus falantes.

b) Ao longo do litoral dos continentes americano, africano e asiático, o português associou-se a línguas locais para produzir crioulos e pidgins²⁶. Esse processo

²⁶ Os *pidgins* são *línguas mistas* nascidas para suprir as necessidades básicas de comunicação imediata entre falantes de línguas diferentes, em que se mistura a língua dominante e a materna para constituir uma linguagem veicular simples e de uso restrito e eficaz. Posteriormente expandido no léxico e complexificado na gramática, o *pidgin* dá origem aos *crioulos*, aprendidos já como língua materna. São crioulos de base portuguesa as línguas que resultaram do contacto histórico entre o português europeu e as línguas africanas ou asiáticas; tendo como base lexical a língua portuguesa, afastaram-se dela profundamente, devendo por isso ser tratadas como línguas independentes. De acordo com a “História da Língua Portuguesa” - Instituto Camões (<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html>, acedido a 3/9/2011), os crioulos de base portuguesa são classificados em 6 tipos, de acordo com um critério de ordem predominantemente geográfica: crioulos da Alta Guiné; do Golfo da Guiné; Indo-portugueses; Malaio-portugueses; Sino-portugueses; e crioulos do Brasil.

teve como resultado a situação linguística em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e certas áreas do Índico e Oceânia, onde predominam crioulos de base portuguesa.

Do ponto de vista do seu sistema linguístico, a língua portuguesa dispõe hoje de duas variantes nacionais plenas – a variante portuguesa, geralmente designada por “português europeu”, e a variante brasileira, designada “português brasileiro”. Em África, estão em desenvolvimento as variantes moçambicana e angolana. Os processos em marcha no domínio da norma da língua portuguesa caracterizam-se, assim, por uma tendência eminentemente marcada por forças divergentes (Castro, 2005: 15).

O Acordo Ortográfico assinado pelos países da CPLP é um recente exemplo de intervenção política sobre a língua no sentido de aproximar padrões e maximizar trocas culturais e económicas. Apesar das questões da norma e das variantes do português poderem parecer-nos marginais e exclusivas do campo de estudo da linguística, é importante deixar uma última reflexão relativa às implicações que têm no universo da Lusofonia, e na sua (aparente) homogeneidade linguística. Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), diz Roberto Mulinacci (2010: 179-188), que:

“(…) non solo esiste una pluralità di lingue nazionali diverse dal portoghese e rispetto ad esso largamente maggioritarie, ma in cui lo stesso portoghese presenta varietà locali distinte da quella standard usata a livello istituzionale. Dire insomma che in tutti i paesi membri della lusofonia si parla portoghese, più che impropria, è un’affermazione incompleta.” (Ibid. 180)

Segundo o autor, a variabilidade que caracteriza hoje o português difuso no mundo é um facto incontornável. Paradoxalmente, conforme defende Inocência Mata, a diversificação da língua portuguesa pode ser lida como uma força. A aparente “subversão” da língua pode estar na verdade a “inscrever no sistema da língua portuguesa uma outra forma de dizer em português geografias culturais muito diferentes”, que alarga o seu âmbito de existência e forma “um sistema muito mais amplo e muito mais persistente, muito mais duradouro, muito mais enriquecido que vai projectar a língua portuguesa para o segundo milénio”²⁷.

²⁷ In *O Emigrante/Mundo Português*, 28/2/2011, acedido em <http://www.mundoportugues.org/content/1/8801/lingua-professora-defende-que-diversificacao-esta-alargar-mbito-portugues>, a 14/9/2011.

Em todo o caso a importância da língua portuguesa tem-se acentuado nas últimas décadas, impulsionada, segundo o Observatório da Língua Portuguesa, “por um crescimento do número de falantes que ultrapassa o ritmo de aumento demográfico nos países que têm o Português com factor estruturante da sua identidade e soberania.”²⁸

Segundo o modelo gravitacional das línguas proposto pelo linguista Louis-Jean Calvet (1999), o português encontra-se num segundo nível de “centralidade”. Este modelo baseia-se no princípio de que as línguas estão ligadas entre si pelos falantes bilingues, e que estes sistemas de bilinguismo podem ser apresentados como uma relação de forças, através de um modelo gravitacional. Em qualquer par de línguas falado por um indivíduo bilingue, em que uma corresponda à língua materna, e a outra à língua segunda, está presente uma relação de forças. A força de uma língua não está tanto no número daqueles que a aprenderam como língua materna, mas no número daqueles que por ela são atraídos e a aprendem como língua segunda ou estrangeira. Este modelo explica a natural propensão dos indivíduos para dois tipos de acção: estudar as línguas em torno das quais “gravitam” e que têm estatuto superior à sua (bilinguismo vertical), ou estudar as línguas do mesmo nível da sua, tendo portanto um estatuto semelhante à sua (bilinguismo horizontal). É muito menos provável que os indivíduos se afastem do “centro” para estudar uma língua mais “periférica” relativamente à sua. Assim, o inglês é a única língua considerada “hiper-central”, em torno da qual gravita a dezena de línguas “super-centrais”, entre as quais o português, o espanhol e o francês. Em torno destas, por sua vez, gravitam as cem a duzentas línguas “centrais”, entre as quais o italiano; e num quarto nível encontram-se as cerca de quatro a cinco mil línguas “periféricas”.

Mas em que traços podemos reconhecer esta “super-centralidade” da língua portuguesa, que segundo este modelo, seria centro gravitacional de milhares de outras línguas? Ou por outras palavras, que força tem, então, hoje no mundo, a língua portuguesa, língua de 240 milhões de pessoas, uma das seis línguas mais faladas no mundo, em quatro continentes, e que atractividade exerce hoje enquanto língua estrangeira?

²⁸ Em “Declaração de Princípios” do Observatório da Língua Portuguesa, em <http://www.observatorio-lp.sapo.pt/>, acedido a 6/9/2011).

2.1.2. A atractividade da língua portuguesa como Língua Estrangeira

2.1.2.1. Língua de comunicação global

Porque a difusão da língua portuguesa no mundo resulta de um passado histórico riquíssimo, a afirmação, aparentemente simples, de que o português é uma língua de comunicação global, presente em quatro continentes, exige-nos um breve mas essencial olhar histórico sobre as características da sua difusão.

De acordo com Nicholas Ostler (2008) o português, *língua imperial*, acompanhou a expansão do domínio português por mar, propagada por via militar, mas impulsionada sobretudo pelo comércio, religião e exploração, primeiro marítima, e mais tarde, estendida ao interior das colónias portuguesas no Brasil e em África.

A expansão marítima dos séculos XV e XVI levou o português a quatro continentes; a partir de então a competência na língua portuguesa espalhou-se, rápida e duradouramente, nos domínios do Oceano Índico, em todos os pontos tocados pela *Carreira da Índia*, e não só. A língua portuguesa tornou-se *língua franca* na Ásia e em África, língua de contacto e comunicação entre povos, mantendo-se, mais de um século depois do colapso das carreiras comerciais portuguesas, língua de comunicação entre os povos asiáticos e entre os povos africanos, ex-portos sob domínio português; língua de comunicação entre estes povos e os povos europeus, que depois de Portugal construíram os seus impérios além-mar; e até língua de comunicação entre os diversos povos europeus estabelecidos na Índia. São singulares e extraordinários os inúmeros testemunhos da longa duração e do elevado estatuto do uso do português em lugares tão longínquos (Cfr. Ostler, 2008).

Além de língua franca de elites, refere o autor, o português tornou-se língua de comunicação de classes mais baixas e dos convertidos ao Cristianismo, adaptando-se e evoluindo para vários tipos de crioulos, chegando nestas formas aos dias de hoje, em pequenas comunidades em Diu, Ceilão e Malaca. As Províncias Holandesas, que ganharam o controlo do Índico e dos ex-domínios do império português entretanto absorvidos por Espanha (em 1581), aceitaram o *status quo* linguístico, reconhecendo a língua portuguesa como língua franca nesta região. Todavia, a língua portuguesa não sobreviveria muito tempo: no momento da Restauração da Independência (1640), o comércio português no Índico “had been lost beyond recall”, a favor dos Franceses e Holandeses; a língua portuguesa, ainda língua franca no Oceano Índico, perderia esta

função ao longo do séc. XVIII, à medida que se impunham o francês e o inglês. A perda do controle sobre esta região teve, nas palavras de Nicholas Ostler, “a devastating effect on the language’s potential to become a world language in the modern era” (Ibid. 61). Esse lugar ficaria reservado ao inglês, cuja grande afirmação após a Segunda Grande Guerra se deve em grande medida, segundo este autor, à sua geografia: estendido ao Índico, o inglês garantiu presença em todos os continentes; se o português tivesse mantido aí a sua posição, defende Nicholas Ostler, teria tido uma semelhante vantagem. “As it was, however, when the trade ebbed, along with the presence of Portuguese merchants, so did the language” (Ibid. 62). O papel da língua portuguesa na religião foi assim mais duradouro que o seu papel enquanto língua de comércio.

Situação muito diferente foi a que se verificou no Brasil, onde a consolidação do uso da língua portuguesa no interior só se deu no séc. XVIII, dois séculos e meio após a chegada ao Brasil. O incentivo para o avanço em direcção ao interior – até então inexistente – chegaria apenas com a descoberta de ouro e pedras preciosas, em 1697. A corrida ao ouro, e mais tarde, a corrida às fazendas, tiveram como consequência um *boom* demográfico. A expulsão dos Jesuítas (em 1759) e a supressão das suas missões e escolas no Brasil, que determinou a passagem do controlo da educação, destes, para o Estado, e a nova legislação que impunha o uso da língua portuguesa explicam o crescimento igualmente forte do número de falantes de língua portuguesa que alterou radicalmente a relação entre falantes colonizadores e falantes colonizados, e determinou o actual peso do Brasil no universo dos falantes de língua materna portuguesa, a cuja dimensão demográfica e excepcional velocidade da adopção da língua portuguesa como língua de comunicação a partir do século XVIII se deve o lugar que o português tem hoje no mundo:

“Portuguese-speakers in Brazil in 1650 numbered about 150.000, less than 8% of Portugal’s 1.75 million. This would multiply by 10 within the next century, while Portugal only went up by about half a million. Although the population of Portugal has – in the two and a half centuries following – gone up to 10 million, the growth of the Brazilian community has vastly outstripped it: there are now approximately 16.7 speakers of Portuguese in Brazil for every single one in Portugal. This is an amazing proportion between colony and metropolis: compare the English case – 4 Americans for every Briton; or the Spanish – 3 Mexicans for every Spaniard. As for French, France has a bigger population than any French-speaking community elsewhere.” (Ostler, 2008: 63)

Certamente que a argumentação histórica da importância da língua portuguesa como língua franca iniciada com os Descobrimentos não oferece suficiente sustentação para a tese de que a língua portuguesa tem actualmente, de facto, ou em potência, a capacidade de se afirmar como língua de comunicação global. Será por isso necessário colher os argumentos que veem, no momento actual, sinais dessa realidade e/ou potencialidade.

Uma análise estritamente quantitativa da relação entre falantes de língua portuguesa no mundo (população da CPLP e emigração portuguesa) e população mundial revela que esta é língua de 3,8% da população mundial (ISCTE, 2009: 6). As estimativas do Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA) apontam para um crescimento de 44% da população da CPLP até 2050, que contará com mais 110 milhões de pessoas, passando então a representar 4% da população mundial.

Apesar deste considerável número, a sua capacidade para competir como língua de comunicação global é obstaculizada, segundo Nicholas Ostler (Ibid.), pela excessiva concentração dos seus falantes extra-europeus na América, vista como um factor de desequilíbrio, e pela posição que ocupa dentro de cada um dos PALOPs, nalguns casos, de língua minoritária e com fraca expressão.

Ainda segundo uma análise estritamente quantitativa, os dados relativos à utilização da língua portuguesa na internet revelam uma outra geografia, indiferente à geografia física, onde as limitações acima referidas não têm qualquer impacto. Veja-se então a tabela abaixo.

Tabela 5: As 10 línguas mais usadas na Internet, 2011.

| 10 Línguas mais usadas na Internet | Falantes de língua materna Estimativa 2011 (em milhões) | Utilizadores de Internet (em milhões) | Taxa de Penetração da Internet | % no total de utilizadores da Internet | Taxa de crescimento na Internet (2000-2011) |
|------------------------------------|---|---------------------------------------|--------------------------------|--|---|
| Inglês | 1.302 | 565 | 43,4% | 26,8% | 301% |
| Chinês | 1.372 | 510 | 37,2% | 24,2% | 1.479% |
| Espanhol | 423 | 165 | 39,0% | 7,8% | 807% |
| Japonês | 126 | 99 | 78,4% | 4,7% | 111% |
| Português | 254 | 83 | 32,5% | 3,9% | 990% |
| Alemão | 95 | 75 | 79,5% | 3,6% | 174% |
| Árabe | 347 | 65 | 18,8% | 3,3% | 2.501% |
| Francês | 348 | 60 | 17,2% | 3,0% | 398% |
| Russo | 139 | 60 | 42,8% | 3,0% | 1,826% |
| Coreano | 71 | 39 | 55,2% | 2,0% | 107% |
| TOP 10 | 4.442 | 1.616 | 36,4% | 82,2% | 421% |
| Outras | 2.403 | 351 | 14,6% | 17,8% | 589% |
| Total mundial | 6.930 | 2.100 | 30,3% | 100% | 482% |

Fonte: <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>.

Segundo a estimativa da *Internet World Stats*²⁹, a língua portuguesa é, em 2011, a 5ª língua na internet, e uma das línguas com maior taxa de crescimento na última década, e portanto com forte potencial de crescimento futuro. Os cerca de 82,5 milhões de utilizadores da internet falantes de língua portuguesa representam 3,9% do total de utilizadores da internet no mundo, e a taxa de penetração da internet entre os falantes de português é estimada em 32,5%. O dado mais significativo parece-nos, no entanto, o crescimento de 990% do número de utilizadores da internet falantes de língua portuguesa entre 2000 e 2011. Este crescimento é apenas superado pelo das línguas árabes, russa e chinesas, e é superior ao crescimento da língua espanhola, e muito superior ao da língua inglesa.

Mas ainda assim, como refere Roberto Mulinacci em “Lusofonie”, artigo integrado na edição especial *Lingua è Potere* da *Limes*, revista italiana de geopolítica: “il numero, nelle lingue, non si traduce necessariamente in potere” (Mulinacci, 2010:184).

2.1.2.2. Língua geoestratégica e de economias emergentes

Conforme defende Roberto Mulinacci, “La vera grandezza di una lingua, quel valore aggiunto a cui sono affidate, in qualche misura, le sue *chances* di successo nell’agone mondiale, non deriva unicamente dalla demografia, bensì da una complessa concomitanza di fattori (...)” (Ibid. 184-185). São esses factores – extra-linguísticos – os descritos por George Weber (1997) na década de 90: *i)* o número dos seus falantes enquanto língua materna, *ii)* o número dos seus falantes enquanto segunda língua, *iii)* o número e população dos países onde a língua é falada, *iv)* o número de grandes áreas da actividade humana (ciência, diplomacia, etc.) em que a língua é usada internacionalmente, *v)* o poder económico, militar e financeiro dos países onde é falada, e *vi)* o prestígio social e cultural da língua (reforçado substancialmente se esta for uma língua oficial das Nações Unidas).

A língua portuguesa é considerada neste estudo somente através da sua variante brasileira, e dele resulta o posicionamento do português do Brasil no 8º lugar, a par do japonês, entre as 10 línguas mais “importantes” no mundo. São as 10, por ordem de

²⁹ Organização dedicada à pesquisa e disponibilização de dados estatísticos; é fonte de referência para estatísticas da utilização da internet no mundo, em <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>, acedido a 6/9/2011.

“importância”, o inglês, o francês, o espanhol, o russo, o árabe, o chinês, o alemão, o japonês e o português, e o hindi/urdu.

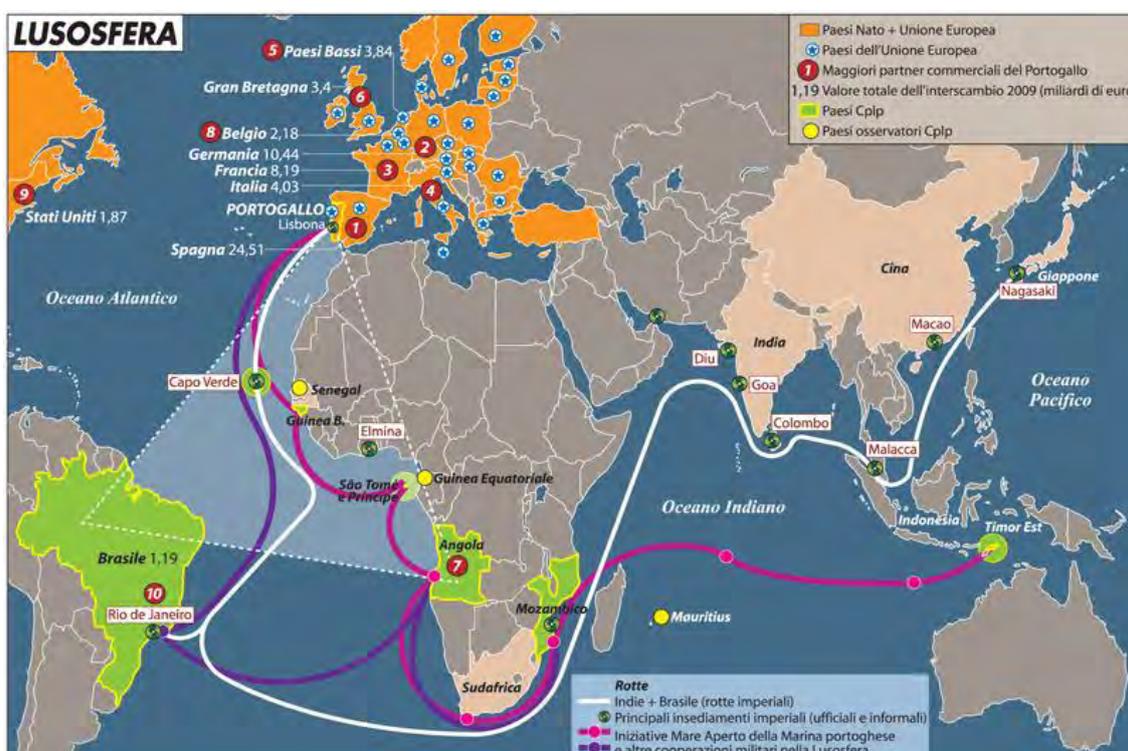
É de facto o Brasil, como novo actor da globalização, potência económica e política em ascensão, a assegurar este lugar. Mas não são de minimizar, antes pelo contrário, outros importantes equilíbrios que no presente se manifestam com renovada força, no âmbito da lusofonia.

Com o seu eixo estratégico localizado no triângulo constituído por Portugal, o Brasil, e Angola, economia em forte crescimento, o projecto geopolítico da lusofonia tem ganho crescente relevância. A recente centralidade geopolítica do Atlântico Sul, onde se situam 5 dos 8 Estados-Membros da CPLP, é tema de um artigo de Armando Marques Guedes (2010a) na edição de *Limes*, revista italiana de geopolítica, intitulada “Il Portogallo è grande”. Entre os factos que aqui se apresentam, o autor chama a atenção para os múltiplos desafios que têm transformado o panorama de segurança do Atlântico Sul, actualmente em crise. A importância do mar, e em particular do Atlântico meridional (considerado como o espaço que vai das Ilhas de Cabo Verde até ao Antártico) para o comércio mundial, e a importância desta zona enquanto jazida de recursos energéticos (na produção de petróleo actual, mas sobretudo na capacidade potencial de aumento desta produção), originaram aquilo a que o autor chama de “corrida ao Atlântico Sul” (Guedes, 2010a: 56), com grandes potências como os Estados Unidos da América, China, Rússia, Reino Unido, e Alemanha a instalarem-se neste espaço, e outras como o Brasil, Angola, África do Sul, Venezuela, e Cuba a afirmarem-se como potências atlânticas. Acresce à importância do mar a luta “feroz” que se desenrola no continente africano entre os Estados Unidos e China, pelo controle de matérias-primas. As intensas movimentações por parte destas potências com o objectivo de garantirem um controlo político, económico e militar desta importante área onde não existe (ainda) uma arquitectura de segurança geram um equilíbrio de forças bastante mais instável do que comumente se considera, que tem originado disputas diplomáticas e intensas actividades militares (Cfr. Guedes, 2010a: 61).

Em resumo, neste espaço marítimo aberto que emerge, a par do Pacífico e do Mediterrâneo, como novo mar de oportunidades, desafios, e riscos, estão situados 5 dos países da CPLP; destes 5, todos menos Cabo Verde têm ou terão petróleo e outros recursos abundantes. Em contrapartida, o arquipélago de Cabo Verde é já há algum tempo considerado uma porta que pode permitir ou impedir a ligação entre Atlântico setentrional e meridional. A língua mais falada neste espaço é o português. Conclui o

autor que não se trata de pretender que a liderança na construção de uma arquitectura de segurança para este espaço seja de Portugal ou da CPLP; trata-se sim de acertar o alinhamento dos países lusófonos do norte e sul do atlântico, num projecto meta-regional conduzido pelos Estados Unidos, assegurando a presença portuguesa, e da União Europeia, nesta arquitectura. Portugal tem uma posição privilegiada devido aos vários cenários em que participa: a NATO, a União Europeia, a CPLP, a parceria estratégica com a China consolidada no Fórum Macau³⁰, e, com menos autonomia, a ligação com os vértices ibero-americanos.

Imagem 2: Lusosfera.



Fonte: *Limes: rivista italiana di geopolítica*, 5/2010.

Do ponto de vista estritamente económico, o recente estudo “Uma Abordagem Eclética ao Valor da Língua: O Uso Global do Português”, encomendado pelo Instituto Camões ao ISCTE (Esperança, 2009) mediu pela primeira vez o valor económico da língua portuguesa, concluindo que esta representa 17% do PIB nacional³¹.

³⁰ O Fórum Macau surgiu em 2003 por iniciativa do governo chinês, sob a organização da Região Administrativa Especial de Macau, e tem como objectivo a intensificação das relações económicas e comerciais entre a China e os países de língua portuguesa.

³¹ O valor de 17% foi conseguido através da relação entre a importância da língua nas diferentes actividades da economia portuguesa (através da adopção de um coeficiente do valor da língua em cada actividade – maior no sector terciário, sobretudo nas indústrias culturais, em que a língua é uma

A relação entre o peso da população da CPLP falante de português e emigração portuguesa na população mundial (3,8%), e o seu correspondente peso no Produto Interno Bruto (PIB) mundial (3,2%) revela que a riqueza média dos falantes de português é inferior à média mundial. Se por um lado o aparecimento na cena do comércio internacional de países como o Brasil ou Angola não apaga a fragilidade económica e social que persiste em muitos dos países da CPLP, as suas taxas de crescimento económico actuais e futuras sugerem uma incontornável presença no panorama internacional.

É, enfim, pela súpula das condições expostas acima, que a língua portuguesa tem, hoje, não apenas o estatuto de língua materna de milhões, mas também de língua das relações internacionais, da diplomacia, de ensino, de administração, de direito, de negócios, de trabalho, de cultura, e, por fim, de fortíssima relevância geoestratégica.

Mas a atractividade que exerce como língua estrangeira deriva também, e de forma muito directa, da sua imagem, tal como esta é percebida. São, nas palavras de Roberto Mulinacci, os estudantes de Português como Língua Segunda quem representa o seu “versante propulsivo, l’incarnazione stessa della sua capacità di attrazione, da cui depende poi concretamente, alla fin fine, il riconoscimento dello *status* di grande lingua” (Mulinacci, 2010: 186). É portanto, determinante, o plano da sua promoção, tanto mais que nos parece que nem sempre a imagem percebida reflecte as reais potencialidades da língua portuguesa.

2.2. A promoção da língua portuguesa no mundo: o plano institucional

2.2.1. A promoção da língua enquanto vector da política externa portuguesa

“A promoção da língua portuguesa no mundo é um dos sete vectores da acção internacional da diplomacia portuguesa.”³² É através deste enunciado claro que o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português dá a conhecer a relevância da política da língua no âmbito mais vasto da sua política – cultural mas não apenas – externa.

componente chave, e menor, entre outros, no sector primário), e o peso de cada uma destas actividades no PIB nacional. Estimado segundo a mesma metodologia utilizada num estudo realizado em Espanha, o valor de 17% em Portugal está dois pontos acima do idêntico indicador calculado para o espanhol em Espanha.

³² <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/infopolitica/portugues/>, acedido a 13/9/2011.

De facto, a promoção externa da língua e cultura portuguesas é um objectivo que extravasa o âmbito estritamente cultural: um claro exemplo desta ideia é o relevo que o propósito de valorização do espaço da lusofonia tem, enquanto um dos três pilares básicos da acção diplomática do Estado Português, que se encontram, segundo o anterior Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Luís Amado, há muito nitidamente traçados; são os outros dois a manutenção e reforço das relações transatlânticas em geral e da «aliança atlântica» em especial, e a integração europeia de Portugal³³.

Certamente que a valorização da lusofonia, “âmago” da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) passa sobretudo pela sua importância enquanto fórum estratégico nos planos diplomático, cultural e económico; mas é também relevante que esta seja vista como “instrumento privilegiado de preservação e projecção universal da língua portuguesa”³⁴. No actual contexto político, económico e social, o espaço da CPLP assume-se de “nova importância” para Portugal. É um dos objectivos estratégicos do programa do actual governo “Redobrar a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, tendo sempre presente a relevância da língua que nos une, que no quadro da CPLP se revela estratégica e economicamente relevante.”³⁵

Nos *fora* internacionais, a afirmação da língua portuguesa depende do peso da CPLP. O prestígio e a visibilidade diplomática que resultam da eleição de Portugal para o lugar de membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biénio 2011-2012 com o apoio da CPLP, o apoio de Portugal a uma reforma do Conselho de Segurança da ONU em que o Brasil passasse a ter assento permanente, e o pedido conjunto de inserção do português entre os idiomas oficiais da ONU, são provas de como o peso político e económico da CPLP pode significar – espera-se – também um aumento do prestígio e visibilidade da língua portuguesa.

Além do quadro estratégico que representa a CPLP, Portugal actua na promoção da língua e cultura portuguesas através de diversas entidades intergovernamentais, nacionais ou emergentes da sociedade civil, sinal claro da complexidade e

³³ Discurso do então Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Luís Amado no debate parlamentar do Programa do Governo, em 21/3/2011, disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MNE/Intervencoes/Pages/20050321_MNE_Int_Programa_Governo.aspx, acedido a 14/9/2011.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ Programa do XIX Governo Constitucional V. Política Externa, Desenvolvimento e Defesa Nacional - Negócios Estrangeiros, disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramadoGoverno_Indice.aspx, acedido a 14/9/2011.

transversalidade desta área, quando não também de certa sobreposição e fragmentação de competências.

No âmbito específico da promoção da língua, Portugal conta com o trabalho do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), e do Observatório da Língua Portuguesa (OLP). O primeiro foi criado em 1989, surgindo como o primeiro passo para a fundação de uma comunidade lusófona. O seu principal objectivo é “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais”³⁶. A sua actividade foi porém muito limitada até à criação da CPLP, que impulsionou a revitalização do IILP e o início efectivo de um trabalho de coordenação dos esforços técnicos, científicos e financeiros dos países da CPLP para a promoção interna e externa da língua portuguesa, “numa perspectiva inovadora de gestão supranacional da língua”³⁷.

Mas o verdadeiro marco na política “supranacional” da língua portuguesa foi de facto a criação, em 1996, por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, da CPLP, “novo projecto político cujo fundamento é a Língua Portuguesa, vínculo histórico e património comum dos Oito – que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum”³⁸. A CPLP – cujo potencial se considera geralmente muito superior aos avanços concretos já alcançados – tem como missão promover a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e económico, pugnando quer pelo desenvolvimento social e económico de cada um dos seus Estados-Membros, como pelo fortalecimento das relações entre estes, e das posições de cada um e de todos nos *fora* e negociações internacionais. Em 2005 a CPLP integrou nos seus órgãos o IILP.

Por fim, o Observatório da Língua Portuguesa, Associação criada em 2008, tem como principal missão a observação e divulgação do estatuto e projecção da língua portuguesa no mundo, pugnando pela sua afirmação como língua de comunicação internacional.

³⁶ Em http://www.iilp.org.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=27, acedido a 14/9/2011.

³⁷ Ibid.

³⁸ Em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>, acedido a 14/9/2011.

No quadro da administração central portuguesa, diversas entidades concorrem na promoção da língua portuguesa, ligadas a diversas áreas governativas. São alguns exemplos, pelos Negócios Estrangeiros, o Instituto Camões, como adiante veremos com maior atenção, as instituições acima referidas (CPLP e IILP), o Instituto Português do Oriente (IPOR)³⁹, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)⁴⁰, o Fundo da Língua Portuguesa⁴¹ gerido pelo IPAD, e a rede consular e diplomática portuguesa no mundo; pela área da Cultura, o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)⁴², assim como o Instituto Português do Livro e da Bibliotecas (IPLB); pelo Ministério da Educação e Ciência, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)⁴³; mas também, indirectamente, pelo Ministério da Economia, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) ou o Turismo de Portugal.

Paradoxalmente, a nosso ver, a centralidade da língua portuguesa na diplomacia e na política cultural externa portuguesas não é acompanhada de uma política da língua suficientemente forte e autónoma relativamente a outros âmbitos, sejam estes de natureza cultural, sejam de pura diplomacia e política externa. A política da língua, em particular no que respeita à criação de leitorados portugueses em universidades estrangeiras, tem seguido, como demonstra Armando Marques Guedes (1997), as orientações da diplomacia cultural portuguesa. Analisando as fases da assinatura dos acordos culturais de que Portugal é signatário, e as fases da criação de leitorados

³⁹ O IPOR, associação que tem como associado maioritário o Estado Português através da participação do Instituto Camões e da Fundação Oriente, tem como missão promover o ensino da língua portuguesa enquanto língua oficial consagrada na Lei Básica da RAE de Macau, assim como, em geral, promover a língua e cultura portuguesas no oriente (<http://ipor.org.mo/main/institucional/institucional.html>, acedido a 16/9/2011).

⁴⁰ O IPAD tem como missão propor e executar a política de cooperação portuguesa, nomeadamente na promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos países de língua oficial portuguesa (<http://www.ipad.mne.gov.pt/>, acedido a 14/9/2011).

⁴¹ O Fundo da Língua Portuguesa tem como missão “promover a língua portuguesa como factor de desenvolvimento e combate à pobreza através da educação, em especial nos países da língua portuguesa” (Decreto-Lei nº 248/2008).

⁴² O GPEARI é um órgão de apoio técnico ao Ministério/Secretaria de Estado da Cultura, que tem como missão, sem prejuízo das competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre outras, coordenar e promover a actividade do Ministério/Secretaria relativa à internacionalização da cultura portuguesa, à cooperação internacional e às suas relações bilaterais e multilaterais, no âmbito dos acordos culturais bilaterais e dos programas comunitários (<http://www.gpeari.pt/>, acedido a 14/9/2011).

⁴³ O CRUP tem como missão coordenar as actividades desenvolvidas no âmbito das Universidades, nomeadamente, no âmbito da internacionalização das Universidades portuguesas e cooperação internacional (<http://www.crup.pt/>, acedido a 14/9/2011).

portugueses no estrangeiro, o autor identifica, em ambos, orientações comuns, propondo, como se vê abaixo, uma periodização em função dos blocos geográficos considerados, em cada fase, prioritários:

Tabela 6: Periodização da assinatura dos Acordos Culturais de Portugal.

| | |
|-----------|------------------------------|
| 1954 – 75 | Fase Ocidental |
| 1975 / 76 | Fase Leste |
| 1977 - 80 | Reforço dos laços históricos |
| 1981 - 93 | Trivialização |

Tabela 7: Periodização da criação de Leitorados e Tendências políticas de longa duração.

| | | |
|-------------|-----------------------------|---------------------|
| 1921 – 75 | Fase Europeia Ocidental | Regime eurocêntrico |
| 1975 - 1980 | Fase norte | |
| 1980 - 93 | Fase de internacionalização | Mundialização |

Em todo o caso, a par do debate entre a ideia de que a promoção da língua, como da cultura em geral, deve ser um fim em si mesma, e a ideia de que esta pode e deve estar aliada a outros interesses nacionais como a política e a economia, sob a forma, primeira entre todas, da diplomacia cultural na lógica de *soft power* de Joseph Nye, constata-se o facto de que língua e cultura são importantes instrumentos de afirmação no exterior, que o Estado Português tem – ainda que nem sempre com uma clara orientação política – prosseguido desde o princípio do século, através da sucessão de organismos de que o Instituto Camões é o herdeiro.

2.2.2. Ensino da língua portuguesa no mundo: orientações e competências do Instituto Camões

O Instituto Camões é uma entidade que prossegue as atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros português (MNE), sob a sua tutela, e tem, conforme se lê na *Carta de Missão* da Presidente Ana Paula Laborinho para o período 2010-2013, como missão:

“(…) propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, através da rede externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dos centros culturais portugueses e da rede de ensino português no estrangeiro, em coordenação com outros departamentos governamentais. O Instituto Camões, I.P. tem ainda como missão promover o português como língua internacional bem como valorizar o posicionamento de Portugal no mundo através da negociação de acordos culturais e programas de cooperação” (IC, 2010b:1).

Instituto de primeira linha na política cultural externa do Estado Português, o Instituto Camões é o herdeiro da acção de promoção da língua e cultura portuguesa iniciada no início do século XX, simbolicamente, em 1921, data do primeiro leitorado de português criado em França (Cfr. Guedes, 1999). Este leitorado surgia ainda antes da primeira configuração institucional, a Junta de Educação Nacional, criada em 1929 pelo governo da Ditadura Militar. Entre as múltiplas reorganizações e re-fundações que este organismo sofreu⁴⁴, interessa-nos particularmente recuar a 1980, à fundação do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), sob a tutela do Ministério da Educação. É durante a vigência deste instituto, num período de renovação das relações políticas, culturais e económicas de Portugal com o estrangeiro, com a abertura às ex-colónias e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986, que a rede de leitorados se reestrutura na Europa, e se abre à África Lusófona, fase que Armando Marques Guedes define de “internacionalização” dos leitorados, até então tradicionalmente centrados apenas na Europa Ocidental (Cfr. tabelas acima). Em 1992, o ICALP foi transformado em Instituto Camões (Decreto-Lei nº 135/92), ainda sob a tutela do Ministério da Educação, em resposta às alterações resultantes das novas relações externas de Portugal, que exigiam uma acção articulada e mais eficaz de defesa e valorização da língua e cultura portuguesas. A crescente articulação com os gabinetes de relações internacionais e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros levou à integração do Instituto Camões, em 1994, neste Ministério (Decreto-Lei nº 48/94).

Desde então vigora um modelo de promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro integrado numa visão mais ampla da política externa portuguesa, que se traduz, hoje, numa estratégia de promoção da identidade de Portugal no mundo, de internacionalização do país, não apenas no domínio cultural e identitário, mas também da sua dimensão económica; e, enfim, de promoção da língua portuguesa como língua de comunicação internacional, objectivos patentes na acima referida *Carta de Missão* da Presidente Ana Paula Laborinho para o período 2010-2013:

“Fomentar e incrementar a utilização da língua e cultura portuguesas enquanto importante capital estratégico para a internacionalização do país e factor de identidade de Portugal no mundo.” (Ibid. 2); e “Criar mecanismos com vista à multiplicação do

⁴⁴ Nomeadamente, as que determinaram a sucessão da Junta de Educação Nacional pelo Instituto para a Alta Cultura (em 1936), e pelo seu quase homónimo Instituto de Alta Cultura (em 1952), posteriormente dando lugar ao Instituto de Cultura Portuguesa (de 1976 a 1979), a que se seguiu, em 1980, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), com diferentes atribuições e tutelas ao longo do tempo (Cfr. <http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/submenu/historia-do-ic>, acedido a 15/9/2011).

valor do português quer como língua global de comunicação quer como instrumento de favorecimento da internacionalização da cultura e economia nacionais” (Ibid. 3)

O Instituto Camões tem atribuições, no campo cultural, duplas: por um lado, é um organismo coordenador da concretização da política do governo no domínio da projecção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro (Ibid.1); por outro, tem um papel activo na proposta de linhas de orientação estratégica para a política cultural externa portuguesa (Ibid.3). A estas junta-se a intenção de aumentar “o reconhecimento das suas actividades, interna e externamente, por meio da associação à marca Portugal” (Ibid.1), conceito algo vago mas revelador de uma ideia mais integrada de política externa.

A recente reestruturação do IC (Decreto-Lei 165-A/2009 de 28 de Julho), cujas orientações haviam sido definidas na Resolução do Conselho de Ministros nº 188/2008, de 28 de Novembro abriu caminho a uma nova fase da vida deste instituto, dotando-o de maiores competências, maior autonomia, e lançando as bases para um novo paradigma institucional.

No que respeita às suas competências, o IC assumiu a coordenação dos níveis pré-escolar, básico e secundário do ensino português no estrangeiro. Esta transição de uma competência até então do Ministério da Educação para o IC foi acompanhada pelo reforço do orçamento anual do IC, que passou de cerca de 13,6 milhões de euros em 2009, para cerca de 44,3 milhões de euros em 2010⁴⁵, e, em 2011, para cerca de 41,7 milhões de euros (IC, 2011).

Além de maior autonomia administrativa e financeira, no que respeita à sua orgânica o IC passou a integrar um Conselho Consultivo e um Conselho Estratégico constituído por representantes dos responsáveis pelas várias áreas da administração pública (educação, cultura, ciência e tecnologia, juventude, comunicação social, economia, política externa, assuntos europeus, assuntos consulares e comunidades portuguesas, apoio ao desenvolvimento, assim como cinco personalidades de mérito reconhecido), competentes na aprovação dos planos de actividade e planeamento da rede de ensino do português no estrangeiro, garantindo assim maior participação dos vários sectores públicos na definição da estratégia desta instituição. No quadro das suas relações institucionais, o Protocolo de Cooperação assinado com o GPEARI em 2010

⁴⁵ Cfr. “O IC em números, síntese RA2010”, acessado a 16/9/2011 em <http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/documentos-de-gestao/planos-e-relatorios-de-atividades>.

significa também uma maior coordenação entre instituições com atribuições afins; e novas parcerias anunciadas com a AICEP, o IPAD ou o Turismo de Portugal têm também a intenção de potenciar os recursos e o conhecimento que estas instituições têm já do terreno onde operam.

A par da estrutura física que o IC tem no mundo, a continuação da aposta nas possibilidades oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, que deu origem ao *Centro Virtual Camões* (que disponibiliza recursos para a aprendizagem e trabalho de/com a língua portuguesa, e cursos à distância) e à *Biblioteca Digital Camões*, é uma aposta estratégica para a promoção da língua portuguesa no mundo. Esta aposta é tanto mais necessária quanto se constata que, ao contrário de outros institutos culturais nacionais europeus, o modelo do IC não é o de “porta para a rua”, acessível a todos os cidadãos, mas o de inserção da língua portuguesa nos sistemas de ensino locais já existentes, com um acesso, portanto, mais restringido.

Segundo o Plano de Actividades - 2011 (IC, 2011), a actividade do IC passa por:

- i)* Planear e coordenar a rede de ensino português no estrangeiro.
- ii)* Formar professores, tradutores e intérpretes de português, e, através de formação específica, formar quadros técnicos e administrativos dos Estados ou organizações com quem celebrou programas de cooperação.
- iii)* Divulgar a cultura portuguesa no estrangeiro em articulação com a rede diplomática e consular, os centros culturais portugueses, os centros de língua portuguesa e outros parceiros públicos e privados.
- iv)* Coordenar a cooperação cultural internacional em nome do Estado Português, na preparação e celebração de acordos culturais.
- v)* Atribuir bolsas e subsídios para apoio à investigação, edição e internacionalização da língua e cultura portuguesas.
- vi)* Promover sistemas de avaliação, certificação e creditação do conhecimento da língua portuguesa.

Porque a língua portuguesa não tem o mesmo estatuto e funções em todo o mundo, o IC actua em linha com as prioridades políticas definidas para os sete blocos geoestratégicos, muito próximos daqueles que são estabelecidos pela política externa portuguesa: *i)* CPLP, *ii)* Espaço Ibero-Americano, *iii)* África Subsariana, *iv)* Magrebe e Médio Oriente, *v)* Estados Unidos da América/Canadá, *vi)* Ásia e Oceânia, e *vii)* União Europeia/países europeus não-UE.

No contexto europeu, segundo a Presidente Ana Paula Laborinho⁴⁶, a acção do IC tem estado focada, por um lado, no desenvolvimento de programas para públicos-alvo (escolar e universitário, e luso-descendente); na formação de professores, tradutores e intérpretes, em especial nos países que integraram a UE mais recentemente; e, por fim, no fomento da criação de licenciaturas com graduação em estudos portugueses e em projectos-piloto de ensino da língua portuguesa no sistema de ensino secundário. A estes parecem juntar-se a investigação de excelência conduzida pelas cátedras, que existindo também em África e na América, são mais numerosas na Europa. O português, na Europa, tem-se aliás afirmado como língua não apenas das humanidades, mas também nos percursos de ciência e tecnologia, nomeadamente em cursos de ciência política, jornalismo, direito, economia, arquitectura, engenharias e medicina, em regime opcional. É, na verdade, para a Europa, que é direccionada a maior fatia do orçamento do IC (dados relativos a 2010 indicam a seguinte distribuição: 83% para a Europa, 10% para África, 4% para a América e 3% para a Ásia)⁴⁷.

No âmbito europeu, o IC integra ainda plataformas como as Associações de Lusitanistas europeias e as Associações Linguístico-Culturais europeias: a designada EUNIC, União Europeia de Institutos Nacionais para a Cultura (a que o IC preside em 2011), e a EFNIL, Federação Europeia das Instituições Nacionais para as Línguas, pugnando, nestas, pelo reconhecimento do multilinguismo europeu, e da dimensão da língua portuguesa no mundo, enquanto 3ª língua europeia mais falada mundialmente.

2.2.3. A rede de ensino da língua portuguesa no mundo

A rede de ensino da língua portuguesa no mundo sob a competência do Instituto Camões estava presente, em 2010, em 73 países, servindo 155 mil alunos, e garantindo a formação inicial de professores, tradutores, intérpretes e quadros administrativos a mais de 26 mil pessoas. A distribuição geográfica, por marco-áreas e países onde o IC

⁴⁶ Em “Língua portuguesa: Internacionalização em 7 blocos geoestratégicos”, in Suplemento do JL n.º 1047 de 2010, onde é feita a síntese da Intervenção da Presidente do Instituto Camões Ana Paula Laborinho no encontro internacional *Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado* ocorrido em 2010, acedido em <http://www.instituto-camoes.pt/comunicacao/encarte-jl/2013-lingua-portuguesa-internacionalizacao-em-7-blocos-geoestrategicos>, a 16/9/2011.

⁴⁷ Cfr. “O IC em números síntese RA2010”, acedido a 16/9/2011 em <http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/documentos-de-gestao/planos-e-relatorios-de-atividades>.

tem maior presença, medida através do número dos pontos da Rede Externa IC, lê-se na tabela abaixo:

Tabela 8: Países por macro-áreas com maior número de pontos de Rede Externa IC, 2011⁴⁸.

| EUROPA | | AMÉRICAS | | ÁSIA E OCEÂNIA | | MAGREB E MÉDIO ORIENTE | | ÁFRICA SUB-SAARIANA | |
|--------------|------------|--------------|-----------|----------------|-----------|------------------------|-----------|---------------------|-----------|
| Itália | 24 | EUA | 11 | Índia | 8 | Marrocos | 6 | Moçambique | 9 |
| França | 20 | Canadá | 6 | China | 7 | Tunísia | 5 | Angola | 5 |
| Espanha | 19 | Venezuela | 5 | Japão | 4 | Egipto | 2 | África do Sul | 4 |
| Reino Unido | 18 | Brasil | 4 | Indonésia | 3 | Líbia | 1 | São Tomé | 4 |
| Alemanha | 17 | México | 2 | Timor | 3 | - | - | Cabo-Verde | 3 |
| Outros | 73 | Argentina | 1 | Outros | 6 | - | - | Outros | 12 |
| TOTAL | 171 | TOTAL | 29 | TOTAL | 31 | TOTAL | 14 | TOTAL | 37 |

Fonte: IC, 2011.

Não obstante o alargamento do raio de acção do Instituto Camões, iniciado na década de 80, quando se começou a estender também a África e ao resto do mundo, a Europa mantêm-se o continente onde é mais forte a presença do IC (presença em número de pontos de rede, e em dotação orçamental, como referido acima). É todavia relevante, como referido no estudo coordenado por Luís Baptista (2007), que a um ponto da Rede pode estar associado um (como acontece mais frequentemente na Europa) ou vários docentes (como acontece frequentemente em África, e onde inclusive existe o efeito multiplicador dos programas de formação de professores que aí têm lugar). Acresce ainda, conforme refere a Presidente do Instituto Camões Ana Paula Laborinho⁴⁹ que os mesmos recursos, alocados a diferentes áreas, não se traduzem em retornos iguais: o retorno dos recursos alocados à África ou Ásia, é muito superior aos alocados à Europa.

A Rede Externa do IC, no que respeita sobretudo à promoção da língua portuguesa, actua em quatro áreas: i) leitorados e cátedras portuguesas em universidades

⁴⁸ Incluímos nesta contabilização de *Pontos de Rede Externa* uma multiplicidade de situações de que fazem parte os Leitorados, Protocolos de Cooperação, Centros de Língua Portuguesa, Centros Culturais, Serviços de Coordenação do Ensino, tal como constam do “Cap. VIII. Rede externa do IC, IP” do Plano de Actividades do IC relativo ao ano 2011 (IC,2011).

⁴⁹ Em “Centros culturais: Rede vai ser re-estruturada”, in Suplemento do JL n.º 1049 de 2010, onde é feita a síntese da Intervenção da Presidente do Instituto Camões Ana Paula Laborinho no encontro de reflexão „Diplomacia Cultural. Estratégias e Políticas” ocorrido em 2010, acedido a 16/9/2011, em <http://www.instituto-camoes.pt/comunicacao/encarte-jl/2013-lingua-portuguesa-internacionalizacao-em-7-blocos-geoestrategicos>.

estrangeiras, com leitores do MNE/IC, e leitores com contratos locais subvencionados pelo MNE/IC; ii) Centros de Língua Portuguesa (CLP) e os Centros Culturais Portugueses; iii) rede de Ensino Português no Estrangeiro – níveis não universitários, e iv) formação de professores, tradutores e intérpretes.

Os números da Rede Externa IC - 2010, estão patentes na tabela que se segue:

Tabela 9: A rede IC em números, 2010.

| | |
|---|-----|
| Instituições com as quais o IC coopera (ensino superior e organizações internacionais) | 249 |
| Centros de Língua Portuguesa (CLP) | 60 |
| Centros Culturais Portugueses | 19 |
| Cátedras (Investigação) | 30 |
| Leitores | 77 |
| Professores da rede oficial da educação pré-escolar, ensino básico e secundário | 517 |
| Docentes ao abrigo de protocolos de cooperação | 584 |

Fonte: IC, 2010c.

2.3. As motivações do estudo da língua portuguesa no mundo

2.3.1. Os dados do estudo do Instituto Camões/ISCTE

O estudo acima referido, promovido pelo Instituto Camões e realizado pelo ISCTE em 2009 (Esperança, 2009), contemplava também uma investigação sobre os principais interesses dos estudantes de língua portuguesa no mundo. A investigação foi realizada através de um inquérito a que responderam 2.500 estudantes de português nas universidades e escolas onde existem leitorados e centros de língua IC, e em que eram distinguidos três âmbitos: “motivações para aprender português”, “uso actual do português” e “uso futuro do português”.

Os resultados demonstram, em primeiro lugar, que a “natureza super-central” do português é um factor determinante para muitos inquiridos, já que cerca de 61% destes consideram a aprendizagem de línguas estrangeiras, em geral, um valioso capital.

Segundo a abordagem das externalidades em rede, o valor de uma língua, a sua procura e a sua utilidade aumentam à medida que aumenta o número dos seus falantes; assim, o seu uso por parte de uma pessoa reforça o valor que a língua terá para o utilizador seguinte. Será este simples efeito de rede a motivar, em muitos casos, a aprendizagem da língua portuguesa; considere-se, neste sentido, os 18% de inquiridos que assinalam como motivo para aprender português o facto de esta ser uma língua em crescimento. Eis o quadro completo dos motivos assinalados pelos inquiridos:

Tabela 10: Motivações para aprender português, 2009.

| | |
|--|-----|
| Para aprender outras línguas (importante para o futuro) | 61% |
| Para aprender mais sobre a cultura Portuguesa | 39% |
| Para adquirir mais cultura | 32% |
| Para encontrar ou progredir no meu emprego | 29% |
| É a língua oficial do meu país | 25% |
| Para comunicar com amigos | 24% |
| Para estudar num país de língua Portuguesa | 23% |
| É a língua oficial em muitos países | 22% |
| A língua está em crescimento | 18% |
| Para comunicar com a minha família | 14% |
| É a língua oficial em muitas organizações internacionais | 8% |
| É a língua dos meus pais/avós | 8% |
| Para fazer negócios | 7% |

Fonte: Esperança, 2009.

Da distinção entre uso presente e perspectivas de uso futuro da língua portuguesa resultaram sugestivas diferenças:

Tabela 11: Usos actuais e futuros da língua portuguesa, 2009.

| Situações em que uso o português: | | Situações futuras em penso usar o português: | |
|-----------------------------------|-----|--|-----|
| Para conversar com amigos/colegas | 55% | Para viajar | 78% |
| Para viajar | 48% | No meu emprego | 61% |
| Em casa | 34% | Lazer | 43% |
| No meu emprego | 31% | Estudar | 40% |
| - | - | Eventos internacionais | 25% |

Fonte: Esperança, 2009.

As principais conclusões destes dados são, segundo José Paulo Esperança (2009:8) a confirmação da importância do trabalho e das relações sociais como motivações para o estudo do português.

Parece-nos especialmente interessante a relação entre usos actuais e futuros: segundo os dados na tabela acima, perspectivam-se para a língua portuguesa a redução do seu uso em contextos familiares e afectivos, mas um grande aumento do seu uso enquanto língua de comunicação (“Para viajar” passa no primeiro caso de 48% para 78% no segundo caso), enquanto língua de trabalho (“No meu emprego” passa de 31% para 61%), e enquanto língua de estudo, ou útil ao estudo (“Estudar” não têm presença no quadro dos usos actuais, mas recebe 40% das respostas no caso dos usos futuros).

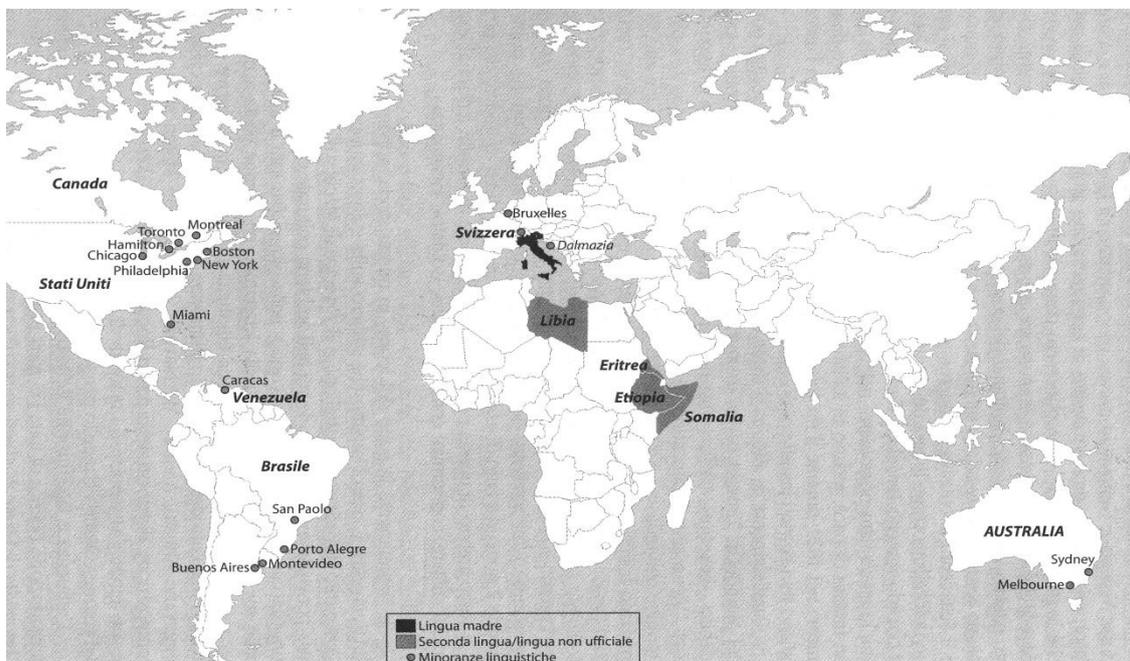
3. DIFUSÃO, PROMOÇÃO E ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA NO MUNDO

3.1. A difusão da língua italiana no mundo

3.1.1. Da gênese da língua italiana à sua afirmação além-fronteiras

De acordo com a *Ethnologue*⁵⁰ o italiano é a 19ª língua mais falada no mundo. É língua materna de 61,7 milhões de falantes no mundo, distribuídos por 34 países, dos quais 55 milhões em Itália. É língua materna de 16% da população europeia, correspondendo à 4ª língua mais falada na União Europeia, a seguir ao alemão, francês e inglês. Para além de Itália, é língua oficial na Suíça (Cantões Tessin e Graubünden), e em San Marino, bem como segunda língua oficial do Vaticano. Também a Croácia, a Eslovénia, a França e o Mónaco reconhecem oficialmente o uso do italiano ou de dialectos de origem itálica nos seus territórios. Com origem num passado colonial, encontram-se falantes de italiano em África, na Somália, Etiópia, Líbia e Eritreia; e pelas marcas deixadas por um passado mais distante, em Malta, onde foi língua oficial até 1936. A maciça emigração italiana originou também importantes comunidades de língua italiana nos Estados Unidos da América, Canadá, América do Sul, e Austrália.

Imagem 3: A língua italiana no mundo.



Fonte: *Limes: rivista italiana di geopolitica*, 3/2010.

⁵⁰ Em <http://www.ethnologue.com/>, acessado em 14/8/2011. Sobre a *Ethnologue*, vide nota 21.

Estudos recentes (Cfr. De Mauro, 2001) demonstram que o italiano é a quinta língua estrangeira mais estudada no mundo (entre o inglês, o francês, o alemão e o espanhol), facto surpreendente se se considerar que além do relativamente pequeno número de falantes maternos no mundo e da sua circunscrita difusão geográfica (sobretudo se comparada com as chamadas línguas super-centrais), a estabilização da sua norma é um fenómeno de língua relativamente recente.

Vejam-se, sucintamente, as três fases fundamentais da formação e evolução da norma da língua italiana, segundo Morgana (2009: 7-15):

i) Na sequência da fragmentação linguística medieval ocorrida nos séculos IX e X, desenvolveram-se diversas variantes regionais, ou dialectos, de origem latina na península itálica. Entre estas variantes encontra-se o florentino (variante toscana do latim) que, sobretudo graças ao prestígio e difusão da sua literatura (Dante, Petrarca, e Boccaccio) adquiriu, no final do século XIV, uma posição de primazia na península.

ii) Desde o século XIV até 1861, data da unificação política de Itália, a língua sofreu um processo de unificação, normalização e expansão. Estabeleceu-se como língua literária no século XVI, com a fixação de uma norma baseada nos modelos exemplares do florentino literário do séc. XIII (Petrarca para a poesia e Boccaccio para a prosa), e começou a expandir-se numa maior variedade de usos escritos (científicos, técnicos), enquanto no uso oral, em contextos não-oficiais, continuavam a prevalecer os dialectos.

iii) A partir de 1861, com a unificação política, a até então *língua de literatura* tornou-se progressivamente *língua de uso nacional e oral*, enquanto se restringiram os âmbitos do uso dos dialectos. Após a Segunda Guerra, e sobretudo a partir de 1970, consolidou-se a difusão do italiano *neostandard* ou *de uso médio* e a influência dos modelos linguísticos veiculados pelos meios de comunicação social.

Desta evolução interessa-nos sublinhar, em particular, dois pontos. Em primeiro lugar, o modelo literário, mais precisamente, poético, na génese da língua italiana, com repercussões quer na sua evolução interna⁵¹, quer na sua afirmação futura na Europa. Em segundo lugar, a estreita relação entre a evolução da língua e os acontecimentos histórico-culturais e sociais ocorridos em Itália. Com a unificação de Itália, em 1861,

⁵¹ O pendor do modelo literário na estabilização da norma da língua italiana teve como contraparte a sua pouca aptidão para os usos práticos onde prevaleciam os dialectos: Manzoni constatava, no século XIX, que faltavam ainda à língua italiana termos unificados para designar objectos da esfera quotidiana e doméstica. A prevalência dos dialectos transformou o italiano contemporâneo numa língua fragmentada, não homogénea, e com características regionais fortes.

teve início um processo que transformou a língua eminentemente *escrita* em língua *viva* e *também falada* da Nação, que foi assim ganhando o espaço até então pertencente exclusivamente aos dialectos. Em que exacta medida este processo de unificação linguística foi politicamente programado (lembre-se a afirmação do Ressurgimento italiano "*Fatta l'Italia bisogna fare gli italiani*", no espírito do Liberalismo político e do Romantismo, de uma língua, uma nação, um estado), ou resultou de um conjunto de factores mais ou menos espontâneos baseados numa simples necessidade de comunicação⁵², não é fácil de determinar. Mas foi, sem dúvida, a unificação política – pelo fomento que fez da instrução obrigatória, da alfabetização, e pela influência da sua administração central – que deu à língua italiana o estatuto de *língua de Itália*, e que esteve na origem da longa e extraordinária afirmação, particularmente vigorosa na segunda metade XX, da língua italiana em Itália. Segundo De Mauro (2005), em 1861, momento da unificação política de Itália, os falantes activos de italiano eram 2,5% da população e os que a compreendiam, 10%; e, segundo estimativas, em meados do século XX os seus falantes activos e habituais eram 19% da população. De acordo com dados recentes (ISTAT, 2007), hoje, 45,5% da população italiana é *falante monolingue* de italiano, e 91,8% é capaz de compreender e comunicar em italiano⁵³. Este é um dado notável, considerando o quadro linguístico de Itália, um dos mais ricos e complexos da União Europeia, em que coexistem pelo menos 15 grandes agrupamentos dialectais italo-românicos e 12 comunidades históricas de línguas minoritárias oficialmente reconhecidas e tuteladas de forma igualitária desde 1999.

A que se deve, então, a força propulsora da língua italiana além-fronteiras, com uma tão tardia normalização linguística e uma tão incipiente difusão no próprio território italiano? E que estatuto e imagem tem hoje a língua italiana, que forças apresenta, e a que se deve o tão grande interesse pelo seu estudo?

⁵² Esta necessidade de comunicação – e consequente difusão da língua italiana – foi particularmente potenciada pela maciça emigração italiana, a industrialização, a urbanização, as migrações internas, a experiência das duas Guerras (De Mauro vê na Primeira Guerra Mundial o nascimento de uma língua oficial falada), e finalmente, a influência dos meios de comunicação social (Vide Lepschy, 1998: 9-13).

⁵³ Consideram-se *falantes monolingue de italiano (italofoni esclusivi)* aqueles que usam de forma prevalente ou exclusiva a língua italiana em contexto familiar (45,5% da população italiana). Se em alternativa, considerarmos os falantes que utilizam, nas suas relações com estranhos, o italiano *em exclusivo* e *em alternância com um dialecto*, esta percentagem ascende a cerca de 91,8%. A acentuada diminuição do grupo de *falantes monolingue de dialecto* verificada nas últimas décadas não se traduziu na (anunciada) “morte dos dialectos”. Esta diminuição beneficiou o italiano, não enquanto língua *única*, mas sim num sistema de “*standard-plus-dialects*”, revelador de uma nova atitude em relação ao dialecto: quase um terço da população italiana (32,5%) usa alternadamente o italiano e um dialecto em contexto familiar (Cfr. De Mauro, 2005; Lepschy, 1998:10; Kinder, 2009).

3.1.2. A atractividade da língua italiana como Língua Estrangeira

3.1.2.1. A força de uma *língua de cultura*

A exportação da língua italiana (e antes da estabilização da sua norma, dos dialectos italianos) para o mundo deu-se, sobretudo, por meio da exportação de conhecimentos e modelos culturais. Certamente todas as línguas transportam consigo um modelo cultural, mas nem sempre é a cultura o seu primeiro e mais forte veículo de difusão no exterior. Baseando-nos em Malgarini (1994) e Masi (2010) traçamos um breve percurso histórico da influência da língua italiana nas línguas estrangeiras e da sua imposição onde não é língua materna, um claro indicador desta exportação cultural, revelador da influência que teve no estrangeiro.

Com início no século X, a difusão de terminologia de origem italiana no mundo deveu-se ao sucesso marítimo e comercial das *repubbliche marinare* no espaço mediterrânico, que levou à difusão generalizada de terminologia do âmbito naval e comercial. A consolidação do sucesso sobretudo de Veneza e Génova permitiu a imposição da sua língua como instrumento de comunicação global e obrigatório para a comunicação de povos incapazes de se compreenderem nas suas línguas maternas. A passagem do italiano de língua de comércio a língua de diplomacia posteriormente ocorrida é documentada até muito tarde, nos séculos XVI, XVII e até XVIII (o Tratado de Paz de 1774 entre a Rússia e a Turquia, por exemplo, foi redigido em italiano e traduzido para as respectivas línguas). Ainda na Idade Média, a força dos banqueiros italianos levou à introdução de terminologia italiana em todas as línguas da Europa. Finalmente, também a terminologia militar de origem italiana teve uma considerável difusão além-fronteiras.

É, no entanto, com o Renascimento que o italiano se impõe na cultura europeia com obras como *Il Cortegiano* de Castiglione, *Il Principe* de Machiavelli, a poesia de Petrarca, ou a *Commedia* de Dante. A difusa penetração de terminologia italiana da arquitectura, da pintura, e da literatura nas outras línguas testemunha a centralidade da cultura italiana no contexto europeu. A título de exemplo, lembre-se o uso do italiano na corte da rainha Elisabete I de Inglaterra, onde escrever em italiano era considerado um sinal de requinte; a influência de Ariosto, Aretino e Machiavelli nos autores de teatro elisabetianos; a influência e difusão da poesia de Petrarca, modelo para a produção

poética de toda a Europa, primeiro, e das colónias, depois; ou o impacto da *Commedia* de Dante na cultura mundial, entre muitos outros.

Em toda a Europa a língua italiana era falada por filósofos, escritores, pelas cortes e nobreza, e de forma especial, no Império Austro-húngaro, por dois motivos. O primeiro é de ordem política: num estado votado por excelência ao plurilinguismo, o italiano, como o latim, afirmou-se como a língua de todos. O segundo prende-se com a vida pessoal dos nobres italianos que para lá se transferiam, aproveitando as oportunidades políticas e económicas, com enormes repercussões na cultura da região, de que é exemplo a introdução do barroco que mudaria definitivamente o gosto europeu e o aspecto de cidades como Viena e Praga. Segunda língua, língua sectorial na marinha mercante e militar, além de língua da corte e dos ambientes artísticos da capital austríaca, o italiano era símbolo de requinte e bom gosto, a que eram atribuídas especiais qualidades como a liberdade, versatilidade, maior riqueza de “esfumaturas” e maior expressividade.

Já na segunda metade do século XVII, o contributo decisivo para o conhecimento e o prestígio do italiano fora de Itália veio da grande difusão da música e da ópera italianas na Europa. Quando, no século seguinte, as obras de Mozart e de Haydn, cantadas em italiano, se afirmavam em Viena, o italiano dos libretos de ópera acabou por se transformar num esperanto do mundo musical internacional. Com a afirmação dos nacionalismos e do Romantismo (a afirmação das nacionalidades fez-se também através da contraposição conflitual das línguas), os libretos passam a ser escritos nas diversas línguas europeias e o italiano conservou-se apenas como metalíngua da execução musical. Ainda assim, o mito da sua *cantabilidade* e doçura sobrevive, e a ideia de musicalidade da língua italiana continuou a circular por todo o período romântico, da *opera buffa* ao melodrama, e às grandes composições líricas do século XIX.

E contudo, afirma Masi (2010), os nomes visíveis e a magnificência deste largo período podem fazer sombra a uma importante *história silenciosa*: a da viagem pelo mundo, não apenas das ideias italianas, mas também dos italianos, os profissionais, por vezes anónimos, das diversas artes, transportando consigo um modelo que apresentavam às culturas que os acolhiam, modificando o gosto local de forma discreta. Esta é, segundo o autor, a especificidade da difusão da língua italiana:

“L’italiano viaggia, ha sempre viaggiato, sulle ali di un prestigio que non ha mai avuto le caratteristiche delle altre lingue di koiné: mentre le parlate dei grandi imperi coloniais avevano como unico presupposto la subalternità dei popoli que le imparavano e la conseguente superiorità dei colonizzatori, la nostra lingua ha sempre goduto di uno status particolare, caratterizzato dalla curiosità, dal desiderio, dall’ammirazione di chi la studiava. Il linguista Francesco Bruni ha dato a questo status la bella definição di «lingua leggera»: mentre le grandi potenze europe conquistavano il mundo e imponevano le loro parlate como strumento di colonizzazione, la cultura italiana si faceva strada per tutto il continente grazie allo straordinario prestigio delle sue arti, dei suoi saperi e delle persone que li testimoniavano.” (Masi, 2010: 28)

Assim, conclui o autor, no centro da força propulsiva do italiano esteve, durante longo tempo, a capacidade de criar modelos culturais sólidos, credíveis e inovadores, capazes de se afirmarem nas outras culturas pelas suas qualidades intrínsecas. Em grande medida, são aqueles longos movimentos históricos já longínquos, a causa da actual e crescente procura de *italianità*. A língua italiana, porta de entrada para a cultura e transmissora de conceitos e valores, foi e é ainda percebida como uma grande língua de cultura:

“La tradizione intellettuale, il legame con la produzione letteraria, artistica, musicale è un valore in sé per la lingua italiana: fonda la sua identità culturale, viene immediatamente percepita dagli stranieri, costituisce una trama omogenea di attrattività che attraversa il tempo e lo spazio.” (De Mauro, 2001: 2.3.1)

Associada a modelos culturais exemplares que têm em comum uma *sconfinata passione per il «bello»* (Masi, *ibid.*), a língua afirma-se também através de um conjunto de estereótipos linguísticos (a sua musicalidade, a sua doçura...) que contribuem para a formação da sua reputação e da sua imagem. Não é de subvalorizar a importância da imagem da língua; o “critério de imagem” é, segundo Simone (1990), central para a capacidade de afirmação internacional das línguas: “la caratterizzazione antropologica che [la lingua] riesce ad assumere contribuisce in maniera essenziale alla sua diffusione fuori dal territorio metropolitano” (Simone, 1990, apud Malgarini, 1994: 886)⁵⁴.

⁵⁴ Segundo Simone (1990), quatro critérios permitem, ainda de forma aproximativa, prever se uma língua pode ter um destino internacional: além do “critério de imagem”, o “critério demográfico e político”, o “critério estrutural”, e o critério de “trocas linguísticas entre área metropolitana e áreas longínquas”.

Ao mesmo tempo, a procura da sonoridade italiana transformou a língua numa marca. A simples sonoridade italiana constitui um valor acrescido, originando inclusive curiosos fenómenos de “italianismos” ou “pseudo-italianismos”, em que são utilizadas palavras italianas ou palavras inexistentes mas de sonoridade italiana, para evocar qualidades genericamente atribuídas à língua e cultura italiana.

Mais recentemente, a ideia de *lingua de cultura* evoluiu de uma concepção que a relacionava exclusivamente com a longa tradição intelectual italiana, para uma concepção que abrange também manifestações da sociedade italiana contemporânea. A expansão, afirmação e reconhecimento da qualidade italiana em “novos” sectores como a gastronomia, a música, o cinema, o desporto, a moda ou o design – enquanto expressões culturais – contribuiu, de forma não menos importante que a cultura do passado, para o fortalecimento do elo entre língua e cultura. Enquanto sectores com uma forte valência estética, a moda e o design são exemplos paradigmáticos da relação entre a tradição cultural passada e expressões contemporâneas. É nestas novas expressões que a cultura do passado se reflecte, reelabora, e repropõe ao exterior, perpetuando a ideia de uma identidade italiana sempre inovadora e criativa, e mantendo sempre uma ligação constante entre tradição e inovação.

3.1.2.2. A força do *made in Italy*

A industrialização ocorrida em Itália no século XX deu início a um longo processo de transformação da sociedade italiana, que apesar de duas Guerras Mundiais e outras crises políticas e sociais, progrediu significativamente quer economicamente quer socialmente. Itália é hoje, apesar da grande crise político-económica e social que atravessa, um dos países mais industrializados do mundo, membro do G8, desempenhando por isso um papel de primeiro plano no âmbito internacional, quer do ponto de vista do consumo, quer da produção. A indústria italiana exporta, além de produtos de sectores mais tradicionais (vestuário, calçado, mobiliário, alimentação) também produtos de alto nível tecnológico (química, instrumentos científicos de alta precisão, matérias plásticas, maquinaria industrial, electrónica), e a sua grande projecção no estrangeiro foi também em muitos casos acompanhada pela implementação de grandes unidades de produção noutros países.

No campo cultural e linguístico, esta projecção económica teve, naturalmente, consequências:

“L’idea che, dal Rinascimento in poi, connette in qualche modo l’Italia e l’italiano al bello è tutt’ora molto viva nell’immaginario collettivo: le tradizionali definizioni del nostro come il paese dell’arte per eccellenza hanno trovato negli ultimi decenni una seria rispondenza nel grande successo del «made in Italy».” (Malgarini, 1994: 891)

O sucesso do *made in Italy*, expressão que sintetiza o desenvolvimento económico de Itália e a sua capacidade de produção e exportação de bens para o mundo, tem as suas consequências no plano da difusão da língua no estrangeiro:

“(…) l’italiano appare infatti legato ad uno stile di vita che si collega ad una mutata immagine dell’Italia all’estero. I prodotti made in Italy rispecchiano il profondo mutamento avvenuto in questi ultimi decenni nella realtà economica-sociale del nostro paese, passato da una società agricola ad una in cui il terziario prevale largamente, ed esportano un’idea dell’Italia ricca di prestigio.” (Ibid.)

Assim, a aproximação à língua italiana é cada vez mais motivada por fins eminentemente práticos, ligados às áreas do trabalho e da economia, que não podem no entanto ser dissociadas do contexto cultural italiano mais amplo:

“In realtà, gran parte delle manifestazioni contemporanee della società e del sistema produttivo italiano appaiono apprezzate dagli stranieri in quanto capaci di continuare nell’oggi e nelle forme della modernità un sistema di valori che viene considerato come intrinseco dell’identità italiana: i valori estetici, innanzitutto.” (De Mauro, 2002: 40)

Mas esta relação é recíproca: a atractividade da língua é indissociável das suas pré-condições e implicações a nível económico. Não é possível dissociar algumas manifestações contemporâneas dos processos económicos: pense-se na moda, design, culinária ou turismo italianos. Pensar que a difusão da língua italiana se deve apenas a factores de tipo estritamente cultural é, hoje, uma ideia desadequada da realidade: as implicações económicas, e ainda antes, as condições económicas de possibilidade de difusão do italiano são determinantes para a sua atractividade entre os estrangeiros. Ou, por outras palavras, o sistema linguístico-cultural e o sistema sócio-produtivo movem-se paralelamente, e a dimensão económica expande-se abrangendo a tradição cultural

secular e as novas formas de expressão contemporânea: pense-se, novamente, na moda e no design italianos, ou no turismo, sector importantíssimo na economia italiana, em estreita ligação com a tradição artística.

3.2. A promoção da língua italiana no mundo: o plano institucional

3.2.1. O Sistema Itália: uma abordagem integral da promoção de Itália no mundo

A reorganização, em 2010, do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) Italiano⁵⁵ (frequentemente denominado *Farnesina*, nome por que ficou conhecido o edifício que desde 1959 acolhe o MNE) deu origem a uma nova estrutura destinada à projecção de Itália no mundo. A nova estrutura, mais coesa, passou a estar organizada por macro-áreas temáticas coincidentes com as grandes prioridades da política externa italiana⁵⁶, em substituição do modelo de organização anterior que dividia a estrutura em função das áreas geográficas de acção. O MNE justificou a necessidade desta reorganização com os novos desafios que hoje se colocam: a globalização e as suas consequências económicas, que impõe processos de decisão mais rápidos e coerentes; a participação na União Europeia e a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e dos novos mecanismos institucionais, em especial o Serviço Europeu de Acção Externa; as exigências dos cidadãos e das empresas; e as restrições orçamentais, que impõe a optimização dos recursos disponíveis e a simplificação de processos⁵⁷.

Entre as novidades introduzidas por esta reorganização está a nova Direcção-Geral para o *Sistema País* (DGSP), uma unidade responsável pela promoção dos

⁵⁵ Reorganização introduzida pelo Decreto do Presidente da República de 19 de Maio de 2010, n.95 (na Gazz. Uff., 24 de Junho, n. 145). Síntese disponível em MAE (2010), *La nuova Farnesina per il Sistema País*. Acedido a 29/6/2011 em: http://www.esteri.it/mae/doc/20110615_Farnesina_Sistema_Paese.pdf.

⁵⁶ Assuntos Políticos e Segurança; Mundialização e Questões Globais; Promoção do *Sistema País*; União Europeia.

⁵⁷ Um dos pontos essenciais desta reorganização, ainda que apenas com impactos indirectos na promoção da língua, concerne a gestão das sedes diplomáticas e consulares. Está prevista a racionalização da rede, com o fecho de alguns consulados e abertura de outros em áreas de crescente relevância para Itália, assim como a concretização da autonomia financeira das sedes diplomáticas e consulares no estrangeiro. Esta medida tem grande impacto no modo de funcionamento destas sedes: além das formas de patrocínio e doação já previstas em 2008, a partir de 2011 cada sede no estrangeiro tem maior autonomia e flexibilidade na gestão dos recursos e actividades a realizar. A autonomia também na gestão das receitas consente a integração de verbas provenientes do sector privado, mediante contratos de patrocínio e de outras receitas próprias, como o reembolso do IVA, juros e rendimentos da remuneração de serviços.

componentes do *Sistema País* – sector económico (financeiro, produtivo, comercial), cultural e científico – no seu conjunto, e pelo apoio aos interesses e exigências de internacionalização quer de Itália como um todo, quer das suas Regiões e autonomias territoriais. Com uma abordagem sistémica da promoção de Itália, e da sua imagem, no estrangeiro, esta nova Direcção-Geral tem um papel fundamental de assistência às outras Direcções com competências relativas aos acordos económico-financeiros, culturais e científico-tecnológicos, cuja aplicação acompanha posteriormente. Em simultâneo, tem como missão assegurar a coerência integral das actividades de promoção e valorização de Itália no estrangeiro, com base na ideia de que a afirmação internacional do país, assim como a afirmação do seu sector económico, depende em larga escala dos recursos intelectuais, criatividade, inovação, investigação, e património cultural italiano. Entre as orientações do MNE Italiano para a acção da sua Diplomacia Económica e Cultural é sublinhada, como sua principal força, a capacidade de esta se afirmar como “(...) *facilitatore di processi e gestore di reti, in grado di contribuire alla coerenza ed alla unitarietà d’azione sullo scenario internazionale (...)*” (MAE, 2010:17), Em linha com esta orientação, a DGSP assume uma função de coordenação: estabelece parcerias com outras Direcções-Gerais, com o mundo empresarial, da cultura e da sociedade civil, do ensino e da investigação, ou com outros sujeitos ligados à expressão do património cultural italiano, segundo uma nova lógica de parceria público-privada. As acções concretas resultantes destas parcerias são realizadas sobretudo através da rede italiana no estrangeiro, cujos agentes e número de representações no mundo se vêem na tabela abaixo.

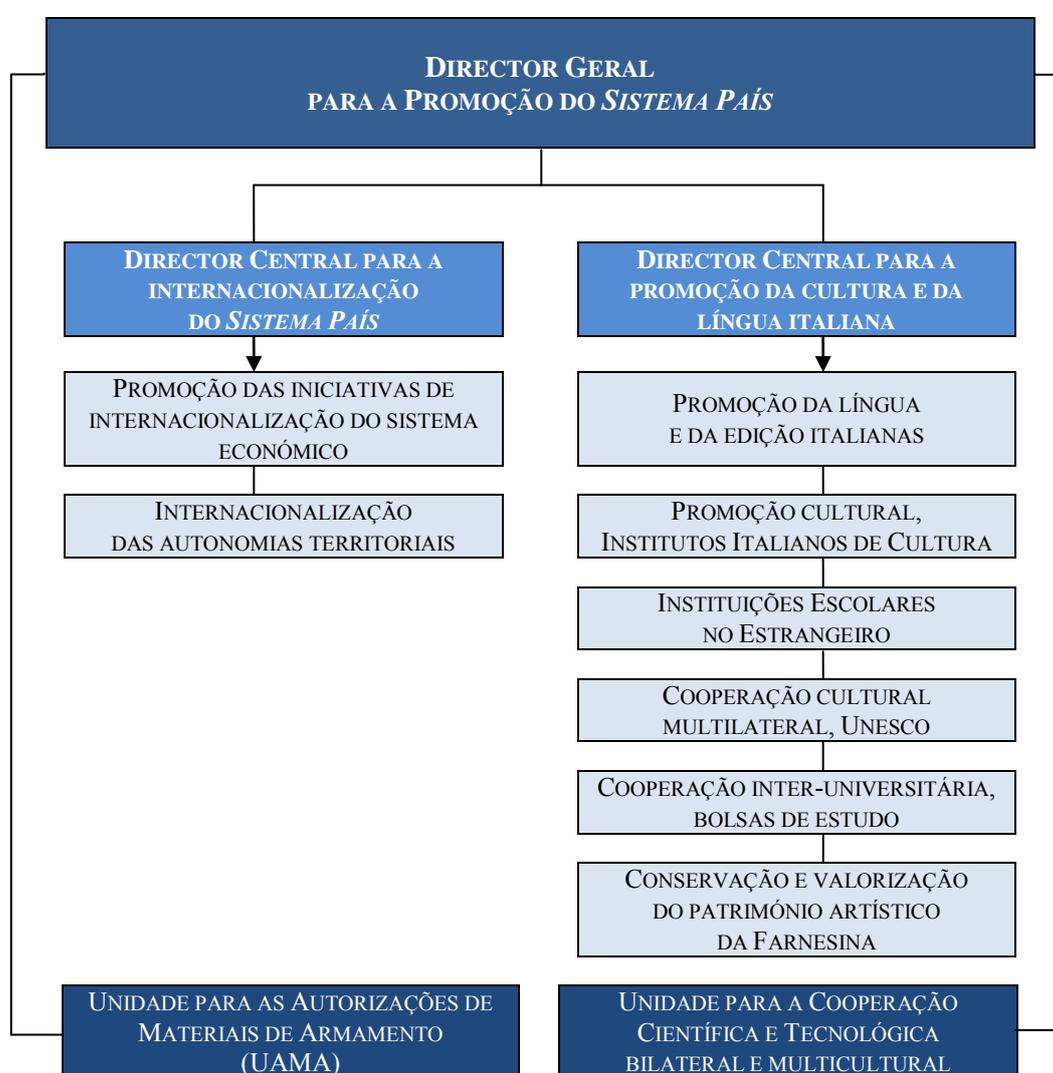
Tabela 12: A rede italiana no estrangeiro, 2010.

| | |
|---|-----|
| Embaixadas | 123 |
| Consulados | 96 |
| Consulados Honorários | 387 |
| Representações Permanentes em Organizações Internacionais | 9 |
| Institutos Italianos de Cultura | 89 |
| Instituições de Ensino | 293 |
| <i>Lettori di Ruolo</i> | 243 |
| Sedes ICE – Instituto Nacional para o Comércio Externo | 116 |
| Câmaras de Comércio Italianas no Estrangeiro | 74 |
| Sedes ENIT – Agência Nacional de Turismo | 27 |

Fonte: MAE (2010)

Como patente na imagem abaixo, a DGSP divide-se em duas áreas que incorporam os seus dois objectivos estratégicos para 2010-2013. A primeira está vocacionada para o campo económico – a Direcção para a Internacionalização do *Sistema País*. A segunda – a Direcção para a Promoção da Cultura e da Língua Italiana – está vocacionada para a consolidação e reforço da difusão da língua, da cultura e da criatividade italiana no mundo.

Imagem 4: Organograma da Direcção Geral para a Promoção do Sistema Itália (*Sistema País*) do Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano, 2010.



Fonte: MAE (2010)

3.2.2. Ensino da língua italiana no mundo: orientações e competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano

A formação de uma consciência científica no ensino da língua italiana como língua não materna surgiu, segundo Katerinov (2010), no início da década de 70 – os primeiros grandes estudos acerca da sua difusão no mundo datam do final da década de 70 – quando a política linguística do MNE deu lugar a iniciativas concretas. Um claro exemplo desta nova consciência foram as numerosas acções de formação e actualização então iniciadas, sobre difusão da língua e cultura e didáctica do italiano, destinadas aos agentes de difusão da língua (directores dos Institutos de Cultura Italiana, adidos culturais das Embaixadas e Institutos, e leitores de língua italiana no estrangeiro).

A formação desta consciência científica – mesmo ao nível da oferta formativa e da didáctica do italiano – é de extrema importância para a difusão da língua. A convicção, na década de 70, de que quem se aproximava do italiano o fazia apenas por motivações de tipo cultural condicionou o método de ensino da língua, retirando-lhe frequentemente a sua valência comunicacional e prática, para se centrar nas necessidades estritamente culturais dos alunos⁵⁸. Segundo Katerinov, não é de subvalorizar a influência que as perspectivas metodológicas têm no (in)sucesso das línguas: foi esta *inadequação metodológica* no ensino do italiano na década de 70 que não consentiu ao italiano competir directamente com outras línguas de grande difusão. A razão desta inadequação veio, sobretudo, de um diagnóstico redutor das potencialidades de difusão da língua considerado válido durante décadas, e a que Katerinov se refere criticamente:

“Forse si dimentica che l’inglese è la lingua, mentre l’italiano è una lingua che non si deve imparare per sopravvivere, ma si sceglie con una motivazione spesso più di carattere integrativo o genericamente culturale che strumentale. Questo, però, non significa che l’italiano debba essere considerato una «lingua di cultura», concetto da sempre caro a storici, letterati, linguisti e politici.” (Katerinov, 2007: 54)

De facto, os mais recentes dados acerca das novas funções, motivações, e imagem da língua italiana tornam hoje inequívoca a necessidade de uma política que

⁵⁸ O estudo da língua em aula era direccionado para a capacidade de ler em original os clássicos e os textos dos autores contemporâneos, para satisfazer uma exigência estritamente literária, negligenciando os usos da língua mais práticos, como saber conduzir as transacções quotidianas relativas à condição de visitante temporário do país, da esfera do estudo ou trabalho.

considere a ampla gama de funções do italiano, a que a oferta formativa deve saber responder.

Nova atenção, portanto, a todas as funções da língua, que abrem novas potencialidades para a sua difusão, assim como à integração da língua no mais amplo *Sistema Itália*. Em 2002, De Mauro afirmava a necessidade absoluta de se criarem as condições institucionais que vissem na formação linguística uma charneira delicadíssima do inteiro *Sistema Itália* apresentado aos estrangeiros. Dizia o linguista:

“(...) la lingua può essere tramite delle altre dimensioni del sistema (economia, cultura, società), oppure l’interesse verso di essa può essere trascinato dalla diffusione delle altre dimensioni. In ogni caso assume valori simbolici e strumentali che si legano al resto delle componenti della presenza italiana in un paese straniero.” (De Mauro, 2002: 39)

A reformulação do MNE Italiano em 2010, e a concepção sistémica da promoção de Itália no estrangeiro que esta veicula, parecem ir no sentido de responder à necessidade que, quase uma década antes, De Mauro assinalava.

Principal impulsionador dos grandes estudos realizados sobre a difusão do italiano no mundo, o MNE tem afirmado desta forma a sua determinação em concertar a sua acção política com uma análise cuidada e rigorosa das condições da difusão da língua, em particular, da constante interacção entre a afirmação do italiano enquanto língua de cultura e as amplas oportunidades que mais recentemente se abriram: a de língua funcional em algumas áreas do mundo, em estreita relação com o processo de expansão internacional que a economia italiana vive.

Em síntese, segundo o MNE Italiano, a promoção do italiano faz-se no espaço de equilíbrio entre o facto de o italiano não poder ser considerado uma língua veicular, mas também não poder ser relegado a língua de memória. Em sintonia com as conclusões do último grande estudo que comissionou – *Italiano 2000* –, a actuação do MNE pretende preservar e fomentar a diversidade no universo de ensino do italiano: diversidade na oferta formativa que contemple todas as funções da língua italiana, diversidade de agentes operantes na difusão da língua, e diversidade na investigação científica, capaz de produzir propostas variadas e adequadas às diversas situações em que o italiano é difundido, de acordo com a convicção de que qualquer visão reducionista impediria o desenvolvimento da presença italiana *in loco*, e de que qualquer intervenção destinada a

reduzir a pluralidade de linhas de investigação e de propostas de intervenção limitaria as possibilidades de expansão do italiano (De Mauro, 2002: 41-42).

3.2.3. A rede de ensino da língua italiana no mundo

O ensino da língua italiana no mundo, âmbito para o qual têm competências 4 dos 6 Departamentos da Direcção para a Promoção da Cultura e da Língua Italiana conforme ilustrado na imagem 4⁵⁹, é feito através de diversas formas e em parceria com as diversas instituições que compõem a rede de ensino do italiano no mundo. O objectivo daquela Direcção é assegurar a oferta de formação linguística, e programar a rede existente de forma coordenada e não casual, atendendo a critérios geográficos e contextos linguísticos, articulando-a hierarquicamente e em rede.

Desta rede fazem parte *i)* os Institutos Italianos de Cultura (IIC) no mundo; *ii)* os leitorados e cátedras italianas em universidades estrangeiras, com leitores do MNE (*di ruolo*), ou com leitores seleccionados localmente e subvencionados pelo MNE; *iii)* a rede de escolas italianas no estrangeiro, ou secções italianas em escolas estrangeiras com apoio do MNE; e *iv)* a rede da *Società Dante Alighieri*, organização não lucrativa de utilidade social para a promoção da língua e cultura italiana no mundo, com uma vastíssima cobertura mundial.

Os agentes de primeira linha na promoção externa da língua e cultura italiana são os Institutos Italianos de Cultura, instrumento destacado do MNE, geridos nos seus múltiplos aspectos pela Direcção para a Promoção da Cultura e da Língua Italiana⁶⁰.

Os 89 Institutos Italianos de Cultura presentes no mundo têm como missão, à semelhança de outros Institutos de Cultura nacionais⁶¹, promover a língua, a cultura italiana, e a cooperação cultural no/com o país em que se localizam, apoiando a

⁵⁹ Para o elenco dos Departamentos e competências específicas, *vide*: <http://www.esteri.it/MAE/IT/Ministero/Struttura/DGPPromozioneSistemaPaese/>, acedido a 30/6/2011.

⁶⁰ Os dados referentes ao ensino do italiano pelos Institutos Italianos de Cultura reportam informação actualizada em 2008, acedida em: http://www.esteri.it/MAE/IT/Politica_Estera/Cultura/PromozioneLinguaItaliana/CorsiLinguaCulturaItaliana/CorsiPressoIIC.htm, a 3/7/2011.

⁶¹ Como o Instituto Camões, o Instituto Cervantes, o British Council, a Fondation Alliance française, ou o Goethe-Institut, todos membros da Rede EUNIC - European Union of National Institutes for Culture, fundada em 2006 e actualmente com 30 membros de 25 Estados-membros europeus, e presidida em 2011/2012 pelo Instituto Camões (<http://www.eunic-online.eu>).

actividade desenvolvida pelas Embaixadas e Consulados. Funcionando como ponte entre a cultura/agentes culturais italianos, e os cidadãos dos países em que se localizam, e ponto de referência para as colectividades italianas no estrangeiro, desenvolvem importantes actividades e iniciativas de promoção da língua e cultura italiana nas suas variadas expressões.

A sua maioria põe à disposição dos cidadãos cursos de língua e cultura italiana. A linha de tendência das inscrições exprime um crescimento importante do interesse pela língua italiana: as inscrições nos cursos de língua e cultura italiana eram, em 2007, mais de 78 mil, das quais quase 40 mil na Europa. O significativo aumento do número de inscritos entre 2000 e 2007 foi sobretudo impulsionado pelo aumento da procura no continente americano e asiático, já que na Europa este número se manteve constante.

Nos últimos anos os IIC diversificaram a oferta formativa de cursos para adultos. A maior parte dos IIC oferece, além de cursos de língua, cursos de conversação e de literatura. Alguns IIC oferecem também cursos de italiano comercial, cursos para crianças e cursos de preparação para os exames oficiais. Oferecem ainda cursos específicos para classes profissionais (enfermeiros, bancários, militares, arquitectos), e cursos ligados à gastronomia (cozinha, introdução ao vinho italiano), à música (introdução à opera italiana, à canção italiana), ao cinema e aos meios de comunicação.

O ensino do italiano a nível universitário conta também com a rede de leitorados e cátedras italianas geridas ou subvencionadas pelo MNE⁶².

Segundo Alessandro Carrera (2002), a função de Leitor italiano é provavelmente tão antiga quanto os Institutos de Cultura Italiana no Estrangeiro (criados por legislação de 1926, e posteriormente transformados em Institutos Italianos de Cultura, denominação que têm actualmente). O estatuto do Leitor foi assim sempre algo indefinido: em alguns casos era um dependente do Instituto que ensinava língua e literatura nas universidades locais, noutros era um professor do quadro do ensino público italiano enviado e pago pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, noutros ainda, eram as universidades locais a garantir o seu pagamento. Esta indefinição, com origem numa legislação muito pouco clara, está hoje em parte colmatada. Até aos anos

⁶² Os dados referentes ao ensino do italiano nos leitorados e cátedras italianas no estrangeiro reportam informação actualizada em 2011, acedida em: http://www.esteri.it/MAE/IT/Politica_Estera/Cultura/PromozioneLinguaItaliana/LettoratiUniStraniere.htm, a 3/7/2011.

80 a figura do Leitor era rara (em 1974 o número de leitores em universidades estrangeiras não ultrapassava 30), mas um rápido crescimento levou a que em 2001 este número chegasse aos 250. A tendência desde então tem sido a diminuição deste número, como adiante veremos.

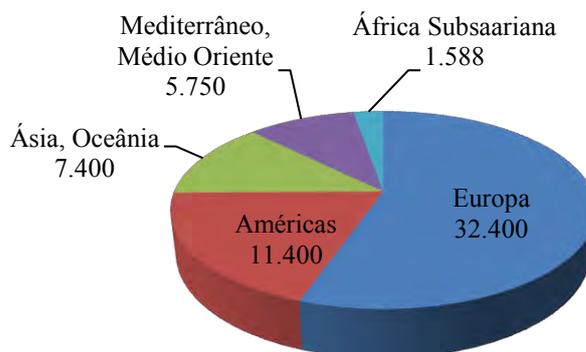
À semelhança do sistema português, a figura do Leitor é uma das mais importantes e delicadas para a difusão da língua e cultura no mundo, e sem dúvida a mais importante no ensino de nível superior e universitário: é a “(...) di un vero e proprio collaboratore culturale, di addetto linguistico e docente di primaria importanza non solo per la diffusione della cultura italiana, ma anche per l’evoluzione dell’italianistica all’estero.” (Panaccione, 1997) Trabalhando em estreita colaboração com os docentes de italiano da universidade estrangeira, e sob a dependência do Consulado ou Embaixada em causa, o Leitor deve garantir a gestão das actividades didácticas que lhe são atribuídas (cursos e preparação dos materiais didácticos, seminários, tutoragem de estudantes), a colaboração estreita com os Institutos Italianos de Cultura, e os contactos com outros docentes, escolas, ou instituições culturais locais no sentido de apoiar a realização de acordos ou projectos comunitários ou bilaterais, determinantes para uma real difusão cultural e linguística.

De acordo com a normativa italiana, pode ser destacado para o estrangeiro, mediante concurso do MNE, apenas o pessoal docente já com contrato de trabalho sem termo no sector público, *ergo* a denominação *Lettore di Ruolo* (“do quadro”, “efectivo”). Um segundo procedimento prevê a selecção do Leitor directamente pelas universidades estrangeiras através de um concurso local. Neste caso, o MNE dispõe de fundos, atribuídos anualmente, destinados a apoiar as universidades estrangeiras na criação e manutenção de cátedras de línguas italiana – onde não opere um *Lettore di Ruolo* – para apoio ao custo do Leitor contratado localmente.

Segundo dados de 2011, a rede do MNE é composta por 418 Leitores universitários, dos quais 263 são *Lettori di Ruolo* (presentes em 90 países), e 141 são Leitores contratados localmente, através de uma subvenção do MNE às universidades.

O gráfico seguinte representa o peso de cada macro-área geográfica no número total de estudantes (58.650) abrangido pelos apoios (quer *Lettori di Ruolo*, quer Leitores com contrato local) do MNE Italiano.

Gráfico 1: Repartição do número total de estudantes de língua italiana (58.650) abrangido pelos apoios do MNE Italiano por macro-área geográfica.



Fonte: http://www.esteri.it/MAE/IT/Politica_Estera/Cultura/PromozioneLinguaItaliana/LettoratiUniStraniere.htm

É também na Europa que é activado o maior número de cursos (1.138 de um total de 1.770 cursos no mundo), e onde está destacada a maioria dos *Lettori di Ruolo*: 154 (59%) na Europa, 45 (17%) nas Américas, 33 (13%) na Ásia/Oceânia, 25 (10%) no Mediterrâneo e Médio Oriente, e 6 (2%) na África subsaariana.

A tabela abaixo mostra – para cada uma das macro-áreas acima referidas – os quatro países onde a presença de *Lettori di Ruolo* é mais forte. A distribuição destes Leitores por país – considerado o respectivo rácio da macro-área – é um bom indicador dos países onde são maiores os públicos da língua italiana⁶³.

Tabela 13: *Lettori di Ruolo* por macroárea e país (intervalo entre 1998 e 2006).

| EUROPA | | AMÉRICAS | | ÁSIA, OCEÂNIA, PACÍFICO E ANTÁRTICA | | MEDITERRÂNEO E MÉDIO ORIENTE | | ÁFRICA SUB-SAARIANA | |
|----------------------|------------|----------------------|-----------|-------------------------------------|-----------|------------------------------|-----------|----------------------|----------|
| Alemanha | 22 | Argentina | 10 | Áustrália | 10 | Egipto | 5 | Camarões | 1 |
| França | 18 | EUA | 9 | China | 9 | Jordânia | 3 | Eritreia | 1 |
| Grã-Bretanha | 14 | Brasil | 9 | Japão | 3 | Irão | 3 | Etiópia | 1 |
| Espanha | 13 | Canadá | 4 | Índia | 2 | Síria | 3 | Moçambique | 1 |
| Outros ^{a)} | 87 | Outros ^{b)} | 14 | Outros ^{c)} | 8 | Outros ^{d)} | 11 | Outros ^{e)} | 3 |
| TOTAL | 154 | TOTAL | 46 | TOTAL | 32 | TOTAL | 25 | TOTAL | 7 |

Fonte: <http://www.esteri.it>.

⁶³ A ligeira discrepância entre o número total de Leitores por área geográfica referido no texto, e o número referido na tabela, deve-se à discrepância que se verifica entre as duas fontes consultadas, ambas acedidas no site oficial do MNE Italiano a 13/7/2011:

http://www.esteri.it/MAE/IT/Politica_Estera/Cultura/PromozioneLinguaItaliana/LettoratiUniStraniere.htm
 Note-se ainda que a fonte a partir da qual construímos a tabela não refere a data da sua actualização; parece-nos, com base no que aí consta em relação a Portugal, que estes dados se referem a uma data entre 1998 e 2006 (os quatro Leitorados que aí são atribuídos a Portugal só existiram, de facto, entre estes dois anos).

A *Società Dante Alighieri*⁶⁴, associação privada fundada por um grupo de intelectuais em 1889, propunha-se, como claramente enunciado no Art.º 1 dos seus Estatutos, “tutelare e diffondere la lingua e la cultura italiane nel mondo, ravvivando i legami spirituali dei connazionali all’estero con la madre patria e alimentando tra gli stranieri l’amore e il culto per la civiltà italiana.”⁶⁵ As suas actividades iniciais centraram-se na instituição de cursos de língua italiana para emigrantes italianos no estrangeiro, sobretudo nos países onde se encontravam comunidades italianas de considerável dimensão: na Suíça, Bélgica e França, onde nasceram os primeiros Comitês da associação. Progressivamente, o seu raio de acção estendeu-se aos países do Mediterrâneo, à Europa setentrional e oriental, e reforçou-se em França. Na véspera do século XX iniciou-se a expansão da associação para fora da Europa, em cidades dos Estados Unidos da América, mas sobretudo da América do Sul, chegando mais tarde à Austrália e Canadá, ao mesmo tempo que nasciam os primeiros Comitês nos países onde se afirmava a expansão colonial italiana (Líbia). Num primeiro momento, o Fascismo Italiano impulsionou a forte expansão da associação nos países europeus, sobretudo na Alemanha e na Áustria, assim como nos Estados Unidos:

“(…) l’immagine inizialmente positiva e moderna che il Fascismo dava al Paese contribuì anche alla diffusione di un atteggiamento “filo-italiano” in molti Paesi del mondo, soprattutto negli Stati Uniti, in cui abbondante era la presenza dei nostri emigrati, con la conseguente formazione di un gran numero di Comitati (...)”⁶⁶

É também neste período que a associação se expande ao Extremo Oriente, à Oceânia, e a África (em especial nos países onde Itália do seu domínio colonial: Etiópia e Eritreia). Mas esta consonância entre a associação e o regime Fascista não duraria:

“In seguito, tuttavia, il regime fascista relegò la “Dante” a un ruolo di minoranza, ritenendo di dover svolgere in prima persona le attività di divulgazione

⁶⁴ A história, estatutos e dados relativos à rede da *Società Dante Alighieri* no mundo fazem referência ao site oficial da associação: <http://www.ladante.it/>, acedido em 16/8/2011.

⁶⁵ Estatutos da *Società Dante Alighieri*: <http://www.ladante.it/>.

⁶⁶ <http://www.ladante.it/>.

della cultura italiana, che in quell'epoca coincidevano ormai con obiettivi di propaganda politica.”⁶⁷

Em função disto, em muitos países as actividades culturais geralmente realizadas pela *Dante Alighieri* passaram para a administração dos *Fasci* no estrangeiro, ou dos Institutos Italianos de Cultura locais, dando seguimento ao acordo entre o MNE Italiano e a Sede Central da associação, segundo o qual, onde funcionassem, em plena actividade, Institutos Italianos de Cultura, os Comitês da *Dante Alighieri* deveriam ser dissolvidos. Como consequência, verificou-se uma contracção do número de Comitês activos no mundo.

No Pós-Guerra a associação viveu um novo período de expansão e reorganização dos seus Comitês no estrangeiro. Casos de excepção foram o dos Estados Unidos, onde muitos Comitês foram encerrados depois de, em 1947, a *Dante Alighieri* ter sido inserida na lista das “associações subversivas” gerando uma desconfiança generalizada que só viria a ser superada em 1961; e o do Brasil, nos anos 50, devido à proibição da existência de sociedades estrangeiras. Mais recentemente (anos 70/80), verificou-se na Argentina, e em geral, na América do Sul, uma grande expansão dos seus Comitês.

De 1973 e 1988, o reconhecimento da importância da missão da *Dante Alighieri*, e o fortalecimento da sua colaboração com outras associações culturais no estrangeiro levou à criação de um Comité interministerial permanente de coordenação e acompanhamento da actividade da associação e programação de iniciativas em colaboração com outras entidades. Em 1990 a *Dante* foi incluída na Comissão Nacional para a Promoção da Cultura Italiana no Estrangeiro⁶⁸; e desde 2004, tem estatuto de ONLUS (*Organizzazione non lucrativa di utilità sociale*).

A missão originária de promoção da língua e cultura italiana é hoje concretizada através de variadas formas: promoção de eventos culturais, atribuição de bolsas de estudo, ou apoios a outras instituições, como escolas e bibliotecas (300 no mundo), além da sua actividade originária: a realização de cursos de língua e cultura italiana.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Comissão instituída em 1990 (Lei 22/12/1990, n. 401) presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ou por um Sub-secretário delegado, composta por 26 membros que incluem personalidades ligadas à cultura ou Entidades e Instituições públicas. Tem como missão a elaboração de propostas e pareceres em matéria de promoção e cooperação cultural, incluindo questões relacionadas com a difusão da língua.

Com mais de 500 Comitês, dos quais 423 no estrangeiro, em mais de 60 países, a *Società Dante Alighieri* realiza cerca de 5.900 cursos de língua e cultura, em que estão inscritos para mais de 200 mil sócios estudantes.

Financiada pelo Estado Italiano, a *Società Dante Alighieri* é hoje um dos eixos fundamentais por onde se desenvolve a missão de promoção da língua e cultura italiana no mundo.

A Direcção para a Promoção da Cultura e da Língua Italiana tem competências na gestão desta rede (Institutos Italianos de Cultura, Leitorados e escolas/secções italianas no estrangeiro). Além da gestão do corpo docente (selecção, formação e actualização dos conhecimentos dos docentes), organização e financiamento da rede, é também responsável pela gestão de um conjunto de áreas relacionadas com a promoção da língua: a difusão de material editorial, didáctico e audiovisual; as comissões de exame; as bolsas de estudo a favor de cidadãos estrangeiros; os intercâmbios sócio-culturais para jovens; a certificação de competências na língua italiana; as relações com a Comissão para a Promoção da Cultura Italiana no Estrangeiro; a coordenação da plataforma da rede EsteriCult⁶⁹; ou a organização de eventos de grande visibilidade como a Semana da Língua Italiana no Mundo.

A promoção e o financiamento das diversas formas de cooperação são determinados pelos acordos e protocolos executivos bilaterais que o MNE, em concertação com a rede diplomático-consular e com os Institutos, estabelece com os países parceiros.

⁶⁹ *Esteri Cult* é uma plataforma virtual que possibilita o encontro entre Instituições e interessados na promoção da cultura e da língua italiana. Foi criada e é coordenada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção Geral para a Promoção e a Cooperação Cultural, com a colaboração *Ministero per i Beni e le Attività Culturali*, o *Ministero dell'Università e della Ricerca* e das Instituições que fazem parte da Comissão Nacional de Cultura: a RAI, o CNR, a *Società Dante Alighieri*, as Universidades para Estrangeiros de Perugia e Siena, a *Conferenza dei Rettori delle Università Italiane* e a rede dos Institutos de Cultura e das Embaixadas (<http://www.esticult.it/duepuntozero/>).

3.3. O estudo da língua italiana no mundo

3.3.1. Os dados da década de 70

No final da década de 70 o MNE Italiano deu início à realização de uma série de investigações sobre o estudo do italiano como Língua Segunda e Estrangeira no mundo, procurando definir as condições e o destino da sua difusão. Através de um grande recenseamento às instituições operantes no campo da língua no mundo – Institutos Italianos de Cultura, leitorados em instituições de ensino, cursos de italiano da *Società Dante Alighieri* e instituições privadas – o primeiro grande estudo quantitativo realizado em 1979 revelou que cerca de 689 mil pessoas estudavam a língua italiana no estrangeiro⁷⁰.

Uma posterior investigação do MNE comissionada ao *Istituto della Enciclopedia Italiana*, concluída em 1986, calculava que 1,2 milhões de pessoas estudavam italiano no mundo, número em franco crescimento, já que no ano de 1988-89 uma investigação da *Fondazione Agnelli* revelava que atingia um milhão o número daqueles que estudavam a língua italiana, no conjunto de países que incluía a França, Reino Unido, Alemanha, Espanha, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Brasil e Austrália⁷¹.

Conforme assinala Bettoni (1993: 411-460), alguns dos dados resultantes do estudo da *Fondazione Agnelli* merecem especial atenção. Estes revelaram uma especial vitalidade do ensino do italiano como língua estrangeira nos Estados Unidos e Austrália (ligada à forte emigração ocorrida). Na Europa é de sublinhar o caso da França, onde na escola secundária o italiano era estudado por 2,3% dos alunos, encontrando-se assim no quarto lugar depois do inglês, do francês como língua estrangeira e do espanhol; e da Alemanha, onde 11% dos adultos que frequentavam as Universidades Populares⁷² (170

⁷⁰ Ministero degli Affari Esteri, Direzione per la Cooperazione Culturale, Scientifica e Tecnica (1979) *Lo studio dell'italiano all'estero*, Roma.

⁷¹ O número de um milhão de estudantes é aproximativo por defeito: são muito parciais os números das instituições não escolares (como a *Società Dante Alighieri*, os Institutos Italianos de Cultura, as universidades populares e as várias organizações privadas). Cfr. Fondazione Giovanni Agnelli (1992), *L'insegnamento della lingua italiana all'estero*, Torino.

⁷² Instituições vocacionadas para a educação de adultos, muito comuns nos países nórdicos e de língua alemã, e existentes também nos Estados Unidos. Seguem o modelo da primeira Universidade Popular, criada pelo dinamarquês Nikolaj Grundtvig (1783-1872) – que dá nome ao Programa da União Europeia *LifeLong Learning Grundtvig* – pioneiro na educação de adultos. A sua missão de “educação popular”, inspirada nos princípios da Revolução Francesa, deu origem a um modelo de ensino “informal”, sob a ideia de uma “educação para a vida”, com formação intelectual e prática, e uma abordagem global do indivíduo, que oferece uma grande variedade de áreas de estudo, sem avaliação final e sem concedimento de diplomas, destinado à população cujo acesso às universidades está vedado, por motivos económicos ou outros.

mil) estudavam italiano. Além dos dados recolhidos pelo referido estudo, devem ainda ser referidas as situações dos Países Baixos, da Escandinávia e da Europa de Leste, com uma longa e consolidada tradição de ensino da língua italiana; da Somália, caso ímpar, onde finda a colonização, Itália continuou a gerir o sistema de ensino, juntamente com a Inglaterra; dos países balcânicos; e dos países da zona Mediterrânea ligados a Itália por relações culturais e comerciais em alguns casos com uma tradição secular, como é o caso de Malta.

Com base nos primeiros dados quantitativos de 1979, o MNE comissionou, no mesmo ano, ao *Istituto della Enciclopedia Italiana* uma extensa investigação às motivações do estudo do italiano no mundo⁷³ realizada através da distribuição de um questionário a ser preenchido pelos próprios estudantes, nas diversas áreas geográficas. As principais motivações eram agrupadas em três sectores: motivações de estudo, de trabalho, e de enriquecimento da cultura pessoal. Dois terços dos indagados, em igual medida, indicaram como principais as exigências de cultura pessoal e de estudo. A idêntica conclusão chegou também o referido estudo da *Fondazione Agnelli* relativo ao ano 1988-89: era fortemente prevalente a procura da língua italiana como língua de cultura. E se se considerar, como Malgarini (1994), que no âmbito das motivações “genericamente culturais” se incluem as de quem estuda o italiano para aceder a universidades italianas, quer para a frequência de um curso completo, quer de apenas um ano académico, quer de cursos de especialização, sobretudo em arqueologia e história de arte, ou de estudos musicais no Conservatório, o peso das motivações “culturais” torna-se ainda mais relevante: “(...) la stragrande maggioranza degli stranieri che studiava l’italiano era spinto da una motivazione genericamente culturale. Il principale, se non quasi esclusivo, fattore di attrazione era il legame fra la nostra lingua e una tradizione intellettuale alta: la letteratura, l’arte, la musica ecc.” (De Mauro, 2002: 5).

Em conclusão, a investigação conduzida pelo *Istituto della Enciclopedia Italiana* indiciava quatro pontos de força da língua italiana no mundo (Baldelli, 1989 *apud* Bettoni, 1993: 456):

- i) como grande língua de cultura;
- ii) como língua de um país de grande actividade turística;
- iii) como língua ligada a grandes comunidades de origem italiana;

⁷³ Os resultados desta investigação foram num primeiro momento (1981) publicados pelo MNE, e posteriormente apresentados em Baldelli (dir.) (1987), *La lingua italiana nel mondo: Indagine sulle motivazioni allo studio dell’italiano*, Roma.

iv) e como língua de um país de notável expansão económica.

Aclarada a relação do turismo e da expansão económica com a questão da imagem e força da cultura italiana, resta apenas referir o caso do estudo da língua italiana pelas comunidades de origem italiana (ponto *iii*)⁷⁴. Dos 26 milhões de italianos que emigraram entre 1876 e 1976, 17 milhões não retornaram a Itália, e ainda que na maioria dos casos o italiano não tenha sido conservado⁷⁵, o fenómeno migratório sempre influenciou a procura da língua italiana no estrangeiro: o estudo de 1979 revelava que 40% de quem estudava italiano tinha pelo menos um familiar de língua materna italiana, ou um parente que sabia italiano. Não obstante, na análise dos países de língua inglesa (Vignuzzi, 1986 *apud* Bettoni, 1993: 456), entre os quais a emigração italiana é mais numerosa, verifica-se que o estudo do italiano pelas comunidades de origem italiana está também ligado à sua imagem de língua de grande cultura, e que as motivações afectivas complementam, mais do que substituem, aquelas culturais.

3.3.2. Resultados da investigação *Italiano 2000*

O mais recente estudo da difusão do italiano no mundo, *Italiano 2000*, comissionado à Universidade de Roma *La Sapienza* pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano⁷⁶, procurou, na linha dos estudos iniciados no final da década de 70, actualizar o conhecimento das condições da difusão do italiano no mundo, em especial, num momento em que “(...) le spinte alla planetarizzazione dei processi economici e sociali hanno profonde conseguenze anche sul piano culturale e perciò linguistico, determinando le condizioni di possibilità per la sopravvivenza stessa delle lingue e delle civiltà ad esse connesse.” (De Mauro, 2002: 3).

O maior impulso para a sua realização foi dado por uma série de indícios não sistematizados que nos anos antecedentes apontavam para uma forte mudança estrutural

⁷⁴ Não se justifica, aqui, aprofundar a relação língua – comunidades italianas, porquanto o nosso trabalho se centra no estudo do italiano como língua estrangeira. Limitamo-nos por isso a uma breve referência a esta dimensão.

⁷⁵ Aquilo a que Baldelli (1989:67) chamou de “um grande naufrágio”, ou seja, o abandono da língua italiana pela grande maioria dos 17 milhões de emigrantes italianos, resultante de um conjunto de factores: de um lado, a alta taxa de analfabetismo dos primeiros emigrantes e o uso prevalente do seu dialecto regional acompanhado por uma competência muito variável e frequentemente limitada da língua italiana; e de outro, as forças e vantagens reais ou percebidas do modelo linguístico alternativo, facilitador da integração, amplamente difundido na escola, administração e nos media, e ao qual os emigrantes – sobretudo se em situação de subordinação económica e social – atribuem maior prestígio.

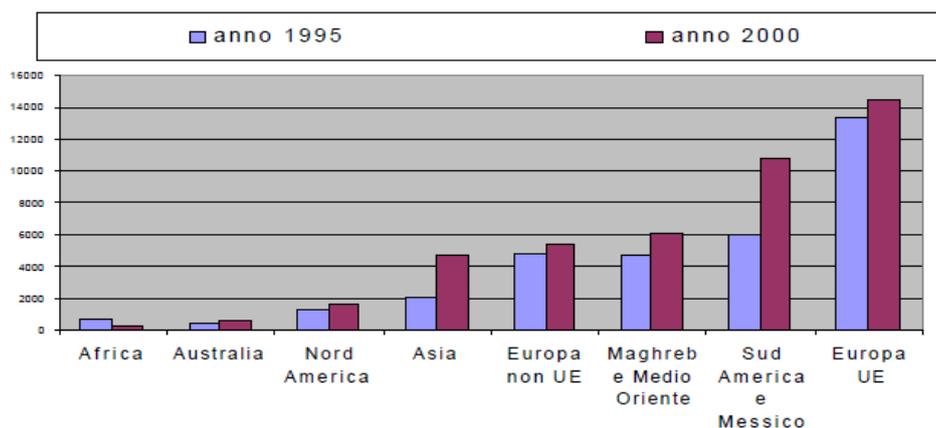
⁷⁶ De Mauro (2001), *Italiano 2000. Indagine sulle Motivazione e sui Pubblici dell'italiano diffuso tra stranieri*. Disponível em: <http://www.iic-colonia.de/italiano-2000/>, acessado a 14/06/2011.

nas características dos públicos e das motivações do estudo da língua italiana, assim como das funções para que esta é ensinada e aprendida no mundo.

O seu principal instrumento foi um questionário enviado aos Institutos Italianos de Cultura⁷⁷ (as suas principais fontes de informação e também os seus principais destinatários), com o objectivo de recolher dados acerca das características, motivações e necessidades de formação dos públicos do Italiano L2, e da oferta formativa existente. Os primeiros resultados quantitativos revelaram um aumento de 38,2% (em relação a 1995) no número de estudantes dos cursos de italiano organizados pelos IIC (33 mil estudantes em 1995 para cerca de 46 mil em 2000; um aumento real de 13 mil alunos).

Este forte aumento reflecte a expansão do italiano na Ásia (sobretudo no Japão) e na América latina (sobretudo no México). O número de alunos aumentou também em alguns pontos do Médio Oriente, na Austrália e em muitos países europeus. Entre as áreas onde a procura da língua italiana não cresce estão alguns países na América Latina, sobretudo devido a situações de crise socioeconómica (de outra forma não se explica a diminuição da procura do italiano em áreas onde presença de comunidades italianas é muito forte). Por fim, África é o único continente onde, globalmente, diminuiu o número de estudantes de italiano (*vide* gráfico abaixo). Acompanhado este aumento geral, verifica-se também um aumento generalizado dos cursos e, ainda que menos acentuado, um aumento geral do número de docentes.

Gráfico 2: Estudantes inscritos nos Institutos Italianos de Cultura por macro-área (1995-2000).



Fonte: De Mauro, 2002: 11.

⁷⁷ Ao contrário dos estudos precedentes, este estudo elegeu como informantes sujeitos considerados testemunhas privilegiadas do estado do italiano no mundo; não se tratam por isso de dados directos, como aqueles, por exemplo, de Baldelli (1987), mas de informações mediadas pelas testemunhas privilegiadas que as recolheram e organizaram posteriormente no esquema proposto pelo questionário. Por este motivo o tratamento estatístico dos resultados tem sobretudo o objectivo de indicar linhas de tendência. Responderam ao questionário 63 dos 90 Institutos Italianos de Cultura no mundo.

O crescimento geral que se verifica na maioria destas áreas esconde alguns casos de grande redução do número de alunos, mesmo em zonas onde é forte a presença de comunidades italianas, e onde as condições socioeconómicas são favoráveis à procura de formação linguística, demonstrando por um lado, que os factores socioeconómicos não são determinantes, e por outro, que é decisiva a qualidade da oferta formativa, tanto mais num ambiente de concorrência com outras línguas.

Vejam-se então, em detalhe, as hipóteses de partida e conclusões deste estudo.

A primeira hipótese considerada foi a da passagem do italiano como *lingua de cultura* para o italiano com novos factores de atracção. Como referido, sinais anteriores indicavam que estava em curso uma alteração progressiva dos públicos e das suas motivações: “(...) sostanzialmente, da un pubblico genericamente interessato alla dimensione culturale dell’italiano si passa a una molteplicità di bisogni formativi e a una nuova spendibilità sociale della competenza in italiano L2.” (Ibid. 5) Isto não significa o abandono das razões que tradicionalmente motivaram os estrangeiros a aprender italiano, mas uma ampliação da gama de motivos: “Si è passati da una situazione indifferenziata che vedeva la presenza pressoché esclusiva di un’única motivazione, di tipo generalmente culturale, a una contrassegnata strutturalmente dalla pluralità delle ragioni al contatto.” (Ibid. 13)

Os resultados gerais do questionário⁷⁸ revelam que a primeira motivação de quem estuda italiano está relacionada com o “tempo livre”, com 32,8% das respostas; é assim reconfirmado o interesse genericamente cultural como o mais sólido factor que motiva o contacto com a língua. Mas não é o único: seguem-se os “motivos pessoais”, assinalados em 25,8% dos casos. No terceiro lugar surge o “trabalho” assinalado em 22,4% dos casos; e em último lugar, entre as primeiras escolhas, surge a motivação relacionada com o “estudo” com 19%.

A análise das respostas “tempo livre” reconfirma a ligação entre a língua e a tradição intelectual: na grande maioria dos casos (71%) as razões culturais são um

⁷⁸ O questionário *Italiano 2000* incluía uma questão especificamente destinada a conhecer as motivações do estudo da língua italiana. Era pedido ao inquirido que ordenasse por ordem de prioridade, num primeiro momento, quatro macro-agrupamentos de motivações: “tempo livre”, “estudo”, “trabalho” e “razões pessoais”. Posteriormente era pedido ao inquirido que identificasse as categorias em que cada um destes macro-agrupamentos se desagregava com 3 graus de importância. Assim, todos os dados por nós referidos fazem referência aos motivos indicados pelos inquiridos como “mais importante”.

factor muito importante para o estudo do italiano, seguidas pelo turismo (57,7%) e por outros aspectos da sociedade italiana contemporânea (43,3%)⁷⁹.

Na categoria “trabalho”, a principal motivação é a possibilidade de trabalhar com empresas italianas (84,3%), seguida da intenção de progredir no próprio local de trabalho (43,8%), e da intenção de encontrar trabalho em Itália (34,7%), três motivações ligadas ao sistema económico-productivo. Mais distantes encontram-se os âmbitos do trabalho directamente relacionados com a língua: o campo da tradução (23,9%) e do ensino (15,2%). Este último dado afigura-se preocupante para os autores do estudo, porquanto assinala um estado de sofrimento nas saídas profissionais e uma limitada atractividade do ensino, factores de risco para o italiano.

Entre as motivações de “estudo”, prevalece a intenção de prosseguir estudos em Itália (66%), seguida, com muito menor expressão, pela intenção de participar em programas de mobilidade europeus (24,6%). Ambas as respostas alertam para a importância de que se reveste, hoje, a internacionalização dos sistemas de ensino. Com relativamente pouca expressão (14,3%), surge ainda como motivação mais importante para o estudo do italiano este fazer parte do plano de estudos obrigatório do sistema de ensino local. De facto, em 77,4% das zonas onde operam os Institutos Italianos de Cultura, é possível estudar italiano nos sistemas escolares locais, num ou vários ciclos do sistema (escola básica até à universidade). A inserção do italiano nos currícula escolares locais é, segundo os autores do estudo, um objectivo decisivo para o aumento da presença do italiano entre estrangeiros.

No que respeita à mobilidade estudantil, os autores assinalam a surpreendente resposta de metade dos inquiridos europeus, para quem o estudo do italiano não é importante para a participação em programas de mobilidade em Itália. Esta resposta, considerada um sinal de perigo para o destino internacional da língua italiana, está relacionada com um factor estrutural: ao contrário dos parceiros europeus, Itália não exige aos estudantes em mobilidade em Itália uma prévia competência de italiano suficiente para gerir a comunicação no âmbito universitário. E acrescentam:

“La cosa è tanto più grave in quanto è appoggiata sulla giustificazione che si tratta di cittadini europei per i quali vale la libertà di movimento e di studio: ovviamente, si confondono piani diversi, essendo la capacità di comunicare, in realtà, la condizione di possibilità per la reale mobilità.” (Ibid. 18)

⁷⁹ Recorde-se, de acordo com o referido na nota anterior, que o questionário permitia a atribuição de a mesma classificação “mais importante” a várias respostas da mesma questão; por este motivo a soma das percentagens referidas poderá ser superior a 100%.

A segunda hipótese estudada pelo *Italiano 2000* foi a alteração das funções para que o italiano é aprendido, natural consequência da já referida mudança na composição dos públicos e das suas motivações. Concluiu-se a existência de uma ampla gama de uso social do italiano para os estrangeiros (Ibid. 41), para quem o seu domínio pode ser:

- i)* um investimento cultural, via para um contacto directo com a cultura italiana;
- ii)* um investimento formativo, para prosseguir a formação no sistema de ensino italiano (pense-se nos programas de mobilidade europeus);
- iii)* um investimento económico, para trabalhar com a língua italiana;
- iv)* um investimento como língua de comunicação, podendo nalguns casos tornar-se uma concorrente das outras línguas de difusão internacional. Deste ponto de vista são precisamente os processos de trocas económicas a dar uma base consistente para essa função; pense-se no turismo italiano no mundo ou nas trocas económicas entre estrangeiros e operadores italianos.

Parece-nos ainda decisivo o peso que as comunidades italianas têm na difusão da língua: os “motivos pessoais” são referidos como o primeiro e mais importante motivo do estudo da língua italiana em 28,5% das respostas, mostrando o peso dos elos afectivos – naturalmente em combinação com outros factores secundários – no investimento numa formação linguística especializada e estruturada institucionalmente.

A terceira e última hipótese investigada diz respeito à forma como a transformação da imagem de Itália influi na difusão da língua, e como esta última está cada vez mais ligada a um conjunto de novos valores fundados na cultura secular italiana:

“Negli ultimi decenni è mutata anche l’immagine del nostro paese diffusa fra gli stranieri. Ai valori tradizionali del legame fra la lingua italiana e una tradizione intellettuale capace di creare un’identità artistico-culturale assolutamente eccezionale si sono aggiunti nuovi valori che si fondano, comunque, sul patrimonio sedimentatosi nei secoli: la creatività artistica che si manifesta nelle nuove forme delle produzioni industriali; la capacità produttiva del nostro paese; lo stile di vita.” (Ibid. 6)

É também no campo da “imagem” que o sucesso da difusão internacional das línguas se “joga”: os pontos fortes da língua italiana no mundo são representados por um triângulo que liga o seu valor cultural, pela força da cultura italiana de épocas passadas, e pela força actual de todas as manifestações culturais que dão vida ao chamado “estilo de vida” italiano; o seu valor social, pela *spendibilità*, ou valor

comunicativo que a língua italiana assume em alguns contextos; e o seu valor económico, pela força da produção, e em geral, da economia italiana. Como referido acima, estes três âmbitos – cultural, social, económico – são potenciados pela difusão da língua, e, simultaneamente, potenciadores desta mesma difusão.

4. RELAÇÃO BILATERAL PORTUGAL-ITÁLIA NO DOMÍNIO DO ENSINO DAS LÍNGUAS

4.1. O Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Portugal e Itália

Os Acordos Culturais são convenções internacionais que enquadram juridicamente os intercâmbios culturais entre os países. Conforme defendido por Marques Guedes (1997), este enquadramento não é de forma alguma imprescindível: em muitos casos, de facto, as relações culturais florescem fora do seu âmbito. Ainda assim, “As celebrações de Acordos Culturais não deixam (...) de constituir marcos importantes nas relações bilaterais; e são, decerto, bons índices sintomáticos das direcções e natureza da Diplomacia Cultural de um país.” (Ibid. 307).

Assim, marco importante da relação bilateral entre Portugal e Itália, um documento desta natureza pode revelar as orientações de política externa e diplomacia cultural dos dois países, revelando também a forma como o ensino das respectivas línguas se enquadra neste panorama bem mais vasto.

Celebrado em 1977 e válido sem limite de tempo, o *Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Portugal e Itália*⁸⁰ define os sectores prioritários da cooperação cultural, artística, científica e técnica entre os dois países, incluindo a promoção das respectivas línguas. O objectivo genérico deste tipo de acordos, o 7º celebrado por Portugal⁸¹, e o 19º celebrado por Itália⁸² com o grupo dos actuais Estados-membros da União Europeia, é o de promover o conhecimento mútuo e o reforço da relação e cooperação entre as partes.

⁸⁰ Decreto nº123/77, assinado em 24/03/1977, e entrado em vigor em 14.07.1980. Versão portuguesa disponível em <http://www.gpeari.pt/?lnk=fa110979-998e-46d9-838a-a2d10709327d> e www.instituto-camões.pt/cultura/acao-cultural-externa/acordos-culturais/; versão italiana disponível em <http://itra.esteri.it/itrapgm/Visualizza.asp?ID=45364>, acedidos em 17/8/2011.

⁸¹ Antes de 1977, Portugal havia já assinado Acordos culturais com 7 países da actual União Europeia: Reino Unido (1954), Bélgica (1955) República Federal da Alemanha (1965), Espanha (1970), França (1970), Hungria e Bulgária (1976) (www.instituto-camões.pt/cultura/acao-cultural-externa/acordos-culturais/, acedido a 17/8/2011).

⁸² Antes de 1977, Itália havia já celebrado Acordos culturais com 18 países da actual União Europeia: Bélgica (1948), França (1949), Grã-Bretanha (1951), Holanda (1951), Áustria (1952), Grécia (1954), Espanha (1955), Alemanha (1956), Luxemburgo (1956), Dinamarca (1956), Eslovénia (1960), Hungria (1965), Malta (1967), Roménia (1967), Bulgária (1970), República Checa e Eslováquia (os Acordos com a Republica Checa e Eslováquia entram no Acordo único celebrado com a Checoslováquia em 1971), Chipre (1973) e Finlândia (1976) (<http://itra.esteri.it/itrapgm/>, acedido em 17/8/2011)

Do ponto de vista da Diplomacia Cultural Portuguesa, é interessante notar que, em termos formais, o Acordo entre Portugal e Itália, celebrado em 1977, se enquadra, segundo a proposta de periodização da assinatura dos Acordos Culturais de Portugal de Marques Guedes (Ibid.), na fase de “Reforço dos laços históricos de Portugal” (1977-80)⁸³. Embora nos pareça que a denominação desta fase derive, sobretudo, de um entendimento de laços históricos, como aqueles existentes entre Portugal e os países suas ex-colónias com quem Portugal celebrou nesta fase Acordos Culturais, é um facto que entre Portugal e Itália se haviam também já estabelecido laços históricos que justificam o seu pleno enquadramento neste período.

Tratando-se de um acordo-quadro, é posteriormente operacionalizado por programas plurianuais, elaborados e acompanhados por uma comissão mista de composição paritária, que reúne periodicamente. Está ainda em vigor o *V Programa de Cooperação Cultural e Científica Luso-Italiano para os anos 2001-2004*⁸⁴ celebrado entre o Instituto Camões pelo Ministério dos Negócios Estrangeiro Português, e a Direcção Geral para a Promoção e a Cooperação Cultural pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano. De acordo com as suas Disposições Finais, o acordo mantém-se válido até à assinatura de sucessivo programa, ainda inexistente. De acordo com o Relatório de Actividades do Instituto Camões referente ao ano de 2010, foram já iniciadas as necessárias consultas com os departamentos de Estado competentes com vista ao início da negociação do novo Programa de Cooperação (IC, 2010: 87).

Analisando simultaneamente os dois documentos referidos, verificamos que entre os campos de acção enunciados, dois podem ser considerados directamente vocacionados para a promoção das línguas, *i)* o ensino da língua, e *ii)* a concessão de bolsas de estudo e investigação. Com impacto na promoção da língua, mas não especificamente destinadas a esse fim, estão também previstas formas de cooperação ao

⁸³ Segundo esta periodização, a primeira fase da política cultural externa portuguesa com base na Assinatura de Acordos de Cooperação Cultural, foi a denominada fase “Ocidental” (1954 a 1975), seguida pela brevíssima fase “Leste” (75 e 76). A terceira fase, iniciada em 1977 (que o autor definia, em 1997, ainda em curso) corresponde a uma “Trivialização da Política de Acordos Culturais”. Todavia nos primeiros anos desta fase (77-80), o autor identifica uma fase de “Reforço dos laços históricos de Portugal”. Nesta fase entre os anos 77 e 80 “(...) foram assinados 12 Acordos Culturais, 4 dos quais com PALOPs (a excepção foi Moçambique), 2 deles com países mediterrânicos envolvidos com a União Europeia (a Itália e a Grécia), 4 com países com fortes ligações históricas com o nosso (a Índia, Marrocos, o Peru e a Venezuela), 1 com o então mais rico país latino-americano (o México) e 1 último com um país europeu ocidental, a Noruega.” (Guedes, 1997: 308)

⁸⁴ Disponível, na versão italiana, em http://www.esteri.it/MAE/IT/Politica_Estera/Cultura/CooperScientificaTecnologica/ProgrammiEsecutivi/ElencoProtocolliEsecutiviCulturali.htm, acedido em 17/8/2011.

nível universitário, cultural, científico e tecnológico, ao nível dos arquivos, bibliotecas, tradução e edição, e por fim, cooperação multilateral, sobretudo no âmbito da União Europeia.

i) Ensino da língua

O acordo de 1977 no seu artigo I, o único em que é feita referência específica à promoção das línguas, prevê que cada uma das Partes favoreça a criação de cadeiras, leitorados e cursos livres de língua, literatura e história da outra Parte nas Universidades nacionais.

O V Programa executivo, no II capítulo dedicado à “Difusão das línguas e das culturas”, reafirma o interesse recíproco no ensino das respectivas línguas, em particular, o interesse de Portugal, através do Instituto Camões, em “sviluppare strategie di promozione ed insegnamento della Lingua portoghese in Italia, tramite programmi di cooperazione con Università italiane o istituzioni omologhe, strutturati in vari indirizzi, fra i quali si evidenzia l’istituzione di partenariati con i suddetti Atenei, al fine di creare Dipartimenti di Portoghese e rafforzare il corpo accademico dei medesimi.”

É fundamentalmente ao nível universitário, de ambos os lados, que se realiza esta cooperação.

A criação, o financiamento, e a análise da estrutura de leitorados existente são questões centrais deste Programa, em linha, aliás, com a orientação dada pelo Acordo de 1977. Mas outras referências sugerem uma diversificação das preocupações, campos de acção e perspectivas, sinais de novas estratégias no ensino das línguas.

Em primeiro lugar, a questão do ensino das línguas nos níveis pré-universitários. É declarado o interesse mútuo em alargar o ensino curricular das respectivas línguas e culturas aos níveis primário e secundário, programa que seria posto em prática através dos canais diplomáticos. Portugal afirma a sua disponibilidade para efectuar experiências de sensibilização à língua italiana no 1º e 2º ciclos do ensino básico, se e onde solicitado por Itália, que por sua vez se afirma disponível para a atribuição de subvenções para a activação de cátedras de italiano nas escolas secundárias portuguesas (ponto I.1.2. do V Programa). Está também previsto que ambas as partes apoiem dois professores da respectiva língua a ensinarem na escola secundária da outra parte, a frequentarem cursos de Verão de aperfeiçoamento de língua, literatura, e cultura e/ou didáctica do seu ensino como língua segunda (ponto 1.5. do V Programa). O reconhecimento do princípio do ensino da língua italiana nas escolas secundárias

portuguesas é, segundo a Embaixada de Itália em Lisboa, o elemento mais significativo deste Programa.

Em segundo lugar, verificam-se também preocupações relacionadas com a qualidade do ensino: por um lado, a chamada de atenção para a existência de sistemas de certificação dos professores das respectivas línguas que ambos os países esperam ver reciprocamente reconhecidos, e por outro, a prestação de apoio a leitores e estudantes, através da disponibilização de materiais didácticos para o ensino/aprendizagem e difusão das respectivas línguas e culturas, através das representações diplomáticas, no caso de Itália, e do Instituto Camões e da sua plataforma digital, no caso de Portugal. (pontos 2.6, 2.8 e 2.9 do V Programa).

Em terceiro lugar, mas não menos relevante, é a ideia de que a promoção das respectivas línguas e culturas deve também concretizar-se através da utilização dos recursos europeus existentes para esse fim, nomeadamente, através da Acção “Língua” do Programa Comunitário “Sócrates”.

ii) Concessão de bolsas de estudo e investigação

No seu artigo VI, o acordo determina que “Cada Parte Contratante concederá, anualmente e em regime de reciprocidade, bolsas de estudo e de especialização, a fim de permitir que, no seu território, cidadãos da outra Parte iniciem ou prossigam estudos, trabalhos e investigações ou aperfeiçoem a sua formação artística, cultural e científica.” Segundo o V Programa executivo, cada país pode conceder, anualmente, 32 mensalidades a licenciados ou estudantes universitários da outra parte, para investigação, especialização pós-universitária, ou cursos de Verão a realizar-se nas instituições do seu território. Apesar de estas bolsas contemplarem o estudo e investigação relacionados com a língua e literatura, não existem restrições quanto à área de estudo ou especialização que se destinam a apoiar (pontos 3.1 e 3.3 do V Programa).

Estão previstas bolsas exclusivamente destinadas ao estudo da língua em cursos de Verão a ter lugar no próprio país dos cidadãos que se candidatam: Itália atribui a cidadãos portugueses seis bolsas para cursos de Verão de língua italiana no Instituto Italiano em Portugal, e Portugal atribui a cidadãos italianos uma bolsa para um curso de Verão de língua portuguesa em cada um dos leitorados de português nas Universidades italianas (pontos 3.2 e 3.4 do V Programa).

4.2. O ensino da língua italiana em Portugal

Inteiramente dedicado ao tema do ensino do italiano em Portugal, o dossier temático do último número (ano 2010) da Revista *Estudos Italianos em Portugal* traça um amplo retrato da didáctica do italiano no sistema de ensino português, sobretudo nas Universidades, enriquecido por uma retrospectiva histórica e uma reflexão sobre os caminhos futuros do italiano na realidade portuguesa⁸⁵. Seguindo *os percursos históricos* aí propostos pelos seus diversos autores, tentaremos na primeira parte deste capítulo traçar *um percurso* do ensino do italiano em Portugal, indissociável, em alguns momentos, do contexto histórico que o enquadra. De seguida centrar-nos-emos na actual rede de ensino da língua italiana em Portugal constituída pelas Universidades portuguesas e pelos organismos de representação de Itália em Portugal que oferecem cursos de língua italiana. Daremos especial atenção às quatro instituições onde realizámos uma pesquisa – através de um inquérito aos estudantes da língua – com o objectivo de conhecer os públicos e as motivações que levam ao estudo da língua italiana em Portugal.

4.2.1. Perspectiva histórica

A secular tradição que associa a língua italiana à música encontra em Portugal um testemunho exemplar: a mais antiga cátedra de língua italiana de que há conhecimento em Portugal data de 1834, integrada na estrutura curricular do projecto inicial para a criação do Conservatório Nacional de Música em Lisboa (Cfr. Mioni, 2010: 71-77 e Sacco, 2010: 78-81). De datas muito posteriores são os registos que indicam a inclusão do italiano no plano de estudos do Conservatório de Música do Porto (em 1919 estava contemplado o estudo do italiano e do francês), e do Conservatório Nacional em Lisboa (em 1930 o italiano era a vigésima matéria a estudar e primeira língua estrangeira considerada). A importância do italiano nos currículos dos Conservatórios e Escolas de Música manteve-se ao longo do tempo; esta ligação explica o motivo por que hoje, no ensino público português, apenas nos Conservatórios de Música seja possível estudar italiano ao nível secundário, como adiante se verá.

⁸⁵ *Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, Nº 5, 2010, Instituto Italiano de Cultura de Lisboa. Com coordenação editorial de Rita Marnoto, Directora do Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Para uma visão completa e mais aprofundada dos vários caminhos do italiano em Portugal, *vide* as variadas contribuições na referida revista, fontes da breve perspectiva histórica que aqui se apresenta.

A cumprir precisamente um século, os Estudos Italianos (língua e literatura) entraram formalmente na Universidade portuguesa em 1911, data da criação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa⁸⁶, que seriam, durante largos anos, os únicos pólos universitários onde estariam presentes os Estudos Italianos⁸⁷ (Cfr. Marnoto, 2010: 15-30 e Almeida, 2010: 53-63).

Os anos que se seguiram foram de grande aproximação entre Portugal e Itália, no contexto das afinidades políticas entre o regime Fascista Italiano e a Ditadura Militar, e mais tarde, o Estado Novo Português.

Esta aproximação é patente, em primeiro lugar, na presença e acção dos organismos de representação de Itália que desde 1926 foram instituídos em Portugal. O estudo realizado por Rocchi (2008: 289-310) ao Arquivo Histórico do Instituto Italiano de Cultura de Lisboa (IIC), revela as fases fundamentais da criação deste órgão cultural, e dos organismos que o precederam. Anteriores ao IIC, e com alguma actividade cultural (levada a cabo de forma esporádica e por motivos não directamente relacionados com a promoção da cultura italiana), existiram três instituições⁸⁸, com existência mais ou menos contemporânea, das quais duas particularmente interessantes para o nosso estudo.

O *Fascio* de Lisboa “*Fulcieri Paolucci de Calboli*”, criado em 1926 foi, até à década de 40, o organismo responsável por todas as actividades de representação de Itália em Portugal. Tendo como missão oficial a divulgação da cultura italiana em Portugal, na realidade levava a cabo a propaganda do Regime Fascista, reunindo para tal a comunidade italiana, promovendo as “comemorações de regime”, e recrutando nesta comunidade membros para o Partido Nacional Fascista. Era verdadeiramente forte a presença de instituições italianas em Lisboa, que em 1936 se juntavam na recém-inaugurada sede comum pertencente à Casa de Itália na Rua do Salitre, 146 (actual sede

⁸⁶ Esta última, em rigor, não foi criada *ex novo*; foi a continuidade do Curso Superior de Letras de Lisboa fundado em 1859.

⁸⁷ O plano de estudos da licenciatura em Filologia Românica, nas duas Universidades, previa inicialmente a disciplina de Literaturas Espanhola e Italiana (que somente passados dezasseis anos, em 1926, seria dividida em duas disciplinas autónomas: História da Literatura Espanhola, e História da Literatura Italiana), a par da realização de Cursos Livres de língua italiana. Em Coimbra a disciplina de Literaturas Espanhola e Italiana, regida por Eugénio de Castro, viria a entrar em funcionamento em 1914, um ano depois da realização do primeiro Curso Livre de italiano.

⁸⁸ O *Fascio* de Lisboa, a Casa de Itália, e o Real Instituto de Cultura Luso-Italiano.

do IIC): além do *Fascio*, o Instituto de Cultura, a Câmara de Comércio, a delegação do Adido Cultural, o *Regio Consolato*, e a *Regia Scuola Elementare*. A actividade do *Fascio* foi particularmente dinâmica, criando Secções na Madeira, no Algarve (Olhão), em Cabo Verde (S. Vicente) e no Porto, inicialmente simples Secção destacada, e mais tarde (em 1938) transformada em Sede equiparada à de Lisboa, denominada *Fascio “Francesco Azzi”*. Também no Porto, e por estes anos, refere o Professor Giuseppe Mea⁸⁹ (2010: 65-67), existiu uma Escola Elementar Italiana, onde era seguido o ordenamento escolar italiano (nível elementar de 5 anos em vez dos 4 portugueses). Encerrada na segunda metade da década de 50, após, pelo menos, quatro décadas de funcionamento (desconhecemos a data da sua criação), era frequentada por uma centena de alunos, sobretudo pelos filhos da média burguesia portuense e filhos das poucas famílias italianas aí residentes⁹⁰.

O acima referido Instituto de Cultura, ou Real Instituto de Cultura Luso-Italiano, aquele que pode ser considerado o antecessor do actual Instituto Italiano de Cultura, surgiu em 1929, tendo como director (provavelmente o primeiro) Guido Vitaletti (1886-1939), um dos fundadores do *Fascio* e, como veremos adiante, figura incontornável também na história dos Estudos Italianos em Coimbra. Em 1936, o Real Instituto de Cultura Luso-Italiano passa a Instituto de Cultura Italiana⁹¹, dirigido por Aldo Bizzarri entre 1936 e 1941. O primeiro acto do novo organismo foi precisamente a instituição de

⁸⁹ Giuseppe Mea foi Leitor de Italiano na Faculdade de Letras da Universidade do Porto de 1972 a 2008, assim como na Universidade do Minho e na Universidade Católica do Porto. Ocupou cargos diplomáticos como responsável pelo Instituto Italiano de Cultura do Porto, Director Interino do Instituto Italiano de Cultura de Lisboa, Adido Cultural e Cônsul de Itália no Porto. Tradutor e autor de gramáticas e dicionários, é actualmente Director Didáctico dos Cursos da Câmara de Comércio Italiana.

⁹⁰ Sobre a *Regia Scuola Elementare* de Lisboa, localizámos apenas a referência de Laura Rocchi (2008: 290). Sobre a existência e vida da Escola Elementar Italiana no Porto, o de Giuseppe Mea (2010: 65-67) é o único testemunho escrito a que tivemos acesso. Justificam-se estas referências, ainda que muito lacunares, e certamente merecedoras de posteriores investigações, pela importância que uma instituição deste género (em Lisboa e no Porto) tem na história do *ensino italiano* e do *ensino do italiano* em Portugal.

⁹¹ O *Instituto de Cultura Italiana* manteria esta denominação até ao pós-guerra, quando a diplomacia cultural italiana resultante da nova ordem democrática fez suceder ao *Instituto de Cultura Italiana*, o quase homónimo *Instituto Italiano de Cultura*. Conforme referido por Marques Guedes, este tipo de representação metonímica é particularmente interessante pelo que denota: “De um projecto político com um objectivo nacional, passou-se expressivamente a um projecto nacional de natureza política” (Cfr. Guedes, 1998: 112).

um curso de Língua e Literatura Italiana, sob a direcção de Giuseppe Valentini (1907-1969), Professor da Faculdade de Letras de Lisboa⁹².

A partir de 1939, foi Professor no Instituto Italiano de Cultura, assim como Professor de Literatura Italiana na Universidade de Lisboa (entre 1944 e 1949), Giuseppe Carlo Rossi, figura incontornável, como veremos, na implementação dos Estudos Portugueses em Itália. É com Giuseppe Carlo Rossi, e por sua intervenção, que o ensino do italiano é inserido no Liceu Pedro Nunes, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (Cusati, 2009: 305).

Sob a forma de conferências, publicações, e manifestações culturais de vários tipos, o IIC inicia a sua colaboração com vista à aproximação ideológica entre os dois regimes⁹³. Importante montra para as relações culturais, históricas e científicas que ligavam os dois países foi também a Revista “Estudos Italianos em Portugal”, fundada em 1939 pelo então Director do Instituto Aldo Bizzarri, que a apresenta como “(...) uma severa colecção de estudos, que possa representar não só um documento como também um instrumento de trabalho (...) aberta a todos os portugueses que se interessem pela cultura italiana e lhe dediquem um pouco do seu trabalho”; que “(...) é em última análise, um documento que exprime o intensificar-se das relações culturais entre a Itália e Portugal; incremento natural por muitas razões, e que não é improvisado pois tem antigas raízes (o povo italiano sempre soube geografia) (...)” (Bizzarri, *apud* Cusati, 2009: 306). A primeira Série, de 1939 a 1993 publicou 56 números. A Nova Série da Revista, já no seu quinto número, foi retomada em 2005, graças à forte vontade do então Director do Instituto Italiano de Cultura, Professor Giovanni Biagioni, e da Professora Rita Marnoto, Directora do Instituto de Estudos Italianos de Coimbra.

Ao curso de Língua e Literatura Italiana do IIC de Lisboa, instituído em 1936, juntou-se, em 1971, o de Cultura, curso da Secção do Instituto Italiano no Porto (com sede nas mesmas instalações do Consulado Honorário de Itália). A sua procura, na

⁹² A referência ao seu cargo de Professor na Faculdade de Letras de Lisboa faz fé na história do IIC disponibilizada no site desta instituição:
http://www.iiclisbona.esteri.it/IIC_Lisbona/Menu/Istituto/Chi_siamo/Storia/, acedido em 11/8/2011.

⁹³ Uma das mais significativas manifestações desta aproximação cultural e da divulgação do Estado Novo em Itália foi a publicação do volume *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo*, pela *Reale Accademia d'Italia* em 1940, por ocasião da dupla celebração centenária de Portugal, e com prefácio de Luigi Federzoni (1878-1967), então Presidente da *Reale Accademia d'Italia*, e primeiro e único Presidente (cargo honorífico) do IIC Lisboa entre 1940 e 1943. O volume reúne um conjunto de artigos que exploram as afinidades entre os dois países, históricas e presentes (à época): a latinidade comum a Portugal e Itália e a sua comunhão étnica, espiritual, e de ideais; e o papel do Estado e do corporativismo nas duas “construções paralelas”.

década de 70, era, de acordo com Giuseppe Mea (2010:65-67), desde então aí Professor de língua e cultura italiana, de cerca de meia centena de pessoas. Em 1994, devido a uma reestruturação da rede de Institutos Italianos de Cultura no estrangeiro, foi suspensa a sede destacada no Porto. Para que não acontecesse uma dispersão dos inscritos – à época, uma centena – a Delegação do Porto da Câmara de Comércio Italiana em Portugal, em articulação com o Consulado Honorário, passou a encarregar-se dos cursos, mantendo o corpo docente, a linha didáctica, e o local do curso.

Como se disse, a aproximação entre Portugal e Itália no início do século XX, é patente, em primeiro lugar, na presença e acção dos organismos de representação de Itália instituídos em Portugal, que como vimos, deram origem aos dois centros – em Lisboa e no Porto – onde, por exclusiva iniciativa das instituições de representação de Itália no estrangeiro, é leccionada a língua italiana. Mas retomemos o início do século, e o que já se disse acerca da entrada dos Estudos Italianos na Universidade portuguesa, para observar os reflexos que esta aproximação aí teve, em particular, em Coimbra, onde, diz-nos Rita Marnoto, o ensino do italiano:

“ (...) é charneira de um sem número de articulações que se estendem no tempo, densas de significado e saturadas de valências. Mostra-o bem a abrangência e a transversalidade desse percurso diacrónico, pelo modo como a história do ensino do italiano se intersecta com a história das instituições, da diplomacia, e até da literatura e das outras artes, pondo em evidência a proximidade dos elos que unem Portugal e Itália.” (Marnoto, 2010: 16).

Segundo a autora, a eficácia do programa cultural do Fascismo italiano, por um lado, e os objectivos de relacionamento internacional que a Faculdade de Letras de Coimbra perseguia (lembre-se também o facto de a Universidade de Coimbra ser então um importante centro de recrutamento para cargos ministeriais), deram origem a iniciativas que uniram Coimbra (e a sua Universidade) a Itália de forma forte e duradoura. A primeira destas iniciativas foi a criação, em 1928, na Faculdade de Letras de Coimbra, e por proposta do governo de Mussolini, da Sala Italiana (também designada Instituto de Italiano, hoje Instituto de Estudos Italianos) dotada de uma importante biblioteca, e o envio de um Leitor por conta do Estado italiano. Foi director da Sala Italiana, após Guido Vitaletti (1886-1936) por curto período, Eugénio de Castro (1869-1944). O dinamismo que a Sala Italiana conferiu às actividades culturais, e o prestígio que granjeou, conferiram-lhe uma importância capital no âmbito da

italianística em Portugal, que mantém, aliás, até hoje, e impulsionou uma segunda iniciativa, cerca de dez anos mais tarde: a criação, em 1939, de uma Secção do Instituto de Cultura Italiana em Portugal em Coimbra (inicialmente na Faculdade de Letras) dependente da sede de Lisboa. Além de funções diplomáticas, este organismo desempenhava um trabalho de divulgação da língua, literatura, história e cinema italiano na esfera de influência de Coimbra.

As tensões internacionais e, em particular, a ruptura política ocorrida em Itália em 1943, deram início a um novo ciclo com reflexos na representação de Itália em Portugal; o mais imediato destes foi o fecho da Secção de Coimbra do Instituto de Cultura Italiana em Portugal. Mas o Pós-Guerra não significou o enfraquecimento dos elos entre a Universidade de Coimbra e o governo italiano:

“À diversidade dos regimes políticos em vigor, em Itália e em Portugal, sobrepõem-se interesses comuns de âmbito cultural e geoestratégico. Na nova ordem resultante dos acordos de Yalta, Portugal é uma peça fundamental para a estratégia do Atlântico Norte. O reconhecimento desse papel, por parte dos Estados Unidos, aliado a uma tradição de boas relações com o Reino Unido, converteu Portugal num ponto de apoio decisivo para a integração da Itália na NATO. A isso se aliavam interesses económicos da parte italiana, na exploração de matérias-primas das colónias portuguesas. Esta correlação gerou uma estabilidade relacional que só na década de 1960 começou a dar os primeiros sinais de ruptura, quando eclodiram os movimentos de libertação das colónias portuguesas.” (Marnoto, 2010: 22).

No campo cultural e académico, as instituições operantes mantiveram laços de cumplicidade: o Instituto de Estudos Italianos da Universidade de Coimbra continuou a ser regularmente visitado pelas autoridades italianas, mantendo a sua programação cultural; e na contratação de docentes de italiano estão bem patentes as cumplicidades com o regime deposto e o peso que as questões ideológicas assumiam⁹⁴.

Neste período, segundo Rita Marnoto, “Por sua vez, pela parte portuguesa, foi feito um grande investimento na difusão do português em Itália, de forma a incentivar a criação de unidades de ensino e investigação nas suas Universidades.” (Ibid.)

⁹⁴ Veja-se o caso da contratação de Luigi Federzoni como docente em Coimbra, em Marnoto, 2010:23-24.

Entretanto, novas Reformas da Universidade modelavam ligeiramente o ensino do italiano, em Lisboa e em Coimbra⁹⁵. Em Lisboa, em 1957 era criado o Instituto de Cultura Italiana cujo primeiro director foi o Professor José da Costa Miranda⁹⁶. Em Coimbra, impulsionado por Giacinto Mannupella, surgia em 1968 o Seminário de Literatura Italiana de que resultaram mais de uma dezena de teses de licenciatura na sua maioria dedicadas a temas luso-italianos.

No início da década de 70 (ano lectivo 1972-73) era criado o terceiro Leitorado Italiano em Portugal, na Universidade do Porto⁹⁷. Este Leitorado e a Secção do Instituto Italiano de Cultura do Porto eram, então, os centros mais importantes de irradiação da língua e cultura italiana no norte de Portugal.

Mas contrastando com a profícua actividade cultural e o prestígio que os Estudos Italianos foram adquirindo (de forma especial em Coimbra), no plano curricular universitário o ensino do italiano manteve-se, desde 1911 até 1970, praticamente inalterado, presente nos currículos de Filologia Românica com uma única disciplina, acompanhada por um curso livre.

Com a reestruturação curricular de 1978, no seguimento das mudanças trazidas pela Revolução de 1974, o ensino da língua e da literatura italianas viu-se idealmente colocado numa situação semelhante à das outras línguas ocidentais: a criação de uma Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas permitia a junção de duas línguas e literaturas através de um sistema de variantes. O lugar que o italiano assumiu foi diferente em cada uma das três Universidades, e variou ao longo do tempo em função das reformulações internas de cada uma destas⁹⁸.

⁹⁵ A reforma de 1957 criava uma disciplina única de Língua e Literatura Italiana, e a reforma de 1968 determinava que a sua escolha passaria a ser feita em regime de alternativa à disciplina de Língua e Literatura Espanhola.

⁹⁶ José da Costa Miranda foi Professor de Literatura Italiana, Leitor de Português nas Universidades de Roma *La Sapienza* e na Universidade de Milão, e bolseiro da Universidade de Pádua. Activo promotor da divulgação da italianística em Portugal bem como do fortalecimento do intercâmbio entre as duas culturas, foi Secretário-Geral do Instituto de Alta Cultura, reconhecido pelo Presidente da República Italiana com a Comenda “Ordine al Merito” (Cfr. Marnoto, 2005, 287-288).

⁹⁷ A partir de 1972-73 passava a ser leccionada a disciplina de Língua e Literatura Italiana (posteriormente dividida em duas: Língua Italiana; Literatura Italiana) integrada na licenciatura em Filologia Românica.

⁹⁸ Em variante única (Estudos Italianos), em variantes bidisciplinares (Estudos Portugueses e Italianos ou Estudos Franceses e Italianos), ou até sem abertura da variante italiana, no Porto.

As sucessivas reformulações dos currículos universitários também não se deram à margem da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986. Citando Marnoto:

“A integração europeia de um país que tinha vivido numa situação de grande isolamento não se podia processar à margem da formação de quadros habilitados, conhecedores de várias línguas e literaturas. Mas essa era também a exigência das instâncias comunitárias.” (Marnoto, 2010: 25)

No final da década de 80 assistiu-se a uma intensificação da presença do ensino da língua italiana em Portugal. No ano lectivo de 1986/87 iniciou-se o ensino do Italiano na Universidade dos Açores, o mais relevante pólo de ensino da área insular portuguesa. Desde então, esta é a única sede universitária nos Açores e Madeira onde é ensinado, e apesar das várias modalidades de estruturação que teve, o seu ensino manteve-se até hoje de forma ininterrupta. Introduzido através de um Curso Livre, passou posteriormente (e até hoje) a poder ser estudado também em regime curricular (ao nível da licenciatura e do mestrado). Além dos cursos de língua, a Universidade dos Açores realiza também cursos específicos destinados a operadores turísticos, em resposta às necessidades do meio envolvente (Benedetti e Marnoto, 2010: 83-86). Nestes cursos específicos é evidente a valorização da língua italiana como língua de comunicação, necessária ao funcionamento do sector turístico, e portanto com valor económico.

No início da década de 90, seria a Universidade do Minho, instituição relativamente recente no panorama universitário europeu (entra em funcionamento em 1975/1976), e que desde o início se distinguiu pela sua ampla oferta de cursos livres de línguas estrangeiras, a criar, primeiro, um Curso Livre de Italiano, uma das línguas mais procuradas, e posteriormente, a integrar o italiano nos níveis de licenciatura (em 1999/2000) e mestrado (em 2009/2010) (Ducrocchi, 2010: 87-89).

Dados relativos ao número de alunos indicam que a frequência de cadeiras da área dos Estudos Italianos em Lisboa atingiu o ponto máximo nas décadas de 80 e 90 (a diminuição subsequente deve ser vista no quadro da diminuição generalizada do número de estudantes das áreas humanísticas, e não exclusiva dos Estudos Italianos). No Porto registou-se um “salto em quantidade”, com a duplicação do número de alunos em relação aos anos 70 (de 50/60 inscritos na disciplina de língua italiana passou-se para o dobro), devido, segundo Giuseppe Mea (2010: 65-67), Leitor nesta Universidade entre

1972 e 2008, à reestruturação dos cursos, a uma mudança geracional do corpo docente e dirigente, e ao aumento do poder de compra dos portugueses. Também os cursos da Secção do Instituto Italiano de Cultura no Porto tinham passado de meia centena (em 1970), conforme referido acima, para cerca de uma centena de inscrições anuais nas décadas de 80 e 90.

Em 1988, no XIII Congresso da Associação Internacional para os Estudos de Língua e Literatura Italiana com o tema “*Lingua e Letteratura Italiana nel Mondo Oggi*”, era apresentada, por Maria Teresa Salazar (1991: 203-226), uma comunicação intitulada “*L’italianistica iberica ed iberoamericana*”, que pela primeira vez, numa sede com tão grande visibilidade, tratava o ensino do italiano em Portugal, ainda que integrado num contexto bastante mais amplo. Os dados apresentados por Salazar dão conta de sete Universidades Portuguesas (seis públicas e uma privada) onde a língua italiana era leccionada⁹⁹. Vale a pena notar alguns aspectos do panorama apresentado então pela autora. O primeiro, relativo aos dados quantitativos apresentados: no conjunto destas instituições o número de estudantes (parcialmente apurado) era de cerca de 500, e grande parte frequentava a Universidade de Coimbra (170). Em segundo lugar, o facto interessante de o ensino da língua italiana estar presente no Instituto Superior de Economia, que reunia o segundo maior (e considerável) número de estudantes (cerca de 110). Neste caso a disciplina de língua italiana não era acompanhada pela disciplina de literatura, como acontecia em todas as outras Universidades; a sua leccionação fora do contexto dos estudos humanísticos sugere já o reconhecimento do valor económico da língua italiana em Portugal. Por fim, a autora abordava uma questão que viria a ganhar crescente relevância com o passar do tempo: o facto de o italiano não ser ensinado nas escolas (com excepção da Escola Secundária da Amadora, onde a partir desse ano começava a ser ensinado a título experimental), por falta de reciprocidade com os estudos de português nos liceus italianos, gerava uma escassa procura dos estudos italianos a nível universitário, situação que não era exclusiva de Portugal. A autora concluía que, apesar da heterogeneidade das realidades que formavam o contexto ibérico e ibero-americano,

“In genere, nei paesi esaminati, la esiguità dell’insegnamento dell’italiano nelle scuole elementari, secondarie e nei Licei, provoca quello stagnarsi degli studi

⁹⁹ Universidade Clássica de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade Autónoma (privada), Instituto Superior de Economia, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, e Universidade dos Açores.

universitari, con la susseguente mancanza di richiesta da parte di studenti che, ben volentieri vorrebbero laurearsi in Italiano, ma che non si azzardano a farlo, perché non vogliono subierne le conseguenze.” (Salazar, 1991:225-226)

De facto, a situação paritária do ensino da língua e literatura italiana em relação às outras línguas modernas, consequência da reestruturação curricular de 1978, veio revelar “as fragilidades da política de ensino que fora levada a cabo, de forma quase inalterada, ao longo de décadas” (Marnoto, 2010 :25). Na prática, dentro e fora da Universidade, o italiano não gozava de uma situação idêntica à das outras línguas modernas a que era equiparado. Tornavam-se evidentes duas lacunas. A primeira diz respeito à falta de uma tradição de investigação académica em temas de italianística capaz de satisfazer as necessidades científico-pedagógicas desta área (ao contrário das outras línguas e literaturas modernas que haviam realizado um trabalho programado, em colaboração com as respectivas instituições com missão de promoção cultural no estrangeiro, como a Alliance Française, o Goethe Institut e o British Council, e que por isso possuíam já um corpo docente com várias gerações).

A segunda fragilidade viria a revelar-se mais tarde, quando em 1987, um novo plano de estudos conferiu a esta licenciatura uma direcção prevalentemente direccionada para o ensino; o italiano, como o espanhol, não eram, então, ensinados nas escolas, o que as remetia para uma relativa situação de isolamento. A falta de contacto dos estudantes pré-universitários com estas línguas e literaturas, e a inexistência de saídas profissionais na área da docência em muito limitavam a atractividade do seu estudo. Eis os desenvolvimentos que se seguiram:

“As autoridades italianas e espanholas, cientes da gravidade da situação, uniram os seus esforços na preparação de um processo, entregue ao Ministério português, que visava a integração do ensino do italiano e do espanhol no ensino médio. Aliás, essa medida respondia aos mais elementares desafios colocados pelo quadro comunitário europeu. Num momento em que os programas de intercâmbio ERASMUS e SOCRATES estavam a receber grandes incentivos, no objectivo de promover o intercâmbio entre universidades de toda a Europa, o ensino dessas línguas, nas escolas portuguesas, erigia-se em elementar factor de coesão cultural. Depois do pedido de separação de um processo que inicialmente era comum, apresentado pelas autoridades de Espanha, o ensino do espanhol nas escolas portuguesas foi normativamente instituído em 1999, o que ainda mais acentuou a situação de isolamento do italiano.” (Marnoto, 2010: 27)

Esta situação desfavorável levou, em 2003, à supressão da variante em Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ao mesmo tempo, o interesse pela língua italiana em novas áreas descentradas manteve-se, como atesta a recente introdução (em 2004/2005), de um Curso Livre de Italiano na Universidade de Aveiro. O italiano não faz parte, até hoje, do plano de estudos de nenhuma licenciatura, mestrado ou doutoramento, embora o curso livre possa ser integrado como disciplina extra-curricular.

Mais recentemente, as alterações resultantes do Processo de Bolonha ditaram uma maior margem de escolha na construção dos currículos. Nas duas universidades portuguesas onde os Estudos Italianos gozam de maior tradição, Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra, a implementação do Processo de Bolonha alterou significativamente o estatuto ocupado pelo italiano¹⁰⁰. No Porto, a reforma de Bolonha não se traduziu em alterações significativas; em 2008 foi decidida a abertura de um *Minor*, o que ainda não se verificou. A coincidência da aposentação de Giuseppe Mea, Leitor nesta Universidade desde 1972, e a ausência de resposta por parte do IIC ao financiamento de um leitor, são as razões apontadas para aquele facto, o que leva a que a língua e cultura italianas se mantenham apenas parte da formação contínua, em cursos anuais e cursos intensivos (Santos, 2010: 68-70).

4.2.2. A actual rede de ensino da língua italiana em Portugal

O italiano está hoje presente no curso complementar dos Conservatórios de Música (na vertente *canto* e *instrumento*), tornando-os, como se disse, as únicas instituições do ensino secundário público português onde é possível estudar italiano¹⁰¹. Além do Conservatório Nacional em Lisboa, do Conservatórios do Porto, e de Coimbra, que registavam no ano lectivo 2009/2010, no seu conjunto, cerca de 130 inscrições, refira-se ainda o ensino de italiano no Conservatório de Aveiro, de Braga, e escolas como a Academia de Amadores de Música de Lisboa, ou a Academia de Santa Cecília,

¹⁰⁰ A situação do italiano nestas duas Universidades será mais detalhadamente analisada no ponto seguinte, na secção dedicada exclusivamente à caracterização das sedes onde realizámos a nossa pesquisa ao público e motivações do estudo do italiano.

¹⁰¹ Sobre o ensino do italiano nos Conservatórios, e os problemas relacionados com a formação dos professores, e com a falta de uniformização dos programas e da carga lectiva decorrentes da inexistência de um programa ministerial para esta disciplina, *vide* Mioni, 2010: 71-77 e Sacco, 2010: 78-81.

reconhecidas pelo Ministério, com um número de alunos mais reduzido e a abertura dos cursos sujeita à procura (Mioni, 2010: 71-77 e Sacco, 2010: 78-81).

O Instituto Italiano de Cultura de Lisboa (IIC) é uma referência no ensino do italiano. Como parte fundamental da sua actividade de promoção da língua e cultura italiana em Portugal¹⁰², o Instituto Italiano de Cultura de Lisboa promoveu, em 2010 (ano solar), 57 cursos (de diversos níveis e tipologias). Os cursos regulares encontram-se divididos em quadrimestres (dois por ano), e os cursos intensivos têm duração de um mês. Além dos cursos de língua, estruturados de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa, o IIC promoveu também Cursos de História de Arte, de Escrita, de Conversação, Tradução, Literatura italiana, Italiano para crianças. De acordo com os dados do estudo *Italiano 2000*, entre 1995 e 2000 o número de estudantes no IIC Lisboa cresceu 37%¹⁰³. Os dados de que dispomos (relativos aos anos de 2009 e 2010) revelam uma inversão desta tendência. O total de alunos no arco de 2010 foi de 630, nos vários tipos de curso e níveis. Em relação ao ano anterior verifica-se um decréscimo do número de inscrições (em todos os níveis e tipologias de cursos) de cerca 12% (de 720 em 2009 para 633 em 2010), e uma mais acentuada diminuição no número de cursos activados (diminuição de 19%, de 70 em 2009 para 57 em 2010).

Em Portugal não existem escolas italianas, nem escolas bilingues. Todavia, registre-se que, ao nível secundário, o Liceu Francês *Charles Lepierre* inclui no seu plano de estudos, desde 1985, a disciplina de italiano, com uma média de 60 alunos por ano (IIC, 2010: 11). Também não existem em Portugal Centros *Dante Alighieri*.

¹⁰² O Instituto Italiano de Cultura é também sede dos Exames de Certificação de conhecimentos de língua italiana das Universidades de Perugia (CELI) e Siena (CILS). Com forte adesão por parte dos alunos, mas aberto a todos os interessados, o Instituto tem uma regular e diversificada programação cultural, como conferências, apresentações literárias, ciclos cinematográficos, representações teatrais, espectáculos de dança, concertos de música clássica e contemporânea, mostras de arte, em alguns casos em colaboração com outros Centros Culturais Portugueses.

¹⁰³ Para uma ideia geral, nos países da União Europeia a variação do número de estudantes dos IIC é caracterizada por uma grande variabilidade. Em sete capitais, considerados centros importantes, este número diminui; e em 13 capitais aumenta, concorrendo para tal um conjunto de factores entre os quais a presença de comunidades italianas. Dados disponíveis em <http://www.iic-colonia.de/italiano-2000/09.08%20Analisi%20generale%20dei%20dati.htm>, acessado a 20/8/2011.

O panorama no ensino universitário é mais encorajador: o ensino do italiano está hoje presente em 13 universidades portuguesas¹⁰⁴; das quais nove, são universidades públicas (*vide* tabela seguinte). Destas, apenas três contaram, no ano lectivo 2010/2011, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) Italiano: a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com o envio de um Leitor *di ruolo*, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, também com o envio de um Leitor *di ruolo*, e a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve (Faro), através da atribuição de um Contributo quinquenal¹⁰⁵ para o apoio à contratação de um Docente através de concurso local, na sequência do fecho do Leitorado do MNE que aí funcionou de 2000/2001 a 2006/2007. Também em Évora existiu já um Leitorado do MNE, aberto em 1998/1999 e suprimido em 2009/2010.

Os dados relativos aos apoios do MNE Italiano na última década revelam um considerável desinvestimento no ensino da língua italiana nas Universidades portuguesas, justificado pelas revisões do contingente mundial ou pelas necessidades de redução da despesa do MNE. Diminuiu para metade o número de Leitores do MNE em Portugal, e para menos de metade a atribuição de Contributos, que, se em 2000/2001 eram atribuídos à Universidade Clássica e à Universidade Nova com a função de apoiar a contratação de um segundo Leitor de Italiano, em 2010/2011 o único Contributo atribuído surge sobretudo como forma de manter o apoio onde havia anteriormente sido suprimido o Leitor do MNE (Algarve). O Contributo atribuído à Universidade de Coimbra entre 2001/2002 e 2005/2006, na sequência (não imediata) da supressão do Leitorado aí existente, ainda que não motivado pelas razões acima referidas, não contraria a nossa anterior observação relativa à função que tem tido a atribuição de Contributos.

É ainda interessante notar que os dois únicos leitorados e apoios do MNE descentralizados (Évora e Faro)¹⁰⁶ se deram em sedes onde a função da língua italiana estava sobretudo (ou em grande medida) relacionada com o turismo. Em Évora o

¹⁰⁴ Universidade Clássica de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, Universidade do Minho, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro, Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusófona, Universidade da Terceira Idade, e Instituto Superior do Turismo do Estoril.

¹⁰⁵ Os Contributos atribuídos pelo MNE Italiano têm a duração de cinco anos e podem ser renovados apenas após equivalente período de carência.

¹⁰⁶ Mais do que uma aceção geográfica, referimo-nos a um “mapa” dos Estudos Italianos, em que, quer Lisboa, quer Coimbra, são indiscutivelmente epicentros.

aumento do interesse pela língua era atribuído à percepção do seu uso no turismo; e o apoio a Faro é explicado pelo Instituto Italiano de Cultura em Lisboa como “uma tentativa de incentivar o crescimento do número de alunos de língua e cultura italiana numa realidade descentrada, mas estratégica do ponto de vista turístico-económico.” (IIC, 2010: 12). A tabela abaixo lista as Universidades públicas onde é leccionada a língua italiana o número de alunos (quando disponível)¹⁰⁷.

Tabela 14: Rede de Universidades públicas portuguesas onde é leccionada a língua italiana, 2010/2011

| CIDADE | | INSTITUIÇÃO | Nº de ALUNOS |
|----------------|---|---|---------------------|
| LISBOA | 1 | Universidade Clássica de Lisboa Faculdade de Letras Departamento de Linguística Geral e Românica Instituto Italiano | 254 ^{a)} |
| | 2 | Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas, Secção de Estudos Espanhóis, Franceses e Italianos | 83 ^{b)} |
| ÉVORA | 3 | Universidade de Évora Departamento de Linguística e Literaturas | 48 ^{b)} |
| FARO | 4 | Universidade do Algarve Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Departamento de Letras Clássicas e Modernas | 50 ^{b)} |
| COIMBRA | 5 | Universidade de Coimbra Faculdade de Letras Instituto de Estudos Italianos | 120 ^{c)} |
| PORTO | 6 | Universidade do Porto Faculdade de Letras | - d) |
| AVEIRO | 7 | Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas/Cursos Livres | - d) |
| MINHO | 8 | Universidade do Minho Instituto de Letras e Ciências Humanas/Cursos Livres | - d) |
| AÇORES | 9 | Universidade dos Açores Departamento de Línguas e Literaturas Modernas | - d) |

^{a)} De acordo com Relatório do Leitor do MNE na FLUL.

^{b)} Fonte: IIC, 2010:12.

^{c)} Média de alunos, de acordo com Rita Marnoto em entrevista a 31/5/2011.

^{d)} Não nos foi possível apurar o número de alunos.

¹⁰⁷ As informações relativas aos apoios do MNE Italiano, assim como relativas às actividades do Instituto Italiano de Cultura foram directamente disponibilizadas por este Instituto, na pessoa da Responsável pelos Cursos, Dra. Silvana Urzini, em contactos decorridos entre Maio e Julho de 2011.

Existe em geral um forte contraste entre o número de inscritos na disciplina de língua italiana, integrada no percurso “convencional” dos Estudos de Línguas, Literaturas e Culturas, ou em percursos “históricos” como os Estudos Portugueses e Lusófonos, e o número daqueles que a frequenta enquanto disciplina opcional, sob diversos regimes, de cursos das mais variadas áreas. Na maior parte das Universidades, os alunos – e público exterior à Universidade – podem ainda recorrer ao Centros de Línguas, para frequência de Cursos Livres de língua italiana. Em muitos casos, estes centros assumem uma importância central para o público em geral interessado na formação linguística (e em particular, na língua italiana), ao nível da cidade e na sua zona de influência, por não existirem outras escolas de línguas a disponibilizar esta disciplina. A discrepância que se verifica desde a década de 70, na generalidade das Universidades, entre a escassez dos alunos de Estudos Italianos (licenciatura ou *minor*) e os muitos alunos de Italiano em regime opcional é sintomática, segundo Marnoto (2010: 27) de um quadro administrativo pouco flexível, no primeiro caso, e da grande atratividade do italiano, no segundo.

Passados mais de dez anos da entrada do espanhol nos currículos do ensino secundário (1999), a exclusão do italiano continua a ser um obstáculo ao desenvolvimento dos Estudos Italianos ao nível universitário. Conscientes dos argumentos que obstam actualmente a inserção do italiano no ensino público pré-universitário, docentes e investigadores, portugueses e italianos, que vêm o seu trabalho – e o desenvolvimento de uma área de estudos e de trabalho onde encontram vastas potencialidades – ressentir-se deste facto, vêm reiteradamente chamando a atenção para a importância que, a seu ver, teria a inclusão do italiano nas escolas, defendendo que o seu sucesso seria, a avaliar pelo interesse dos estudantes a nível universitário, garantido. Os motivos que sustentam esta posição são variados. Em primeiro lugar, corresponder ao interesse demonstrado pelo número crescente de estudantes interessados em estudar a língua italiana, e não obstaculizar o aumento deste interesse, conforme defende Radiana Nigro, Leitora do MNE na Universidade Nova de Lisboa:

“ Per consentire un auspicabile consolidamento del positivo indice di incremento degli allievi (...) che desiderano studiare la lingua italiana, così ampiamente dimostrato, continuo a ritenere che sarebbe utile agire in due direzioni: la prima, di più ampio respiro, dovrebbe prevedere forme di politica culturale congiunte (italiano-portoghese),

che favoriscano iniziative di insegnamento dell'Italiano a livello della scuola secondaria portoghese (...)" (Relatório do Leitor do MNE na FCSH-UNL, 2011).

Em segundo lugar, garantir a continuação e aprofundamento de uma área de valor reconhecido como são os Estudos Italianos em Portugal, garantindo, simultaneamente, a empregabilidade dos quadros formados, conforme refere Rita Marnoto, Directora do Instituto de Estudos Italianos em Coimbra:

“É evidente que o desenvolvimento desta estratégia [seguida pelo Instituto de Estudos Italianos em Coimbra] tem por charneira um factor-chave da actual conjuntura, a empregabilidade. Também neste plano, a inserção do ensino do italiano nas escolas poderá ser o fulcro de um crescimento sustentado num equilíbrio entre desenvolvimento económico e cultural.” (Marnoto, 2010: 29)

E em terceiro e último lugar, corresponder às orientações do espaço europeu, conforme nota Clelia Bettini, Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra:

“In un contesto europeo dove la conoscenza degli idiomi comunitari acquista sempre maggiore importanza, crediamo che anche l'italiano dovrebbe essere una delle lingue straniere insegnate nella scuola superiore portoghese, alla pari dell'inglese, del francese, del tedesco e dello spagnolo. In primo luogo, ciò garantirebbe uno sbocco professionale ai nostri numerosi allievi, ma anche gli studi italiani in genere ne trarrebbero beneficio, ricevendo studenti già “ferrati” in materia, con i quali si potrebbe lavorare su un altro livello di profondità.” (Bettini, 2010: 44)

A concluir este breve panorama geral sobre o ensino da língua italiana em Portugal, é ainda de referir o peso e importância que na generalidade das Universidades é atribuído aos programas de intercâmbio europeus no fomento que fazem dos Estudos Italianos, em particular o programa Erasmus.

4.3. O ensino da língua portuguesa em Itália

O ensino da língua portuguesa em Itália – tanto quanto, através das fontes que localizámos, nos foi possível concluir – desenvolveu-se através de dois eixos principais. O primeiro, extra-académico, mas vinculado, em certa medida e nalguns momentos, ao Estado português; o segundo, académico, portanto apoiado pelo governo italiano, que tutela a Universidade Italiana, assim como apoiado pelo governo português, pela sua política de criação de leitorados no estrangeiro.

No âmbito extra-académico, destaca-se o ensino do português promovido pelo Instituto de Santo António em Roma. E, pelo seu carácter único na Europa, a já extinta Escola Portuguesa em Roma.

No meio académico, os Estudos Portugueses desenvolveram-se por duas vias. Por um lado, devem a sua existência à primeira geração dos “lusitanistas italianos”, titulares das primeiras Cátedras de Língua e Literatura Portuguesa nas Universidades Italianas, assim como às sucessivas gerações, que cimentaram uma longa tradição de relações académicas entre Portugal e Itália. Por outro lado, a acção do Estado Português, através do actual Instituto Camões e dos organismos que o antecederam, traduziu-se, desde 1937, na criação de Leitorados de Língua e Literatura portuguesa nas Universidades Italianas.

Na primeira parte deste capítulo, dedicada ao *percurso histórico* do português em Itália, procuraremos reconstituir estes quatro âmbitos¹⁰⁸.

Na segunda parte centrar-nos-emos na actual rede de ensino da língua portuguesa em Itália, sobretudo a assegurada pelo Instituto Camões nas Universidades Italianas, e pela única instituição portuguesa em Roma que oferece cursos de língua portuguesa. Daremos especial atenção às quatro instituições onde realizámos uma pesquisa – através de um inquérito aos estudantes da língua – com o objectivo de conhecer os públicos e as motivações que levam ao estudo da língua portuguesa em Itália.

¹⁰⁸ A ordem e organização desta exposição são sobretudo determinadas por critérios práticos; na realidade estes âmbitos entrecruzam-se, e são, nalguns momentos, indissociáveis, como comprova um olhar mais atento aos percursos das figuras que os percorreram. O mesmo se verifica em relação às duas perspectivas históricas: a história dos Estudos Portugueses em Itália é indissociável da história dos Estudos Italianos em Portugal, e só para melhor compreensão e maior clareza são apresentadas separadamente.

4.3.1. Perspectiva histórica

a) Instituto Português de Santo António em Roma

Com 48 anos de existência, o curso de Língua Portuguesa instituído pelo Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR), sediado na *Via dei Portoghesi* em Roma, remonta ao ano lectivo de 1963-64¹⁰⁹.

O Instituto, herdeiro dos dois Hospitais e da *Chiesa Nazionale*, as chamadas “instituições da Nação Portuguesa” em solo pontifício, instituídas legalmente com carácter único e oficial em 1467 pela Bula Papal de Paulo II, teve, na sua génese, uma missão espiritual de matriz católica e uma missão social de assistência aos peregrinos portugueses a Roma, que se manteve até hoje. O traço distintivo desta Instituição, num primeiro período, de acolhimento e assistência, desenvolve-se ulteriormente, incluindo um novo tipo de hospitalidade: dada a inexistência de uma academia artística nacional, como tinham as outras nações, o Instituto acolhia também os portugueses que se deslocavam a Roma para aprofundar os seus estudos artísticos. Ao longo do tempo, esta missão cultural desenvolveu-se, chegando, nalguns momentos da sua história, a ganhar prevalência sobre as primeiras, o que reveste esta instituição de especial interesse para o nosso estudo. Alvo de múltiplas reformas ao longo dos séculos, destacam-se, em 1870 – por altura da anexação de Roma ao nascente Reino de Itália – a importante transformação jurídica e institucional que lhe dava a sua denominação actual, e passava a sua tutela, da Igreja, para o Estado Português, representado pelo Embaixador de Portugal na Santa Sé. Anos mais tarde, com a instauração da República Portuguesa e a interrupção das relações diplomáticas com a Santa Sé, o Instituto perdia a sua vocação religiosa e era colocado sobre a tutela do Ministério das Finanças, sob a gestão de um administrador, funcionário do Estado Português. É então, nestes dois momentos de início e concretização de uma política de laicização do Instituto, que os fins culturais da instituição ganharam temporária prevalência sobre as missões originárias.

A retoma das relações diplomáticas com o Vaticano deu início a um processo de estabilização da instituição: em 1919 eram reduzidos os poderes do Embaixador e criado o cargo de Reitor; em 1948 era restabelecida a vocação religiosa do Instituto; e

¹⁰⁹ As fontes para a história desta instituição e origem dos seus cursos de português foram o site oficial do Instituto Português de Santo António em Roma, <http://www.ipsar.org/index.php> e o texto de autoria desta instituição, disponível em http://viadeiporoghesi.blogspot.com/2008_09_01_archive.html, blog dedicado ao encontro cultural entre Portugal e Itália, da autoria do Dr. Francisco de Almeida Dias, acedidos em 20/5/2011.

nos Estatutos de 1952, em vigor até hoje, era finalmente encontrada uma solução jurídica equilibrada. Neles está reconhecida a missão cultural do Instituto, concedendo-se todavia a prioridade aos fins religiosos e de assistência, garantindo ao Reitor (nomeado pelo Governo Português), uma autonomia quase total, e devolvendo assim à Igreja o seu histórico poder de intervenção e decisão no Instituto.

Assim, com a sua integridade reposta, o Instituto, na sua configuração actual, assume uma dupla vocação, espiritual e cultural, assim descrita pelo Monsenhor Agostinho da Costa Borges, Reitor do Instituto desde 1995 e Adido Cultural da Embaixada de Portugal na Santa Sé:

“(…) da un lato valorizza questa eredità spirituale, magnificamente edificata nella Chiesa nazionale di Sant’Antonio con pietre preziose e un’arte raffinata; dall’altro, in assenza di una struttura appropriata - come avviene a Roma con le numerose “accademie” nazionali - Sant’Antonio diviene la sede in cui sono ospitati artisti e studiosi portoghesi giunti in città per arricchirsi culturalmente e valorizzare il panorama culturale del paese.”¹¹⁰

A sua acção no campo cultural confere-lhe o estatuto de Centro Cultural Português em Roma¹¹¹; e o ensino da Língua Portuguesa é parte integrante e fundamental desta missão cultural.

Os cursos de português foram introduzidos no ano académico de 1963-64, por iniciativa do Reitor Manuel da Costa Nunes, e em colaboração com o Dr. Manuel Pereira Carvalho, à época Leitor de Português na *Università degli Studi di Roma La Sapienza*. O primeiro curso foi frequentado por 18 estudantes de diversas nacionalidades. Nestes primeiros anos, os melhores alunos eram premiados com Bolsas de Estudo de grande prestígio, concedidas pelo então Instituto de Alta Cultura de Lisboa, e pela Fundação Calouste Gulbenkian, pelo seu Presidente Azeredo Perdigão.

¹¹⁰ Em <http://www.ipsar.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=4>, acedido em 20/5/2011.

¹¹¹ A Igreja de Santo António dos Portugueses, a Biblioteca, o Arquivo Histórico, a Galeria, e os Cursos de Língua e Cultura Portuguesa para estrangeiros são os pólos em torno dos quais o Instituto desenvolve uma acção dinâmica, diversificada e intensa no campo das actividades culturais: além da actividade concertística, que torna o Instituto um ponto de referência em Roma, são apoiadas actividades de pesquisa histórica, publicações, conferências, exposições de carácter histórico e artístico, com o objectivo de promover a difusão dos valores espirituais portugueses; como referido, o Instituto oferece a sua hospitalidade a artistas, estudiosos e investigadores que procuram Roma, suprimindo a ausência de uma “Academia” nacional em Roma. A nosso ver, a promoção da cultura e língua portuguesa realizada pelo Instituto, mas também a sua programação cultural que extravasa a simples “representação” da cultura portuguesa em Itália, e que lhe confere um lugar próprio no contexto artístico de Roma, tornam-no um verdadeiro Centro Cultural (Português); recorde-se o facto de o seu Reitor ser também Adido Cultural da Embaixada de Portugal na Santa Sé.

Finda a missão em Roma do Professor Manuel Pereira de Carvalho, os cursos prosseguem com o novo Leitor de Português na Universidade *La Sapienza*, o Professor José da Costa Miranda¹¹², e a partir de 1967-68, com o Professor Roberto Barchiesi (1929-2003), e a Professora Maria Helena Portugal. Além do ensino da língua, da fonética e gramática, os alunos eram iniciados nalguns temas de história portuguesa, poesia e música, vertente que se manteve até hoje.

A característica distintiva do curso de Língua e Cultura Portuguesa do Instituto é a sua inclusão num contexto cultural mais amplo, que proporciona o contacto entre os estudantes e a comunidade lusitana que frequenta a *Via dei Portoghesi*. Também neste aspecto o Instituto assume a missão de um verdadeiro Centro Cultural Português, aliás, o único em Roma.

b) Escola Portuguesa em Roma

A história da Escola Portuguesa em Roma, única em Itália (e ao que sabemos, na Europa) inscreve-se num período de mais de 30 anos, entre 1969 ou 1971 (as fontes não são consensuais) e 2003¹¹³. O seu nascimento deveu-se à iniciativa de religiosas do Instituto do Sagrado Coração de Maria em Roma, sensíveis à paupérrima situação cultural e à total carência de meios de instrução da comunidade imigrante de língua portuguesa em Roma. Esta comunidade era maioritariamente constituída por emigrantes de Cabo Verde, maioritariamente, mulheres. A iniciativa contou com o apoio de sacerdotes Jesuítas em Roma, e outros residentes no Pontifício Português, a que se associaram mais tarde sacerdotes de outras ordens residentes em Roma, e diversos leigos em regime de voluntariado; eram, portanto, sacerdotes e leigos que asseguravam as actividades lectivas e o funcionamento da Escola, cujo primeiro objectivo foi promover a alfabetização dos membros desta comunidade imigrante. Esta iniciativa,

¹¹² Cfr. nota 96.

¹¹³ A reconstituição da história da Escola Portuguesa em Roma foi feita a partir do testemunho da Professora Manuela Borges, sua última Directora, docente na Escola, e já Leitora de Português em Viterbo (em contactos ocorridos em Maio e Julho de 2011), e da consulta (possibilitada pela Professora Manuela Borges) de documentação relativa à vida da Escola. Outros testemunhos foram também o do Pe. João Caniço, o do Pe. Manuel Morujão, já Director da Escola, o do Pe. Nuno Gonçalves, já docente e membro do Conselho Directivo da Escola, e o da Professora Silvina Palmeirim, já Coordenadora e docente na Escola, em contactos ocorridos em Julho de 2011. A documentação acedida e os testemunhos recolhidos, entre outros de extrema importância que não nos foi possível recolher, convidam a uma mais profunda investigação que extravasa o âmbito específico do nosso trabalho. Todavia, e dada a inexistência de trabalho já desenvolvido acerca desta interessante experiência, pensamos ser este tema merecedor desta breve referência, como de futuras investigações.

enquanto missão social animada por uma motivação religiosa, encontrou, no Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR), graças ao então Reitor Monsenhor António Borges, o acolhimento físico (e simbólico) para a sua realização.

A progressão nos estudos destas alunas levou à sucessiva criação dos níveis mais avançados, respeitando integralmente os programas de ensino oficiais em Portugal, e sempre usando como língua de ensino o português. A única alteração aos planos de estudos do ensino oficial português foi, desde 1979, a introdução da disciplina de língua e literatura italiana, em alternativa a outras línguas modernas (homologada pelos Serviços competentes em Portugal), especialmente útil dado o interesse dos alunos em ingressar em universidades italianas, onde inclusive eram submetidos a um exame linguístico. Esta era também uma forma de promover a inserção pessoal e profissional dos que procuravam a escola como via para essa integração.

Em 1983 era constituída a Associação de Cooperadores e Amigos da Escola Portuguesa em Roma, titular da Escola, com a finalidade de titular e apoiar a actividade desta, e num âmbito mais vasto, promover o ensino da língua e cultura portuguesa em Itália, e apoiar a promoção humana e cultural da comunidade de língua portuguesa aí residente. Além da realização de actividades culturais em diversos âmbitos, esta associação era também responsável pela publicação periódica do “Boletim Informativo”, ponto de encontro desta comunidade com a Escola, com Portugal e com Itália.

O financiamento da Escola era garantido pelas taxas pagas pelos alunos, pelas verbas a ela destinada pela Associação que a tutelava, por ocasionais doações de entidades públicas ou privadas, e pelos subsídios concedidos pelos competentes departamentos ministeriais quer do Governo Português, quer da República de Cabo Verde¹¹⁴.

Apesar do rápido crescimento da procura por parte da comunidade imigrante, ainda na década de 80 a vida da Escola foi perturbada por um conjunto de circunstâncias. A indefinição do seu estatuto jurídico, e a ausência de uma definição legal por parte do Ministério da Educação relativa quer ao funcionamento da Escola, quer ao enquadramento dos serviços que o Consulado vinha prestando à Escola, no

¹¹⁴ Sob a forma de apoios pontuais, além dos subsídios do Governo Português, e do subsídio pontual do Governo da República de Cabo Verde (concedido por ocasião da visita à Escola do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura de Cabo Verde, em 1986; recorde-se que nestes anos, 70% dos alunos provinham de Cabo Verde, e muitos aí regressavam), a Escola recebeu, em 1986, também um apoio do Conselho Pontifício «Cor Unum».

apoio à realização dos exames e certificações oficiais, foi-se tornando um problema de premente resolução, cuja solução foi mais demorada que o desejado.

O vazio legal em que a Escola operava seria normalizado pela Inspeção do Ministério da Educação Português em 1986, cujo Relatório Final significou um positivo alento para a Escola, pelo reconhecimento dos graus de ensino aí obtidos, e pelo reconhecimento de uma normal relação com os Serviços Consulares.

Em simultâneo, a necessidade imperativa, sentida pelo IPSAR, de reestruturação da sua Biblioteca e Arquivos, e consequente reafecção dos seus espaços a actividades novas e consideradas mais consonantes com a sua vocação e estatutos, determinaram a transferência da Escola, em meados da década de 80, das instalações do IPSAR para instalações cedidas pela Caritas Diocesana¹¹⁵.

Já nas novas instalações, e com Autorização de Funcionamento atribuída em 1992 pelas entidades competentes em Portugal, a Escola adquire, na década de 90, o estatuto de Escola Particular e Cooperativa, tendo como entidade titular a Associação Cultural Portuguesa, constituída em 1996 (e que substituíra a precedente Associação dos Cooperadores e Amigos da Escola Portuguesa em Roma).

As suas actividades prosseguiram até 2003, ano da extinção da Escola, em resultado de um conjunto de factores. Entre os relativos ao seu funcionamento estava a dificuldade crescente em garantir o quadro docente necessário. Entre aqueles relativos à formação dos alunos, estava a progressiva passagem do regime de ensino normal para o regime de ensino recorrente, que teve como consequência a diminuição do nível de preparação dos alunos e portanto maior dificuldade de acesso à Universidade Italiana. Como causa e consequência deste facto, a procura dos estudantes diminuiu, assim como o nível de conhecimentos que se propunham atingir. À primeira geração de imigrantes formados não se seguiu uma segunda geração, e a escola perdeu o vigor que tinha tido, porventura resultado também de uma alteração do perfil da própria emigração.

Das três décadas de actividade permanece a importância que a Escola Portuguesa em Roma assumiu, pelo impacto que teve na vida da comunidade que serviu, permitindo-lhe o acesso a uma educação na sua língua materna, reconhecida oficialmente por Portugal, e para muitos alunos, o prosseguimento de estudos em Universidades Italianas, com casos de reconhecido sucesso. Do ponto de vista

¹¹⁵ A Secretaria da Escola seria entretanto transferida para instalações pertencentes ao IPSAR, nas proximidades deste, e parte das actividades lectivas passariam para a Paróquia de Santo Agostinho, a par de outras que se realizavam já no Colégio das Religiosas Ursulinas.

institucional a Escola Portuguesa em Roma apresenta-se-nos como a concretização ímpar de um princípio social e cultural de promoção da língua e da cultura portuguesa, em que a valorização da língua está ao serviço tanto da integração da comunidade emigrante no seu novo meio, como da manutenção dos seus elos culturais com a realidade cultural de que se encontra apartado, e de que a língua é (e foi, sem dúvida, neste caso) veículo por excelência.

c) Lusitanistas Italianos¹¹⁶

Como visto no capítulo anterior, a afinidade das orientações políticas de Portugal e Itália nos anos 30 e 40 aproximou os dois países. Recorde-se que em 1926 se iniciou a acção de divulgação da cultura italiana no território português com a criação do *Fascio* de Lisboa, a que se seguiu a abertura do *Fascio* do Porto (em 1938). Entretanto, em 1936 nasceu o Instituto Italiano de Cultura, que activou o primeiro curso de língua e literatura italiana no ano 1936-37, e em 1939 fundou a *Revista Estudos Italianos em Portugal*.

A entrada dos Estudos Portugueses na Universidade Italiana dá-se nestes mesmos anos 30. O ensino da Língua e Literatura Portuguesa surgiu no *Regio Istituto Orientale*, hoje *Università degli Studi di Napoli "L'Orientale"*, segundo De Cesare e Grossi (1992: 121-124), no ano académico de 1938-39, confiado a Elena Emmanuele, que manteria a sua docência até 1953.

A ampliação da oferta formativa deste Instituto, em resposta às solicitações culturais sentidas, e a inserção da Língua e Literatura Portuguesa, ainda que em posição “secundária” entre as disciplinas de hispânicas (campo de estudo já com fortes raízes em Nápoles, e alvo de grande interesse, dada a constante presença de sinais da cultura aragonesa e espanhola nesta região), tornou esta instituição – tanto quanto nos foi possível apurar – a primeira instituição universitária onde era possível estudar língua

¹¹⁶ O nosso objectivo, neste subcapítulo, é o de localizar a entrada dos Estudos Portugueses em Itália, por via dos “lusitanistas italianos”. Os nomes que referimos são os de Professores de “primeira e segunda geração”, que tiveram um papel histórico na implementação dos Estudos Portugueses em Itália, e que, nas fontes bibliográficas e nos testemunhos recolhidos, pudemos conhecer. Naturalmente, o trabalho de ensino e investigação desenvolvido mais recentemente e actualmente, e os Professores e investigadores de grande prestígio que o realizam, não são particularizados, dada a necessidade que daí adviria de um estudo exaustivo a todas as Universidades onde que os Estudos Portugueses estão presentes e à riquíssima actividade dos seus Professores. Não obstante, fazemos presente a riqueza e vitalidade do trabalho dos “lusitanistas italianos” na promoção e investigação da língua e cultura portuguesa em Itália, que o Governo Português e a Universidade Portuguesa têm, cada vez mais, reconhecido.

portuguesa, numa época em que, segundo Maria Luisa Cusati¹¹⁷ “Anche se non si può definire di grande ampiezza, l’interesse per la cultura e per la letteratura lusitana era sentito e coltivato in Italia.” (Cusati, 2009: 307).

Deste primeiro pólo, em Nápoles, partiu e retornou uma figura de central importância para os Estudos Portugueses em Itália, o Professor Giuseppe Carlo Rossi (1908-1983). No retorno da sua estadia em Portugal, o profundo conhecimento que trazia levou-o, e com ele, os Estudos Portugueses, a Roma, à Universidade *La Sapienza*, onde iniciou o ensino de Língua e Literatura Portuguesa no ano académico de 1948-49, e a Nápoles, ao *Istituto Orientale*, onde a disciplina anteriormente leccionada por Elena Emmanuele lhe é confiada em 1953-54. Poucos anos mais tarde, em 1956, “proprio in considerazione dell’entusiasmo dimostrato dagli iscritti” (Cusati, 2009: 310) o *Istituto Orientale* de Nápoles abriu o concurso para a primeira Cátedra de Língua e Literatura Portuguesa, vencido por Carlo Rossi¹¹⁸. Estavam assim lançadas as bases para o reconhecimento dos Estudos Portugueses em Itália:

“Dal 1957 la “Lingua e Letteratura Portoghese” entra a far parte della rosa di discipline inserite stabilmente nell’ordinamento universitario italiano.

Ha inizio così la storia della lusitanistica italiana legata all’area universitaria, intesa come campo di studio e di ricerca specificamente connotato, in un costante e produttivo allontanamento dal campo strettamente filologico, grazie alla formazione di nuovi specialisti. Contemporaneamente alla preparazione di questi ultimi, Rossi si preoccupava anche di aprire la strada per i loro futuri impegni di insegnamento. La lingua portoghese venne inserita tra le discipline sperimentali in varie scuole, sia a Roma che a Napoli.” (Cusati, 2009: 310)

De facto, o “debito della lusitanistica verso il Prof. Carlo Rossi”, que dá título ao artigo de Maria Luisa Cusati (2009), é tão mais evidente quanto se considerar não apenas o seu papel pioneiro na implementação institucional do ensino do português nestas Universidades, mas também o seu papel decisivo na formação dos primeiros lusitanistas.

¹¹⁷ Professora de Literatura Portuguesa e Brasileira, investigadora na área da língua e da literatura, e tradutora, desenvolveu a sua actividade em Nápoles, na *Università degli Studi di Napoli “L’Orientale”* e na *Università degli Studi “Suor Orsola Benincasa”*. É Cônsul Honorário de Portugal em Nápoles e sócia-fundadora da Associação *Italia-Portogallo*, condecorada com a Comenda da Ordem do Infante.

¹¹⁸ Os outros candidatos foram Giacinto Manuppella, Jole Ruggieri-Scudieri. O Professor Giuseppe Carlo Rossi manterá o ensino em Nápoles até 1978.

De acordo com Giovanni Ricciardi (2008: 7-12), o primeiro licenciado em Língua e Literatura Portuguesa teria sido – como afirmava o próprio – Roberto Barchiesi (1929-2003), no então *Istituto Orientale* de Nápoles, onde foi aluno de Carlo Rossi. O percurso de vida do Professor Roberto Barchiesi parece-nos um excelente exemplo de como a história dos Estudos Italianos em Portugal, e dos Estudos Portugueses em Itália se encontram: depois de uma permanência de 10 anos em Portugal (entre 1953 e 1964), onde foi Leitor de Italiano na Faculdade de Letras de Lisboa e Professor no Instituto Italiano de Cultura, o Professor Roberto Barchiesi, foi, em 1973, chamado ao *Istituto Orientale* como Professor de Língua Portuguesa (1973-1978) e de Língua e Literatura Portuguesa (1978-1992). Além da docência universitária, ocupou-se da didáctica do português no Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR), como já referido, onde, de acordo com Giovanni Ricciardi (2008: 7-12), ensinava as línguas portuguesa e italiana “ (...) a quantos mostravam interesse em aprendê-las, fossem jovens estudantes, fossem modestos trabalhadores emigrantes de Portugal, de Cabo Verde, da Guiné, de Angola ou de Moçambique; mas sem faltar a outras manifestações culturais, nas salas da Sapienza, como nas bibliotecas, ou em qualquer outra instituição de cultura” (Ibid. 11). A dedicação do Professor Roberto Barchiesi ao intercâmbio cultural entre Portugal e Itália foi reconhecido em 1999 pelo Governo Português – Ministério da Cultura, com a Medalha de Mérito Cultural, “Como reconhecimento pela sua vasta e conhecida intervenção na divulgação da cultura portuguesa em Itália” (Ibid.).

Segundo Maria Luisa Cusati (2009: 303-313), entre as iniciativas e realizações do Professor Carlo Rossi na formação de futuros lusitanistas, destaca-se a pioneira e marcante viagem de estudo a Portugal, em 1958, em que participou um grupo de alunos de Roma e Nápoles, viagem organizada pelo Professor, assistido, entre outros, por Luciana Stegagno Picchio (1920-2008)¹¹⁹, e Giuseppe Tavani, então Assistentes voluntários na Faculdade de Letras de Roma. A estes dois eminentes lusitanistas, e, posteriormente, a Erilde Reali, foram reconhecidas as primeiras docências de português, e mais tarde, confiadas as cátedras que entretanto surgiram.

¹¹⁹ Autora de uma bibliografia de referência incontornável no universo da lusitanística em Itália, foi Professora catedrática em Roma *La Sapienza* mais de duas décadas, Doutora Honoris Causa pela Universidade de Lisboa (1990) e pela Universidade Nova de Lisboa (1998), e homenageada com o título de Grande Oficial da Ordem de Santiago de Espada (1988). Cfr. Almeida, Maria João, “IN MEMORIAM – Luciana Stegagno Picchio” in *Revista Estudos Italianos em Portugal* (2009), Instituto Italiano de Cultura, Nova Série, Nº 4/2009, 329-331; e Mauro, Alessandra (org.) (2001), *A língua outra. Uma fotobiografia de Luciana Stegagno Picchio*, Instituto Camões, Lisboa.

A importância desta “segunda” geração de lusitanistas está bem patente nas palavras de Maria Luisa Cusati:

“I loro lavori hanno dato grande lustro alla lusitanistica italiana che rappresenta oggi nel mondo un riferimento fondamentale per ogni studioso. Dopo di loro il numero dei lusitanisti in attività nelle Università italiane si è andato ampliando, sono sorti sempre nuovi percorsi formativi, si è consolidata una tradizione di studio e ricerca di altissimo livello che sempre più contribuisce a consolidare i già profondi legami tra Italia e Portogallo (...)” (Cusati, 2009: 312).

Particularmente interessante para o nosso tema de estudo é também notar como os campos de estudo das sucessivas gerações de lusitanistas se foram “alargando”. Os estudos iniciais no campo da Filologia Românica foram progressivamente abrangendo o campo da Literatura e da Tradução, e abrindo o seu foco, inicialmente centrado em Portugal e posteriormente alargado ao Brasil e à África lusófona.

d) Instituto Camões e organismos precedentes

Segundo nos foi possível apurar, os primeiros Leitorados de português instituídos pelo Estado português em Itália (dois) datam do ano lectivo 1937/38. Assim sendo, foram instituídos pelo Instituto para a Alta Cultura, organismo sob a tutela do Ministério da Educação Nacional criado em 1936 e extinto em 1952¹²⁰.

De acordo com a periodização da política da criação de Leitorados do Estado Português proposta por Marques Guedes (1997)¹²¹, o arco temporal que vai desde 1921¹²² a 1975 é marcado por uma forte orientação “Europeia Ocidental” na criação de Leitorados, manifestação de uma fortíssima tendência política de fundo “eurocêntrica”. À fase “Europeia Ocidental” seguiu-se uma breve fase de 5 anos (1975-1980), ainda enquadrada na tendência de fundo “eurocêntrica”, mas orientada sobretudo para o hemisfério norte, e em que se esbate a marcada oposição Ocidente-Leste que caracterizava a fase anterior. Em 1980 o eurocentrismo começou a dar lugar à

¹²⁰ Sucessor da Junta de Educação Nacional (1929-1936), o primeiro enquadramento institucional, e precedente ao Instituto de Alta Cultura (1952-1976).

¹²¹ Cfr. ponto 2.2.1.

¹²² Recorde-se, 1921 é a data da criação do primeiro Leitorado em França, em moldes todavia diferentes dos que posteriormente foram institucionalizados, e ainda antes do primeiro enquadramento institucional dos Leitorados do Estado Português, que surgiria apenas em 1929, com a criação da Junta de Educação Nacional.

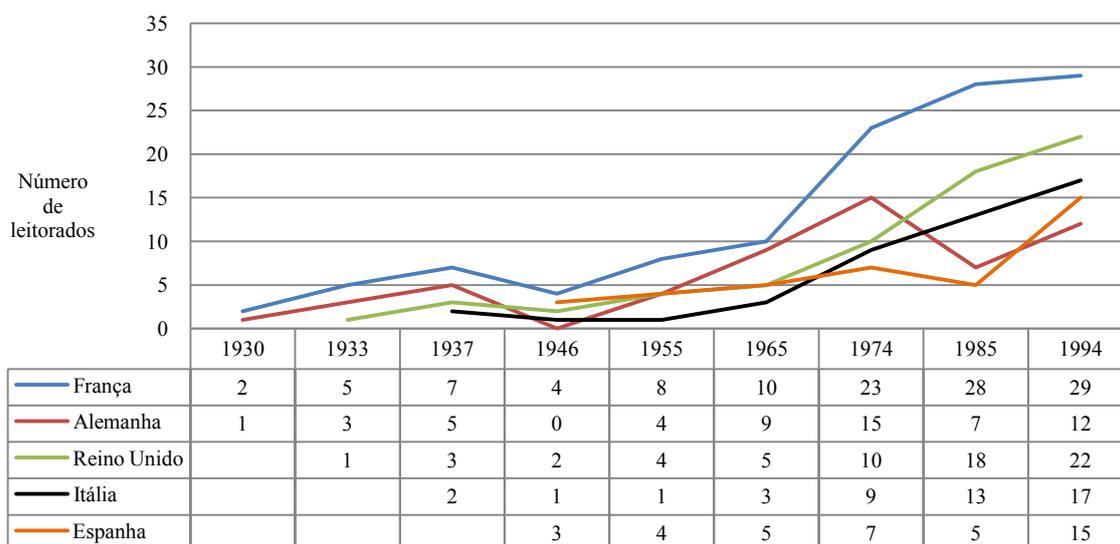
internacionalização (se falamos de criação de Leitorados) ou à mundialização (se falamos de tendências políticas de fundo e de longa duração na criação de Leitorados).

De facto, de acordo com Armando Marques Guedes (1999) os primeiros Leitorados em universidades estrangeiras surgiram na Europa Ocidental, países de “alta cultura”: França, Alemanha, Reino Unido, e em quarto lugar, Itália.

Estes países manter-se-ão ao longo do tempo, apesar das sucessivas configurações institucionais de tutela dos Leitorados, aqueles onde a presença de Leitorados portugueses é mais forte.

Para uma imagem da evolução do número de Leitorados em Itália, contextualizada, o seguinte gráfico mostra os Leitorados num grupo restrito de países com os quais esta comparação nos parece relevante: os quatro países referidos acima, e ainda Espanha (onde os primeiros leitorados surgiram muito mais tarde, mas aumentaram de forma rápida). São referidos o número de leitorados numa série de anos não regular¹²³ que cobre o arco temporal de 1930 (após a criação da Junta de Educação Nacional, em 1929) até 1994 (data da integração do Instituto Camões no Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Gráfico 3: Número de leitorados portugueses em França, Alemanha, Reino Unido, Itália e Espanha, de 1930 a 1994.



Fonte: Trindade, 1986 *apud* Baptista, 2007.

¹²³ Chama-se a atenção para os diferentes intervalos de tempo assinalados no gráfico, de 3 ou 4 anos antes de 1937, e de aproximadamente 10 anos a partir de 1937. A opção por incluir os dados anteriores a 1937, ainda que não compatíveis, numa representação gráfica, com os intervalos de tempo que sucedem a esta data, deve-se ao interesse em incluir no gráfico o primeiro ano em que é registada a presença de Leitorados em cada um dos países em causa.

Três grandes tendências, de que Itália participa, podem ser inferidas desta imagem. A primeira é a diminuição generalizada dos Leitorados entre 1937 e 1946 (grande diminuição em França e Reino Unido, e desaparecimento completo na Alemanha), devida, certamente, à Segunda Grande Guerra. Note-se, no entanto, que ao contrário dos restantes países, onde uma década mais tarde tinha já sido retomado e aumentado o número de leitorados, em Itália o Leitorado “que sobreviveu à Guerra” manteve-se o único até, pelo menos, 1955. Era então (entre 1949 e 1955) Leitor de Português na Universidade de Roma *La Sapienza*, José Vitorino de Pina Martins (1920-2010)¹²⁴.

A segunda grande tendência pode ser identificada no período entre meados da década de 40 e meados da década de 60, quando se verifica um aumento moderado generalizado dos Leitorados portugueses nestes países. Este crescimento torna-se mais acentuado na terceira e última fase: a partir de meados da década de 60 (e apesar da evolução negativa que entre 1974 e 1985 caracterizou a presença de Leitorados portugueses nas Universidades alemãs e espanholas) verifica-se uma intensificação da criação de Leitorados nestes países, de que resultou a quase triplicação do número de Leitorados no período de 30 anos, entre 1965 e 1994.

Apesar deste aumento global, as posições relativas entre os países não seriam as mesmas no início e no fim deste período: o acentuado crescimento do número de Leitorados em Itália (e o referido decréscimo de Leitorados na Alemanha e Espanha entre 1964 e 1985) fizeram com que Itália passasse de país com menos Leitorados (em 1965), para terceiro país com maior número de Leitorados portugueses, 17 (em 1994). A posição relativa de Itália e o aumento de Leitorados que neste país se verificará a partir de então confirmarão esta tendência, como adiante se verá.

Ainda relativamente aos cinco países da Europa Ocidental, a última nota que queremos relevar é o facto de a política de “internacionalização” que caracterizou a criação de Leitorados portugueses a partir da década de 80 não se ter dado em prejuízo da sua “tradicional” orientação “eurocêntrica”, como demonstram os dados acima; tratou-se sobretudo de um *alargamento* geográfico-cultural do raio de acção da criação de Leitorados, mais do que da sua *reorientação*. Em particular, a abertura de Leitorados

¹²⁴ Figura ímpar da Cultura Portuguesa, humanista, filólogo e investigador, é autor de uma bibliografia incontornável no campo do estudo da Cultura Portuguesa e do Humanismo Renascentista, na sua expressão latina como italiana, portuguesa, francesa e espanhola, e figura de primeira grandeza nas relações literárias e culturais luso-italianas. Foi Professor universitário em Roma, Poitiers e Lisboa, Director do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa e único membro português da *Accademia Nazionale dei Lincei*, de Roma.

em Itália não parece ter “sofrido” pela abertura dos Leitorados nem ao hemisfério norte (a partir de 1975), nem ao resto do mundo (a partir de 1980), como demonstra a sua linha de crescimento acentuado e constante entre 1965 e 1994.

Da mesma forma, esta linha de crescimento não revela qualquer sinal da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, assim como não permite a leitura de quaisquer eventuais consequências da nova orientação, de 1988, do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP)¹²⁵ para a política de criação de Leitorados: a de “repensar a rede dos leitorados existente na Europa, dando especial atenção ao ensino especializado¹²⁶ em desenvolvimento nos países da CEE” (Cristóvão, 1988:51 *apud* Baptista, 2007: 38).

Os efeitos da criação do Instituto Camões (ainda sob a tutela do Ministério da Educação), em 1992, na evolução da criação de Leitorados nos países em análise, são apenas subtilmente perceptíveis. No quadro abaixo apresenta-se com maior pormenor o período entre 1985 e 1994 (em intervalos não regulares), correspondente ao intervalo entre os dois últimos marcos do gráfico precedente. Entre 1992 e 1994 o ritmo de aumento dos Leitorados nos países em causa mantém-se, ou aumenta ligeiramente em relação ao verificado nos dois anos precedentes¹²⁷, mas sem que, a nosso parecer, se possa falar de quaisquer alterações significativas causadas pelo novo enquadramento institucional.

Tabela 15: Número de leitorados portugueses em França, Alemanha, Reino Unido, Itália e Espanha, de 1985 a 1994.

| | 1985 | 1989 | 1992 | 1994 |
|-------------|------|------|------|------|
| França | 28 | 35 | 27 | 29 |
| Alemanha | 7 | 5 | 7 | 12 |
| Reino Unido | 18 | 18 | 20 | 22 |
| Itália | 13 | 13 | 14 | 17 |
| Espanha | 5 | 5 | 10 | 15 |

Fontes: 1985: Trindade, 1986; 1989: Cristóvão, 1990; 1992: Guedes, 1992; 1994: Instituto Camões, 1994, *apud* Baptista, 2007.

¹²⁵ O ICALP, organismo afecto ao Ministério da Educação, em funcionamento em 1980 e 1992, foi o antecessor do Instituto Camões, e sucessor do Instituto de Cultura Portuguesa (1976-1979).

¹²⁶ Por ensino especializado entenda-se o ensino das línguas para fins específicos e para a tradução.

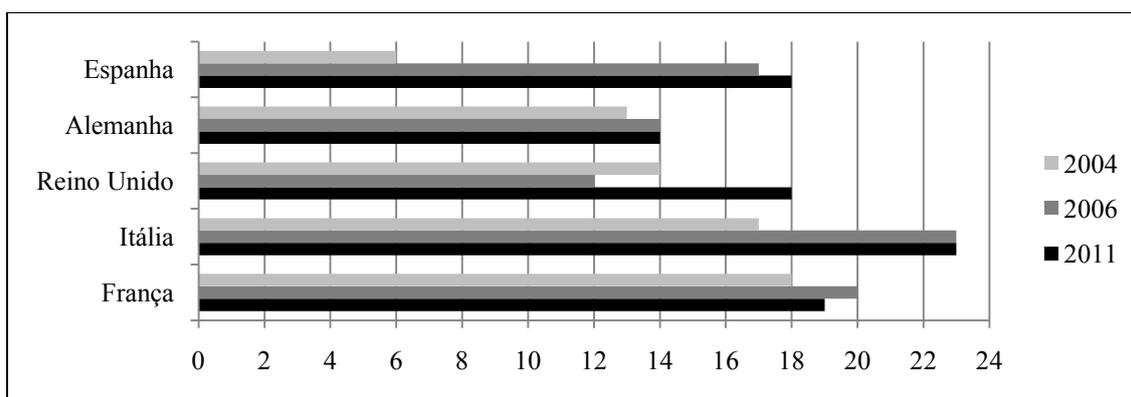
¹²⁷ Com excepção dos Leitorados em França, que diminuem, mas para retomar o número (aproximado) existente em 1985.

Assim, em 1994, ano da integração do Instituto Camões no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o país com maior número de Leitorados portugueses era a França (29), seguida pelo Reino Unido (22) e por Itália (17).

A tendência de diversificação dos meios de promoção da língua e da cultura portuguesa traduziu-se em novas formas de apoio ao ensino da língua no estrangeiro: além dos Leitorados, as Cátedras, os Centros de Língua e Cultura Portuguesa e os apoios às Universidades transformaram a convencional rede de Leitorados numa rede mais complexa e flexível nas suas formas de implementação no território. As mais recentes informações sobre a rede do Instituto Camões no estrangeiro contabilizam, já não os Leitorados existentes, mas os “pontos de rede”, que incluem todas as diferentes formas de que se reveste a promoção da língua e cultura.

O gráfico abaixo ilustra a rede IC em 2011, nos nossos cinco países em análise, que coincidem com os países – no mundo – onde a presença do IC é mais expressiva.

Gráfico 4: Pontos da Rede IC/ Espanha, Alemanha, Reino Unido, Itália, e França, em 2004, 2006 e 2011.



Fontes dos dados: 2004 e 2006: Baptista, 2007; 2011: IC, 2011.

Os dados de 2004 mostram que Itália passara, em dez anos, de terceiro, para segundo país com mais pontos de Rede IC (17), com um número muito próximo da França (18). Esta nova posição deve-se menos a um eventual aumento real do número de Leitorados em Itália (os 17 Pontos de Rede IC existentes em 2004 não superam os 17 Leitorados existentes em 1994), mas sim de uma considerável redução dos Leitorados portugueses em França e no Reino Unido.

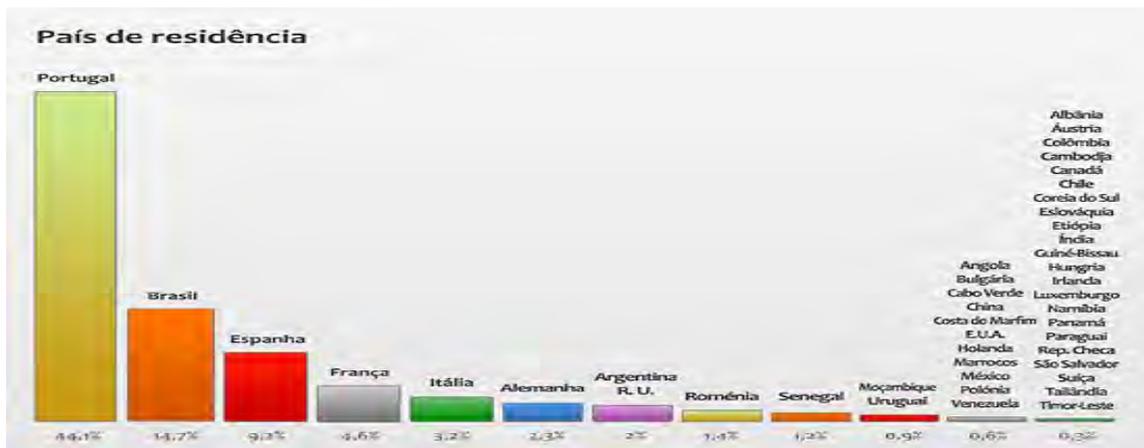
Acompanhando a tendência de expansão da rede IC no mundo e na Europa Ocidental, a rede IC em Itália sofreu um assinalável crescimento entre 2004 e 2006, superando amplamente a França, país onde historicamente Portugal sempre esteve mais

representado. Segundo Sérgio de Almeida, Coordenador da Rede IC/Itália¹²⁸, desde 2004 foram estabelecidas 8 novas Cooperações com Universidades italianas, uma das quais entretanto suprimida¹²⁹.

Desde 2006, Itália manteve o mesmo número de pontos da rede, 23, mantendo-se como o país com maior número de postos IC em Universidades estrangeiras.

Além da implementação geográfica do IC, também a implementação do seu Centro Virtual – através do país de residência dos seus utilizadores – pode fornecer indicações importantes a presença do IC do estrangeiro. Dados de um inquérito realizado em 2008 revelam que Itália é o terceiro país europeu com maior número de utilizadores (ver gráfico abaixo)¹³⁰. Segundo o Instituto Camões “estes números [os dos resultados gerais do inquérito] parecem reflectir, *grosso modo*, o «mapa» dos estudos (superiores) de Língua e Cultura Portuguesa no mundo, quer por a rede de ensino ser importante quer por haver uma forte dinâmica interna (...)”¹³¹.

Gráfico 5: Países de residência dos utilizadores do Centro Virtual Camões, 2008.



Fonte: www.instituto-camoes.pt

¹²⁸ As informações relativas aos anos mais recentes da actividade do Instituto Camões em Itália baseiam-se em documentos oficiais e no site oficial do IC, oportunamente referenciados. A contextualização e os dados adicionais cuja fonte é identificada como “Informação disponibilizada pelo Instituto Camões” referem-se a informações disponibilizadas directamente pelo IC, Direcção de Serviços de Coordenação do Ensino de Português no Estrangeiro, na pessoa do Dr. Sérgio de Almeida, Coordenador da Rede IC/Itália, em contactos decorridos entre Abril e Julho de 2011.

¹²⁹ Protocolos de Cooperação para criação de Leitorados em Áquila, Calábria (entretanto suprimido), Forlì, Lecce, Salerno, Pádua, Siena, e Veneza.

¹³⁰ Dos 347 utilizadores inquiridos (cujas respostas foram validadas), mais de metade (56%) está fora de Portugal, e destes, mais de um quarto encontra-se no Brasil (51 utilizadores). Assim, às percentagens da utilização do Centro Virtual em Espanha (9,2%), França (4,6%) e Itália (3,2%) correspondem, na prática, números absolutos relativamente baixos, mas que todavia pensamos oportuno referir: 32 utilizadores em Espanha, 16 em França, e 11 em Itália.

¹³¹ Em <http://www.instituto-camoes.pt/comunicacao/encarte-jl/1012-geografia-virtual>, acessado em 23/7/2011.

4.3.2. A actual rede de ensino da língua portuguesa em Itália

Como vimos anteriormente, a Rede de Ensino da Língua Portuguesa do Instituto Camões em Itália, presente exclusivamente ao nível do Ensino Superior, é, pela sua dimensão, a maior no mundo, quer no que respeita aos *vulgo* Leitorados, quer à rede de Cátedras que combinam a docência com a investigação e a divulgação científica. No ano académico 2010/2011 a Rede IC Itália contava, recorde-se, 23 pontos: 22 Leitorados em Universidades italianas, e um Centro de Língua Portuguesa (em fase de instalação)¹³². O Instituto Camões, em colaboração com as Universidades italianas, criou e assegura ainda o funcionamento de 10 Cátedras. A dimensão da rede e a sua dispersão geográfica são patentes no mapa em baixo.

Imagem 5: Presença da Rede IC em Itália, 2010/2011



Mapa elaborado com base em IC, 2011.

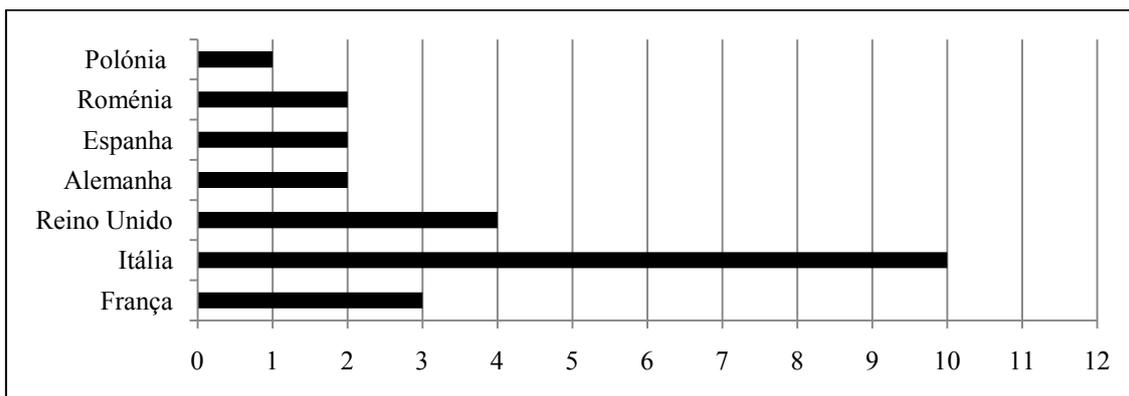
¹³² Em <http://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-ensino/leitorados/europa/italia> e <http://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-ensino/menu/catedras>, acedidos em 6/8/2011.

As razões desta forte presença são, em primeiro lugar, a longa tradição de relações académicas e científicas entre Portugal e Itália, vistas anteriormente, tradição acolhida e continuada pelo Instituto Camões.

Em segundo lugar, as características da Universidade Italiana¹³³ podem também explicar a continuação da necessidade de manutenção e reforço da rede do Instituto Camões em Itália; naturalmente, a configuração da rede IC não pode deixar de ser um reflexo do contexto em que se insere.

Além da Rede de Leitorados (em rigor, 22 Docências e 1 Leitorado), também o número de Cátedras IC em Itália é hoje o mais alto registado no mundo, substancialmente superior ao existente em qualquer um dos outros países da União Europeia (ver gráfico abaixo). Em parceria em as Universidades Italianas que as acolhem, o IC fundou 10 Cátedras em Itália, a maioria criada a partir de 2004.

Gráfico 6: Cátedras IC nos países da União Europeia, 2011.



Fonte: <http://www.instituto-camoes.pt/lingua-e-ensino/menu/catedras>

Através de Protocolos de Cooperação acordados entre o Instituto Camões e as Universidades Italianas, com duração média de 3 anos, são estipulados, caso a caso, os

¹³³ A Universidade Italiana, considerada a mais antiga no mundo ocidental (a Universidade de Bolonha nasceu no séc. XI), enfrenta, nos últimos anos, uma grave crise. São geralmente apontados, sem consenso, como motivos desta crise, factores estruturais como a multiplicação de instituições e cursos criados sem um eficaz sistema de certificação de qualidade – existem 66 Universidades públicas em Itália –, o baixo investimento estatal e privado na Investigação, o baixo índice de renovação dos quadros universitários, o estrangulamento do acesso à carreira de docente universitário, e o grande número de vínculos precários, patente na generalização da figura do “Ricercatore” (que atinge cerca de 40% do corpo docente das Universidades Italianas). A mais recente reforma da Universidade, de 2009, prevê a sua reorganização através da fusão de universidades, faculdades e cursos, com cortes orçamentais implícitos. Esta reorganização tem originado uma perturbação do normal funcionamento das universidades, onde se vive um ambiente de incerteza que nalguns casos impede a planificação de actividades a médio/longo prazo. Assim se pode compreender que aumente a procura, por parte das Universidades italianas, de formas de cooperação que permitam a criação ou manutenção da leccionação de disciplinas em áreas menos procuradas.

objectivos e programa do Leitorado/Cátedra (e área de investigação desta última), as responsabilidades de ambas as partes, e todas as questões relativas ao seu funcionamento. A iniciativa para esta cooperação pode partir do Instituto Camões ou das Universidades (mais frequente), por intermédio dos docentes e investigadores ligados à área dos Estudos Portugueses nas respectivas Universidades.

De uma forma genérica, são responsabilidades do Instituto Camões:

- a) subsidiar o Leitorado/Cátedra, estipulando a parte desta subvenção a canalizar para a contratação de docente/s e/ou colaborador/es com a missão de assegurar os cursos ou actividades de investigação estipuladas, e a parte a canalizar para o apoio às actividades;
- b) apoiar cientificamente e pedagogicamente o docente/colaborador em causa, e disponibilizar materiais bibliográficos, audiovisuais e multimédia de apoio à área de estudo em causa;
- c) apoiar, no âmbito dos programas de bolsas, a formação e actualização estudantes, docentes e investigadores da Universidade.

À Universidade em causa compete:

- a) designar o Professor efectivo da Universidade responsável pela Cátedra;
- b) recrutar o/s docente/s e/ou colaborador/es com quem estabelece um “Contrato de Trabalho” ao abrigo através de concurso local de acordo com a legislação vigente;
- c) apresentar (através do responsável) o plano de actividades anual, relatório das actividades e avaliação do/s docente/s e/ou colaborador/es contratados ao abrigo do Protocolo.

No caso do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões em implementação na Universidade de Florença, a funcionar num espaço físico multi-funções aberto ao público, alojado pela Universidade num espaço apropriado, acrescem a estas responsabilidades, por parte do Instituto Camões, tornar acessível uma biblioteca e proceder à sua actualização, e por parte da Universidade, assumir a manutenção do espaço e despesas de funcionamento inerentes, e assegurar o suporte administrativo para a realizar das iniciativas abertas ao público. O Centro é assim constituído por uma biblioteca, um espaço de trabalho reservado à direcção do Centro, e um espaço para a leccionação de aulas de língua e cultura portuguesa. Além destes cursos, é missão do Centro realizar outras iniciativas na área da Cultura Portuguesa e Culturas de Expressão Portuguesa.

A rede do Instituto Camões em Itália (actualmente em funcionamento) tem um custo total aproximado de 250 mil euros/ano¹³⁴.

O número total de alunos em Estudos Portugueses é de 1204, e o número total de alunos inscritos em disciplinas atinentes aos Estudos Portugueses a nível curricular, opcional, ou em cursos livres é de 2676¹³⁵. Estão presentes disciplinas relacionadas com os Estudos Portugueses em todos os níveis de ensino superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento).

O quadro seguinte reporta as cidades, Instituições, Cátedras, e Estatuto da Língua Portuguesa (Cursos em que é leccionada) com o respectivo número de alunos no ano 2010/2011.

Conforme se verá, consta no quadro apenas um “Leitorado”. De facto, ainda que genericamente se continue a falar de “Leitores”, termo que adoptámos também, dever-se-ia fazer a distinção entre “Leitores” e “Docentes”, dada a alteração que o Instituto Camões vem fazendo da sua antiga rede de Leitorados no mundo, passando-os a Docências. Esta alteração traduz-se em primeiro lugar, no estatuto do Professor e no seu acesso ao posto. O Leitor é um enviado do Estado Português, nomeado na sequência de um concurso do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português; o Docente, ao abrigo dos Protocolos de Cooperação que subsidiam a sua contratação, é contratado pela Universidade, através de concurso local (conforme referido acima). A segunda modalidade é, naturalmente, substancialmente menos onerosa para o Estado português.

Também o Leitorado ainda existente, em 2010/2011, no Instituto Universitário Europeu em Florença, passará a Docência no próximo ano lectivo. No próximo ano está ainda prevista a cessação da colaboração em Parma, e uma nova colaboração em Pavia¹³⁶. A cessação/não renovação dos Protocolos de Cooperação é determinada com base numa avaliação caso a caso da vitalidade e viabilidade do ensino da língua portuguesa em cada uma das Universidades.

¹³⁴ Informação disponibilizada pelo Instituto Camões. Neste valor não está incluído o orçamento da Cátedra Vasco da Gama no Instituto Universitário de Florença, dada a sua natureza específica e não relacionada com a promoção da língua portuguesa (*vide* nota 138).

¹³⁵ O primeiro valor referido (número de alunos em Estudos Portugueses: 1204) corresponde ao número indicado pelo Instituto Camões; o segundo valor referido (alunos inscritos em disciplinas atinentes aos Estudos Portugueses a nível curricular, opcional, ou em cursos livres: 2676) resulta de cálculo nosso, com base no número de alunos de cada uma das sedes patentes no quadro seguinte.

¹³⁶ Informação disponibilizada pelo Instituto Camões.

Tabela 16: Rede IC – Itália, 2010/2011.

| CIDADE | | INSTITUIÇÃO CÁTEDRA ¹⁾ | ESTATUTO da LÍNGUA PORTUGUESA ²⁾ | Nº de ALUNOS ³⁾ |
|----------|---|---|--|----------------------------------|
| ÁQUILA | 1 | Università degli Studi dell'Aquila Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento de Espanhol, Portoghese e Catalão | Graduação em Estudos Portugueses combinada / Cursos Opção Curricular / Curso livre | 21 |
| BARI | 2 | Università degli Studi di Bari Facoltà de Lingue e Letterature Straniere Dipartimento di Lingue e Letterature Romanze e Mediterranee Centro Studi Lusofoni Cátedra David Mourão-Ferreira | Graduação Estudos Portugueses combinada / Curso livre | 260 |
| BOLONHA | 3 | Università di Bologna Facoltà di Lingue e Letterature Moderne Straniere Sezione di Iberistica - Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne Cátedra Eduardo Lourenço | Graduação Estudos Portugueses / Graduação Estudos Portugueses combinada / Cursos Opção Curricular / Curso livre | 118 |
| FLORENÇA | 4 | Università degli Studi di Firenze Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento Lingue e Letterature Neolatina Cátedra Fernando Pessoa | Graduação Estudos Portugueses Combinada / Cursos Opção Curricular | 73 |
| | 5 | Università degli Studi di Firenze Dipartimento Lingue e Letterature Neolatina Centro de Língua Portuguesa - Instituto Camões | - | - |
| | 6 | European University Institute Language Centre Leitorado ¹³⁷ Department - History and Civilization Cátedra Vasco da Gama | Cursos Livres | 12 |

¹³⁷Cfr. <http://www.eui.eu/ServicesAndAdmin/LanguageCentre/LanguageCourses/Index.aspx>, acessado em 8/8/2011.

| | | | | |
|----------------|----|---|--|-----|
| FORLI | 7 | Università di Forli Scuola Superiore di Lingue Moderne per Interpreti e Traduttori (SSLiMIT) | Tradução / Cursos Opção Curricular / Curso livre | 113 |
| LECCE | 8 | Università del Salento Dipartimento Lingue e Letterature Straniere | Graduação Estudos Portugueses combinada / Cursos Opção Curricular | 88 |
| MILÃO | 9 | Università degli Studi di Milano Lingue e Letterature Portoghese | Graduação Estudos Portugueses combinada / Cursos Opção Curricular | 139 |
| NÁPOLES | 10 | Università degli Studi di Napoli <i>l' Orientale</i> Facoltà di Lettere e Filosofia, Lingue e Letterature Dipartimento di Studi Comparati / di Studi Linguisticie Letterari dell' Occidenti | Graduação Estudos Portugueses combinada / Tradução / Cursos Opção Curricular | 190 |
| | 11 | Università degli Studi di Napoli <i>Suor Orsola Benincasa</i> Facoltà di Lettere e Filosofia | Cursos Opção Curricular / Curso livre | 95 |
| PÁDUA | 12 | Università degli Studi di Padova Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento di Romanistica Cátedra Manuel Alegre | Cursos Opção Curricular / Curso livre | 95 |
| PARMA | 13 | Università degli Studi di Parma Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere | Cursos Opção Curricular | 93 |
| PISA | 14 | Università degli Studi di Pisa Facoltà di Lingue e Letterature Stranieri Dipartimento di Lingue e Litterature Romanze Cátedra Antero de Quental | Graduação Estudos Portugueses / Graduação Estudos Portugueses combinada | 95 |
| ROMA | 15 | Università degli Studi di Roma <i>La Sapienza</i> Facoltà di Filosofia, Lettere, Scienze umanistiche e Studi orientali Dipartimento di Studi Europei, Americani e Interculturali Cátedra Padre António Vieira | Graduação Estudos Portugueses/ Graduação Estudos Portugueses combinada / Tradução / Cursos Opção Curricular | 216 |

| | | | | |
|----------------------------|----|---|--|------|
| | 16 | Università degli Studi di Roma <i>Tor Vergata</i> Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento di Studi Linguistici Filologiche e Letterari Cátedra Agustina Bessa-Luís | Graduação Estudos Portugueses combinada | 149 |
| | 17 | Università degli Studi di Roma <i>Tre</i> Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento di Letterature Comparate Cátedra José Saramago | Graduação Estudos Portugueses combinada | 109 |
| SALERNO | 18 | Università degli Studi di Salerno Facoltà di Lingue e Letterature Straniere Dipartimento di Studi Umanistici (filologici, letterari, linguistici e storici) | Graduação Estudos Portugueses combinada | 109 |
| SIENA | 19 | Università Degli Studi di Siena Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento Filologia e Critica della Letteratura | Tradução | 43 |
| TRENTO | 20 | Università degli Studi di Trento Facoltà di Lettere e Filosofia Dipartimento di Scienze Filologiche e Storiche | Graduação Estudos Portugueses combinada | 107 |
| TURIM | 21 | Università degli Studi di Torino Facoltà di Lingue e Letterature Straniere Dipartimento di Scienze Letterarie e Filologiche | Graduação Estudos Portugueses / Graduação Estudos Portugueses combinada | 157 |
| VENEZA | 22 | Università <i>Ca' Foscari</i> - Venezia Dipartimento di Americanistica, Iberistica e Slavistica Ca' Bernardo Dorsoduro | Graduação Estudos Portugueses combinada | 166 |
| VITERBO | 23 | Università degli Studi della Tuscia Dipartimento di Scienze Umane Cátedra Pedro Hispano | Graduação Estudos Portugueses | 228 |
| TOTAL de ALUNOS | | | | 2676 |

¹⁾ Fonte: Instituto Camões <http://www.instituto-camoes.pt/rdic-europa/italia.html>, acessado em 23/01/2011.

²⁾ e ³⁾ Informação disponibilizada pelo Instituto Camões.

A tabela seguinte elenca as Cátedras do Instituto Camões em Itália, a respectiva data de criação e áreas de investigação.

Tabela 17: Cátedras IC em Itália, 2011.

| CÁTEDRA | DATA DE CRIAÇÃO | ÁREA DE INVESTIGAÇÃO (Além do estudo e divulgação da figura e obra do titular da Cátedra) |
|---|------------------------|---|
| <i>Vasco da Gama</i> (Florença - Instituto Universitário Europeu) | (-) | European Colonial and Post-Colonial Systems ¹³⁸ |
| <i>Padre António Vieira</i> (Roma <i>La Sapienza</i>) | 2004 | Difusão da língua e cultura portuguesa no mundo, cooperação com os países lusófonos ¹³⁹ |
| <i>Pedro Hispano</i> (Tuscia, Viterbo) | 2004 | Estudos Históricos Portugueses |
| <i>David Mourão-Ferreira</i> (Bari) | 2005 | Cultura dos países de Língua Portuguesa ¹⁴⁰ |
| <i>José Saramago</i> (Roma <i>Tre</i>) | 2007 | Ensino da Língua, Literatura e Cultura Portuguesas |
| <i>Eduardo Lourenço</i> (Bolonha) | 2007 | História da Cultura Portuguesa, Estudos Culturais e Pós-Coloniais ¹⁴¹ |
| <i>Agustina Bessa-Luís</i> (Roma <i>Tor Vergata</i>) | 2008 | Língua, Literatura e Cultura Portuguesa |
| <i>Fernando Pessoa</i> (Florença) | 2010 | Tradução literária |
| <i>Manuel Alegre</i> (Pádua) | 2010 | Língua, Literatura e Cultura Portuguesa |
| <i>Antero de Quental</i> (Pisa) | (-) | Língua, Literatura e Cultura Portuguesa |

A estrutura do Instituto Camões em Itália complementa a estrutura das Universidades Italianas composta pelos lusitanistas que aí garantem a continuidade dos Estudos Portugueses. De acordo com o *Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca*¹⁴², existem 34 Professores do quadro das Universidades públicas italianas, 23 dedicados ao ensino e investigação na área da Literatura Portuguesa e Brasileira e 11

¹³⁸ A Cátedra Vasco da Gama, embora incluída no contingente das Cátedras IC em Itália, tem um estatuto diverso das restantes, dada a natureza da instituição que a acolhe, o processo que levou à sua criação, e o âmbito das suas actividades de investigação que desenvolve.
Cfr. <http://www.eui.eu/DepartmentsAndCentres/HistoryAndCivilization/Index.aspx>, acedido a 31/8/2011.

¹³⁹ Website oficial: <http://w3.uniroma1.it/vieira/>, acedido a 31/8/2011.

¹⁴⁰ Website oficial: <http://www.centrostudilusofoni.unibari.eu>, acedido a 31/8/2011.

¹⁴¹ Website oficial: <http://www.instituto-camoes.pt/catedraeduardolourenco/pages/pt/apresentacao.php>, acedido a 31/8/2011.

¹⁴² Portal de pesquisa do Ministério: <http://cercauniversita.cineca.it/php5/docenti/cerca.php?SESSION>, acedido a 18/07/2011.

dedicados ao ensino e investigação na área da Língua e Tradução Portuguesa e Brasileira. Como se verifica através da comparação entre o número de Universidades Italianas onde é ensinada a língua portuguesa com o apoio do Instituto Camões, e o número de Professores dos quadros das Universidades Italianas, as Secções de Estudos Portugueses são compostas por um reduzido número de membros (um Professor, na maioria das Universidades, e dois, em raros casos). É também à luz deste quadro que se compreende a importância que tem o apoio do Instituto Camões, e a articulação entre as Universidades.

A recentemente criada *Associazione Italiana di Studi Portoghesi e Brasiliani*, presidida pelo Professor Silvano Peloso¹⁴³ reúne como Associados a maioria destes Professores académicos, em representação de todas as Universidades Italianas onde estão presentes Estudos Portugueses e Brasileiros, com o objectivo genérico de promover a Língua, Literatura e Cultura de matriz lusófona em Itália, e em particular, na Universidade Italiana. Os objectivos específicos que norteiam esta Associação dão uma boa indicação dos desafios que, segundo os seus Associados, se colocam aos Estudos Portugueses em Itália (palavras nossas):

i) Assegurar a manutenção da língua portuguesa nos 5 anos de ensino que constituem o Primeiro e o Segundo Ciclos de Ensino Pós-Bolonha (*Laurea Triennale e Specialistica*, o equivalente à Licenciatura e Mestrado).

ii) Promover o aumento do número de docentes de Estudos Portugueses e Brasileiros (10 a 20%).

iii) Evitar a concentração da oferta formativa no território italiano; os dois pontos anteriores têm já implícita a manutenção e criação de disciplinas relacionadas com Estudos Portugueses e Brasileiros numa perspectiva descentralizada.

iv) Optimizar a cooperação entre os pontos e membros da rede de Estudos Portugueses e Brasileiros em Itália, optimizando os recursos existentes.

v) Promover novas formas de cooperação inter-universitária e internacional.

As maiores “ameaças internas” aos Estudos Portugueses são, segundo o Professor Giorgio de Marchis¹⁴⁴, a actual contingência económica e as restrições orçamentais que afectam todas as Universidades Italianas:

¹⁴³ Professor Catedrático de Literatura Portuguesa e Brasileira, e Coordenador da Cátedra Padre António Vieira na Universidade de Roma *La Sapienza*.

¹⁴⁴ Professor de Literatura Portuguesa e Brasileira na Universidade de *Salerno* e na Universidade de *Roma Tre*. As citações atribuídas ao Professor Giorgio de Marchis têm como fonte os contactos com o Professor ocorridos entre Maio e Julho de 2011.

“A «racionalização» dos departamentos e das faculdades limita a possibilidade de pensar estratégias capazes de irem além do curto prazo. Nesta óptica, que penaliza o ensino de disciplinas consideradas pouco “rentáveis” (os critérios são muitos discutíveis), o ensino da Língua e da Cultura portuguesa é colocado seriamente em risco.”

De um ponto de vista “externo” à Universidade, o facto de o português não ser ensinado na *scuola superiore*, o equivalente ao ensino secundário é, como no caso do italiano em Portugal, um freio para o crescimento dos Estudos Portugueses; como em Portugal, a hipótese de introdução de uma disciplina de Língua Portuguesa opcional nos liceus tem sido, e parece ser, inviável, não obstante as diligências de renomados académicos italianos dedicados aos estudos de matriz lusófona. A este factor, junta-se o bem mais amplo desconhecimento generalizado da cultura portuguesa contemporânea por parte da sociedade italiana; como nota o Professor Giorgio de Marchis “Os alunos italianos, de facto, acabam por «descobrir» o português na Faculdade”.

Com o objectivo de conhecer as forças da língua portuguesa nas Universidades Italianas onde o Instituto Camões está presente, apresentamos, no final deste capítulo, o testemunho de três casos: a *Università degli Studi di Roma La Sapienza*, e a *Università degli Studi di Roma Tre*, duas instituições de grande dimensão, e a *Università degli Studi di Salerno*, de média dimensão.

a) *Facoltà di Filosofia, Lettere, Scienze umanistiche e Studi orientali dell'Università degli Studi di Roma La Sapienza*

De acordo com a Professora Sonia Netto Salomão¹⁴⁵, o ensino da Língua Portuguesa e da Literatura de Língua Portuguesa está presente nos três ciclos de ensino pós Bologna (Licenciatura, Mestrado, e Doutoramento em Filologia, Línguas e Literaturas Neolatinas). Os cursos de língua portuguesa seguem o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa, e compreendem as variantes europeia e brasileira; são ministrados por leitores portugueses e brasileiros, e Professores do quadro da Universidade. A Cátedra de Língua e Tradução Portuguesa e

¹⁴⁵ Professora de Língua e Tradução Portuguesa e Brasileira e Coordenadora da área da Linguística da Cátedra Padre António Vieira na Universidade de Roma *La Sapienza*. As informações relativas ao ensino do português nesta Universidade, e todas as citações contidas neste subcapítulo (quando não assinaladas diversamente), têm como fonte os contactos com a Professora Sonia Netto Salomão decorridos entre Maio e Julho de 2011.

Brasileira criada pela Universidade foi “a primeira cátedra de língua em toda a Universidade e entre todas as línguas”, “quando há 11 atrás se fundaram as cátedras de língua estrangeira em Itália (os cursos de língua, anteriormente, eram ministrados pelos leitores com o suporte dos professores de literatura)”.

A Cátedra Padre António Vieira, criada em Colaboração com o Instituto Camões em 2004, coordenada pelo Catedrático de Literatura Portuguesa e Brasileira, Professor Silvano Peloso, e, na área da Linguística, pela Professora Sonia Netto Salomão, é hoje equiparada a um Centro de pesquisa, nesta Universidade, “o que significa ter um status científico muito relevante”. A sua acção visa a “difusão da língua e cultura portuguesa no mundo, cooperação multilateral entre Itália e os países lusófonos”¹⁴⁶, propósitos concretizados, através, sobretudo, da pesquisa e publicação de material inédito, actividade de extrema importância para a didáctica, que é, cada vez mais, e também neste caso, vista como inseparável da investigação e divulgação (em congressos, seminários e publicações, com grande visibilidade e atenção por parte da comunidade académica) que a Cátedra promove. A Cátedra elabora, neste momento, cerca 300-350 exames para alunos de toda a Universidade.

O estatuto e orientações que a língua portuguesa tem, nesta Universidade, são da seguinte forma descritos pela Professora Sonia Netto Salomão:

“(…) com a valorização das línguas em função da globalização, o português tem sido considerado como língua estratégica. Na *Sapienza* é esta a orientação que damos: língua presente em quatro continentes e terceira língua românica e europeia mais falada no mundo. Simultaneamente, abrimos, de acordo com esta nova tendência, cursos de tradução (científica e literária) e cursos de mediação linguística e cultural, formando profissionais competentes em cultura portuguesa e brasileira (com atenção às culturas africanas e asiáticas de expressão portuguesa). Os nossos cursos são abertos também a todos os endereços académicos e temos alunos de Economia, Direito, Arquitectura, Musicologia, e assim por diante, interessados em Portugal e no Brasil.”

Em conclusão, a Língua Portuguesa, na *Sapienza*:

“(…) tem buscado novos espaços, explorando o fato de ser uma língua estratégica, europeia e latino-americana, mas também africana e asiática. Portugal tem um papel de mediador, na Europa, neste sentido, e o Brasil vem desempenhando a função de

¹⁴⁶ Em <http://w3.uniroma1.it/vieira>, acedido a 28/8/2011.

«abre-alas» para o futuro. Partindo desta concepção, procuramos seguir as linhas mais actuais, no campo da tradução, da lexicologia, da língua como fonte de história, cultura e economia num sentido amplo.”

O papel do Instituto Camões no apoio ao ensino e pesquisa é reconhecido como de “liderança”. Recorde-se a contabilização do Instituto Camões de 216 estudantes “abrangidos” pelo seu apoio. O apoio do Brasil concretiza-se através do “intercâmbio inter-universitário e apoio institucional ocasional, por parte da embaixada ou de órgãos oficiais do Governo interessados em programas específicos.” Segundo a Professora Sonia Netto Salomão, seria importante que a comunidade luso-brasileira adoptasse políticas comuns, para promover um maior alcance e difusão deste património comum, já que, no exterior, o mercado de trabalho da língua portuguesa funciona como um todo (“Um profissional, em Itália, não deixará de aceitar um trabalho no âmbito português ou brasileiro, porque formado na tradição portuguesa ou brasileira”).

Por fim, são de referir os programas Erasmus com Portugal, e os Acordos Bilaterais de Cooperação Cultural com universidades portuguesas e brasileiras.

b) *Facoltà di Lettere e Filosofia dell’Università degli Studi di Roma Tre*

De acordo com o Dr. Francisco de Almeida Dias¹⁴⁷, o ensino da Língua e Literatura Portuguesa está presente nos três ciclos de ensino pós-Bolonha (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento). Os cursos de língua portuguesa seguem o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa. Além de integrado a nível curricular e opcional, a Língua Portuguesa faz parte da oferta formativa do *Centro Linguistico di Ateneo*, Centro de Línguas que serve toda a Universidade.

A Cátedra intitulada a José Saramago, Doutor *honoris causa* pela *Università degli Studi Roma Tre*, foi criada em colaboração com o Instituto Camões em 2007, e é coordenada pela Catedrática de Língua e Literatura Portuguesas e Brasileiras, Professora Giulia Lanciani. A sua acção tem como objectivo promover o ensino da Língua, Literatura e Cultura Portuguesas e Lusófonas na Faculdade de Letras e Filosofia desta Universidade. A Cátedra, além das actividades relacionadas com a didáctica, desenvolve actividades de investigação científica e promoção da língua e cultura

¹⁴⁷ Docente de Português e *Cultore della Materia* da Cátedra José Saramago na Universidade de *Roma Tre*. As informações relativas ao ensino do português nesta Universidade, e todas as citações contidas neste subcapítulo (quando não assinaladas diversamente), têm como fonte os contactos com o Dr. Francisco de Almeida Dias decorridos entre Maio e Julho de 2011 e os Relatórios de Actividades desta Cátedra.

portuguesas (convénios, jornadas de estudo, projecção de cinema e documentários, publicações, entre as quais, a Secção de Lusitanística na publicação anual *Quaderno del Dipartimento di Letterature Comparete*), e o apoio científico à realização de teses de licenciatura e doutoramento.

A percepção do Dr. Francisco de Almeida Dias relativamente à variação do número de estudantes de Língua e Literatura Portuguesa nesta Universidade é de que cresce o número de alunos que a frequentam como matéria curricular; recordem-se os dados do Instituto Camões para o ano lectivo de 2010/2011, de 109 alunos. A este número juntam-se ainda as cerca de duas dezenas de inscrições semestrais em língua portuguesa no Centro de Línguas, procurado por estudantes das diversas Faculdades, por interesse pessoal ou por necessidades relacionadas com a realização de Programas Erasmus em Portugal.

c) *Facoltà di Lingue e Letterature Straniere dell'Università degli Studi di Salerno*

De acordo com o Professor Giorgio de Marchis¹⁴⁸, o ensino da Língua e Literatura Portuguesa nesta Universidade está presente nos três ciclos de ensino pós-Bolonha (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento). Os cursos de língua portuguesa seguem o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa; e a sua docência foi estabilizada em 2002 (até então o ensino tinha sido assegurado por docentes e leitores a tempo determinado). A percepção da variação do número de alunos é a de que este se tem desde então mantido constante (cerca de 120 alunos por ano), e em ligeiro crescimento até 2007/2008. Actualmente, segundo o Professor Giorgio de Marchis:

“(...) assiste-se a uma significativa diminuição do número de alunos que, porém, reflecte uma situação mais ampla e comum a toda a Faculdade de Línguas e Literaturas Estrangeiras da Universidade de Salerno. A diminuição do número de alunos é, porém, parcialmente compensada pela maior distribuição dos alunos nos vários níveis de formação: neste momento temos 70 alunos na Licenciatura (Laurea Triennale), 6 alunos no Mestrado (Laurea Magistrale) e 2 alunos no Doutoramento.”

¹⁴⁸ As informações relativas ao ensino do português na Universidade de Salerno e todas as citações contidas neste subcapítulo (quando não assinaladas diversamente) têm como fonte os contactos com o Professor Giorgio de Marchis decorridos entre Maio e Julho de 2011.

A didáctica da Língua e Literatura Portuguesa é acompanhada por actividades (colóquios, seminários, presença de escritores e tradutores) de promoção da língua e literatura portuguesa, destinadas sobretudo a contribuir para a formação dos seus alunos. O interesse dos alunos pelos Estudos Portugueses é potenciado, segundo o Professor Giorgio de Marchis, por um conjunto de factores: por um lado, a estabilização da oferta formativa e a possibilidade de uma formação completa, nos vários níveis de estudo; por outro lado, ao nível da cooperação externa, são de grande importância o programa de intercâmbio Erasmus (estabelecido com as Universidades Clássica e Nova de Lisboa, do Porto e do Minho, e que tem permitido a 6-8 alunos por ano estudarem em Portugal), e outros programas e projectos de cooperação internacional que têm ligado esta Universidade a Universidades portuguesas, alemãs, e brasileiras.

Interessante facto referido pelo Professor Giorgio de Marchis é o “boom” do interesse pela língua espanhola (incluída como disciplina opcional no nível secundário italiano, e fortemente promovida ao nível da política externa espanhola) ter, nesta Universidade, beneficiado também a procura da língua portuguesa.

O papel do Instituto Camões é, também aqui, considerado determinante; o apoio do Instituto Camões é o único que a Universidade de Salerno tem recebido, sem o qual “o ensino do português em Salerno simplesmente não existiria”; e o trabalho dos leitores de português que nestes anos têm colaborado com a Universidade é avaliado de forma manifestamente positiva.

5. PÚBLICOS E MOTIVAÇÕES DO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA E DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL: INQUÉRITO MOTIVACIONAL

A caracterização das redes de ensino das línguas portuguesa e italiana no estrangeiro, e em particular, em Itália e em Portugal, nos capítulos anteriores, anteciparam algumas hipóteses acerca da *spendibilità sociale* e da posição que ocupam, no mercado das línguas estrangeiras, a língua portuguesa em Itália e a língua italiana em Portugal. No presente capítulo propomo-nos seguir estas hipóteses de investigação e aprofundar o nosso estudo do ponto de vista daquilo a que chamamos de “procura” ou “públicos” do seu ensino: os estudantes que hoje aprendem as duas línguas, enquanto línguas estrangeiras, em diversas instituições em Portugal e em Itália. Assim, o objectivo primeiro desta investigação é o de recolher dados acerca do perfil sociológico dos estudantes e das motivações do seu estudo. Em última análise, pensamos que conhecer as motivações do estudo destas línguas, nos países em causa, é fundamental para avaliar a adequação da “oferta” da rede de ensino às necessidades dos seus públicos e a recepção que esta “oferta” tem, questão indispensável para pensar o planeamento e acção das instituições que compõem a rede, sobretudo das instituições estatais.

5.1. Metodologia

5.1.1. Delimitação do universo de estudo

A escolha das oito sedes para a realização do questionário (quatro em Portugal e quatro em Itália) foi feita com base em dois critérios:

i) a representatividade do nosso objecto de estudo: o ensino das línguas no estrangeiro enquanto acção de política externa. Referimo-nos ao seu ensino a nível universitário onde, sob a forma de Leitorados ou outros meios de cooperação, é patente o esforço estatal de promoção da própria língua, e ao seu ensino por parte de organismos directamente afectos ao Estado (caso do Instituto Italiano de Cultura); e

ii) a diversificação das sedes de estudo, para uma visão que abrangesse, tanto quanto possível, as diferentes funções das línguas em cada um dos países. Ao identificar sedes de natureza distinta e localização geográfica variada, pretendemos incluir diferentes públicos, com diferentes motivações, conforme estas se nos afiguram, à

partida, em função das diferentes vocações de cada uma das sedes. Assim, em Portugal, foram inquiridos estudantes de língua italiana nas seguintes sedes:

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto Italiano de Cultura de Lisboa
Câmara de Comércio Italiana em Portugal – Delegação Porto

Em Itália foram inquiridos estudantes de língua portuguesa nas seguintes sedes:

*Facoltà di Filosofia, Lettere, Scienze umanistiche e Studi orientali
dell'Università degli Studi di Roma La Sapienza*
Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Roma Tre
Facoltà di Lingue e Letterature Straniere dell'Università degli Studi di Salerno
Instituto Português de Santo António em Roma

As quatro instituições em Portugal e a quarta instituição em Itália foram identificadas e contactadas por nós em função da importância histórica e actual que têm no panorama geral do ensino das línguas; para aferir, de forma expressiva e abrangente, o estatuto que cada uma das línguas possui, estas parecem-nos instituições incontornáveis. As três Universidades italianas foram identificadas e inicialmente contactadas com o apoio do Instituto Camões, na pessoa do Coordenador da Rede IC em Itália, Dr. Sérgio de Almeida, também em função da importância histórica e actual que têm, e da vitalidade e dinamismo que conferem, hoje, aos Estudos Portugueses em Itália¹⁴⁹.

Quanto à dimensão do universo de estudo, ressalva-se o facto de não se pretender – como, de resto, não seria possível – construir uma amostra que fosse estatisticamente representativa e que sintetizasse o universo total de estudantes da língua, em cada país. Todavia, a título indicativo, a nossa amostra corresponde a 28% do total de estudantes de língua italiana inscritos nas quatro sedes consideradas, e 23% do total de estudantes de língua portuguesa inscritos nas quatro sedes consideradas. Se tomarmos como referência os dados relativos à totalidade dos estudantes de cada língua,

¹⁴⁹ Uma quarta Universidade foi contactada, sem que no entanto tenhamos obtido resposta (Università degli Studi di Bari, *Centro di Studi Lusofoni* – Cátedra David Mourão-Ferreira).

em cada país¹⁵⁰, a nossa amostra corresponde a 23% do total de alunos de língua italiana em Portugal, e a 4% do total de alunos de língua portuguesa em Itália. O quadro abaixo ilustra esta relação.

| INSTITUIÇÃO | Nº de QUEST. REALIZADOS | Nº de QUEST. VÁLIDOS | Nº de ALUNOS LÍNGUA PT. / IT. | % DE ESTUDANTES INQUIRIDOS |
|---|-------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------------|
| ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL | | | | |
| Universidade de Lisboa | 102 | 101 | 254 ^{a)} | 40% |
| Universidade de Coimbra | 63 | 63 | 120 ^{b)} | 53% |
| Instituto Italiano de Cultura de Lisboa | 98 | 93 | 630 ^{c)} | 16% |
| Câmara de Comércio Italiana em Portugal – Porto | 45 | 42 | 100 ^{d)} | 45% |
| TOTAL | 308 | 299 | 1104 | 28% |
| ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA | | | | |
| <i>Università degli Studi di Roma La Sapienza</i> | 34 | 34 | 216 ^{e)} | 16% |
| <i>Università degli Studi di Roma Tre</i> | 36 | 36 | 109 ^{e)} | 33% |
| <i>Università degli Studi di Salerno</i> | 21 | 21 | 109 ^{e)} | 19% |
| Instituto Português de Santo António em Roma | 16 | 16 | 40 ^{f)} | 40% |
| TOTAL | 107 | 107 | 474 | 23% |

^{a)} Fonte: Relatório do Leitor

^{b)} Média de alunos, de acordo com Rita Marnoto em entrevista a 31/5/2011.

^{c)} Número de alunos no ano solar 2010, segundo dados disponibilizados pelo IIC;

^{d)} Média anual de alunos, de acordo com Mea (2010: 66);

^{e)} Número de alunos no ano académico 2010/2011, de acordo com dados disponibilizados pelo IC;

^{f)} Número de alunos no ano lectivo de 2010/2011, de acordo com dados disponibilizados pelo IPSAR.

Tendo estabelecido inicialmente como meta mínima a realização de 100 questionários em cada país, veio a verificar-se na nossa amostra uma assimetria entre estes dois universos. Por um lado, esta deve-se ao número que consideramos satisfatório, embora com reduzida margem de conforto, do número de inquiridos em Itália¹⁵¹. Por outro lado, deve-se ao número, acima das nossas expectativas, de questionários realizados em Portugal¹⁵².

¹⁵⁰ O número de 1285 estudantes de língua italiana em Portugal (resultante de apuramento nosso; inclui os estudantes nas Universidades, no Instituto Italiano de Cultura em Lisboa e na Câmara de Comércio Italiana no Porto, devendo, no entanto, ser considerado como parcial, já que não inclui o número de estudantes de 4 das 9 Universidades públicas Portuguesas onde está presente a língua italiana); e o número de 2676 estudantes de língua portuguesa em Itália (conforme se infere das informações disponibilizadas pelo Instituto Camões).

¹⁵¹ Apesar de iniciados em simultâneo (a partir de Maio de 2011), os contactos com os Professores da disciplina de italiano em Portugal foram realizados com a antecedência necessária em relação ao final do ano lectivo. Em Itália, este momento revelou-se já tardio, em face das actividades lectivas em Itália terminarem mais cedo que em Portugal. Foi por isso possível, em Portugal, deixar ao critério dos

5.1.2. Período em análise e recolha e análise dos dados

A investigação realizada pretendeu estudar os públicos e motivações do estudo das duas línguas, em 2011. Nos capítulos anteriores procurou-se, para todas as sedes em estudo, assim como para toda a rede de ensino, referir, sempre que possível, os dados relativos a este ano: na maioria dos casos os dados fazem referência ao ano lectivo 2010/2011; no caso do Instituto Italiano de Cultura (caso único) os dados recolhidos fazem referência ao ano solar de 2011.

Optou-se por solicitar aos inquiridos que respondessem ao questionário em papel, em detrimento das novas formas electrónicas de realização deste tipo de pesquisas, na convicção (que mantemos) de que desta forma se garantia um maior envolvimento das instituições e professores/responsáveis pela disciplina, e assim, uma maior participação dos alunos.

A realização dos questionários decorreu entre Maio e Julho de 2011. Os questionários foram em alguns casos entregues em mão, e noutros enviados por correio electrónico ou por correio normal para os professores/responsáveis nas sedes estudadas, e devolvidos também através de um destes três meios. O tratamento estatístico e interpretação dos dados recolhidos nos questionários decorreram entre Julho e Agosto de 2011.

5.1.3. Método de recolha de dados - o questionário motivacional: elaboração e estrutura

O questionário adoptado foi elaborado por nós com base nas matrizes de dois estudos do Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano: *Indagine sulle motivazioni allo studio dell'Italiano*, de 1979, com coordenação de Ignazio Baldelli (1987), a cujo modelo de questionário tivemos acesso, e *Italiano 2000, Indagine sulle motivazioni e*

Professores a realização dos questionários nas últimas aulas ou no dia do exame final, enquanto em Itália já só foi possível realizá-los no dia de exame, e em alguns casos, de segunda fase, quando o número de estudantes presentes é menor. Os contactos estabelecidos com as três Universidades Italianas encetaram-se, como referido, através do Instituto Camões; o contacto com o Instituto Português de Santo António em Roma encetou-se com a intermediação do Professor Doutor Eduardo Brito Henriques, Orientador deste trabalho.

¹⁵² Foi-nos, naturalmente, mais fácil movimentarmo-nos no meio português, dada a nossa presença em Portugal e dada a rede de contactos já existente, fruto de um percurso académico em Lisboa, anteriores estudos no Instituto Italiano de Cultura de Lisboa, e um breve estágio na Câmara de Comércio Italiana em Lisboa. Assim, apesar da dinâmica criada em Portugal fazer prever um universo de estudo superior ao correspondente em Itália, (recordamos que os questionários se realizaram em quatro sedes, em cada um dos países), não fazia sentido limitá-lo antecipadamente, nem excluí-los posteriormente da nossa amostra.

sui publici dell'Italiano, dirigido por Tullio de Mauro (2001 e 2002), a cujo modelo de questionário não tivemos acesso, mas cuja matriz se infere a partir da apresentação dos seus resultados.

No caso da língua italiana em Portugal, os resultados do nosso questionário encontram pontos de comparação com os resultados destes dois inquéritos. Em ambos os estudos, o de 1979 e o de 2000, foram investigados os públicos e as motivações que levavam ao estudo do italiano no mundo: o primeiro estudo inquiriu directamente os estudantes de língua italiana no mundo, através (como no nosso caso) de um questionário; enquanto o segundo adoptou como fontes os Institutos Italianos de Cultura, tratando-se por isso de dados indirectos.

O primeiro estudo fornece-nos ainda dados bastante precisos em relação ao estudo do Italiano em Portugal em 1979; enquanto o segundo servir-nos-á apenas como indicador das tendências mundiais que se manifestavam no ano 2000, já que nos oferece poucas informações acerca da língua italiana no contexto português.

No caso da língua portuguesa em Itália, não dispomos de quaisquer termos de comparação para os inquéritos que realizámos; é no entanto possível estabelecer relações entre os nossos resultados e as primeiras conclusões, apresentadas em 2009, do já citado estudo promovido pelo Instituto Camões e realizado pelo ISCTE intitulado *Uma Abordagem Eclética ao Valor da Língua: O Uso Global do Português* (Esperança, 2009). Ainda que sem referência específica ao português em Itália, este estudo investigou, também através de um questionário directamente respondido pelos estudantes, as motivações do estudo do português no mundo.

A elaboração do nosso questionário partiu, sobretudo, do modelo do questionário italiano de 1979, alterando-o em função da pertinência de cada questão para o nosso estudo, da adequação das questões ao contexto actual, e da incorporação de aspectos do questionário italiano de 2000. Introduziram-se novas questões, preservando-se sempre que possível os indicadores passíveis de comparação com dados anteriores. Resultaram assim dois questionários ligeiramente diferentes, adequados a cada um dos contextos: Questionário “Estudo da Língua Italiana em Portugal” e Questionário “Estudo da Língua Portuguesa em Itália”¹⁵³ (*vide* Anexo I), com a seguinte estrutura:

¹⁵³ Para o Questionário “Estudo da Língua Portuguesa em Itália” foram elaboradas duas versões, em língua italiana e em língua portuguesa, deixando-se ao critério do Professor/responsável pela disciplina de Língua Portuguesa a escolha da versão a apresentar aos estudantes.

| QUESTÕES | TIPO DE INFORMAÇÃO |
|--------------------------------------|--|
| 1 – 5 | Perfil sociocultural do inquirido |
| 6 | Actual local do estudo da língua (questão “de controlo”) |
| 7 - 11 | Motivações do estudo da língua (questões “centrais”) |
| 12 – 16; 19; 20; 21 ^{a)} | Prévio e futuro contacto com a língua e com o país (grau de conhecimento da língua; estudo passado e futuro, estadias no país; língua na internet; uso de instrumentos didácticos) |
| 17 - 18 | Estudo de línguas estrangeiras |

^{a)} a questão 21 consta apenas no Questionário “Estudo da Língua Portuguesa em Itália”.

5.2. Estudo da Língua Italiana em Portugal: síntese dos resultados do questionário

Nas páginas que se seguem apresenta-se uma síntese e interpretação dos resultados dos questionários, organizados de acordo com as seis categorias enunciadas na tabela acima. Apresentam-se os resultados globais, primeiro dos inquiridos sobre o Estudo da Língua Italiana em Portugal, e em seguida, dos inquiridos sobre o Estudo da Língua Portuguesa em Itália, com referências, quando pertinentes, aos resultados de cada um dos sub-grupos de estudo, i.e., das 8 instituições onde se realizaram os questionários. Todos os resultados (gerais e por sede) são consultáveis no Anexo II, onde são apresentados sob a forma de tabelas com valores absolutos e percentuais.

5.2.1. Perfil sociocultural dos inquiridos

A maioria dos estudantes de língua italiana inquiridos é do sexo feminino (74%); esta variável independente, porquanto não aparentemente relacionada com nenhum outro factor considerado no questionário, reflecte sobretudo o maior peso das mulheres na população estudante, sobretudo nas áreas das Humanidades, assim como a composição geral da população portuguesa.

Pelo contrário, a idade dos inquiridos, a sua profissão, e o título de estudo possuído devem ser analisados conjuntamente¹⁵⁴. Cerca de 60% dos inquiridos tem

¹⁵⁴ Os resultados apurados são directamente influenciados pela escolha das sedes para a realização dos questionários. Todavia, o facto de os inquiridos, em partes sensivelmente iguais, estudarem língua italiana em instituições universitárias (55%) e em instituições não-universitárias (45%) permitiu-nos obter resultados globais não demasiadamente condicionados por uma desproporção num ou noutro sentido.

menos de 27 anos; é assim natural que 61% dos inquiridos declare ser estudante¹⁵⁵, na sua quase totalidade no nível universitário, e que isto se reflecta na resposta relativa ao título de estudo já obtido: 56% dos inquiridos refere apenas um título de estudo secundário.

Pode assim dizer-se, com base nestes resultados globais, que o público da língua italiana é na sua maioria constituído por jovens estudantes universitários com menos de 27 anos. Mas será necessário, desde já, assinalar a coexistência de dois perfis distintos dentro do nosso universo de estudo. Se, como seria de esperar, nas sedes universitárias (FLUL e FLUC), 8 em cada 10 inquiridos tem menos de 27 anos, e 9 em cada 10 se declara estudante “de profissão”, nas restantes sedes (IIC e CCIP) esta proporção inverte-se. Nestas duas sedes, apenas 2 ou 3 (respectivamente) em cada 10 inquiridos se declara estudante, e não chegam a 4 em cada 10 os inquiridos com menos de 27 anos; o único caso em que os menores de 27 não representam a maior fatia, é o do IIC, onde o grupo etário com maior peso (cerca de 5 em cada 10 inquiridos) tem mais de 45 anos – facto a que não é alheia a natureza desta sede, um verdadeiro centro cultural, com cursos temáticos e um curso de língua italiana estruturado em quatro anos, logo mais atractivo para indivíduos interessados numa aprendizagem da língua e cultura multidisciplinar, faseada, e que exige por isso maior disponibilidade financeira durante um período mais alargado. Na CCIP, por sua vez, o público do italiano é mais heterogéneo no que respeita à idade; também este facto deve ser lido em conjugação com as questões relativas à natureza da sede, como se dirá adiante.

As áreas de estudo dos jovens estudantes universitários (e dos que, não se declarando estudantes “de profissão” frequentam, no momento, cursos universitários), e as profissões do grupo dos menos jovens são um importante indicador para a construção de um perfil sociocultural do público do italiano.

No que respeita às áreas de estudo, os dados recolhidos permitem alargar a todas as sedes por nós estudadas a afirmação de Rita Marnoto relativa à Universidade de Coimbra, em que se assinalava que “Apesar de o campo das humanidades gozar de uma incidência privilegiada, o impacto do italiano [na UC] extravasa esse âmbito restrito” (Marnoto, 2010: 16), afirmando-se, cada vez mais, como “(...) instrumento de base em

¹⁵⁵ Note-se que o número de estudantes é naturalmente superior ao número de inquiridos com idade inferior a 27 anos. Por outro lado, é também superior o número daqueles que declaram que no momento se encontram a frequentar um curso universitário, ao número dos que declaram como profissão “estudante”, reflexo da distinção que os inquiridos fazem entre “ser” estudante e frequentar um curso superior. A possibilidade de assinalar mais de uma profissão leva que os totais percentuais superem os 100%, reflectindo, sobretudo, a sobreposição de respostas Estudante e outra/s, e Reformado e outra/s.

muitos campos das relações económicas ou da jurisprudência” (Ibid. 28). Senão veja-se: na FLUL a esmagadora maioria (96%) do público do italiano frequenta cursos desta Faculdade; e mais de metade, é das áreas a que “tradicionalmente” esta língua está associada: os estudos de Línguas, Literaturas e Culturas, e de Tradução. Na FLUC, este espectro alarga-se, e os alunos de italiano a frequentar cursos desta Faculdade não superam os 62%: à cabeça está a licenciatura em Turismo, Lazer e Património, seguida pela licenciatura em Línguas Modernas¹⁵⁶. Em ambos os casos, os também “tradicionalistas” percursos como os Estudos Clássicos e os Estudos Portugueses têm reduzida expressão.

A grande abertura da oferta formativa das Faculdades de Letras a áreas do saber interdisciplinares conduziu à presença do italiano em áreas menos “clássicas” (na FLUC os resultados do nosso inquérito mostram mesmo que estas suplantam as ditas “clássicas”); o italiano é assim também procurado por alunos de:

- i)* “Estudos da Cultura e das Artes” (História da Arte; Ciências da Cultura, Artes do Espectáculo, Estudos Artísticos, Artes e Humanidades) (22 indivíduos);
- ii)* Turismo, Lazer e Património (18 indivíduos);
- iii)* Estudos Europeus, Ciência Política, Relações Internacionais (11 indivíduos).

Fora destas áreas de estudo oferecidas pelas Faculdades de Letras, na globalidade das sedes estudadas (FLUL, FLUC, IIC, CCIP), as quatro áreas de estudo com maior procura do italiano são:

- i)* Direito (13 indivíduos);
- ii)* Belas-Artes e sector cultural e criativo (Design, Arquitectura, Artes Decorativas, Conservação e Restauro) (12 indivíduos);
- iii)* Economia (7 indivíduos);
- iv)* Ciências Médicas (6 indivíduos).

¹⁵⁶ Refira-se que a FLUC é a única instituição universitária onde é possível aos estudantes portugueses licenciarem-se com o Italiano como variante da Licenciatura em Línguas Modernas (com a implementação do Processo de Bolonha, em 2006/2007, o italiano ganhou novo lugar, após a extinção ocorrida em 2003 da variante em Estudos Portugueses e Italianos). A língua italiana está também presente no Mestrado em Literaturas e Culturas e no Mestrado em Tradução. O Instituto de Estudos Italianos, fulcral ponto de agregação científica, com uma vasta actividade de investigação, tem um papel determinante na promoção da língua italiana nesta Faculdade, como aliás, no país. O italiano oferecido pela FLUC é frequentado por alunos de licenciaturas e pós-graduações desta Faculdade, assim como por alunos de outras Faculdades da Universidade de Coimbra, e – através do Centro de Línguas – por públicos não necessariamente vinculados à Universidade. Os resultados dos inquéritos realizados nesta sede – em que se inclui o Centro de Línguas – revelam por isso perfis mais diversificados que os que encontramos na FLUL. Na FLUL passou a ser possível, após a reforma de Bolonha (2006/2007), a realização de um *Minor* em Estudos Italianos nas licenciaturas em Línguas, Literaturas e Culturas e em Artes e Humanidades, sendo também possível estudar italiano enquanto disciplina opcional de outras licenciaturas da Faculdade.

Trata-se, como se vê, de reduzidos grupos no contexto dos 194 indivíduos que se encontram no momento a frequentar cursos superiores, mas ainda assim parece-nos revelador dos nichos onde a língua italiana está a fazer valer as suas forças.

Em resumo, de acordo com os dados recolhidos, podemos afirmar, grosso modo, que em cerca de 30% dos casos o italiano está associado aos estudos “clássicos” (Línguas e Literaturas), onde a língua italiana está tradicionalmente presente, um “núcleo duro” que atesta a centralidade da língua e cultura italiana nas letras e humanidades em geral. A língua italiana revela-se, com sensivelmente igual força – 27% – no campo das Artes, no seu estudo e preservação, tanto numa perspectiva mais virada para o património passado, como também na criação artística contemporânea (e seu estudo). Os restantes âmbitos a que é associada atestam a sua força enquanto língua de comunicação, e o seu valor económico¹⁵⁷. Estão presentes neste terceiro e último grupo as áreas do direito, dos estudos europeus e ciência política, da economia, e das ciências médicas. A prudência obriga-nos a não estabelecer relações imediatas entre o italiano e estas áreas; ainda assim os dados sugerem que o italiano funcionará nestes casos como um factor de especialização e diferenciação relativamente à formação linguística de base (sobretudo em língua inglesa) que hoje é já absolutamente basilar em qualquer uma destas áreas.

Por fim, e surpreendentemente, dada a centralidade da língua italiana na música, o italiano surge associado aos estudos de música em apenas um caso (apenas um inquirido se declara estudante de música, na Academia de Música da Graça). A inclusão do italiano nos planos de estudo nos Conservatórios, únicas instituições de ensino públicas que possibilitam o estudo da língua italiana a nível secundário em Portugal, apesar de importante, apresenta, como referimos acima, debilidades ao nível da formação dos professores e da falta de uniformização dos programas e das cargas horárias, que permitiam supor a necessidade de os estudantes procurarem no exterior uma formação mais estruturada em língua italiana. No entanto, nas sedes por nós estudadas, esta possibilidade não se verificou.

No que respeita às áreas profissionais dos inquiridos – excluída a percentagem de estudantes já referida, e a dos reformados (10%), reflexo, sobretudo, do grande peso que assume no IIC (27%) – evidencia-se, em primeiro lugar, a de professor/investigador

¹⁵⁷ Não significa isto que a tradução (como exemplo de uma área dentro dos estudos “clássicos”), ou o turismo cultural ligado ao património (como exemplo de uma área ligada aos estudos “de arte”) não tenham valor económico. Referimo-nos, no entanto, aqui, a novos valores, emergentes em novas áreas que pudessem eventualmente revelar relações com o sector económico além das intermediadas pela cultura italiana.

(7%), que chega a representar 26% na CCIP (tornando este no segundo grupo com maior presença na CCIP, após o dos estudantes). Ainda que numericamente escasso (21 Professores e investigadores num total de 319 profissões assinaladas), este grupo não deve ser subvalorizado, já que é de capital importância para a promoção da língua no estrangeiro. Professores e investigadores, assim como tradutores e intérpretes, e em menor grau, guias turísticos, desempenham o papel de verdadeiros operadores culturais “no campo”. Se, como se disse, o facto de 7% do total dos estudantes de italiano ser professor e investigador parece um bom indicador do potencial efeito “multiplicador” na difusão da língua, por via de agentes que a aprendem e que estão em posição privilegiada para a divulgar, já a presença de tradutores e intérpretes é, no geral, e em todas as sedes, muito baixa (nos resultados globais não ultrapassa o 1%), e a de guias turísticos é exígua (nos resultados globais não chega a 1%).

A par dos professores e investigadores, as profissões técnico-administrativas são as mais comuns (também com 7%), seguidas pelas profissões liberais (5%). Trabalhadores do sector do comércio e da restauração e artistas são as profissões menos comuns (2% em ambos os casos).

Por fim, do cruzamento de dois grupos – os que frequentam a Universidade (65%), e os que estão já na posse de um título de estudo universitário (42%) – podemos inferir que o italiano é sobretudo procurado por um público adulto com formação superior (concluída ou em curso).

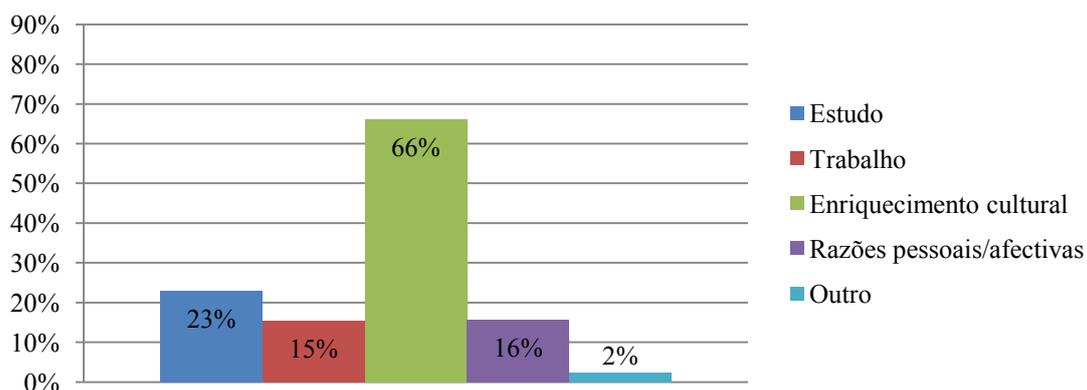
5.2.2. Motivações do estudo da língua italiana

A primeira questão relativa às motivações do estudo da língua italiana (Questão 7) tinha como objectivo recolher dados que permitissem estabelecer uma relação de importância entre quatro motivos apresentados: estudo, trabalho, enriquecimento cultural e razões pessoais/afectivas¹⁵⁸. Num universo de 299 inquiridos, para dois terços o estudo do italiano tem como motivo principal – isoladamente, ou em conjugação com outros – o seu enriquecimento cultural. Como ilustrado no gráfico seguinte, as restantes motivações assumem um peso significativamente inferior à primeira. Entre estas, aquela

¹⁵⁸ Na presença de questionários em que os inquiridos assinalavam como motivação principal mais que uma resposta, optou-se por não os invalidar, aceitando na nossa amostra questionários com respostas únicas e múltiplas. Por este motivo, a cada inquirido pode ser imputado um ou mais motivos, e por consequência, mantendo-se o nosso universo como o número de indivíduos inquiridos/questionários realizados, o nosso total de respostas supera os 100%. Neste caso, o total de respostas atinge os 123%, pelo que alguns motivos estarão “sobre-representados”. Note-se ainda que dos inquiridos que assinalaram respostas múltiplas, 90% indicou o enriquecimento cultural a par de outro/s motivo/s, pelo que concluímos que o motivo que mais beneficiou desta nossa opção foi o enriquecimento cultural.

com maior peso é a relacionada com o estudo¹⁵⁹, assinalada por aproximadamente um quarto dos inquiridos (23%), a que se seguem, com sensivelmente igual expressão, as motivações ligadas à esfera pessoal/afectiva, assinaladas por cerca de um em cada seis inquiridos (16%), e as motivações de trabalho, assinaladas por cerca de um em cada sete inquiridos (15%).

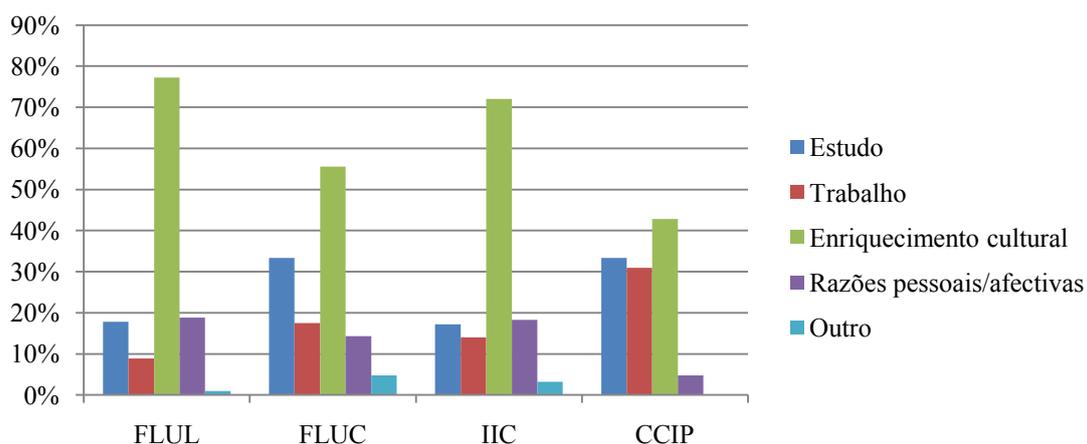
Gráfico 7: Motivo/s principais do estudo da língua italiana (Questão 7).



Este quadro sugere que a imagem e valências da língua italiana estão sobretudo ligadas à cultura italiana, no sentido de “língua de cultura” que tratámos acima. Não nos parece significativa a diferença entre os restantes três motivos propostos: a ligeira preponderância das motivações ligadas ao estudo, e a sensivelmente igual expressão dos motivos de trabalho e os pessoais/afectivos revelam, a nosso ver, que o italiano não tem especial valor comunicativo, e não tem especial valor no mercado, i.e., não tem – na realidade, ou na óptica dos inquiridos – uma valência económica suficientemente forte para que seja estudado por motivos ligados ao trabalho (actual, ou à perspectiva de trabalho futura). O que se dirá a seguir acerca das sub-motivações dentro de cada um destes quatro motivos principais complementa esta afirmação. Mas veja-se, antes, a repartição destes motivos em cada uma das quatro sedes.

¹⁵⁹ Parece-nos que o motivo estudo teve uma interpretação demasiadamente abrangente por parte dos inquiridos; sendo verdade que não é por vezes fácil delimitar claramente as quatro motivações por nós propostas (o estudo é muitas vezes motivado por razões de enriquecimento cultural ou por intenção de trabalhar em determinada área), o simples facto de se estar a estudar o italiano (como estão naturalmente todos os inquiridos) não significa que o estudo seja o principal motivo na origem da aproximação à língua; nalguns casos, analisando o conjunto das respostas de cada inquirido, o motivo estudo inicialmente assinalado não encontra depois (nas questões seguintes, que particularizam as razões concretas inerentes a cada motivo) posteriores especificações. Admitimos por isso que este motivo esteja ligeiramente sobre-representado.

Gráfico 8: Motivo/s principais do estudo da língua italiana por grupo (Questão 7).



A preponderância das motivações de enriquecimento cultural manifesta-se em todas as sedes, embora em proporções relativas muito diferentes. É interessante verificar dois padrões claramente diversos: na FLUL as motivações relacionadas com o enriquecimento cultural são, com grande margem, as mais importantes (77%), e em contrapartida, o motivo estudo tem um peso relativo muito baixo (18%), inclusive inferior ao das motivações pessoais e afectivas (19%). Parece-nos interessante este facto, e contrário ao que seria de esperar do estudo do italiano numa universidade, integrado sobretudo, como vimos, em cursos em que o italiano tem uma longa tradição (Línguas e Literaturas) ou, em todo o caso, ligados à área das letras e humanidades. A FLUC e IIC têm, em geral, um padrão semelhante: larga preponderância dos motivos de enriquecimento cultural, e restantes motivos assinalados entre 10 a 20% dos inquiridos: excepção apenas para o motivo de estudo na FLUC, que assume aqui considerável peso (33%).

Em contrapartida, na CCIP as motivações de estudo e trabalho assumem quase tanta relevância como as de enriquecimento cultural, que também aqui, porém, são as mais assinaladas. Nota-se ainda que, em comparação com os resultados das restantes sedes, as motivações pessoais/afectivas na CCIP têm exígua expressão. Este facto é directamente reconduzível à natureza desta sede¹⁶⁰, e ao perfil sociocultural do seu

¹⁶⁰ A Câmara de Comércio Italiana em Portugal é uma associação com cerca de 600 sócios – italianos e portugueses – que tem como missão promover o desenvolvimento das trocas comerciais e da cooperação económica entre Portugal e Itália, pondo à disposição dos operadores económicos serviços de informação, assistência, e formação, em que se incluem cursos de língua italiana. A associação nasceu em 1916 e obteve reconhecimento por parte do governo italiano em 1918. A abertura de uma “Delegação” no Porto, importante pólo económico e industrial, data de 1928 (<http://www.ccitalia.pt/cciport.html>, acedido a 20/8/2011). Após o fecho da Secção do Instituto Italiano de Cultura no Porto em 1994, o funcionamento dos cursos de língua e cultura italiana mantiveram-se graças à intervenção do Consulado Honorário de Itália no Porto e da Delegação do Porto da Câmara de Comércio Italiana em Portugal, que manteve a gestão dos cursos. Também com cursos de língua e cultura italiana ministrados na Secção de Lisboa, a

público de italiano: trata-se de uma sede procurada por indivíduos com necessidades “imediatas” de formação linguística, ligadas ao estudo e trabalho, que aqui são apenas sensivelmente menos importantes que os motivos genericamente “culturais”.

Por fim, verificou-se que o espaço deixado aos inquiridos para referência a outros motivos foi sobretudo interpretado para referir motivos que poderiam – sem prejuízo da sua especificidade – ser incluídos numa das categorias propostas.

As seguintes questões do questionário permitem-nos identificar as sub-motivações específicas dentro de cada uma destas macro-categorias¹⁶¹. Assim, vejam-se os gráficos que se seguem.

Gráfico 9: Sub-motivações de estudo (Questão 8)

- Deseja ler textos literários, críticos ou científicos
- Disciplina obrigatória no plano de estudos
- Pretende participar em programa de mobilidade (Erasmus, Leonardo Da Vinci,...)
- Pretende prosseguir estudos de graduação em Itália
- Pretende prosseguir estudos de pós-graduação em Itália
- Outro

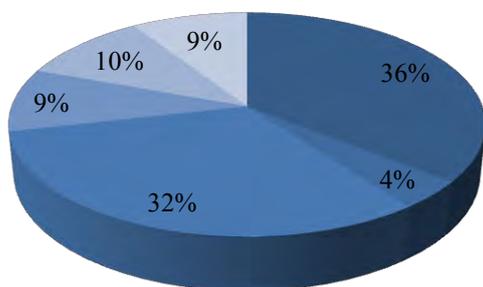
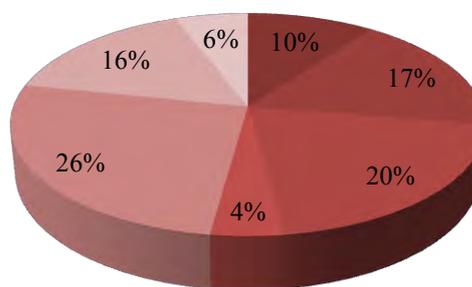


Gráfico 10: Sub-motivações de trabalho (Questão 9)

- Pretende ler documentação em língua italiana
- Exerce ou pretende exercer a profissão de tradutor ou intérprete
- Exerce ou pretende exercer a profissão de guia turístico
- Exerce ou pretende exercer a profissão de professor de italiano
- Tem ou pretende ter relações económicas ou profissionais com Itália ou cidadãos italianos
- Tem ou pretende ter trabalho em Itália
- Outro



No conjunto dos motivos de estudo, assume maior peso a combinação dos motivos que implicam a continuação dos estudos em Itália: a intenção (em alguns casos, já realizada) de participar em programas de mobilidade europeus (32%), e a intenção de

Câmara de Comércio Italiana assume especial relevância no Porto, dada a pouco significativa presença do italiano a nível universitário nesta cidade. Segundo Giuseppe Mea (2010), Director Didáctico do curso de italiano, a procura média manteve-se, desde 1994 até hoje, de uma centena de alunos. No Consulado do Porto, a funcionar na mesma localização, existem ainda cursos para crianças organizados pela *Associazione Socio-Culturale Italiana del Portogallo*.

¹⁶¹ Optou-se por considerar cada uma das questões que se seguem de forma autónoma e independente das respostas dadas à questão geral número 7. Por nos interessar sobretudo avaliar o peso de cada sub-motivação dentro do seu próprio grupo, os dados que apresentamos reportam a frequência com que cada resposta foi assinalada em relação ao total das respostas dadas em cada grupo. Lembramos que o mesmo inquirido pôde assinalar apenas uma ou várias motivações dentro de cada categoria.

prossequir estudos de graduação (9%) e pós-graduação (10%) em Itália. Este dado deve ser lido tendo presente o lugar que Itália ocupa na lista de países escolhidos pelos estudantes portugueses para realizar o programa de mobilidade europeu Erasmus: no ano 2008/2009, para os estudantes da Universidade de Lisboa é o segundo país eleito, após a Espanha (UL, 2009: 38), e para os estudantes da Universidade de Coimbra é o primeiro país eleito (UC, 2009: 46). Em conjunto, estes factores são determinantes para mais de metade dos inquiridos, o que mostra o peso crescente que tem a mobilidade, em particular, na origem da vontade de aprender a língua italiana.

No que respeita aos motivos ligados ao trabalho, parece-nos pertinente ler os dados acima segundo dois critérios: actividades económicas directamente relacionadas com a língua e cultura italiana, e actividades económicas indiferenciadas, em que o italiano desempenha apenas função de língua de comunicação. Assim, o trabalho de tradutor, intérprete, guia turístico e professor de italiano (operadores culturais “no campo”) corresponde a 41% das motivações de trabalho, enquanto os restantes motivos, “genericamente económicos”, relacionados com as relações económicas e profissionais com Itália e a obtenção de trabalho em Itália, representam, em conjunto, 42%. Note-se a reduzida atractividade e mercado da profissão de professor de italiano (4%), assinalando uma situação de estrangulamento nas saídas profissionais, mesmo em presença, como vimos, de uma situação geral de aumento do interesse pela língua italiana em Portugal. Em contrapartida, o sector do turismo (representado nos guias turísticos, 20%) apresenta-se o mais importante impulsionador da aprendizagem do italiano.

Muito interessante é também a transformação que se verifica no equilíbrio entre as sub-motivações da categoria de enriquecimento cultural, que reflectem a imagem que tem a cultura italiana hoje: quando confrontados os aspectos da história e cultura italiana considerados “clássicos” (a arte, a ópera, ...), e os aspectos da sociedade e cultura italiana ditos contemporâneos (teatro, cinema, rádio, televisão, música, ...), as respostas revelam que o “clássico” e o contemporâneo assumem, entre os estudantes inquiridos, sensivelmente igual importância na sua aproximação à língua italiana (31% em ambas as respostas). Todavia, prevalece a percepção da cultura italiana como um todo: entre os inquiridos que assinalam estas duas hipóteses, cerca de 60% assinala o seu interesse por ambas. Por fim, o turismo motiva cerca de 19% dos inquiridos ao estudo do italiano.

No campo das motivações pessoais/afectivas, os laços familiares (*lato sensu*) entre portugueses e italianos são uma terça parte das motivações assinaladas (cerca de

31%). As restantes 70% correspondem a motivações variadas; entre as que não são reconduzíveis a nenhuma outra possibilidade apresentada pelo questionário, contam-se os laços de amizade, estadias (passadas ou previstas, próprias ou de familiares) em Itália, e num caso na Eslovénia (onde, como vimos, a língua italiana é oficialmente reconhecida) mas também uma atracção subjectiva pela língua italiana que os inquiridos não deixaram de classificar como pessoal e afectiva, descrevendo-a como “gosto” pela língua e cultura italianas ou estudo por “puro prazer”, nalguns casos, identificando o cinema e a canção como áreas específicas de interesse, e, por fim, referindo o gosto pela pronúncia, o sotaque, a sua sonoridade e musicalidade, e a “comunicação afectiva” a que a língua italiana convida.

Gráfico 11: Sub-motivações de enriquecimento cultural (Questão 10)

- Deseja ler textos literários ou críticos em língua italiana
- Interessa-se pela história e/ou cultura italiana (arte, ópera,...)
- Interessa-se por aspectos da sociedade e cultura contemporânea italiana (teatro, cinema, rádio, televisão, música...)
- Visita Itália em turismo
- Outro

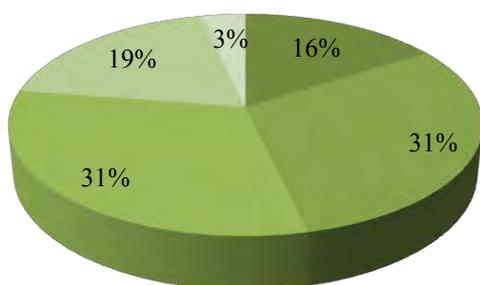
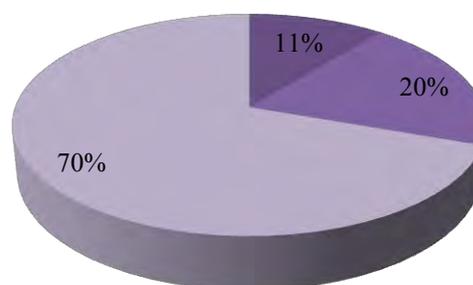


Gráfico 12: Sub-motivações pessoais/afectivas (Questão 11)

- O/A seu/sua companheiro/a é italiano/a
- A sua família é de origem italiana
- Outro



5.2.3. Contacto prévio e futuro com a língua italiana e com Itália

A tendência geral, no que respeita ao grau de conhecimento da língua italiana que os inquiridos declaram ter, é a redução do número de respostas, à medida que sobe a escala de competência. Quase metade (47%) dos inquiridos classifica o seu conhecimento da língua italiana no nível elementar (o mais baixo apresentado no questionário), e apenas 2% dos inquiridos afirma ter um conhecimento óptimo da língua italiana.

A competência linguística é directamente proporcional ao tempo de estudo da língua (ainda que sem valor absoluto, esta relação será verdadeira na maioria dos casos); é relevante, assim, que enquanto nas Universidades e na CCIP a grande maioria dos inquiridos estuda italiano há menos de um ano (90% nas primeiras, 74% no segunda), no IIC a maioria dos inquiridos estuda a língua italiana há mais de um ano: 25% está no segundo ano de estudo; 9% no terceiro, e 25% estuda há mais de 3 anos, pelo que consequentemente os níveis intermédios de conhecimento (suficiente e bom) recebem 66% das respostas.

Os locais de estudo actuais são, na maioria dos casos (62%), os locais onde os inquiridos iniciaram o estudo da língua italiana, assim como – segundo as intenções expressas – os locais eleitos para o estudo futuro: é assim para 72% dos estudantes no IIC, 60% dos estudantes nas Universidades, e 48% dos estudantes na CCIP. É interessante notar que 18% dos inquiridos indicam pretender prosseguir o seu estudo em Itália: este é um dado importante que ilustra o contacto e intercâmbio real entre as culturas. Parece-nos considerável que 57% dos inquiridos já tenha estado em Itália: esta percentagem é naturalmente mais baixa entre a população das Universidades, e bastante mais alta entre os públicos do IIC e da CCIP. Nestas duas últimas sedes a maioria dos inquiridos já esteve em Itália, ainda que por breve período (menos de 1 mês).

É relativamente consensual a utilidade da língua italiana no acesso a informação através da Internet; apenas 18% dos inquiridos não a reconhece.

No que respeita aos processos de aprendizagem da língua italiana, os dados relevam que esta aprendizagem se faz na maioria dos casos (67%), com o auxílio de instrumentos didácticos multimédia, aplicações informáticas ou programas interactivos.

5.2.4. Estudo de outras línguas estrangeiras

A língua italiana é, para quase metade dos inquiridos (48%), a terceira língua estudada, e para uns consideráveis 32%, a quarta, quinta ou sexta língua estudada. É no entanto necessário ressaltar que pelo menos duas das línguas modernas com que geralmente concorre o italiano (o inglês e o francês) fazem parte do plano de estudos obrigatório do ensino português, pelo que não devem ser postas em situação de igualdade com o italiano, que é estudado apenas por vontade própria, e apenas no nível universitário, ou em instituições não públicas. Considerando os dados relativos aos inquiridos que estudaram três ou mais línguas antes do italiano (e onde os dados

recolhidos têm menos omissões), e após excluídas a língua inglesa e francesa, pelos motivos acima referidos, verificamos que a língua espanhola (castelhana) e alemã têm lugar cimeiro, sensivelmente com o mesmo número de estudantes (51 e 50 respectivamente).

No momento em que se encontram a estudar a língua italiana, a maioria dos inquiridos (57%) não estuda outras línguas; este valor médio esconde duas tendências diversas: nas sedes universitárias (FLUL e FLUC) predomina o estudo do italiano contemporaneamente ao de outras línguas¹⁶² (cerca de 70% dos inquiridos estuda outras línguas), enquanto nas sedes não-universitárias se afirma a quase a exclusividade do estudo da língua italiana (93% não estuda outras línguas).

O quadro das línguas estudadas contemporaneamente ao italiano revela que a língua mais estudada é o inglês (assinalada por 72% dos inquiridos), seguida pelo espanhol (34%), e pelo francês e alemão quase em igualdade (23% e 20% respectivamente). É ainda interessante verificar a presença de outras seis línguas, ainda que com menor expressão, neste quadro: contemporaneamente ao italiano, são estudadas as línguas portuguesa (trata-se nalguns casos de estudantes estrangeiros a estudar em Portugal), russa, chinesa, árabe, japonesa e turca.

5.3. Uma interpretação da evolução das motivações do estudo da língua italiana em Portugal entre 1979 e 2011

O estudo do Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano, *Indagine sulle motivazioni allo studio dell'Italiano*, de 1979 (Cfr. Baldelli, 1987), relevava as principais motivações do estudo da língua italiana no mundo, e em Portugal¹⁶³. Devido à diferente metodologia adoptada pelo estudo de 1979 e a adoptada por nós, a

¹⁶² Estes dados vão ao encontro da posição ocupada pelo italiano nas duas sedes universitárias em estudo: na FLUL, em 2010/2011, a língua italiana ocupou o quinto lugar entre as línguas modernas mais estudadas (com 254 estudantes). Em primeiro lugar, surgia o Inglês com mais de dois mil estudantes (2073). A segunda língua mais estudada foi o espanhol (850); a terceira e quarta, praticamente a par, foram o alemão (482) e o francês (432) (Depperu, Masina, “Relatório do Leitor do MNE na FLUL”, 2011). Nesta Faculdade, nos últimos três anos académicos, o número de inscrições em italiano tem superado o número de vagas disponíveis, confirmando a existência de potencial espaço de crescimento desta língua. Na FLUC, em 2010/2011, o italiano foi a terceira língua mais estudada, a seguir ao inglês e ao espanhol (de acordo com informação disponibilizada por Rita Marnoto, em entrevista ocorrida a 31/5/2011. Nas restantes Universidades onde existem ou existiram Leitores do MNE Italiano (Évora, Faro, Universidade Nova de Lisboa) o italiano ocupava, no último ano da vigência desse apoio, a terceira ou quarta posição, após o inglês, o espanhol e o francês.

¹⁶³ Este estudo incidiu apenas em dois tipos de sede: Instituto Italiano de Cultura e Universidades (onde estudavam, respectivamente, 59% e 40,3% dos inquiridos).

comparação entre o quadro geral das motivações deve ser considerada apenas enquanto indicador de tendências¹⁶⁴. A tabela abaixo ilustra estes resultados.

Tabela 18: Motivo principal do estudo da língua italiana em Portugal, 1979 (em Baldelli, 1987) e 2011 (com base na nossa investigação).

| Motivos do estudo | 1979 | 2011 |
|---------------------------|-------|------|
| Estudo | 21% | 23% |
| Trabalho | 8,1% | 15% |
| Enriquecimento cultural | 64,5% | 66% |
| Razões pessoais/Afectivas | 1,6% | 16% |
| Outro | 1,6% | 2% |

Dados de 1979: Baldelli (1987).

Estes dados, com as limitações que acima referimos, parecem indiciar que a imagem e valências da língua italiana em Portugal, enquanto língua de cultura, não sofreram grande alteração nos últimos 30 anos. O peso das motivações de enriquecimento cultural, que já em 1979 era superior em Portugal que em geral no mundo (a média mundial deste motivo era então de 35%), manteve-se quase inalterado. Da mesma forma, o estudo mantém o seu peso relativo. Com considerável crescimento, por sua vez, os motivos de trabalho assumem hoje o dobro do peso relativo que tinham há 30 anos. As motivações pessoais e afectivas, que, como vimos, não se tratam (maioritariamente) de relações familiares mas sim de um “gosto ou atracção subjectivos pela língua”, são um factor que hoje assume um peso muitíssimo superior ao tinha há 30 anos.

Uma última nota deve ser feita a uma característica específica do perfil sociocultural dos inquiridos em 1979: 32% dos estudantes de língua italiana em Portugal, em 1979, tinham títulos de estudo universitário, uma média, ao tempo, muito superior aos 12% que no mundo se registavam. Este dado pode significar que a língua italiana era então em Portugal, mais do que no mundo, uma língua de “elites” com formação superior, e não de “comunicação”, economia ou comunidades italianas emigradas. Igualmente, a repartição dos inquiridos por profissão indicava um fortíssimo peso do grupo dos professores e investigadores, representando 19% do total dos inquiridos (peso também muito maior que no resto do mundo, onde assumia apenas 4%). Também este dado nos parece ir no sentido que referimos acima; e, se por um

¹⁶⁴ O estudo de 1979 admitia apenas uma resposta à questão sobre as motivações mais importantes do estudo da língua italiana; o nosso estudo admitiu respostas múltiplas, pelo que é necessário ter presente que o total de respostas no estudo de 1979 corresponde ao total de indivíduos inquiridos (e assume o valor total de 100%), e a nossa pesquisa, como acima referido, assume, neste caso, um total de 123%.

lado, a redução deste grupo, conforme indicam os dados que agora recolhemos, pode significar uma perda na capacidade de promoção do italiano, por outro pode significar a subida do interesse pelo italiano de outras classes profissionais, para quem o italiano é um instrumento de trabalho prático.

5.4. Pontos de contacto e diferenças entre o estatuto da língua italiana em Portugal e o estatuto da língua italiana no mundo

A referência, feita anteriormente, relativa às diferentes metodologias adoptadas aplica-se também na comparação dos dados da nossa pesquisa com os da investigação às motivações do estudo do italiano no mundo em 2000, realizada pelo Ministério dos Negócios Italiano e intitulada *Italiano 2000, Indagine sulle motivazioni e sui pubblici dell'Italiano* (Cfr. MAE, 2001)¹⁶⁵. No quadro seguinte estão patentes estes dados:

Tabela 19: Motivo principal do estudo da língua italiana, dados mundiais de 2000 (De Mauro, 2001) e dados relativos a Portugal em 2011 (com base na nossa investigação).

| Motivos do estudo (mundo) | 2000 | Motivos do estudo (Portugal) | 2011 |
|---------------------------|------|------------------------------|------|
| Estudo | 19% | Estudo | 23% |
| Trabalho | 22% | Trabalho | 15% |
| Tempo livre | 33% | Enriquecimento cultural | 66% |
| Razões pessoais | 26% | Razões pessoais/Afectivas | 16% |

Dados de 2000: MAE (2001).

Ressalvadas as naturais alterações que possam ter ocorrido numa década, a confrontação destes dados permite afirmar com alguma segurança que o estatuto da língua italiana na amostra portuguesa diverge do estatuto que esta tem em geral no mundo. A principal motivação para o estudo da língua italiana é, nos dois casos, o tempo livre/enriquecimento cultural, ainda que com diferentes pesos¹⁶⁶. Os resultados do estudo *Italiano 2000*, como vimos anteriormente, revelaram a passagem de uma

¹⁶⁵ Este estudo solicitava aos inquiridos que assinalassem por ordem de importância quatro motivos apresentados. Assim, dele resultam quatro conjuntos de dados, que equacionam as motivações assinaladas como as primeiras mais importantes, as motivações assinaladas como as segunda mais importantes, etc. Usaremos como termo de comparação os dados relativos ao peso que cada motivo – como primeira escolha – assume. Os motivos apresentados neste estudo diferem dos nossos apenas no que respeita ao motivo que denominámos de “Enriquecimento cultural” e que neste estudo corresponde ao de “Tempo Livre”, mas que inclui, em geral, as mesmas sub-categorias adoptadas por nós: “motivos turísticos”, “cultura italiana e “sociedade e “cultura moderna”.

¹⁶⁶ Relembramos a sobre-representação dos nossos motivos resultante da aceitação de respostas múltiplas que, como se disse, beneficia sobretudo o motivo de enriquecimento cultural, pelo que não deve ser feita uma comparação directa entre os valores relativos a 2000 e a 2011, em especial nesta motivação.

situação de preponderância da imagem e valência da língua italiana enquanto “língua de cultura” para uma situação de emergência de novos factores, nomeadamente ligados ao sistema económico-productivo, que se traduziram numa multiplicidade de funções que sem retirar importância ao tradicional elo que liga a língua italiana à cultura, revelam a força de novas áreas. No caso português, como se vê, esta tendência não tem a mesma expressão – não obstante se verifique, como vimos acima, na comparação entre a situação do italiano em Portugal em 1979 e a resultante do nosso estudo, uma ligeira subida das motivações ligadas ao estudo e uma considerável subida das motivações ligadas ao trabalho.

Além da preponderância das motivações de enriquecimento cultural/tempo livre, primeira motivação em ambos os casos, todos os outros motivos assumem posições relativas diferentes: a média mundial revela a preponderância das razões pessoais, seguida pelas de trabalho e por fim, pelas motivações de estudo. Na nossa amostra as razões pessoais têm menor peso que a média mundial (eventualmente devido à inexistência de grandes comunidades italianas em Portugal, que têm, no mundo, grande influência sobre a procura da língua italiana). As motivações relacionadas com o trabalho têm, por sua vez, mais peso no mundo que em Portugal; e o motivo de estudo, em contrapartida, assume ligeiramente mais peso na nossa amostra que na média mundial. Estes dados indicam que em Portugal a língua italiana será menos “uma língua de comunicação” e terá menos “valor económico” do que tem, em geral, no mundo.

5.5. Estudo da Língua Portuguesa em Itália: síntese dos resultados do questionário

5.5.1. Perfil sociocultural dos inquiridos

Tal como os estudantes de língua italiana em Portugal, também os estudantes de língua portuguesa em Itália são maioritariamente do sexo feminino (74%).

Também 74% destes estudantes tem idade inferior a 27 anos. É porém superior a esta taxa aquela dos estudantes “de profissão”: 83%, na sua esmagadora maioria, estudantes universitários (apenas um inquirido frequenta ainda o ensino secundário)¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Vide nota 155. Neste caso, os inquiridos que assinalam mais de uma profissão, fazem-no sobretudo indicando a profissão Estudante e Outra.

Idade, profissão e nível de formação já obtido são variáveis relacionadas; assim, 76% dos inquiridos declara ter apenas um título secundário. Dada a natureza das sedes onde foi realizada esta pesquisa, identificam-se dois perfis socioculturais distintos, e nos resultados globais do questionário, duas tendências: as manifestas pelo conjunto dos inquiridos nas três Universidades, e as manifestas pelos inquiridos no IPSAR¹⁶⁸.

A maioria dos inquiridos nas Universidades (86%) tem idade inferior a 27 anos e é estudante “de profissão” (95%).

As suas áreas de estudo revelam que perspectivas se abrem à utilização da língua portuguesa no futuro. Apesar da relação entre o número de estudantes inquiridos e o número total de estudantes nas quatro sedes estudadas (23%) não assegurar a representatividade dos dados que recolhemos, e do facto de as três Faculdades onde se realizaram os questionários oferecerem sobretudo estudos no campo das Letras (Línguas e Literaturas), da Filosofia, e dos Estudos Humanísticos, é possível identificar alguma variabilidade nos percursos de estudos dos nossos inquiridos.

A área de estudo mais comum é, com clara predominância (73%), a dos estudos em Línguas, Literaturas Culturas e Tradução (Línguas e Literaturas Modernas/Estrangeiras; Línguas e Culturas Modernas/Estrangeiras; Literaturas e Tradução Intercultural; Línguas e Literaturas Italianas e Americanas; Interpretação) (55 indivíduos). A segunda área de estudo com maior peso (21%) é composta pelos seguintes licenciaturas:

- i) Mediação linguístico-cultural (14 indivíduos);
- ii) Línguas e Mediação linguístico-cultural (1 indivíduo);
- iii) Línguas Modernas para a Comunicação Internacional (1 indivíduo).

A particularidade deste tipo de estudos é, segundo a apresentação patente na página Internet oficial da licenciatura em Mediação linguístico-cultural na Universidade *La Sapienza*¹⁶⁹, juntarem “alle indispensabili competenze linguistiche e culturali, una formazione tecnico-specialistica di base di natura economica e giuridica”, formando assim profissionais capazes de desenvolver o papel de “mediatore linguistico e interculturale negli scambi istituzionali e commerciali con l'estero”, e “mediatore

¹⁶⁸ A nossa amostra é constituída, em 85%, por estudantes de língua portuguesa em Universidades, e em 15%, por estudantes da língua portuguesa no IPSAR. Não se pode porém considerar que os estudantes do IPSAR estejam sub-representados: os estudantes inquiridos nesta sede (16) representam 40% do seu total de estudantes, taxa superior a qualquer um dos restantes casos (*Sapienza, Roma Tre, Salerno*).

¹⁶⁹ Em <http://filesuso.let.uniroma1.it/?q=node/39>, acedido a 20/9/2011.

linguístico-cultural interétnico ed indirizzarsi quindi verso i flussi migratori che attualmente coinvolgono non solo l'Italia, ma più in generale la UE”, tendo como referência “áreas linguísticas de scarsa circolazione”. As línguas activadas no âmbito deste curso são o francês, inglês, polaco, português, romeno, russo, espanhol, alemão e húngaro.

Parece-nos, neste caso, que se atribui à língua portuguesa o papel de língua de comunicação, em contraste com o primeiro grupo de estudos, que não lhe excluindo esta valência, está mais fortemente direccionado para as áreas de trabalho “tradicional” dos estudos de línguas (ensino, tradução, etc.).

Por fim, com menor expressão, foram ainda assinalados:

- i) Ciência Política e Relações Internacionais (3 indivíduos);*
- ii) Ciências do Turismo (1 indivíduo).*

No IPSAR mais de metade dos inquiridos tem mais de 45 anos, e apenas 19% é estudante “de profissão”. O português atrai, no IPSAR, profissionais de variadas áreas: no nosso núcleo de operadores culturais “no campo”, incluem-se professores e investigadores (25%) e tradutores e intérpretes (19%), mas a maior fatia corresponde à das profissões técnico-administrativas (31%). A taxa de inquiridos nesta instituição já na posse de um título universitário é notoriamente alta: 88%. O perfil dos estudantes de língua portuguesa no IPSAR é melhor compreendido se tivermos em conta a natureza desta instituição (de vocação espiritual, social e cultural, como vimos no capítulo IV), e a própria estrutura dos cursos¹⁷⁰, pensados para um público adulto e que junta ao ensino da língua uma forte componente cultural.

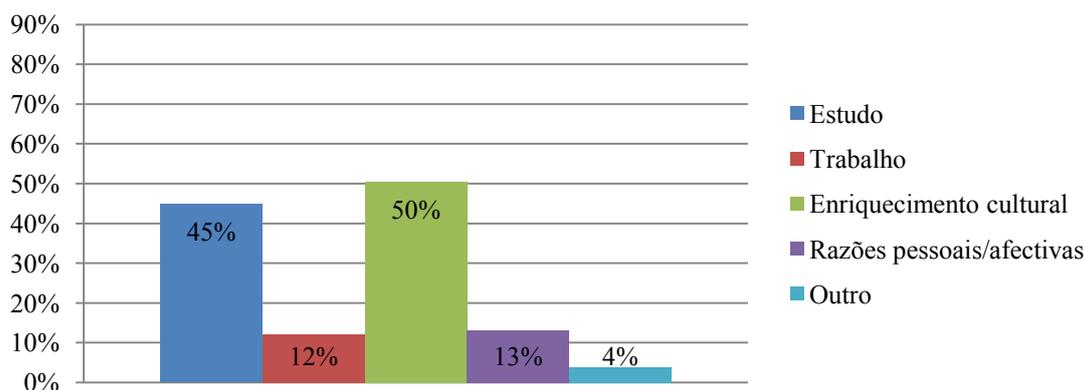
Considerando o total dos inquiridos, o peso total dos operadores culturais “no campo” (professores e investigadores, tradutores e intérpretes e guias turísticos) é de 7%; os professores são a maior fatia (4%), a que se seguem os tradutores e intérpretes (3%); a profissão de guia turístico está ausente.

¹⁷⁰ De acordo com o Professor do Curso de Língua e Cultura Portuguesa do IPSAR, Dr. Francisco de Almeida Dias, a média anual dos últimos anos foi de 40 de estudantes, distribuídos em 4 níveis semestrais (em horário pós-laboral); nos primeiros dois semestres é privilegiado o ensino da língua, e nos últimos são integrados temas da cultura portuguesa (literatura, arte, actualidade, etc.), sendo que o último nível, criado recentemente, visou sobretudo proporcionar aos falantes de nível superior um contacto regular com a língua portuguesa (informações disponibilizadas em contactos decorridos entre Maio e Julho de 2011).

5.5.2. Motivações do estudo da língua portuguesa

As motivações que levam os 107 inquiridos a estudar a língua portuguesa, são, com semelhante peso, sobretudo, duas: as relacionadas com o enriquecimento cultural, assinaladas por metade dos inquiridos; e as relacionadas com o estudo, assinaladas por 45% dos inquiridos¹⁷¹. Tanto as motivações relacionadas com o trabalho como as razões pessoais/afectivas são referidas por cerca de um em cada oito inquiridos (12% e 13% respectivamente).

Gráfico 13: Motivo/s principais do estudo da língua portuguesa (Questão 7).

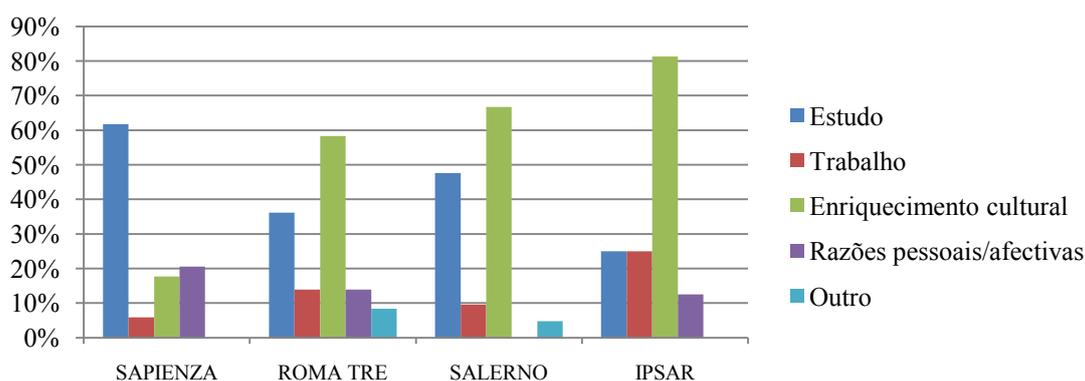


Esta distribuição indica que para a quase totalidade dos inquiridos são principais razões do estudo da língua portuguesa um de dois motivos: ou o estudo, ou o enriquecimento cultural. É particularmente surpreendente o peso do primeiro. Podendo os inquiridos, em alternativa, assinalar motivos de enriquecimento cultural (caso o seu interesse pela língua portuguesa se incluísse no interesse mais geral de contacto com outras línguas e culturas), ou assinalar motivos de trabalho (caso este estudo representasse uma antecâmara da sua vida profissional), o peso das motivações de estudo sugere-nos uma sólida integração do português nos percursos de estudo dos nossos inquiridos (no caso dos estudantes nas Universidades, que representam a maioria deste universo): em duas das três Universidades, *Sapienza* e *Roma Tre*, o ensino da língua portuguesa tem uma longa tradição, e esta está, como em *Salerno*, presente nos três níveis de ensino (licenciatura, mestrado e doutoramento), o que permite a construção de planos de estudo em que o português é estudado em profundidade,

¹⁷¹ Vide nota 158, acerca da metodologia adoptada que permitiu respostas únicas e múltiplas. Nesta questão o total de respostas atinge os 124%. Note-se que dos inquiridos que assinalaram respostas múltiplas, 72% assinalou conjuntamente o motivo de estudo e de enriquecimento cultural.

durante vários anos, e por isso o interesse que suscita é motivado por verdadeiro interesse no seu estudo. É, em contraste, pouco relevante o interesse que o português suscita por razões relacionadas com o trabalho, sinal de um relativo desinteresse pelo mercado de trabalho em língua portuguesa, ou do próprio fechamento deste mercado, sobretudo o português.

Gráfico 14: Motivo/s principais do estudo da língua portuguesa por grupo (Questão 7).

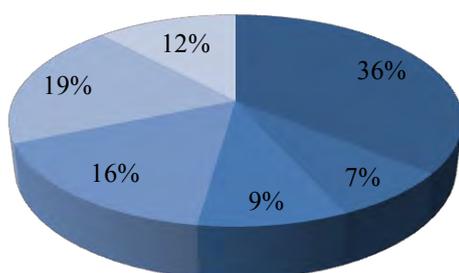


O número de inquiridos em cada uma das sedes, entre os 16 e os 36, impõe algumas limitações à análise e interpretação da repartição das motivações por sede, representadas no gráfico acima. Em todo o caso, pensamos ser de assinalar um padrão que se distancia das tendências descritas acima: na *Sapienza* o motivo estudo é assinalado por mais de 60% dos inquiridos, e o peso das restantes motivações é consideravelmente inferior; as relacionadas com o enriquecimento cultural são mesmo mais baixas que as pessoais/afectivas. A nossa interpretação deste facto vai também no sentido referido acima, aqui fortemente reforçado: uma forte e sólida integração do português enquanto área de estudo e investigação nesta faculdade, como aliás, em *Roma Tre* e *Salerno*, mas que aqui não é acompanhada por uma igualmente grande importância dos motivos relacionados com o enriquecimento cultural.

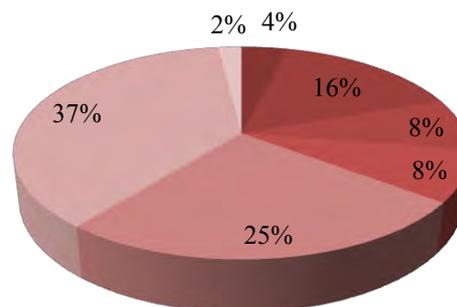
As seguintes questões, ilustradas nos quatro gráficos nas páginas que se seguem, permitem uma visão mais pormenorizada das sub-motivações específicas dentro de cada uma das quatro motivações propostas pelo questionário.

Gráfico 15: Sub-motivações de estudo (Questão 8) Gráfico 16: Sub-motivações de trabalho (Questão 9)

- Deseja ler textos literários, críticos ou científicos em língua portuguesa
- Disciplina obrigatória no plano de estudos
- Pretende participar em programa de mobilidade (Erasmus, Leonardo Da Vinci,...)
- Pretende prosseguir estudos de graduação em Portugal
- Pretende prosseguir estudos de pós-graduação em Portugal
- Outro



- Pretende ler documentação em língua portuguesa
- Exerce ou pretende exercer a profissão de tradutor ou intérprete
- Exerce ou pretende exercer a profissão de guia turístico
- Exerce ou pretende exercer a profissão de professor de português
- Tem ou pretende ter relações económicas ou profissionais com...
- Tem ou pretende ter trabalho em...
- Outro



Tem ou pretende ter relações económicas ou profissionais com...

| | |
|---|-----|
| Portugal ou cidadãos portugueses | 6% |
| Brasil ou cidadãos brasileiros | 18% |
| Outro país de língua oficial portuguesa | 2% |

Tem ou pretende ter trabalho em...

| | |
|---|-----|
| Portugal | 16% |
| Brasil | 18% |
| Outro país de língua oficial portuguesa | 4% |

Entre os motivos de estudo, assume maior importância a leitura de textos literários, críticos e científicos em língua portuguesa. Mas se considerarmos, em conjunto, as sub-motivações que implicam a continuação de estudos fora de Itália, ou seja, a intenção de participar em programas europeus de mobilidade (9%), e a intenção de prosseguir estudos de graduação e pós-graduação em Portugal (16% e 19% respectivamente), estas assumem 44% das respostas dadas, o que nos parece um bom indicador da grande abertura do sistema de ensino superior português aos estudantes estrangeiros. Um exemplo desta abertura são os dados dos estudantes italianos recebidos por duas universidades portuguesas de referência, em 2008/2009. Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (universidade com uma das maiores e mais reconhecidas comunidades de estudantes internacionais em Portugal), o terceiro maior grupo de estudantes provenientes da UE era, em 2008/2009, o de nacionalidade italiana, praticamente a par dos estudantes de Espanha e do Reino Unido (UC, 2009:29). Também nos programas de mobilidade Erasmus, os estudantes de nacionalidade italiana são os mais numerosos, após os de nacionalidade brasileira e espanhola (Ibid. 47). Na

Universidade de Lisboa, os estudantes de nacionalidade italiana são o segundo maior grupo de estudantes estrangeiros, após os de nacionalidade espanhola (UL, 2009: 39).

Na questão dos motivos de trabalho, as profissões mais relacionadas com a língua e a cultura representam 32% das opções assinaladas, com prevalência da profissão de tradutor e intérprete sobre as restantes. A grande maioria das respostas está porém relacionada com as relações económicas e profissionais não especificadas. Uma primeira hipótese de resposta (relações económicas ou profissionais, 25%) pretendeu medir o grau de importância dos negócios entre cidadãos de língua italiana e cidadãos de língua portuguesa, que não implicassem necessariamente a saída de Itália. A segunda (que pressupunha a saída de Itália por motivos de trabalho, 37%) pretendia medir a mobilidade efectiva dos trabalhadores. A segunda, concluímos, tem maior expressão que a primeira. E em ambas assume maior peso o Brasil e as relações com os cidadãos brasileiros, seguido por Portugal e as relações com cidadãos portugueses, e para apenas dois indivíduos, por Estados-Membros da CPLP (não especificados).

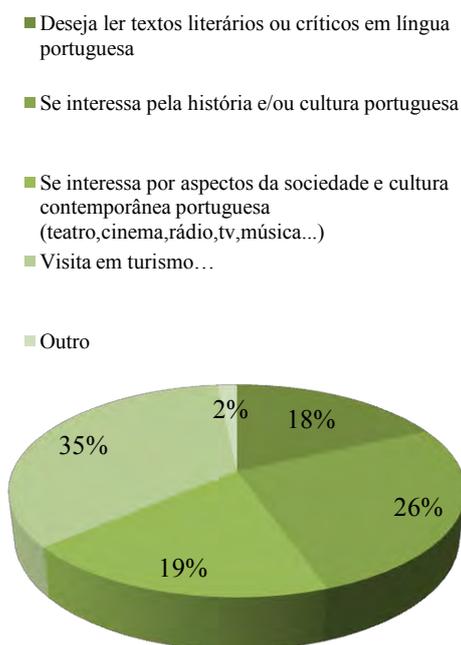
A referência ao destino Brasil por motivos de trabalho, e aos cidadãos brasileiros, enquanto parceiros profissionais ou económicos, atesta a força dos laços que unem Itália ao Brasil, evidentes nos números da emigração italiana para este país. Segundo a Embaixada Italiana no Brasil¹⁷², entre 1875, data da chegada dos primeiros núcleos italianos, e os nossos dias, a comunidade italiana cresceu, superando em muito a portuguesa, e atingido hoje os 25 milhões de descendentes de italianos, tornando-se numa das mais numerosas no mundo. Segundo os dados de 2011 da *Fondazione Migrantes*¹⁷³, o Brasil é 5º destino da emigração italiana, e aí residem cerca de 284 mil italianos. Em contrapartida, segundo dados da Caritas¹⁷⁴ relativos a 2009, a comunidade brasileira residente em Itália era a 22ª mais numerosa, composta por cerca de 44 mil pessoas. Os fluxos migratórios de Itália para o Brasil são certamente reforçados pela actual conjuntura política, social e económica do Brasil. Este fluxo com mais de um século tem garantido um contacto permanente entre os dois países, de que encontramos sinal também no peso que os inquiridos no nosso questionário atribuíram ao Brasil.

¹⁷² Em <http://www.ambbrasil.esteri.it/>, acessido a 20/9/2011.

¹⁷³ Em http://www.italiani.lu/mmp/online/website/menu_left/associations/2760/84/file_76927/allegati_statistici.pdf, acessido a 20/9/2011.

¹⁷⁴ Em http://www.caritasitaliana.it/materiali/Pubblicazioni/Libri_2010/dossier_immigrazione2010/scheda_sintesi.pdf, acessido a 20/9/2011.

Gráfico 17: Sub-motivações de enriquecimento cultural (Questão 10)



| Visita em turismo... | País | Porcentagem |
|---|------------|-------------|
| Outro país de língua oficial portuguesa | Portugal | 21% |
| | Brasil | 12% |
| | Moçambique | 2% |

Gráfico 18: Sub-motivações pessoais/afectivas (Questão 11)



| O/A seu/sua companheiro/a é... | País | Porcentagem |
|--|--|-------------|
| de outro país de língua oficial portuguesa | português/portuguesa | 14% |
| | brasileiro/a | 0% |
| | de outro país de língua oficial portuguesa | 7% |

| A sua família é de origem... | País | Porcentagem |
|--|--|-------------|
| de outro país de língua oficial portuguesa | portuguesa | 0% |
| | brasileira | 7% |
| | de outro país de língua oficial portuguesa | 14% |

No campo das motivações relacionadas com o enriquecimento cultural assumem maior peso as relacionadas com o turismo. Neste caso, Portugal é o destino mais comum (21%), a que se segue o Brasil (12%) e Moçambique (2 indivíduos), o único PALOP referido como destino turístico pelos inquiridos. No que respeita ao interesse pela cultura portuguesa, os aspectos mais ligados à “história” (26%) tem mais peso que “contemporâneos” (19%).

Os motivos pessoais e afectivos considerados (em *lato sensu*) familiares assumem menos de metade das respostas. Os reduzidos números absolutos não permitem a identificações de padrões; é no entanto curioso verificar que no que diz respeito à ascendência dos inquiridos, não existem na nossa amostra descendentes de portugueses; um indivíduo descende de família de origem brasileira; e dois indivíduos descendem de família originária de outros países da CPLP, um dos quais de família cabo-verdiana (e um outro indivíduo afirma já ter estudado a língua portuguesa em

Cabo Verde, o que nos faz supor a existência de, pelo menos, dois indivíduos com ligação a Cabo Verde). A manter-se esta proporção numa base de estudo mais ampla, significaria que se encontram ainda sinais da emigração cabo-verdiana com destino a Itália. Cabo-Verde foi uma das principais áreas de origem dos fluxos de trabalhadores domésticos com destino a Itália em meados do século passado (Callia e Pittau, 2010). A emigração cabo-verdiana integra-se, aliás, numa mais ampla tendência da emigração africana com destino a Itália, que representa hoje cerca de um quarto da presença estrangeira neste país. Por sua vez, o interesse italiano por Cabo Verde assume hoje uma dimensão assinalável; segundo Badaracchio (2010), “Le statistiche dicono che nell’arcipelago capoverdiano vivono ufficialmente 154 italiani, soprattutto giovani uomini in età di lavoro, provenienti dalle regioni settentrionali, emigrati negli ultimi 5-7 anni”. Mas a relevância desta presença está no papel que desempenha: a “maciça presença de empreendedores italianos” residentes na Ilha do Sal e Boa Vista, refere Gallinaro (2010), traduz-se com grande impacto no turismo e empreendimentos em Cabo Verde, e está patente inclusive nas influências que a língua italiana tem no quotidiano e hábitos alimentares e sociais dos cabo-verdianos.

Nos restantes 57% incluem-se motivações várias. Nestas últimas incluem-se relações de amizade, a experiência de familiares emigrados no Brasil, o desejo de emigrar para o Brasil, e o de viver em Portugal. Por fim, é ainda a “saudade” que leva um dos inquiridos a estudar português, assinalando a importância de um tema profundamente presente na cultura e literatura portuguesa, desde a poesia galaico-portuguesa aos nossos dias, e mais tarde, com especial visibilidade, na música brasileira, com tanto de poético quanto de indefinível¹⁷⁵. Retomando as respostas iniciais da questão 7, na categoria “outras”, encontramos ainda como motivações subjectivas o português como uma “língua insólita”, a curiosidade, e a paixão pela língua, que pensamos, sem incorrer em grande equívoco, possam ser associadas à atmosfera poética e indefinível da saudade, na associação directa que é feita entre este sentimento e a língua e cultura portuguesa.

¹⁷⁵ A palavra saudade é referida como a sétima palavra no mundo mais difícil de traduzir pela empresa Today Translations que reúne tradutores profissionais, numa lista publicada pela BBC. Em <http://www.lexiophiles.com/english/untranslatability>, acedido a 18/9/2011.

5.5.3. Contacto prévio e futuro com a língua portuguesa e com os países de língua portuguesa

O nível de conhecimento da língua portuguesa é, grosso modo, para um terço dos inquiridos, elementar (o mais baixo apresentado pelo questionário), para sensivelmente mais de um terço, suficiente, e para outro terço, bom. Apenas 3% declara ter um conhecimento óptimo da língua. Esta auto-avaliação resulta, em grande parte, do tempo de estudo da língua: a maioria dos inquiridos (56%) estuda há mais de um ano, e é particularmente alta a percentagem dos estudantes no terceiro ou acima do terceiro ano (13%), que assume ainda maior peso relativo no IPSAR (31%). Os locais de estudo actuais são, na maioria dos casos (63%) os locais onde os inquiridos iniciaram o estudo da língua portuguesa: é assim para 39% dos estudantes nas Universidades, e para 75% dos estudantes do IPSAR. É interessante notar que um em cada quatro inquiridos (25%) pretende prosseguir o estudo da língua portuguesa em Portugal. A maioria dos inquiridos nunca esteve em Portugal (61%). Como é natural, no IPSAR, esta proporção inverte-se radicalmente, e apenas 13% dos inquiridos nunca estiveram em Portugal.

Para 76% dos inquiridos a competência em língua portuguesa é útil no acesso a informação através da Internet. Apesar de esta ser uma taxa relativamente alta, é significativo que cerca de um em cada quatro inquiridos (1:4,2) indique expressamente que não a considera útil. Considerando o perfil sociocultural dos inquiridos, exclui-se que esta avaliação tenha sido de alguma forma influenciada por uma “iliteracia informática” que penalizaria o português, mas não apenas.

Mesmo considerando que esta se trata de uma questão subjectiva, que depende da percepção dos indivíduos, e eventualmente relacionada com as necessidades concretas, de estudo ou de trabalho, parece-nos que o lugar que o português efectivamente ocupa na internet (como vimos, a quinta língua mais usada, e com a quarta maior taxa de crescimento na última década) não é, por uma quarta parte dos inquiridos, plenamente reconhecido.

Os meios de estudo da língua portuguesa incluem, para 78% dos inquiridos, instrumentos didácticos multimédia, aplicações informáticas ou programas interactivos. No entanto apenas metade dos inquiridos utilizou a plataforma online *Centro Virtual Camões* do Instituto Camões.

5.5.4. Estudo de outras línguas estrangeiras

A língua portuguesa é, para 43% dos inquiridos, a quarta, quinta ou sexta língua estudada, para 31%, a terceira, e para 25% a segunda.

No momento em que se encontram a estudar a língua portuguesa, a grande maioria dos inquiridos (85%) estuda em simultâneo outras línguas: esta é uma tendência ainda mais acentuada nas sedes universitárias (97% dos inquiridos nas universidades estuda em simultâneo outras línguas), mas não se verifica no IPSAR (onde esta taxa é de 19%).

No quadro das línguas mais estudadas em simultâneo com a portuguesa, três línguas assumem grande peso: a língua inglesa (estudada por 56% dos inquiridos), e as línguas francesa e espanhola, estudadas, em paridade, por 34% dos inquiridos. Com muito menor expressão, outras seis línguas são ainda assinaladas: destacam-se neste grupo a língua alemã (9%) e a língua russa (7%), seguidas pela língua italiana (provavelmente por estudantes estrangeiros), árabe, chinesa e albanesa e grega. Além destas, foram ainda assinaladas, como línguas estudadas antes do português, o catalão, o sueco, o japonês e o hebraico.

5.6. Pontos de contacto e diferenças entre o estatuto da língua portuguesa em Itália e o estatuto da língua portuguesa no mundo

Do acima referido estudo de Esperança (2009), resulta um quadro dos motivos que levam ao estudo do português no mundo. Com algumas limitações, é possível estabelecer um paralelismo entre esses resultados e os que obtivemos no nosso estudo. Dada a multiplicidade de opções que então eram contempladas, estabelecemos apenas, para cada uma das opções da questão 7 do nosso questionário relativa às motivações do estudo da língua portuguesa (Estudo; Trabalho; Enriquecimento Cultural; Razões pessoais/afectivas), uma correspondente motivação proposta em Esperança (2009), entre as que perspectivam os seus usos futuros.

Tabela 20: Usos da língua portuguesa no mundo, dados de 2009 (Esperança, 2009) e motivações do seu estudo em Itália, em 2011 (com base na nossa investigação).

| Usos da língua (mundo) | 2009 | Motivos do estudo (Itália) | 2011 |
|------------------------|------|----------------------------|------|
| Estudar | 40% | Estudo | 45% |
| No meu emprego | 61% | Trabalho | 12% |
| Lazer | 43% | Enriquecimento cultural | 50% |

Dados de 2009: Esperança (2009).

As razões de estudo, que se perspectivam para 40% dos inquiridos em Esperança (2009) grandes forças impulsionadoras do estudo do português no mundo, são reforçadas em Itália, atingindo, aí, 45%. Em contrapartida, as razões ligadas ao trabalho têm muito maior expressão no mundo (61%), que em Itália (12%). As razões ligadas ao enriquecimento cultural, assinaladas em Itália por 50% dos inquiridos, têm menor peso no mundo (43%).

Nota-se, assim, que a grande diferença entre a função e estatuto que a língua portuguesa tem para os que a estudam, no mundo, e em Itália, é sobretudo a relacionada com o português como língua de trabalho.

5.7. Quadro comparativo

Como se pode, então, caracterizar o estatuto actual da língua portuguesa em Itália e da língua italiana em Portugal? Um quadro sintético dos motivos de estudo leva-nos a compreender as funções que as línguas têm; as suas funções actuais podem representar forças para a sua difusão. Retomaremos, por fim, duas questões: qual a posição de cada uma das línguas, em Portugal e em Itália, no quadro geral da concorrência entre as línguas; e que relação tem hoje a mobilidade nos estudos com a aprendizagem destas duas línguas estrangeiras.

A atractividade da língua italiana em Portugal mantém-se, como há três décadas, sobretudo ligada à ideia do italiano “como língua de cultura”; não se entenderia, aliás, uma diminuição da importância desta ligação da língua à cultura. Ocorreu, porém, uma interessante renovação da ideia de “cultura italiana”: a língua italiana atrai tanto pelas suas áreas “clássicas” (a arte, a ópera...) como pela suas manifestações contemporâneas (teatro, cinema, rádio, televisão, música,...). As restantes funções que assume em Portugal são muito menos relevantes que esta primeira; é língua de estudo, como aliás, era há três décadas, e com o mesmo peso com que o é no mundo. É língua de trabalho, menos que no mundo, mas em crescimento: os motivos ligados ao trabalho são os que menos determinam o estudo do italiano em Portugal, mas têm hoje o dobro do peso relativo que tinham há três décadas. São menos os que procuram trabalho em Itália, mais os que mantêm ou pretendem manter relações económicas ou profissionais com Itália ou cidadãos italianos (lembre-se que Itália é o quarto maior parceiro comercial de Portugal), e mais ainda os que aprendem italiano para trabalhar directamente com a língua (tradutores, professores...), agentes privilegiados para a sua posterior promoção.

Como língua de comunicação em contexto familiar e social, o seu uso é muito exíguo; são as comunidades italianas que garantem a sua difusão nestes contextos, e em Portugal, estas não têm grande expressão.

A atractividade da língua portuguesa em Itália está sobretudo ligada a dois âmbitos: interesses de estudo, e interesses de enriquecimento cultural. O primeiro reflecte a sólida integração do português nos planos de estudo universitários em Itália. O segundo reflecte sobretudo o interesse pela cultura portuguesa, sensivelmente mais valorizada na sua vertente “histórica” que nas suas manifestações contemporâneas. Têm relativamente pouco peso os motivos pessoais/afectivos; quando na origem do estudo da língua estão motivos familiares, estes relacionam-se com a descendência de famílias de origem brasileira ou cabo-verdiana. Os motivos de trabalho são também neste caso os que assumem menor peso, em claro contraste com a crescente relevância do português enquanto língua de trabalho e de negócios no mundo. Quando o português é usado ou perspectivado como língua de trabalho, é sobretudo porque se tem o Brasil como destino, porque se têm relações económicas ou profissionais com o Brasil ou com cidadãos brasileiros, ou porque se tem Portugal como destino; os restantes países da CPLP não se revelam profissionalmente e economicamente atractivos. Influi nas duas primeiras escolhas o crescimento económico que hoje o Brasil experiencia, e a presença de uma comunidade de 25 milhões de ítalo-descendentes no Brasil, que potencia de forma extraordinária o estabelecimento de elos profissionais e económicos entre estes dois países. Por fim, o mercado de trabalho directamente ligado à língua portuguesa (tradutor, professor...) revela-se mais restrito que o seu correspondente italiano. Os motivos do estudo das duas línguas, e por inerência, as suas funções e estatuto, podem então ser representadas da seguinte forma:

| Língua italiana em Portugal | | Língua portuguesa em Itália | |
|-----------------------------|------|-----------------------------|-----|
| Enriquecimento cultural | ++++ | Enriquecimento cultural | +++ |
| Estudo | ++ | Estudo | +++ |
| Razões pessoais/afectivas | + | Razões pessoais/afectivas | + |
| Trabalho | + | Trabalho | + |

Os perfis socioculturais dos públicos das línguas, e conseqüentemente as motivações na base do seu estudo, revelaram-se, naturalmente, diferentes consoante o local do estudo. Três grandes grupos podem ser identificados em função do perfil sociocultural e do padrão resultante das motivações assinaladas pelos inquiridos; o primeiro composto pelas Universidades (com excepção do padrão de respostas em

Roma *La Sapienza*, como analisámos mais aprofundadamente acima); o segundo constituído pelo Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR) e pelo Instituto Italiano de Cultura em Lisboa (IIC); e o terceiro, composto exclusivamente pela Câmara de Comércio Italiana no Porto.

Entre os estudantes universitários em Itália, a língua portuguesa é estudada em simultâneo com outras línguas pela esmagadora maioria dos indivíduos; enquanto em Portugal, apenas 70% dos estudantes universitários estuda outras línguas a par da italiana. Em ambos os casos, o inglês revela-se como língua hiper-central; no núcleo das línguas mais estudadas em Itália está também o francês e o espanhol, com igual peso; em Portugal esta base é sensivelmente mais larga, incluindo, destacado, o espanhol, e em seguida o francês e o alemão, em paridade. Todavia, a lista de línguas estudadas em simultâneo ou anteriormente ao português é mais extensa que a lista de línguas estudadas em simultâneo ou anteriormente ao italiano. Assim, no quadro geral de concorrência entre as línguas, a língua italiana em Portugal parece-nos numa posição mais favorável que a da língua portuguesa em Itália.

Por fim, é especialmente relevante o peso que têm hoje, na formação superior, a mobilidade, e em particular a mobilidade possibilitada pelos programas europeus: em ambos os casos, mais de metade das motivações ligadas ao estudo se devem a este factor. A taxa de portugueses que pretendem realizar programas de mobilidade europeus (pressupõe-se, com destino a Itália) é três vezes superior à dos italianos que os pretendem realizar em Portugal. Esta relação privilegiada entre os dois países era já visível nos dados de estudantes recebidos e enviados em programas Erasmus nas duas maiores Universidades portuguesas. Em contrapartida, a intenção de estudantes italianos em prosseguir estudos de graduação e pós-graduação em Portugal é três vezes superior à de portugueses que pretendem prosseguir estudos em Itália. Entre os muitos factores (à cabeça, os económicos) que influenciam este quadro, são de equacionar a capacidade das Universidades portuguesas para captar estudantes estrangeiros, a boa reputação que têm entre estes, e o particular tipo de contacto a que se propõem os estudantes italianos em Portugal, mais prolongado e mais profundo que o que os programas de mobilidade europeus permitem.

CONCLUSÃO

A União Europeia, de acordo com o princípio da subsidiariedade, promove, através da área da educação, formação profissional, e cultura, a diversidade linguística do espaço europeu e o multilinguismo dos seus cidadãos. Estas áreas mantêm-se, contudo, áreas da competência dos Estados, e à União cabe apoiar e complementar as suas acções, e incentivar a cooperação. A estratégia europeia para o multilinguismo tem-se caracterizado pelo seu alargamento a novas áreas, em função do crescente reconhecimento das implicações económicas e sociais que as questões das línguas têm. A meta, no que concerne às orientações específicas para a aprendizagem de línguas estrangeiras no espaço da União, é de que todos os cidadãos europeus sejam capazes de comunicar na sua “língua materna, mais duas línguas estrangeiras”.

A avaliação dos impactos linguísticos das iniciativas e programas europeus que concorrem para este fim, e cujos principais objectivos estão geralmente relacionados com a educação e formação profissional, revela que, se por um lado os objectivos de sensibilização à diversidade linguística são geralmente atingidos de forma muito satisfatória, por outro, a aprendizagem de novas línguas tem em geral pouca expressão: os destinatários destes programas melhoram a sua competência em línguas que já conheciam, privilegiando as línguas de maior difusão na Europa (inglês, francês, alemão, espanhol), e ignoram as línguas menos faladas no espaço europeu. Os impactos destes programas na orientação das políticas dos Estados revelam-se também exíguos, não obstante o sucesso de muitos projectos e instrumentos como o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, importantes formas de cooperação e harmonização entre os Estados. Esta situação levanta dúvidas sobre a eficácia dos programas europeus e o realismo dos seus objectivos, fixados num nível muito alto, abrindo espaço a uma reflexão sobre as orientações políticas adoptadas pela União. Conforme nota Truchot (2008), a União Europeia adoptou o conceito mais neutro de “diversidade” em detrimento do de “diferenciação” no ensino e aprendizagem das línguas estrangeiras nos sistemas de ensino europeus, promovendo a *igualdade entre as línguas*, mas isentando-se de uma posição explícita sobre a *escolha das línguas* que pudesse evitar o domínio de uma só língua, e assegurar uma presença equilibrada de várias línguas nos sistemas educativos nacionais. Jostes (2007) defende que a política da “língua materna mais duas”, ao garantir espaço para outras línguas além do inglês, que

se generalizou como primeira escolha, se limita a “adicionar” línguas, sem que antes tenha ocorrido a necessária discussão acerca das reais diferenças entre as línguas, e as suas diferentes funções e condições de utilização, e sem que se tenham definido claras prioridades entre os objectivos, por vezes contraditórios, da política linguística da União Europeia. Em suma, diferentes línguas e diferentes objectivos exigem diferentes estratégias de promoção; e esta diversificação, na estratégia da União Europeia para o multilinguismo, é inexistente.

Com o objectivo de estudar a relação bilateral entre Portugal e Itália no domínio do estudo das respectivas línguas como línguas estrangeiras nos contextos específicos destes dois países, impunha-se, em primeiro lugar, um estudo às condições da difusão da língua portuguesa e italiana no mundo, e um estudo das suas orientações políticas externas de difusão da língua.

A língua portuguesa, língua *super-central* no modelo gravitacional de Calvet (1999), *língua franca* e língua *imperial* (na denominação de Ostler, 2008), tem vindo a conquistar crescente importância e visibilidade mundial, sobretudo no momento presente em que os equilíbrios políticos e económicos mundiais se alteram em função da emergência de potências como o Brasil, país decisivo na projecção mundial da língua portuguesa, em forte contraste com a exígua expressão que esta tem na União Europeia. A força da língua portuguesa no mundo reside no seu estatuto – por vezes inexplorado – de língua de comunicação global, língua de relações internacionais, de diplomacia, de trabalho, de economias emergentes e de fortíssima relevância geoestratégica.

A língua italiana, língua *periférica* no modelo gravitacional de Calvet (1999), quarta língua mais falada na União Europeia, está entre as seis línguas europeias que os europeus consideram mais úteis, e é uma das cinco línguas estrangeiras mais estudadas em todo o mundo. A sua força reside no seu estatuto de *língua de cultura*, na associação à imagem de um certo estilo de vida e à capacidade produtiva de Itália, membro do G8, aspectos que se encontram espelhados no prestígio do *made in Italy*.

No âmbito da sua acção externa de promoção da língua ambos os países têm nos leitorados um importante vector de acção. Itália promove a língua e cultura italianas também através de um modelo de centro cultural aberto ao público em geral, semelhante ao da *Alliance Française*, *British Council* ou *Goethe Institut*, enquanto Portugal desenvolve a sua acção através das estruturas de ensino já existentes no país de acolhimento, com conseqüente limitação de público e de visibilidade.

Ambos os países direccionam a sua acção, sobretudo, para a Europa, mas fora dela as prioridades regionais são, naturalmente, diversas: Portugal direcciona recursos, sobretudo, para África, e Itália, para o continente americano.

Observa-se uma recente tendência, comum aos dois países, de reestruturação das estruturas institucionais: em Portugal, o Instituto Camões viu reforçadas as suas competências e autonomia, e, na sequência da lei orgânica de 2009, abriu a sua orientação estratégica à participação de outras áreas da governação. Em Itália, a reestruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 2010 deu origem ao *Sistema Pais*, modelo integral de promoção cultural, científica e económica de Itália no mundo.

O ensino da língua italiana na Universidade Portuguesa, já secular, e que em muito se deve à aproximação entre os regimes dos dois países na década de 30 do século passado, atravessa, na última década, uma fase de desinvestimento, justificada com necessidades de contenção de despesa. A história do ensino da língua portuguesa na Universidade Italiana contextualiza a actual situação: a rede de ensino no nível universitário do Instituto Camões em Itália é a maior (com maior número de pontos de rede; leitorados e, sobretudo, cátedras de investigação) de todos os países onde o Instituto está presente; o aumento dos leitorados foi constante e acentuado a partir de 1965 e não dá sinais de quaisquer alterações resultantes da entrada de Portugal na Comunidade Europeia ou das reorganizações da entidade da tutela. Em ambos os casos, verifica-se uma forte tendência: a progressiva substituição da figura do Leitor do Ministério dos Negócios Estrangeiros por apoios à contratação local de Leitores.

No quadro da competição entre as línguas, a língua italiana em Portugal está melhor posicionada que a língua portuguesa em Itália: na Universidade Portuguesa a língua italiana está entre a terceira e a quinta língua mais estudada; enquanto na Universidade Italiana, a língua portuguesa está em directa concorrência com um maior número de línguas, estudadas anteriormente ou em simultâneo a esta. Fora do meio universitário, a língua italiana é também mais acessível ao público em geral, através de outras instituições que têm atraído grande número de pessoas ao seu estudo em Portugal.

A força da língua italiana em Portugal reside na sua imagem de *língua de cultura*; cultura clássica mas também contemporânea. Esta é, sem dúvida, a sua marca no mundo, assim como em Portugal. A imagem e a marca italianas tornam-se fundamentais porquanto traduzíveis em produtos e actividades com valor económico;

em Portugal, esta associação reflecte o sucesso da estratégia integrada de promoção da língua italiana no mundo. Tem relativamente menos força em Portugal a língua italiana como língua ligada a interesses de estudo, e a interesses de trabalho. O âmbito do trabalho parece-nos uma vertente com potencial de crescimento, e apenas parcialmente explorada; alguns sinais de descentralização do ensino do italiano em Portugal sugerem já a aposta do ensino do italiano com fins turísticos e económicos.

A força da língua portuguesa em Itália resulta das suas funções ligadas ao estudo e a interesses culturais. O primeiro aspecto é claramente o resultado da sólida integração dos estudos portugueses nos planos de estudo universitários em Itália. O segundo traduz-se num interesse genérico pela cultura portuguesa, sensivelmente mais valorizada na sua vertente “histórica” que contemporânea. Mas o dado que mais se destaca, e que contradiz a situação geral da língua portuguesa no mundo, é a fraca valorização da língua portuguesa como língua de trabalho. Este parece-nos um vector onde a estratégia de promoção da língua portuguesa em Itália deveria investir, tanto mais que a forte relação entre Itália e o Brasil, que já hoje se manifesta nas motivações do estudo da língua portuguesa em Itália, permite prever um aumento do interesse pela língua portuguesa neste país.

Em conclusão, as políticas seguidas por Portugal e Itália no ensino das respectivas línguas como línguas estrangeiras reflectem as orientações europeias sobretudo num, mas determinante, ponto: a crescente importância da mobilidade no ensino superior.

O estudo realizado teve por base a necessidade de conhecer as especificidades do ensino das duas línguas nos contextos específicos onde são ensinadas, na convicção de que o sucesso das políticas públicas de promoção das línguas depende em grande medida, desta análise e reflexão. As possibilidades de estudo futuro que se abriram com esta investigação incluem um aprofundamento da história dos leitorados nos dois países, da procura que as duas línguas têm em contextos não-universitários, e um aprofundamento da análise da relação entre orientações europeias e orientações nacionais. Enfim, uma continuada investigação por questionário às motivações do estudo das línguas, no futuro, permitiria acompanhar a evolução das actuais tendências e revelar outras, novas e mais subtis, úteis à definição de estratégias e à programação das redes de ensino das línguas.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (1983), *L'italiano come lingua seconda in Italia e all'estero*. Atti del Convegno organizzato dai Ministeri Affari Esteri e Pubblica Istruzione di Roma, 1-4 marzo 1982, Presidenza del Consiglio dei Ministri, Roma.

AAVV (2005), *A língua portuguesa: presente e futuro. Textos da Conferência Internacional A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Textos da Conferência Internacional *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Dezembro de 2004, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Apa, Livia (1992), "Guido Battelli e la Cultura Portoghese", in *L'Apporto Italiano alla tradizione degli Studi Ispanici*, Atti del Congresso, Napoli, 30 e 31 gennaio, 1 febbraio 1992 della Associazione Ispanisti Italiani (AISPI), Istituto Cervantes, Roma. Disponível em http://cvc.cervantes.es/literatura/aispi/l_apporto.htm (20/8/2011).

Baldelli, Ignazio (dir.) (1987), *La lingua italiana nel mondo: Indagine sulle motivazioni allo studio dell'italiano*, Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma.

Baptista, Luís V.(coord.) (2007) *Relatório Final do Projecto "Políticas e Práticas de Internacionalização do Ensino da Língua Portuguesa: os Leitorados de Português*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Fórum Sociológico-Centro de Estudos, Centro de Linguística, Lisboa.

Bettoni, Camilla (1993), "Italiano fuori d'Italia", in Sobrero, Alberto A., (ed), (1993), *Introduzione all'italiano contemporaneo*, vol. II, *La variazione e gli usi*, Editori Laterza, Bari-Roma, pp. 411-460.

Bolognesi, Roberto; Incerti, Matteo (1999). *Le Lingue parlate nel territorio dello Stato italiano. Proposte per una politica di Plurilinguismo Integrale*, Convegno sulle Lingue Regionali, Parlamento Europeo di Strasburgo il 18 novembre 1999. Disponível em http://cvc.cervantes.es/literatura/aispi/l_apporto.htm (20/8/2011).

Callia, Raffaella, e Pittau, Franco (2010), "Il quadro storico sull'immigrazione africana", in "Seminario di studi sulle migrazioni africane" – Dossier Statistico Immigrazione Caritas/Migrantes, Praia, Cabo Verde, 20-26 febbraio 2010. Disponível em http://www.dossierimmigrazione.it/capoverde/CV_26_Callia_Pittau.pdf (21/9/2011).

Calvet, Louis-Jean (2002), "Mondialization, Langues e Politiques Linguistiques", Université Senghor - Opérateur Direct de La Francophonie, Organization Internationale de La Francophonie. Disponível em <http://www.usenghor-francophonie.org/international/conf/2002/calvet.pdf> (17/9/2011).

Campos, Nuno Antas de, e Sobrinho, António (dir.) (2005), *50 Anos de Europa, os grandes textos da construção europeia*, 2ª ed., Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.

Caracciolo, Lucio (dir.), *Limes: rivista italiana di geopolitica. Quaderno speciale: La lingua è potere*, n. 3/2010, Editrice periodici culturali, gruppo L'Espresso, Roma.

Carrera, Alessandro (2002), "Gli strumenti istituzionali per la promozione della cultura italiana all'estero", in Malato, E. (dir.), *Storia della Letteratura Italiana*, Vol.XII, "La Letteratura Italiana Fuori d'Italia", Salerno Editrice, Roma. Disponibile em <http://www.ilsegnalibro.com/normativa/carrera.pdf> (18/9/2011).

Castro, Ivo (2005), *Introdução à história do português : geografia da língua : português antigo*, Colibri, Lisboa.

Celani, Simone (2008), "«E Vindo Eu de Itália...» Il «Modello Italiano» in in Portogallo Da Francisco de Sá de Miranda a Francisco de Holanda" in Radulet, Carmen M., (org.), *Italia - Portogallo: viaggi nella storia e nella cultura*, Sette città, Viterbo, 89-101.

Cusati, Maria Luisa (2009), "Il debito della lusitanistica italiana verso il Prof. Giuseppe Carlo Rossi (1908-1983)" in *Revista Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, Nº4/2009, 303-313.

Dantas, Vera (2007), *A Dimensão Cultural do Projecto Europeu, Da Europa das Culturas aos Pilares de uma Política Cultural Europeia*, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

De Cesare, Giovanni Battista; Grossi, Gerardo (1992), "Insegnamenti di Iberistica nell'Istituto Universitario Orientale di Napoli" in *L'Apporto Italiano alla tradizione degli Studi Ispanici*, Atti del Congresso, Napoli, 30 e 31 gennaio, 1 febbraio 1992 della Associazione Ispanisti Italiani (AISPI), Istituto Cervantes, Roma. Disponibile em http://cvc.cervantes.es/literatura/aspi/pdf/05/05_119.pdf (20/8/2011).

De Kock, Charlotte (2010), *Cultural Politics in Europe and Intercultural Dialogue in the EU*, Author Self publishing.

Delloite & Touche, 2003, *Evaluation ex post/midterm of the extent to which the Sokrates (Sokractes 1995-1999 and first phase of Sokrates II 2000-2006) and Leonardo da Vinci (Leonardo da Vinci 1995-1999 and first phase of Leonardo da Vinci II 2000-2006) have achieved the programmes's linguistic objectives*, Relatório final, 18 de Dezembro de 2003, disponível em http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/evalreports/languages/2004/ling_obj/lingxpintrep_en.pdf.

De Mauro, Tullio (2005), "Cari italiani, come state parlando?", in *Italianistica Online*, 15 Maggio 2005. Em <http://www.italianisticaonline.it/2005/lido-de-mauro/> (17/2/2011).

De Mauro, Tullio (dir.) (2001), *Italiano 2000. Indagine sulle Motivazione e sui Pubblici dell'italiano diffuso tra stranieri*, Ministero degli Affari Esteri. Disponibile em <http://www.iic-colonia.de/italiano-2000/>, (14/06/2011).

De Mauro, Tullio (dir.) (2002), *Sintesi di Italiano 2000. Indagine sulle Motivazione e sui Pubblici dell'italiano diffuso tra stranieri*, Ministero degli Affari Esteri. Disponibile em <http://web.tiscali.it/inter3circoli/ital2000.pdf>, (14/06/2011).

Duarte, António Paulo (2010), “Portugal maior”, in *Limes: rivista italiana di geopolitica. Il Portogallo è grande*, n. 5/2010, Editrice periodici culturali, gruppo L’Espresso, Roma, pp.67-74.

Esperança, José Paulo (2009), “Uma Abordagem Eclética ao Valor da Língua: O Uso Global do Português”, ISCTE/Instituto Camões. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/> (10/9/2011).

Ferronha, António Luís (coord.) (1992), Atlas da língua portuguesa na história e no mundo, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

FLAD (2008), “Síntese da Intervenção de David Graddol”, in *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*, Relatório da Reunião de Trabalho de 5 Nov. 2007, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 28-33.

FLAD (2008), “Síntese da Intervenção de Nicholas Ostler”, in *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*, Relatório da Reunião de Trabalho de 5 Nov. 2007, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 25-27.

Fondazione Giovanni Agnelli (1992), *L’insegnamento della lingua italiana all’estero*, Torino.

Gaja, Giorgio, e Adinolfi, Adelina (2010), *Introduzione al diritto dell’Unione europea*, Bari: GLF editori Laterza, Roma.

Gallinaro, Damiano (2010), “Impatto del turismo e imprenditoria italiana nelle Isole di Capo Verde”, in “*Seminario di studi sulle migrazioni africane*” – Dossier Statistico Immigrazione Caritas/Migrantes, Praia, Cabo Verde, 20-26 febbraio 2010. Disponível em http://www.dossierimmigrazione.it/capoverde/CV_57_Gallinaro.pdf (21/9/2011).

Guedes, Armando Marques (1997), “A Diplomacia Cultural e a Diplomacia: a Política portuguesa de criação de Leitorados de Língua e Cultura”, *Estudos Orientais*, nº VI, Instituto Oriental, Lisboa, 305-316.

Guedes, Armando Marques (1999a), *Continuidades e Transformações na Política Cultural Internacional do Estado, 1974-1999*, Working Paper nº7/99 da colecção de Working Papers da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Downloads/188.pdf> (1/9/2011).

Guedes, Armando Marques (1999b), “Identidade, propaganda e nacionalismo. O projecto de Leitorados de Língua e Cultura Portuguesas, 1921-1997”, *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XI, 1999, Centro de História e Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

Guedes, Armando Marques (2010a), “La Lusofonia nella partita del Sud-Atlantico”, in *Limes: rivista italiana di geopolitica. Il Portogallo è grande*, n. 5/2010, Editrice periodici culturali, gruppo L’Espresso, Roma, pp.55-65.

Guedes, Armando Marques, (2010b), “A segurança no Atlântico Sul e o futuro da Lusofonia enquanto projecto viável”, Intervenção na Mesa Redonda “A Itália, Portugal, e a Língua Portuguesa na Geopolítica Contemporânea”, organizada pela Embaixada de

Itália em Lisboa, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Instituto Italiano de Cultura e Centro Português de Geopolítica, 9 de Dezembro de 2010, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

IC, 2010a, *Relatório de Actividades 2010*, Instituto Camões. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/documentos-de-gestao/planos-e-relatorios-de-atividades> (20/7/2011).

IC, 2010b, *Carta de Missão, Presidente Ana Paula Laborinho*, Instituto Camões, I.P., Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/menu/direcao/presidente-ana-paula-laborinho/carta-de-missao> (28/9/2011).

IC, 2010c, *IC, IP em números – 2010*, Instituto Camões, I.P., Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/informacao-institucional/documentos-de-gestao/planos-e-relatorios-de-atividades> (28/9/2011).

IC, 2011, *Plano de Actividades IC 2011*, Instituto Camões. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/documentos-de-gestao/documentos-de-gestao.html> (23/01/2011).

IC, *História da Língua Portuguesa em linha*, Instituto Camões, I.P., Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html> (28/9/2011).

ISTAT (2007), *Indagine multiscopo. La lingua italiana, i dialetti e le lingue straniere, Anno 2006*. Disponível em http://portal-lem.com/images/it/Italie/Lingue_e_dialetti_e_lingue_straniere_in_Italia.pdf (3/2/2011).

Jostes, Brigitte (2007) “Union européenne et apprentissage des langues. En quête d’un space communicationnel européen”, in Werner, Michael (dir.), *Politiques & Usages de la Langue en Europe*, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, Paris, 157-184.

Katerinov, K.. (2007) “L’italiano L2 in Italia e nel mondo”, in Preite C., Soliman L.T., Vecchiato S. (a cura di), *Esempi di multilinguismo in Europa. Inglese lingua franca e italiano lingua straniera. La contrastività nella codificazione linguistica*, Atti del XV Incontro del Centro Linguistico dell’Università Bocconi, 25 novembre 2006, Egea, Milano, pp. 53-75. Em <http://www.esticult.it/duerpuntozero/wp-content/uploads/2010/02/litaliano-l2-in-italia-e-nel-mondo.pdf> (6/4/2011).

Katerinov, K.. (2010), “La politica linguística dell’italiano L2 tra passato, presente e futuro.” Em <http://www.esticult.it/duerpuntozero/2010/05/17/parlare-italiano-nel-mondo/> (6/4/2010).

Kinder, John (2009). “Immigration, integration and dialects: reflections on a recent Italian government advertising campaign” in *FULGOR, Flinders University Languages Group Online Review*, Volume 4, Issue 1, November 2009. Disponível em http://ehlt.flinders.edu.au/deptlang/fulgor/volume4i1/papers/KinderFULGORv4iss1_2009.pdf (21/2/2011).

Lepschy, Laura; Lepschy, Giulio (1998). *La lingua italiana: storia, varietà dell'uso, grammatica*, Bompiani, Milano (original de 1977).

Littoz-Monnet, Anabelle (2007), *The European Union and Culture*, Manchester University press, Manchester.

MAE (1979), *Lo studio dell'italiano all'estero*, Ministero degli Affari Esteri, Direzione per la Cooperazione Culturale, Scientifica e Tecnica, Roma.

MAE (1981), *Indagine sulle motivazioni all'apprendimento della lingua italiana nel mondo*, Ministero degli Affari Esteri - Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma.

MAE (2010), *La nuova Farnesina per il Sistema Paese*, Ministero degli Affari Esteri. Disponível em http://www.esteri.it/mae/doc/20110615_Farnesina_Sistema_Paese.pdf, (29/6/2011).

Malgarini, Patrizia Bertini (1994), "L'Italiano fuori d'Italia", in Serianni, Luca e Trifone, Pietro, *Storia della lingua italiana*, vol. 3, *Le altre lingue*, Einaudi, Torino, 883-922.

Marnoto, Rita (2010), "O ensino do italiano em Portugal", in *Revista Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, Nº5/2010, Instituto Italiano de Cultura, 7-8.

Masi, Alessandro (2010). "Il Fascino Discreto dell'Italica Favella", in *Limes: rivista italiana di geopolitica. Quaderno speciale: La lingua è potere*, n. 3/2010, Editrice periodici culturali, gruppo L'Espresso, Roma.

Mateus, Maria Helena Mira (2002), *A face exposta da língua portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

Mateus, Maria Helena Mira, (coord.) (2002), *Uma Política de Língua para o Português*, Instituto de Linguística Teórica e Computacional, Edições Colibri, Lisboa.

Mauro, Alessandra (org.) (2001), *A língua outra. Uma fotobiografia de Luciana Stegagno Picchio*, Instituto Camões, Lisboa.

Morgana, Silvia (2009). *Breve storia della lingua italiana*, Carocci Editore, Roma.

Morujão, Isabel (2006), "Recensões: Caminhos da Italianística em Portugal", in *Revista Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, Nº1/2006, 393-397.

Mulinacci, Roberto (2010), "Lusofonie", in *Limes: rivista italiana di geopolitica. Quaderno speciale: La lingua è potere*, n. 3/2010, Editrice periodici culturali, gruppo L'Espresso, Roma.

Observatório Europeu do Plurilinguismo, *Carta Europeia do Plurilinguismo*, Jornadas Europeias de Plurilinguismo, 2005-2009. Disponível em http://www.observatoireplurilinguisme.eu/index.php?option=com_content&task=view&id=332&Itemid=88888896/ (22/2/2011).

Ostler, Nicholas (2008), "Remarks on the History of Portuguese", in *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo*, Relatório da Reunião de Trabalho de 5 Nov. 2007, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 59-65.

Panaccione, Antonio (1997), *Lettori del governo italiano nelle università straniere: aspetti peculiari dello stato giuridico, della funzione e del servizio*. Disponível em <http://www.italianlang.org/profilo%20Lettori%20Ministeriali.htm> (24/6/2011).

Pereira, Ana Patrícia Faria (2007) *Leitores de Língua e Cultura Portuguesas no Estrangeiro: Experiências de Leitorado e Percursos Profissionais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia – Conhecimento e Sociedade: Competências e Trajectórias Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Pereira, Ana Patrícia Faria, e Baptista, Luís (2006), *Itinerância e Mediação Cultural: os Leitores de Língua e Cultura Portuguesa*, Fórum Sociológico, nº15/16, pp.121-139.

Pina Martins, José V. de (1971), "Cultura Portuguesa – Cultura Italiana", in *Cultura Italiana*, Verbo, Lisboa.

Quadros, Fausto de (2004), *Direito da União Europeia*, Livraria Almedina, Coimbra.

Reale Accademia d'Italia, *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo : memorie e documenti*, Roma : Real Accademia d'Italia, 1940.

Ricciardi, Giovanni (2008), "Roberto Barchiesi. Un Lusitanista tra Occidente e Oriente", in Grossi, Gerardo; Ricciardi, Giovanni; *et al.* (a cura di), *Roberto Barchiesi, Dall'Occidente all'Oriente*, Il Trocoliere. Officine grafico-editoriali d'Ateneo, Università degli Studi di Napoli "L'Orientale", Napoli, 7-12.

Rocchi, Laura M. (2008), "L'archivio storico dell'istituto italiano di cultura di lisbona: documentazione relativa ai primi decenni del novecento", in Radulet, Carmen M., (org.), *Italia - Portogallo: viaggi nella storia e nella cultura*, Sette città, Viterbo, 7-10.

Salazar, Maria Teresa Navarro (1991), "L'italianistica iberica ed iberoamericana" in Baldelli, I. e Da Rif, B.M. (eds.), *Lingua e letteratura italiana nel mondo oggi*. Atti del XIII Congresso dell' Associazione Internazionali Studiosi di Lingua e Letteratura Italiana (Perugia 30 maggio - 3 giugno 1988), Firenze, Olschki, vol. I, pp. 203-226.

Teles, Ana Filipa (2009), *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: Da década de noventa à actualidade*, Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/doc_details.html?aut=2111 (14/9/2011).

Truchot, Claude (2008), *Europe, l'enjeu linguistique*, La Documentation Française, Paris.

UC, 2009, *Universidade de Coimbra. UC em números*. Universidade de Coimbra. Disponível em http://www.uc.pt/informacaosobre/universidadecoimbra/documentos/UC_em_numeros_2009.pdf (18/9/2011).

UL, 2009, *A Universidade de Lisboa em Números*. Universidade de Lisboa. Disponível em <http://www.ul.pt/pls/portal/docs/1/281704.PDF> (18/9/2011).

Vicente, António Luis, e Pimenta, Margarida (2008), Promoção da Língua Portuguesa no Mundo, Reunião de Trabalho realizada na Fundação Luso-Americana em 5 de Novembro de 2007, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Disponível em <http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf> (1/9/2011).

Weber, George (1997), "Top Languages. The World's 10 most influential Languages" in *Language Monthly*, 3: 12-18. Em <http://www.andaman.org/BOOK/reprints/weber/rep-weber.htm> (15/9/2011).

Witte, Bruno de (2008) "The Value of Cultural Diversity in European Union Law", in Schneider, Hildegard, and Bossche, Peter Van den (eds), *Protection of Cultural Diversity from European and International Perspective*, Intersentia, Oxford.

Tratados da União Europeia

TCE (Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia, 1957)

TUE (Tratado da União Europeia, 1992)

TUE (Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, 2010)

TFUE (Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, 2010)

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Acedidos em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/index.htm> (28/9/2011).

Acordos bilaterais entre Portugal e Itália

Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Portugal e Itália, Decreto n.º 123/77: Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Italiana sobre Cooperação Cultural e Científica, assinado em Lisboa a 24 de Março de 1977.

Disponível em <http://www.gpeari.pt/>, <http://www.instituto-camões.pt/> e <http://itra.esteri.it/>.

V Programa de Cooperação Cultural e Científica Luso-Italiano para os anos 2001-2004. Disponível em <http://www.esteri.it/>

Fontes não publicadas

ACP (1996), *Estatutos da Associação Cultural Portuguesa*.

EPER (1983), *Estatutos da Escola Portuguesa em Roma*.

Relatório do Leitor Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2010/2011),

Relatório do Leitor Ministério dos Negócios Estrangeiros Italiano na Faculdade de Letras de Lisboa (2010/2011)

Websites:

<http://eur-lex.europa.eu/>

<http://www.europarl.europa.eu/>

<http://iate.europa.eu>

http://europa.eu/scadplus/glossary/index_pt.htm

<http://www.ethnologue.com/>

<http://www.instituto-camoes.pt/>

<http://www.gpearl.pt>

<http://www.ipsar.org/>

<http://www.esticult.it>

<http://www.istat.it/>

<http://www.italianisticaonline.it/>

<http://www.italianlang.org/>

<http://www.doxa.it/>

<http://www.ladante.it/>

<http://www.proalv.pt/>

ANEXO I

QUESTIONÁRIO - ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL

QUESTIONÁRIO - ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA

QUESTIONARIO - STUDIO DELLA LINGUA PORTOGHESE IN ITALIA

QUESTIONÁRIO

Estudo da Língua Italiana em Portugal

O presente questionário tem como objectivo a recolha de informações acerca das motivações que levam ao estudo da língua italiana em Portugal. Esta pesquisa decorre no âmbito da dissertação de mestrado em *Políticas Europeias* - IGOT / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de Susana Rocha da Silva, sob a orientação do Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques, subordinada ao tema:

Política Externa de Promoção da Língua: a relação bilateral entre Portugal e Itália.

As respostas dadas são anónimas e os dados recolhidos destinam-se exclusivamente ao objectivo anteriormente referido. Obrigado pela sua colaboração.

1. Sexo:

- Feminino
 Masculino

2. Idade:

- Menos de 18 anos
 Entre 19 e 26 anos
 Entre 27 e 35 anos
 Entre 36 e 45 anos
 Mais de 45 anos

3. Profissão:

- Estudante
 Professor/docente, investigador
 Profissão técnico-administrativa
 Profissão liberal
 Profissão no sector do comércio e restauração
 Artista
 Tradutor, intérprete
 Guia turístico
 Militar
 Reformado
 Outra: _____

4. Se estudante, que escola frequenta actualmente:

- Básica
 Secundária
 Universidade
Instituição e Curso: _____

- Outra (Conservatório, Academia, etc.)
Instituição e Curso: _____

5. Título de estudo já obtido:

- Secundário
 Universitário

6. Onde está, actualmente, a estudar a língua italiana:

- Universidade
 Instituto Italiano de Cultura
 Outra sede: _____

7. Qual é, entre os seguintes, o motivo principal que o levou ao estudo da língua italiana: (indicar apenas o principal)

- Estudo
 Trabalho
 Enriquecimento cultural
 Razões pessoais/afectivas
 Outro: _____

8. Se indicou o motivo estudo, é porque:

- Deseja ler textos literários, críticos ou científicos em língua italiana
 O italiano é disciplina obrigatória no seu plano de estudos
 Pretende participar num programa de mobilidade (Erasmus, Leonardo Da Vinci, etc.)
 Pretende prosseguir estudos de graduação em Itália
 Pretende prosseguir estudos de pós-graduação em Itália
 Outro: _____

9. Se indicou o motivo trabalho, é porque:

- Deseja ler documentação em língua italiana
 Exerce ou pretende exercer a profissão de tradutor ou intérprete
 Exerce ou pretende exercer a profissão de guia turístico
 Exerce ou pretende exercer a profissão de professor de italiano
 Tem ou pretende ter relações económicas ou profissionais com Itália ou cidadãos italianos
 Tem ou pretende ter trabalho em Itália
 Outro: _____

Continua na página seguinte.

| | |
|--|---|
| <p>10. Se indicou o motivo <u>enriquecimento cultural</u>, é porque:</p> <p><input type="checkbox"/> Deseja ler textos literários ou críticos em língua italiana</p> <p><input type="checkbox"/> Se interessa pela história e/ou cultura italiana (arte, ópera lírica, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> Se interessa por aspectos da sociedade e da cultura contemporânea italiana (teatro, cinema, rádio, televisão, música, etc.)</p> <p><input type="checkbox"/> Visita Itália em turismo</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p> <p>11. Se indicou o motivo <u>razões pessoais/afectivas</u>, é porque:</p> <p><input type="checkbox"/> O/A seu/sua companheiro/a é italiano/a</p> <p><input type="checkbox"/> A sua família é de origem italiana</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p> <p>12. Qual o grau de conhecimento da língua italiana que considera ter:</p> <p><input type="checkbox"/> Ótimo</p> <p><input type="checkbox"/> Bom</p> <p><input type="checkbox"/> Suficiente</p> <p><input type="checkbox"/> Elementar</p> <p>13. Durante quanto tempo, ao todo, estudou língua italiana:</p> <p><input type="checkbox"/> De 1 a 6 meses</p> <p><input type="checkbox"/> De 7 meses a 1 ano</p> <p><input type="checkbox"/> De 1 ano a 2 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 2 anos a 3 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 3 anos a 5 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 5 anos</p> <p>14. Onde estudou língua italiana no passado:</p> <p><input type="checkbox"/> Em nenhum local / nunca estudou antes</p> <p><input type="checkbox"/> Em Itália</p> <p><input type="checkbox"/> Em Portugal, na Universidade</p> <p><input type="checkbox"/> Em Portugal, no Instituto Italiano de Cultura</p> <p><input type="checkbox"/> Em Portugal, noutra sede: _____</p> <p>_____</p> <p><input type="checkbox"/> Como autodidacta</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p> <p>_____</p> | <p>15. Onde pensa prosseguir o estudo da língua italiana:</p> <p><input type="checkbox"/> Não pretende prosseguir o estudo da língua italiana</p> <p><input type="checkbox"/> Em Itália</p> <p><input type="checkbox"/> Em Portugal, na Universidade</p> <p><input type="checkbox"/> Em Portugal, no Instituto Italiano de Cultura</p> <p><input type="checkbox"/> Em Portugal, noutra sede: _____</p> <p><input type="checkbox"/> Como autodidacta</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: _____</p> <p>16. Quanto tempo, ao todo, esteve em Itália:</p> <p><input type="checkbox"/> Nunca esteve</p> <p><input type="checkbox"/> Menos de um mês</p> <p><input type="checkbox"/> De 1 a 6 meses</p> <p><input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 1 ano</p> <p>17. Estudou outras línguas modernas antes da língua italiana:</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma</p> <p><input type="checkbox"/> Uma língua</p> <p><input type="checkbox"/> Duas línguas</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de duas línguas</p> <p>Quais? _____</p> <p>18. Estuda outras línguas actualmente:</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p>Quais? _____</p> <p>19. Considera que o conhecimento da língua italiana lhe é ou será útil no acesso a informação através da internet?</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p>20. Utilizou, no estudo da língua italiana, instrumentos didácticos multimédia, aplicações informáticas ou programas interactivos?</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> |
|--|---|

Fim do Questionário.

Obrigado pela sua colaboração.

QUESTIONÁRIO

Estudo da Língua Portuguesa em Itália

O presente questionário tem como objectivo a recolha de informações acerca das motivações que levam ao estudo da língua portuguesa em Itália. Esta pesquisa decorre no âmbito da dissertação de mestrado em *Políticas Europeias* - IGOT / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de Susana Rocha da Silva, sob a orientação do Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques, subordinada ao tema:

Política Externa de Promoção da Língua: a relação bilateral entre Portugal e Itália.

As respostas dadas são anónimas e os dados recolhidos destinam-se exclusivamente ao objectivo anteriormente referido. Obrigado pela sua colaboração.

1. Sexo:

- Feminino
 Masculino

2. Idade:

- Menos de 18 anos
 Entre 19 e 26 anos
 Entre 27 e 35 anos
 Entre 36 e 45 anos
 Mais de 45 anos

3. Profissão:

- Estudante
 Professor/docente, investigador
 Profissão técnico-administrativa
 Profissão liberal
 Profissão no sector do comércio e restauração
 Artista
 Tradutor, intérprete
 Guia turístico
 Militar
 Reformado
 Outra: _____

4. Se estudante, que escola frequenta actualmente:

- Primária
 Secundária
 Universidade
Instituição e Curso: _____

- Outra (Conservatório, Academia, etc.)
Instituição e Curso: _____

5. Título de estudo já obtido:

- Secundário
 Universitário

6. Onde está, actualmente, a estudar a língua portuguesa:

- Universidade
 Outra sede: _____

7. Qual é, entre os seguintes, o motivo principal que o levou ao estudo da língua portuguesa: (indicar apenas o principal)

- Estudo
 Trabalho
 Enriquecimento cultural
 Razões pessoais/afectivas
 Outro: _____

8. Se indicou o motivo estudo, é porque:

- Deseja ler textos literários, críticos ou científicos em língua portuguesa
 O português é disciplina obrigatória no seu plano de estudos
 Pretende participar num programa de mobilidade (Erasmus, Leonardo Da Vinci, etc.)
 Pretende prosseguir estudos de graduação em Portugal
 Pretende prosseguir estudos de pós-graduação em Portugal
 Outro: _____

9. Se indicou o motivo trabalho, é porque:

- Deseja ler documentação em língua portuguesa
 Exerce ou pretende exercer a profissão de tradutor ou intérprete
 Exerce ou pretende exercer a profissão de guia turístico
 Exerce ou pretende exercer a profissão de professor de português
 Tem ou pretende ter relações económicas ou profissionais com:
 Portugal ou cidadãos portugueses
 Brasil ou cidadãos brasileiros
 Outro país de língua oficial portuguesa. Qual? _____
 Tem ou pretende ter trabalho em:
 Portugal
 Brasil
 Outro país de língua oficial portuguesa. Qual? _____

- Outro: _____

Continua na página seguinte.

10. Se indicou o motivo enriquecimento cultural, é porque:

- Deseja ler textos literários ou críticos em língua portuguesa
- Se interessa pela história e/ou cultura portuguesa
- Se interessa por aspectos da sociedade e da cultura contemporânea portuguesa (teatro, cinema, rádio, televisão, música, etc.)
- Visita Portugal em turismo
- Visita o Brasil em turismo
- Visita outro país de língua oficial portuguesa em turismo. Qual? _____
- Outro: _____

11. Se indicou o motivo razões pessoais/afectivas, é porque:

- O/A seu/sua companheiro/a é português/portuguesa
- O/A seu/sua companheiro/a é brasileiro/a
- O/A seu/sua companheiro/a é de outro país de língua oficial portuguesa. Qual? _____
- A sua família é de origem portuguesa
- A sua família é de origem brasileira
- A sua família é de origem de outro país de língua oficial portuguesa. Qual? _____
- Outro: _____

12. Qual o grau de conhecimento da língua portuguesa que considera ter:

- Ótimo
- Bom
- Suficiente
- Elementar

13. Durante quanto tempo, ao todo, estudou a língua portuguesa:

- De 1 a 6 meses
- De 7 meses a 1 ano
- De 1 ano a 2 anos
- De 2 anos a 3 anos
- De 3 anos a 5 anos
- Mais de 5 anos

14. Onde estudou língua portuguesa no passado:

- Em nenhum local / nunca estudou antes
- Em Portugal. Onde? _____
- Em Itália, na Universidade
- Em Itália, noutra sede: _____
- Como autodidacta
- Outro: _____

15. Onde pensa prosseguir o estudo da língua portuguesa:

- Não pretende prosseguir o estudo da língua portuguesa
- Em Portugal. Onde? _____
- Em Itália, na Universidade
- Em Itália, noutra sede: _____
- Como autodidacta
- Outro: _____

16. Quanto tempo, ao todo, esteve em Portugal:

- Nunca esteve
- Menos de um mês
- De 1 a 6 meses
- De 6 meses a 1 ano
- Mais de 1 ano

17. Estudou outras línguas modernas antes da língua portuguesa:

- Nenhuma
 - Uma língua
 - Duas línguas
 - Mais de duas línguas
- Quais? _____

18. Estuda outras línguas actualmente:

- Não
 - Sim
- Quais? _____

19. Considera que o conhecimento da língua portuguesa lhe é ou será útil no acesso a informação através da internet?

- Não
- Sim

20. Utilizou, no estudo da língua portuguesa, instrumentos didácticos multimédia, aplicações informáticas ou programas interactivos?

- Não
- Sim

21. Utilizou, no estudo da língua portuguesa, a plataforma online *Centro Virtual Camões* do Instituto Camões?

- Não
- Sim

QUESTIONARIO

Studio della Lingua Portoghese in Italia

Il presente questionario ha lo scopo di rilevare informazioni sulle motivazioni che spingono all'apprendimento della lingua portoghese in Italia. L'indagine è svolta nell'ambito della tesi della laurea specialistica in *Politiche Europee - IGOT / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, laureanda: Susana Rocha da Silva, relatore: Prof. Doutor Eduardo Brito Henriques, sul tema:

Politica Estera per la Promozione della Lingua: rapporto bilaterale tra Portogallo e Italia

Le risposte sono anonime e i dati raccolti sono esclusivamente destinati allo scopo prima enunciato. Grazie della collaborazione.

1. Sesso:

- Femminile
 Maschile

2. Et :

- Meno di 18 anni
 Tra 19 e 26 anni
 Tra 27 e 35 anni
 Tra 36 e 45 anni
 Oltre 45 anni

3. Professione:

- Studente
 Insegnante, ricercatore
 Impiegato
 Professione libera
 Esercente/impiegato in attivit  commerciali
 Artista
 Traduttore, interprete
 Guida turistico
 Militare
 Pensionato
 Altra: _____

4. Se studente, quale scuola attualmente frequenta:

- Primaria
 Secondaria
 Universit 
Istituzione e Corso: _____
- Altra (Conservatorio, Accademia, ecc.)
Istituzione e Corso: _____

5. Titolo di studio gi  conseguito:

- Secondario
 Universitario

6. Dove sta studiando il portoghese:

- Universit 
 Altra sede: _____

7. Qual  , fra i seguenti, il motivo principale che l'ha spinto allo studio del portoghese: (indicare solo il principale)

- Studio
 Lavoro
 Arricchimento culturale
 Motivi personali/affettivi
 Altro: _____

8. Se ha indicato il motivo studio,   perch :

- Vuole leggere testi letterari, critici o scientifici in lingua portoghese
 Il portoghese   materia obbligatoria nel suo curriculum
 Vuole partecipare in un programma di mobilit  (Erasmus, Leonardo Da Vinci, ecc.)
 Vuole seguire studi di laurea in Portogallo
 Vuole seguire studi post - laurea in Portogallo
 Altro: _____

9. Se ha indicato il motivo lavoro   perch :

- Vuole leggere documenti in lingua portoghese
 Esercita o si propone di esercitare la professione di traduttore o interprete
 Esercita o si propone di esercitare la professione di guida turistico
 Esercita o si propone di esercitare la professione di insegnante di lingua portoghese
 Ha o conta di avere rapporti economici o professionali con:
 Portogallo o cittadini portoghesi
 Brasile o cittadini brasiliani
 Altro paese di lingua ufficiale portoghese. Quale? _____
- Ha o conta di ottenere lavoro in:
 Portogallo
 Brasile
 Altro paese di lingua ufficiale portoghese. Quale? _____
- Altro: _____

Continua nella pagina seguente.

10. Se ha indicato il motivo di arricchimento culturale è perché:

- Vuole leggere testi letterari o critici in lingua portoghese
- Si interessa alla storia e/o alla cultura portoghese
- Si interessa ad aspetti della società e della cultura contemporanea portoghese (teatro, cinema, radio, televisione, musica, ecc.)
- Ha intenzione di visitare o visita abitualmente per ragioni di turismo:
- Portogallo
- Brasile
- Altro paese di lingua ufficiale portoghese. Quale? _____
- Altro: _____

11. Se ha indicato motivi pesonali/affettivi, è perché:

- Il/la suo/sua compagno/a è portoghese
- Il/la suo/sua compagno/a è brasiliano/o
- Il/la suo/sua compagno/a è di un altro altro paese di lingua ufficiale portoghese. Quale? _____
- La sua famiglia è di origine portoghese
- La sua famiglia è di origine brasiliana
- La sua famiglia è di origine di un altro altro paese di lingua ufficiale portoghese. Quale? _____
- Altro: _____

12. Qual è il grado di conoscenza del portoghese che ritiene di avere:

- Ottimo
- Buono
- Discreto
- Elementare

13. Per quanto tempo complessivamente ha già studiato il portoghese:

- Da 1 a 6 mesi
- Da 7 mesi a 1 anno
- Da 1 anno a 2 anni
- Da 2 anni a 3 anni
- Da 3 anni a 5 anni
- Più di 5 anni

14. Dove ha studiato il portoghese in passato:

- In nessun luogo/mai studiato
- In Portogallo. Dove? _____
- In Italia, all'Università
- In Italia, in altra sede: _____
- Come autodidatta
- Altro: _____

15. Dove conta di seguitare a perfezionare lo studio del portoghese:

- Non conta di continuare lo studio
- In Portogallo. Dove? _____
- In Italia, all'Università
- In Italia, in altra sede: _____
- Come autodidatta
- Altro: _____

16. Per quanto tempo complessivamente è stato in Portogallo:

- Non vi è mai stato
- Meno di 1 mese
- Da 1 a 6 mesi
- Da 6 mesi a 1 anno
- Più di 1 anno

17. Ha studiato altre lingue moderne prima della lingua portoghese:

- Nessuna
- Una lingua
- Due lingue
- Più di due lingue
- Quali? _____

18. Studia altre lingue attualmente:

- No
- Sì
- Quali? _____

19. Considera che l'apprendimento della lingua portoghese gli è o sarà utile nell'accesso a informazione tramite internet?

- No
- Sì

20. Ha utilizzato nello studio della lingua portoghese strumenti didattici multimedia, programmi informatici e/o interattivi?

- No
- Sì

21. Ha utilizzato nello studio della lingua portoghese la piattaforma online *Centro Virtual Camões* dell'Istituto Camões?

- No
- Sì

ANEXO II

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL (QUESTÃO 1 A 5)

Questão 1: Sexo do inquirido

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|-----------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Feminino | 222 | 74% | 77 | 76% | 47 | 75% | 68 | 73% | 30 | 71% |
| Masculino | 77 | 26% | 24 | 24% | 16 | 25% | 25 | 27% | 12 | 29% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 2: Idade

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| < 18 (incl.) | 6 | 2% | 2 | 2% | 2 | 3% | 1 | 1% | 1 | 2% |
| 19-26 | 173 | 58% | 91 | 90% | 45 | 71% | 23 | 25% | 14 | 33% |
| 27-35 | 34 | 11% | 5 | 5% | 6 | 10% | 13 | 14% | 10 | 24% |
| 36-45 | 30 | 10% | 3 | 3% | 3 | 5% | 13 | 14% | 11 | 26% |
| > 45 | 56 | 19% | 0 | 0% | 7 | 11% | 43 | 46% | 6 | 14% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 3: Profissão

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|----------------------------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Estudante | 182 | 61% | 98 | 97% | 51 | 81% | 20 | 22% | 13 | 31% |
| Professor, investigador | 21 | 7% | 1 | 1% | 2 | 3% | 7 | 8% | 11 | 26% |
| Profissão técnico-administrativa | 22 | 7% | 2 | 2% | 3 | 5% | 14 | 15% | 3 | 7% |
| Profissão liberal | 16 | 5% | 0 | 0% | 1 | 2% | 12 | 13% | 3 | 7% |
| Comércio e restauração | 7 | 2% | 5 | 5% | 1 | 2% | 0 | 0% | 1 | 2% |
| Artista | 7 | 2% | 2 | 2% | 0 | 0% | 5 | 5% | 0 | 0% |
| Tradutor, intérprete | 4 | 1% | 0 | 0% | 1 | 2% | 3 | 3% | 0 | 0% |
| Guia turístico | 1 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 2% |
| Militar | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Reformado | 29 | 10% | 0 | 0% | 2 | 3% | 25 | 27% | 2 | 5% |
| Outra | 28 | 9% | 0 | 0% | 3 | 5% | 15 | 16% | 10 | 24% |
| Não indicado | 2 | 1% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 1% | 1 | 2% |
| Total | 319 | 107% | 108 | 107% | 64 | 102% | 102 | 110% | 45 | 107% |

Questão 4: Se estudante, que escola frequenta actualmente

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Básica | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Secundária | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Universidade | 193 | 65% | 100 | 99% | 56 | 89% | 23 | 25% | 15 | 36% |
| Outra | 1 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Não indicado | 105 | 35% | 1 | 1% | 7 | 11% | 70 | 75% | 27 | 64% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 5: Título de estudo já obtido

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|---------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Secundário | 167 | 56% | 95 | 94% | 47 | 75% | 18 | 19% | 7 | 17% |
| Universitário | 126 | 42% | 5 | 5% | 16 | 25% | 70 | 75% | 35 | 83% |
| Não indicado | 6 | 2% | 1 | 1% | 0 | 0% | 5 | 5% | 0 | 0% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL (QUESTÃO 7 A 11)

Questão 7: Motivo principal do estudo da língua italiana

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|---------------------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Estudo | 69 | 23% | 18 | 18% | 21 | 33% | 16 | 17% | 14 | 33% |
| Trabalho | 46 | 15% | 9 | 9% | 11 | 17% | 13 | 14% | 13 | 31% |
| Enriquecimento cultural | 198 | 66% | 78 | 77% | 35 | 56% | 67 | 72% | 18 | 43% |
| Razões pessoais/afectivas | 47 | 16% | 19 | 19% | 9 | 14% | 17 | 18% | 2 | 5% |
| Outro | 7 | 2% | 1 | 1% | 3 | 5% | 3 | 3% | 0 | 0% |
| Total | 367 | 123% | 125 | 124% | 79 | 125% | 116 | 125% | 47 | 112% |

Questão 8: Análise das sub-motivações de Estudo

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--|----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Deseja ler textos literários, críticos ou científicos em língua italiana | 35 | 36% | 9 | 33% | 14 | 45% | 9 | 41% | 3 | 17% |
| Disciplina obrigatória no plano de estudos | 4 | 4% | 3 | 11% | 1 | 3% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Pretende participar em programa de mobilidade (Erasmus, Leonardo,...) | 31 | 32% | 10 | 37% | 6 | 19% | 6 | 27% | 9 | 50% |
| Pretende prosseguir estudos de graduação em Itália | 9 | 9% | 2 | 7% | 2 | 6% | 2 | 9% | 3 | 17% |
| Pretende prosseguir estudos de pós-graduação em Itália | 10 | 10% | 0 | 0% | 5 | 16% | 3 | 14% | 2 | 11% |
| Outro | 9 | 9% | 3 | 11% | 3 | 10% | 2 | 9% | 1 | 6% |
| Total | 98 | 100% | 27 | 100% | 31 | 100% | 22 | 100% | 18 | 100% |

Questão 9: Análise das sub-motivações de Trabalho

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|---|----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | | | | | | | | | |
| Pretende ler documentação em língua italiana | 7 | 10% | 0 | 0% | 3 | 16% | 2 | 13% | 2 | 13% |
| Exerce ou pretende exercer a profissão de tradutor ou intérprete | 12 | 17% | 7 | 37% | 2 | 11% | 3 | 20% | 0 | 0% |
| Exerce ou pretende exercer a profissão de guia turístico | 14 | 20% | 6 | 32% | 6 | 32% | 1 | 7% | 1 | 6% |
| Exerce ou pretende exercer a profissão de professor de italiano | 3 | 4% | 3 | 16% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Tem ou pretende ter relações económicas ou profissionais com Itália ou cidadãos italianos | 18 | 26% | 1 | 5% | 4 | 21% | 8 | 53% | 5 | 31% |
| Tem ou pretende ter trabalho em Itália | 11 | 16% | 1 | 5% | 3 | 16% | 1 | 7% | 6 | 38% |
| Outro | 4 | 6% | 1 | 5% | 1 | 5% | 0 | 0% | 2 | 13% |
| Total | 69 | 100% | 19 | 100% | 19 | 100% | 15 | 100% | 16 | 100% |

Questão 10: Análise das sub-motivações de Enriquecimento cultural

| Respostas | | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|---|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | % | % | % | % | % | % | % | % | |
| Deseja ler textos literários ou críticos em língua italiana | 59 | 16% | 18 | 13% | 9 | 15% | 26 | 18% | 6 | 19% |
| Interessa-se pela história e/ou cultura italiana (arte, ópera,...) | 114 | 31% | 52 | 37% | 15 | 25% | 41 | 29% | 6 | 19% |
| Interessa-se por aspectos da sociedade e cultura contemporânea italiana (teatro, cinema, música...) | 116 | 31% | 45 | 32% | 19 | 31% | 45 | 32% | 7 | 23% |
| Visita Itália em turismo | 71 | 19% | 23 | 17% | 15 | 25% | 27 | 19% | 6 | 19% |
| Outro | 13 | 3% | 1 | 1% | 3 | 5% | 3 | 2% | 6 | 19% |
| Total | 373 | 100% | 139 | 100% | 61 | 100% | 142 | 100% | 31 | 100% |

Questão 11: Análise das sub-motivações Pessoais/afectivas

| Respostas | | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--|----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | % | % | % | % | % | % | % | % | |
| O/A seu/sua companheiro/a é italiano/a | 5 | 11% | 0 | 0% | 3 | 38% | 1 | 6% | 1 | 50% |
| A sua família é de origem italiana | 9 | 20% | 2 | 11% | 2 | 25% | 5 | 28% | 0 | 0% |
| Outro | 32 | 70% | 16 | 89% | 3 | 38% | 12 | 67% | 1 | 50% |
| Total | 46 | 100% | 18 | 100% | 8 | 100% | 18 | 100% | 2 | 100% |

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA ITALIANA EM PORTUGAL (QUESTÃO 12 A 20)

Questão 12: Grau de conhecimento da língua italiana que considera ter

| Respostas | | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | % | % | % | % | % | % | % | % | |
| Ótimo | 7 | 2% | 4 | 4% | 0 | 0% | 2 | 2% | 1 | 2% |
| Bom | 53 | 18% | 11 | 11% | 8 | 13% | 27 | 29% | 7 | 17% |
| Suficiente | 98 | 33% | 31 | 31% | 19 | 30% | 34 | 37% | 14 | 33% |
| Elementar | 141 | 47% | 55 | 54% | 36 | 57% | 30 | 32% | 20 | 48% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 13: Durante quanto tempo, ao todo, estudou a língua italiana

| Respostas | | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--------------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | % | % | % | % | % | % | % | % | |
| De 1 a 6 meses | 124 | 41% | 57 | 56% | 25 | 40% | 17 | 18% | 25 | 60% |
| De 7 meses a 1 ano | 94 | 31% | 34 | 34% | 31 | 49% | 23 | 25% | 6 | 14% |
| De 1 ano a 2 anos | 37 | 12% | 8 | 8% | 5 | 8% | 22 | 24% | 2 | 5% |
| De 2 anos a 3 anos | 16 | 5% | 1 | 1% | 1 | 2% | 8 | 9% | 6 | 14% |
| De 3 anos a 5 anos | 24 | 8% | 0 | 0% | 1 | 2% | 21 | 23% | 2 | 5% |
| Mais de 5 anos | 3 | 1% | 1 | 1% | 0 | 0% | 2 | 2% | 0 | 0% |
| Não indicado | 1 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 2% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 14: Onde estudou a língua italiana no passado

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|---------------------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|
| | | | | | | | | | | |
| Nunca estudou antes | 185 | 62% | 71 | 70% | 44 | 70% | 44 | 47% | 26 | 62% |
| Em Itália | 22 | 7% | 6 | 6% | 1 | 2% | 11 | 12% | 4 | 10% |
| Em Portugal, na Universidade | 42 | 14% | 21 | 21% | 15 | 24% | 6 | 6% | 0 | 0% |
| Em Portugal, no IIC | 28 | 9% | 2 | 2% | 1 | 2% | 21 | 23% | 0 | 0% |
| Em Portugal, noutra sede | 8 | 3% | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 2% | 11 | 26% |
| Como autodidacta | 13 | 4% | 4 | 4% | 0 | 0% | 7 | 8% | 2 | 5% |
| Outro | 7 | 2% | 3 | 3% | 1 | 2% | 2 | 2% | 0 | 0% |
| Não indicado | 12 | 4% | 1 | 1% | 2 | 3% | 9 | 10% | 0 | 0% |
| Total | 317 | 106% | 108 | 107% | 64 | 102% | 102 | 110% | 43 | 102% |

Questão 15: Onde pensa prosseguir o estudo da língua italiana

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|---------------------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|
| | | | | | | | | | | |
| Não pretende prosseguir | 22 | 7% | 5 | 5% | 5 | 8% | 9 | 10% | 3 | 7% |
| Em Itália | 55 | 18% | 14 | 14% | 13 | 21% | 15 | 16% | 13 | 31% |
| Em Portugal, na Universidade | 99 | 33% | 61 | 60% | 38 | 60% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Em Portugal, no IIC | 79 | 26% | 11 | 11% | 0 | 0% | 67 | 72% | 0 | 0% |
| Em Portugal, noutra sede | 19 | 6% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 1% | 20 | 48% |
| Como autodidacta | 28 | 9% | 13 | 13% | 4 | 6% | 7 | 8% | 4 | 10% |
| Outro | 14 | 5% | 4 | 4% | 5 | 8% | 1 | 1% | 2 | 5% |
| Não indicado | 6 | 2% | 1 | 1% | 2 | 3% | 2 | 2% | 1 | 2% |
| Total | 322 | 108% | 109 | 108% | 67 | 106% | 102 | 110% | 43 | 102% |

Questão 16: Quanto tempo, ao todo, esteve em Itália

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | | | | | | | | | | |
| Nunca esteve | 129 | 43% | 74 | 73% | 34 | 54% | 12 | 13% | 9 | 21% |
| Menos de 1 mês | 113 | 38% | 15 | 15% | 24 | 38% | 50 | 54% | 24 | 57% |
| De 1 a 6 meses | 37 | 12% | 7 | 7% | 4 | 6% | 20 | 22% | 6 | 14% |
| De 6 meses a 1 ano | 10 | 3% | 2 | 2% | 1 | 2% | 5 | 5% | 2 | 5% |
| Mais de 1 ano | 10 | 3% | 3 | 3% | 0 | 0% | 6 | 6% | 1 | 2% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 17: Estudou outras línguas modernas antes da língua italiana

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|----------------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | | | | | | | | | | |
| Nenhuma | 17 | 6% | 6 | 6% | 3 | 5% | 4 | 4% | 4 | 10% |
| Uma língua | 40 | 13% | 17 | 17% | 9 | 14% | 7 | 8% | 7 | 17% |
| Duas línguas | 144 | 48% | 41 | 41% | 28 | 44% | 51 | 55% | 24 | 57% |
| Mais de duas línguas | 96 | 32% | 37 | 37% | 22 | 35% | 30 | 32% | 7 | 17% |
| Não indicado | 2 | 1% | 0 | 0% | 1 | 2% | 1 | 1% | 0 | 0% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 18: Estuda outras línguas actualmente

| Respostas | % | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--------------|------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | | | | | | | | | | |
| Não | 169 | 57% | 18 | 18% | 26 | 41% | 85 | 91% | 40 | 95% |
| Sim | 127 | 42% | 83 | 82% | 35 | 56% | 8 | 9% | 1 | 2% |
| Não indicado | 3 | 1% | 0 | 0% | 2 | 3% | 0 | 0% | 1 | 2% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 19: Considera que a língua italiana lhe é útil no acesso à informação na Internet

| Respostas | | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|--------------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Não | 53 | 18% | 17 | 17% | 14 | 22% | 12 | 13% | 10 | 24% |
| Sim | 244 | 82% | 84 | 83% | 48 | 76% | 80 | 86% | 32 | 76% |
| Não indicado | 2 | 1% | 0 | 0% | 1 | 2% | 1 | 1% | 0 | 0% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

Questão 20: Utilizou, no estudo da língua italiana, instrumentos didáticos multimédia, aplicações informáticas ou programas interactivos

| Respostas | | | FLUL | | FLUC | | IIC | | CCIP | |
|-----------|-----|------|------|------|------|------|-----|------|------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Não | 100 | 33% | 34 | 34% | 18 | 29% | 29 | 31% | 19 | 45% |
| Sim | 199 | 67% | 67 | 66% | 45 | 71% | 64 | 69% | 23 | 55% |
| Total | 299 | 100% | 101 | 100% | 63 | 100% | 93 | 100% | 42 | 100% |

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA (QUESTÃO 1 A 5)

Questão 1: Sexo do inquirido

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|-----------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Feminino | 79 | 74% | 27 | 79% | 27 | 75% | 15 | 71% | 10 | 63% |
| Masculino | 28 | 26% | 7 | 21% | 9 | 25% | 6 | 29% | 6 | 38% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 2: Idade

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| < 18 (incl.) | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| 19/26 | 79 | 74% | 32 | 94% | 28 | 78% | 18 | 86% | 1 | 6% |
| 27/35 | 14 | 13% | 2 | 6% | 2 | 6% | 3 | 14% | 7 | 44% |
| 36/45 | 6 | 6% | 0 | 0% | 6 | 17% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| > 45 | 8 | 7% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 8 | 50% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 3: Profissão

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|----------------------------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Estudante | 89 | 83% | 34 | 100% | 32 | 89% | 20 | 95% | 3 | 19% |
| Professor, investigador | 4 | 4% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 4 | 25% |
| Profissão técnico-administrativa | 9 | 8% | 0 | 0% | 2 | 6% | 2 | 10% | 5 | 31% |
| Profissão liberal | 2 | 2% | 0 | 0% | 1 | 3% | 0 | 0% | 1 | 6% |
| Comércio e restauração | 1 | 1% | 0 | 0% | 1 | 3% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Artista | 2 | 2% | 0 | 0% | 2 | 6% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Tradutor, intérprete | 3 | 3% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 3 | 19% |
| Guia turístico | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Militar | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Reformado | 2 | 2% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 13% |
| Outra | 3 | 3% | 0 | 0% | 1 | 3% | 1 | 5% | 1 | 6% |
| Não indicado | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | 115 | 107% | 34 | 100% | 39 | 108% | 23 | 110% | 19 | 119% |

Questão 4: Se estudante, que escola frequenta actualmente

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Básica | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Secundária | 1 | 1% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 6% |
| Universidade | 94 | 88% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 3 | 19% |
| Outra | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Não indicado | 12 | 11% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 12 | 75% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 5: Título de estudo já obtido

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|---------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Secundário | 81 | 76% | 31 | 91% | 29 | 81% | 19 | 90% | 2 | 13% |
| Universitário | 24 | 22% | 3 | 9% | 5 | 14% | 2 | 10% | 14 | 88% |
| Não indicado | 2 | 2% | 0 | 0% | 2 | 6% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA (QUESTÃO 7 A 11)

Questão 7: Motivo principal do estudo da língua portuguesa

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|---------------------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Estudo | 48 | 45% | 21 | 62% | 13 | 36% | 10 | 48% | 4 | 25% |
| Trabalho | 13 | 12% | 2 | 6% | 5 | 14% | 2 | 10% | 4 | 25% |
| Enriquecimento cultural | 54 | 50% | 6 | 18% | 21 | 58% | 14 | 67% | 13 | 81% |
| Razões pessoais/afectivas | 14 | 13% | 7 | 21% | 5 | 14% | 0 | 0% | 2 | 13% |
| Outro | 4 | 4% | 0 | 0% | 3 | 8% | 1 | 5% | 0 | 0% |
| Total | 133 | 124% | 36 | 106% | 47 | 131% | 27 | 129% | 23 | 144% |

Questão 8: Análise das sub-motivações de Estudo

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--|----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Deseja ler textos literários, críticos ou científicos em língua portuguesa | 24 | 36% | 7 | 29% | 9 | 43% | 2 | 14% | 6 | 75% |
| Disciplina obrigatória no plano de estudos | 5 | 7% | 2 | 8% | 2 | 10% | 0 | 0% | 1 | 13% |
| Pretende participar em programa de mobilidade (Erasmus, Leonardo,...) | 6 | 9% | 3 | 13% | 1 | 5% | 2 | 14% | 0 | 0% |
| Pretende prosseguir estudos de graduação em Portugal | 11 | 16% | 6 | 25% | 4 | 19% | 1 | 7% | 0 | 0% |
| Pretende prosseguir estudos de pós-graduação em Portugal | 13 | 19% | 5 | 21% | 3 | 14% | 4 | 29% | 1 | 13% |
| Outro | 8 | 12% | 1 | 4% | 2 | 10% | 5 | 36% | 0 | 0% |
| Total | 67 | 100% | 24 | 100% | 21 | 100% | 14 | 100% | 8 | 100% |

Questão 9: Análise das sub-motivações de Trabalho

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--|----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | % | | % | | % | | % | | % |
| Pretende ler documentação em língua portuguesa | 2 | 4% | 0 | 0% | 1 | 7% | 0 | 0% | 1 | 8% |
| Exerce ou pretende exercer a profissão de tradutor ou intérprete | 8 | 16% | 3 | 20% | 2 | 13% | 0 | 0% | 3 | 23% |
| Exerce ou pretende exercer a profissão de guia turístico | 4 | 8% | 1 | 7% | 0 | 0% | 1 | 13% | 2 | 15% |
| Exerce ou pretende exercer a profissão de professor de português | 4 | 8% | 0 | 0% | 2 | 13% | 1 | 13% | 1 | 8% |
| Tem ou pretende ter relações económicas / profissionais com: | | | | | | | | | | |
| Portugal ou cidadãos portugueses..... | 3 | 6% | 1 | 7% | 0 | 0% | 1 | 13% | 1 | 8% |
| Brasil ou cidadãos brasileiros..... | 9 | 18% | 2 | 13% | 4 | 27% | 2 | 25% | 1 | 8% |
| Outro país de língua oficial portuguesa..... | 1 | 2% | 1 | 7% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Tem ou pretende ter trabalho em: | | | | | | | | | | |
| Portugal..... | 8 | 16% | 3 | 20% | 2 | 13% | 1 | 13% | 2 | 15% |
| Brasil..... | 9 | 18% | 3 | 20% | 3 | 20% | 2 | 25% | 1 | 8% |
| Outro país de língua oficial portuguesa..... | 2 | 4% | 0 | 0% | 1 | 7% | 0 | 0% | 1 | 8% |
| Outro | 1 | 2% | 1 | 7% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | 51 | 100% | 15 | 100% | 15 | 100% | 8 | 100% | 13 | 100% |

Questão 10: Análise das sub-motivações de Enriquecimento cultural

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | | |
|---|--|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----|
| | % | | % | | % | | % | | % | | |
| Deseja ler textos literários ou críticos em língua portuguesa | 22 | 18% | 2 | 20% | 5 | 12% | 6 | 19% | 9 | 25% | |
| Interessa-se pela história e/ou cultura portuguesa | 32 | 26% | 4 | 40% | 10 | 23% | 8 | 25% | 10 | 28% | |
| Interessa-se por aspectos da sociedade e cultura contemporânea portuguesa (teatro, cinema, música...) | 23 | 19% | 2 | 20% | 8 | 19% | 4 | 13% | 9 | 25% | |
| Visita em turismo... | Portugal..... | 26 | 21% | 1 | 10% | 13 | 30% | 6 | 19% | 6 | 17% |
| | Brasil..... | 14 | 12% | 1 | 10% | 6 | 14% | 6 | 19% | 1 | 3% |
| | Outro país de língua oficial portuguesa..... | 2 | 2% | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 6% | 0 | 0% |
| Outro | 2 | 2% | 0 | 0% | 1 | 2% | 0 | 0% | 1 | 3% | |
| Total | 121 | 100% | 10 | 100% | 43 | 100% | 32 | 100% | 36 | 100% | |

Questão 11: Análise das sub-motivações Pessoais/afectivas

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | | |
|--------------------------------|---|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-----------|----------|-------------|----|
| | % | | % | | % | | % | | % | | |
| O/A seu/sua companheiro/a é... | português / portuguesa..... | 2 | 14% | 1 | 17% | 1 | 17% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| | brasileiro/a..... | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| | de outro país de língua oficial portuguesa..... | 1 | 7% | 0 | 0% | 1 | 17% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| A sua família é de origem... | portuguesa..... | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| | brasileira..... | 1 | 7% | 0 | 0% | 1 | 17% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| | de outro país de língua oficial portuguesa..... | 2 | 14% | 1 | 17% | 1 | 17% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Outro | 8 | 57% | 4 | 67% | 2 | 33% | 0 | 0% | 2 | 100% | |
| Total | 14 | 100% | 6 | 100% | 6 | 100% | 0 | 0% | 2 | 100% | |

TABELAS - ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ITÁLIA (QUESTÃO 12 A 21)

Questão 12: Grau de conhecimento da língua italiana que considera ter

| Respostas | | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | % | | % | | % | | % | | % | |
| Ótimo | 3 | 3% | 1 | 3% | 1 | 3% | 0 | 0% | 1 | 6% |
| Bom | 34 | 32% | 16 | 47% | 10 | 28% | 3 | 14% | 5 | 31% |
| Suficiente | 39 | 36% | 12 | 35% | 7 | 19% | 11 | 52% | 9 | 56% |
| Elementar | 29 | 27% | 5 | 15% | 16 | 44% | 7 | 33% | 1 | 6% |
| Não indicado | 2 | 2% | 0 | 0% | 2 | 6% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 13: Durante quanto tempo, ao todo, estudou a língua portuguesa

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--------------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| De 1 a 6 meses | 23 | 21% | 4 | 12% | 12 | 33% | 4 | 19% | 3 | 19% |
| De 7 meses a 1 ano | 25 | 23% | 11 | 32% | 8 | 22% | 4 | 19% | 2 | 13% |
| De 1 ano a 2 anos | 24 | 22% | 6 | 18% | 6 | 17% | 9 | 43% | 3 | 19% |
| De 2 anos a 3 anos | 20 | 19% | 9 | 26% | 6 | 17% | 2 | 10% | 3 | 19% |
| De 3 anos a 5 anos | 9 | 8% | 1 | 3% | 2 | 6% | 2 | 10% | 4 | 25% |
| Mais de 5 anos | 5 | 5% | 3 | 9% | 1 | 3% | 0 | 0% | 1 | 6% |
| Não indicado | 1 | 1% | 0 | 0% | 1 | 3% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 14: Onde estudou a língua portuguesa no passado

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|----------------------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Nunca estudou antes | 67 | 63% | 25 | 74% | 18 | 50% | 18 | 86% | 6 | 38% |
| Em Portugal | 10 | 9% | 0 | 0% | 6 | 17% | 0 | 0% | 4 | 25% |
| Em Itália, na Universidade | 21 | 20% | 6 | 18% | 9 | 25% | 3 | 14% | 3 | 19% |
| Em Itália, noutra sede | 5 | 5% | 0 | 0% | 1 | 3% | 0 | 0% | 4 | 25% |
| Como autodidacta | 3 | 3% | 1 | 3% | 2 | 6% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Outro | 3 | 3% | 1 | 3% | 2 | 6% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Não indicado | 3 | 3% | 1 | 3% | 2 | 6% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | 112 | 105% | 34 | 100% | 40 | 111% | 21 | 100% | 17 | 106% |

Questão 15: Onde pensa prosseguir o estudo da língua portuguesa

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|----------------------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Não pretende prosseguir | 6 | 6% | 1 | 3% | 2 | 6% | 2 | 10% | 1 | 6% |
| Em Portugal | 27 | 25% | 8 | 24% | 9 | 25% | 6 | 29% | 4 | 25% |
| Em Itália, na Universidade | 38 | 36% | 15 | 44% | 13 | 36% | 8 | 38% | 2 | 13% |
| Em Itália, noutra sede | 16 | 15% | 1 | 3% | 1 | 3% | 2 | 10% | 12 | 75% |
| Como autodidacta | 17 | 16% | 3 | 9% | 11 | 31% | 2 | 10% | 1 | 6% |
| Outro | 10 | 9% | 6 | 18% | 3 | 8% | 1 | 5% | 0 | 0% |
| Não indicado | 2 | 2% | 0 | 0% | 1 | 3% | 1 | 5% | 0 | 0% |
| Total | 116 | 108% | 34 | 100% | 40 | 111% | 22 | 105% | 20 | 125% |

Questão 16: Quanto tempo, ao todo, esteve em Portugal

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--------------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Nunca esteve | 65 | 61% | 24 | 71% | 21 | 58% | 18 | 86% | 2 | 13% |
| Menos de 1 mês | 24 | 22% | 8 | 24% | 9 | 25% | 2 | 10% | 5 | 31% |
| De 1 a 6 meses | 9 | 8% | 1 | 3% | 3 | 8% | 0 | 0% | 5 | 31% |
| De 6 meses a 1 ano | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Mais de 1 ano | 6 | 6% | 0 | 0% | 3 | 8% | 0 | 0% | 3 | 19% |
| Não indicado | 3 | 3% | 1 | 3% | 0 | 0% | 1 | 5% | 1 | 6% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 17: Estudou outras línguas modernas antes da língua portuguesa

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|----------------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Nenhuma | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Uma língua | 27 | 25% | 15 | 44% | 6 | 17% | 4 | 19% | 2 | 13% |
| Duas línguas | 33 | 31% | 7 | 21% | 16 | 44% | 7 | 33% | 3 | 19% |
| Mais de duas línguas | 46 | 43% | 12 | 35% | 14 | 39% | 10 | 48% | 10 | 63% |
| Não indicado | 1 | 1% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 1 | 6% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 18: Estuda outras línguas actualmente

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Não | 14 | 13% | 0 | 0% | 3 | 8% | 0 | 0% | 11 | 69% |
| Sim | 91 | 85% | 34 | 100% | 33 | 92% | 21 | 100% | 3 | 19% |
| Não indicado | 2 | 2% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 13% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 19: Considera que a língua portuguesa lhe é útil no acesso à informação na Internet

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|--------------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Não | 26 | 24% | 9 | 26% | 11 | 31% | 5 | 24% | 1 | 6% |
| Sim | 81 | 76% | 25 | 74% | 25 | 69% | 16 | 76% | 15 | 94% |
| Não indicado | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 20: Utilizou, no estudo da língua portuguesa, instrumentos didácticos multimédia, aplicações informáticas ou programas interactivos

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|-----------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Não | 24 | 22% | 7 | 21% | 10 | 28% | 2 | 10% | 5 | 31% |
| Sim | 83 | 78% | 27 | 79% | 26 | 72% | 19 | 90% | 11 | 69% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |

Questão 21: Questão 21: Utilizou, no estudo da língua portuguesa, a plataforma online *Centro Virtual Camões* do Instituto Camões

| Respostas | % | | SAPIENZA | | ROMA TRE | | SALERNO | | IPSAR | |
|-----------|-----|------|----------|------|----------|------|---------|------|-------|------|
| | | | % | | % | | % | | % | |
| Não | 54 | 50% | 16 | 47% | 16 | 44% | 12 | 57% | 10 | 63% |
| Sim | 53 | 50% | 18 | 53% | 20 | 56% | 9 | 43% | 6 | 38% |
| Total | 107 | 100% | 34 | 100% | 36 | 100% | 21 | 100% | 16 | 100% |